

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas**  
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo

**Educação e arte na cidade: um retorno para o território**

**Samuel Henrique Damas Marinelo**

Campinas

2022

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

370  
M338e

Marinelo, Samuel Henrique Damas

Educação e arte na cidade: um retorno para o território / Samuel Henrique Damas Marinelo. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

252 f.: il.

Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Educação. 2. Arte. 3. Espaços públicos. I. Silva Neto, Manoel Lemes da. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 370



# SAMUEL HENRIQUE DAMAS MARINELO

"EDUCAÇÃO E ARTE NA CIDADE: UM RETORNO PARA O TERRITÓRIO"

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador (a): Prof. Dr. Manoel Lemes Da Silva Neto

Tese defendida e aprovada em 30 de junho de 2022 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



**Prof. Dr. Manoel Lemes Da Silva Neto**

Orientador da Tese e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



**Profa. Dra. Maria Eliza De Castro Pita**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

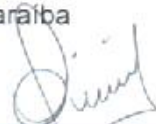
**Profa. Dra. Vera Lúcia Dos Santos Plácido**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



**Profa. Dra. Cílele Gomes**

Universidade do Vale do Paraíba



**Prof. Dr. Fabiano Melo Gonçalves De Oliveira**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

*Ao amigo/irmão Thiago Carandina.*

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo pela oportunidade da construção de conhecimento.

A professora Doutora Cilene Gomes, da Universidade do Vale do Paraíba, interior de São Paulo, pelas importantíssimas contribuições ao longo da confecção desta tese, sobretudo no exame de qualificação, evento que me faz render agradecimentos também à professora Doutora Maria Eliza de Castro Pita, que nos brindou com seu entusiasmo e clareza de ideias.

Aos professores da banca, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Eliza de Castro Pita, novamente, Prof. Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia dos Santos Plácido, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cilene Gomes e Prof. Dr. Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira pelos acertos, correções e sugestões.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela oportunidade de desenvolver desta tese de Doutorado e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de quatro meses de bolsa de estudos.

Agradeço também aos amigos e amigas que compõem ou compuseram o Ladeur, Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais: Camila Ignácio, Cimar Aparício, Daniel Ribeiro, Fabiano de Oliveira, Felipe dos Santos, Nathalia Ongaro, Otávio Frederico, Priscila Gavião, Reinaldo Ricarte, Thiago Carandina e em especial à Laura de Bona, amiga e companheira, à quem agradeço pela amizade e existência.

À Ana Rubia Rossi, André Oliveira, Camila Rosa, Gilvânia Araújo, Maria Isabel Marinelo, minha mãe, Ricardo Coelho e Sandra Costa, agradeço pelo amor, amizade, carinho e afeto com os quais me transbordam.

Em especialíssimo, agradeço ao Professor Doutor Manoel Lemes da Silva Neto, referência acadêmica, provocador de pensamentos livres e orientador desta pesquisa. Muito obrigado pela compreensão, integridade, carinho, inspiração, respeito, generosidade e dignidade, qualidades a partir das quais conduziu o processo de confecção desta tese. Mais que isso, gostaria de agradecer por sua humanidade e amizade ímpares.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”

*“Chegarão homens, mulheres, crianças  
pra criação do novo mundo, uma nova esperança.  
Sem vingança, sem luxúria, sem dinheiro  
a profissão era pra todos os guerreiros.  
Todos parceiros, trabalhando em comunhão  
onde ninguém se preocupava com a divisão.  
Que todo o povo era feliz, não havia tristeza  
éramos todos filhos de uma tal mãe natureza”.*

**Rappin’ Hood, 2005.**

## **Resumo**

O presente estudo visa apresentar os resultados da análise da potência da relação educação-arte-cidade, como associação básica para uma estratégia pedagógica libertária. Essa importante estratégia, que denota o potencial pedagógico da cidade de auxiliar no desenvolvimento de cidadãos ativos, fica comprometida quando ocorre o seu racionalismo, sua apropriação instrumental. Nesse movimento, o conceito dessa estratégia é substituído pelos aparatos de gestão, como no caso do Programa Cidades Educadoras, que acaba por criar simulacros de cidadania e ação social. Em contrapartida ações sobre o território, como é o caso das batalhas de rima que ocorrem em espaços públicos centrais ou não, apresentam-se como práticas revestidas de ação política, uma vez que possuem ponto de partida na cidade, no território usado, denotando que a associação educação-arte-cidade é básica para a estratégia pedagógica libertária viva no território.

**Palavras-chave:** educação; pedagogia; arte; música; território usado.

## **Abstract**

The present study aims to present the results of the analysis of the power of the education-art-city relationship, as a basic association for a libertarian pedagogical strategy. This important strategy, which denotes the city's pedagogical potential to assist in the development of active citizens, is compromised when its rationalism, its instrumental appropriation occurs. In this movement, the concept of this strategy is replaced by management apparatus, as in the case of the Educating Cities Program, which ends up creating simulacra of citizenship and social action. On the other hand, actions on the territory, such as the rhyming battles that occur in central public spaces or not, present themselves as practices coated with political action, since they have a starting point in the city, in the territory used, denoting that the education-art-city association is basic to the libertarian pedagogical strategy alive in the territory.

**Keywords:** education; pedagogy; art; music; used territory

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Capa do disco “Sou” de Marcelo Camelo. ....	36
<b>Figura 2:</b> Cartografia das experiências do Programa Cidades Educadoras....	39
<b>Figura 3:</b> Localização do Largo da Batata, em São Paulo. ....	42
<b>Figura 4:</b> Placa de identificação do largo da Batata na Avenida Faria Lima. ..	43
<b>Figura 5:</b> Largo da Batata – vista para a Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrate. ....	43
<b>Figura 6:</b> Largo da Batata – vista para a rua Martim Carrasco. ....	44
<b>Figura 7:</b> Largo da Batata – acúmulo de entulho em frente à rua Martim Carrasco. ....	44
<b>Figura 8:</b> Bolsonaro é a fome – pessoa em situação de rua no Largo da Batata. ....	48
<b>Figura 9:</b> Equipamentos de permanência no Largo da Batata. ....	49
<b>Figura 10:</b> Anhangabaú, por Ana Clara Torres Ribeiro.....	56
<b>Figura 11:</b> Batatabanco – passo a passo. ....	57
<b>Figura 12:</b> MASP Favelinha .....	58
<b>Figura 13:</b> Batatabancos e Masp Favelinha no Largo da Batata. ....	59
<b>Figura 14:</b> Grafite em banca de jornais e revistas no Largo da Batata. ....	74
<b>Figura 15:</b> Grafite em container no Largo da Batata.....	74
<b>Figura 16:</b> MC Kaixa, organizando uma batalha de rimas no Largo da Batata. ....	75
<b>Figura 17:</b> DJs operando o som para a batalha de rimas no Largo da Batata	76
<b>Figura 18:</b> Equipamento dos DJs no Largo da Batata – Pickup e Notebooks.	76
<b>Figura 19:</b> Rappers disputando em batalha de rima no Largo da Batata. ....	77
<b>Figura 20:</b> Cartaz identificador do “Largo da Batalha” sendo fixado entre os postes de iluminação, no Largo da Batata. ....	79
<b>Figura 21:</b> Bandeira da página virtual “Grupo do Largo da Batalha”, no Facebook®. ....	81
<b>Figura 22:</b> Perímetro de ocupação do Largo da Batata através do manifestação cultural “Largo da Batalha” .....	82
<b>Figura 23:</b> Local da batalha de rima às 19h no Largo com poucas pessoas presentes. ....	83

<b>Figura 24:</b> Local da batalha de rima às 19h no Largo da Batalha em vista oposta. .....	83
<b>Figura 25:</b> Largo da Batalha, primeiros movimentos. ....	84
<b>Figura 26:</b> Largo da Batalha, montagem de equipamentos. ....	85
<b>Figura 27:</b> Perímetro do Largo da Batalha, organicidade de vendedores ambulantes. ....	85
<b>Figura 28:</b> Futebol no Largo da Batata, ocupação análoga às batalhas de rima. .....	87
<b>Figura 29:</b> Expressão artística, pichação na parte de traz do cartas do Largo da Batalha.....	88
<b>Figura 30:</b> Primeiras batalhas, público presente no Largo da Batata.....	89
<b>Figura 31:</b> Grito do território 1, recorte de batalha de rima no Largo da Batalha. .....	91
<b>Figura 32:</b> Grito do território 2, poder da arte libertária no Largo da Batalha. .	91
<b>Figura 33:</b> Grito do território 3, feminino presente no Largo da Batalha. ....	92
<b>Figura 34:</b> Grito do território 4, registro e ampliação perceptiva no Largo da Batalha.....	92
<b>Figura 35:</b> Coletividade de vozes periferizadas em comunhão no Largo da Batalha.....	93
<b>Figura 36:</b> Existência imagético-prática, quando você resiste no Largo da Batalha.....	93
<b>Figura 37:</b> Pichação na fachada de comércios no Largo da Batata.....	105
<b>Figura 38:</b> Grafite em banca de jornais e revistas no Largo da Batata. ....	105
<b>Figura 39:</b> Pichação e lambe-lambe em dispositivos de iluminação no Largo da Batata. ....	106
<b>Figura 40:</b> Período popular da história – acontecer solidário junto aos pombos do Largo da Batata.....	108
<b>Figura 41:</b> Período popular da história – Avenida Professor Milton Santos, na periferia da zona leste de São José dos Campos, SP.....	109



## LISTA DE ABREVIações

<b>APP</b>	Área de Proteção Permanente
<b>Covid-19</b>	<i>Corona Virus Disease -2019</i>
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INPE</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>IPPUR</b>	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PLUR/UNIVAP</b>	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba
<b>POSURB-ARQ</b>	Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNIVAP</b>	Universidade do Vale do Paraíba

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO: CIRCUNSTÂNCIAS, ANGÚSTIAS, AÇÃO, OBJETIVAÇÃO, PANDEMIA E RETOMADA NA COMPOSIÇÃO DA OBRA ABERTA.....</b>	<b>1</b>
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>II. PRIMEIRO ATO DE VIDA – A EDUCAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
2. EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA: UMA DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA.....	14
2.1 EDUCAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL.....	14
2.2 PEDAGOGIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O MÉTODO DE APRENDER E ENSINAR.....	17
2.2.1 <i>Abordagem pedagógica tradicional</i> .....	17
2.2.2 <i>Abordagem pedagógica humanista</i> .....	19
2.2.3 <i>Abordagem pedagógica cognitivista</i> .....	20
2.2.4 <i>Abordagem pedagógica sociocultural</i> .....	22
2.3 PEDAGOGIA SOCIAL CRÍTICA .....	23
2.4 PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: A VISÃO DE PAULO FREIRE SOBRE A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA .....	25
2.4.1 <i>Rigorosidade metódica</i> .....	27
2.4.2 <i>Pesquisa</i> .....	28
2.4.3 <i>Respeito aos saberes já construídos</i> .....	28
2.4.5 <i>Estética e ética</i> .....	31
2.4.6 <i>Corporeificação das palavras pelo exemplo</i> .....	32
2.4.8 <i>Reflexão crítica sobre a prática</i> .....	35
2.4.9 <i>Reconhecimento e a assunção da identidade cultural</i> .....	36
2.5 CIDADE EDUCADORA: ESSÊNCIA E EXPERIÊNCIAS .....	38
2.5.1 <i>Cidades Educadoras em São Paulo: apresentação e análise da cartilha de ocupação dos espaços públicos</i> .....	41
<b>III. SEGUNDO ATO DE VIDA – A ARTE.....</b>	<b>64</b>
3. ARTE E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES .....	64
3.1 MÚSICA: UMA FORMA DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA .....	66
3.1.1 <i>Música de rua como forma de apropriação/emancipação do espaço urbano</i> .....	70

3.1.2 <i>Batalhas de Rima, uma atuação musical emancipadora: o caso do Largo da Batata</i> .....	72
3.2 SUJEITO CORPORIFICADO E BIOÉTICA: ANA CLARA TORRES RIBEIRO E A APROPRIAÇÃO DO CORPO COMO FORMA DE CIDADANIA EMANCIPADORA .....	94
<b>IV. TERCEIRO ATO DE VIDA – TERRITÓRIO USADO .....</b>	<b>97</b>
<b>V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>

## **Apresentação: circunstâncias, angústias, ação, objetivação, pandemia e retomada na composição da obra aberta**

É de praxe que o bom leitor investigue as origens dos escritos que lê. Este texto se presta a isso: localizar minha narrativa de autor desta tese. Claro que não se pode compreender toda a trajetória que compõe minha experiência de vida num escrito acadêmico, tampouco eu saberia delimitar os lugares<sup>1</sup> que me compõem para me apresentar a você que me lê. Nesse sentido, me vi obrigado a fazer recortes, e o primeiro deles é gramatical. Explico. Apesar dos tratados acadêmicos serem quase sempre escritos em linguagem impessoal, entendo que em algum momento de nossa existência é necessário assumir o papel de autoria de nossa própria história, e dessa maneira este texto acadêmico será apresentado em primeira pessoa, quase sempre do plural, afinal compreendo a relação sujeito-objeto e nela minha incapacidade de fazer-me só. Aparecerão neste texto então os pronomes “nós”, “nos” e “conosco”, além de verbos como “somos”, “estamos”, “realizamos” e, “existimos”. O segundo recorte é temporal e data de vinte anos atrás, logo no início deste século/milênio, quando em 2002 passei a frequentar a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), onde cursei licenciaturas em História e Geografia, com as quais rapidamente me tributei. Aqui cabe um reforço, que talvez tenha passado despercebido à leitura: na universidade cursei **licenciaturas**, o que significa dizer que você que lê estes escritos se depara com uma exposição professoral. É parte de minha essência, de minha identidade, de minha condição de sujeito, entender-me professor. Dito isso, gostaria de sinalizar que no prisma acadêmico das ciências sociais identifiquei-me mais com a natureza disciplinar geográfica. Penso que isso teve origem em diversas inquietações sociais, familiares, econômicas, culturais que compõem minha visão de mundo, mas na universidade, atribuo esse gosto às metodologias desenvolvidas pelos docentes da área, sobretudo a Professora Sandra Maria Fonseca da Costa e a meu interesse, quase ingênuo, por temas socioambientais.

---

<sup>1</sup> Aqui a palavra “lugares” no plural refere-se aos vieses popular e geográfico que o termo possa ter. Enquanto o primeiro busca traduzir uma linguagem coloquial que apresenta a ideia de espaço de onde parte uma vivência, o segundo direciona para o saber acadêmico que define lugares como sendo “centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação (TUAN, 2013, p. 12).

Foi nessa universidade que pude experimentar pela primeira vez em minha carreira a escrita e pesquisa acadêmica, a partir do desenvolvimento de uma Iniciação Científica num convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no departamento de Meio Ambiente, onde sob orientação da Professora Doutora Maria Cristina Forti e o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pude desenvolver uma pesquisa intitulada “Inventário das Espécies Químicas em Ecossistema Terrestre no Estado do Amapá (Nordeste da Amazônia): estudo comparativo em microbacia hidrográfica”. Nesse trabalho, pesquisamos os impactos sociais e ambientais da extração de manganês (minério essencial para a fabricação de ligas metálicas como as do ferro, aço e alumínio) na bacia da Pedra Preta, na Serra do Navio, no estado do Amapá. A utilização do mercúrio na extração desse minério resultou na contaminação do solo, meios líquidos e vegetação da área, além de incidir sobre a vida animal, interferindo inclusive em seres humanos. Nesse momento, percebi que minha preocupação acadêmica mais relevante se deu junto a investigação das mazelas sofridas pelas populações tradicionais e ribeirinhas atingidas pela prática da mineração, porém não tivemos a oportunidade de avançar nesse viés do estudo no Amapá.

No INPE conheci o Professor Doutor Odím Mendes Júnior, físico que desenvolve pesquisas sobre descargas elétricas. Nossa proximidade acadêmica resultou na coorientação de minha pesquisa para produção do trabalho de conclusão de curso de graduação, escrita em parceria com Yusra Mohamad Mazloun, e orientada pelo Professor Doutor Jójhy Sakuragy sob o título “Análise dos Efeitos das Atividades Elétricas nos Ambientes de Ocupação Humana”. Nesse trabalho foram pesquisados os impactos das descargas elétricas sobre o ambiente habitado, principalmente nas grandes cidades da região Sudeste do Brasil, o que reforçou ainda mais a minha identificação com a área social, ambiental e sobretudo urbana. Perceba, caro leitor que aqui está o germe de minhas inquietações que fazem escrever agora essa tese de doutorado. Mas, há mais o que relatar.

Após a graduação, passei a ministrar aulas no Ensino Fundamental Público, como funcionário de carreira, junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, interior de São Paulo. Desde o início de minha carreira profissional como

docente busquei trabalhar com modalidades de educação emancipadora<sup>2</sup>, especialmente a educomunicação, que versa sobre a possibilidade de educar utilizando os meios de comunicação, de modo a promover, entre outras habilidades, a autonomia, o protagonismo social, a autoria da história pessoal e coletiva, além da liberdade de expressão e emancipação social. Esse ponto é relevante porque foi a partir da experiência construída na docência que direcionei meus estudos acadêmicos posteriores.

Paralelo à docência, iniciei uma especialização Lato Sensu em Educação Ambiental junto ao SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) do Rio de Janeiro, desenvolvendo práticas educativas de cunho socioambiental, com ênfase na ferramenta educacional. Como resultado, elaboramos um trabalho de título “Mídias Verdes: a educomunicação como ferramenta para a educação ambiental”. Nessa pesquisa, tive um primeiro contato com um modo de apropriação popular de um espaço público, uma Área de Proteção Permanente (APP) do rio Paraíba do Sul, no bairro Jardim Altos de Santana, localizado na zona norte da cidade de São José dos Campos, São Paulo. Essa apropriação ocorria – e ainda ocorre – por meio de práticas de agricultura urbana, desenvolvidas pelos moradores do entorno. Contudo, a notícia de que suas hortas seriam retiradas para a construção de um parque linear urbano denominado "Parque da Orla do Rio Paraíba do Sul", tornou a situação desconfortável para esses moradores agricultores. De posse dessa informação, decidimos – um grupo de estudantes do 7º e 8º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Dosulina Chenque Chaves de Andrade, localizada no bairro Jardim Altos de Santana, e eu – fazer uma pesquisa de campo para entender melhor o uso da área em questão. Foram realizadas entrevistas, conversas e encontros, quase todos registrados em vídeo, que geraram um material audiovisual que deu origem, a um mini documentário intitulado “Água Mole<sup>3</sup>”, no qual foram explicitadas as diferentes opiniões dos moradores sobre o uso da área e os

---

<sup>2</sup> Entendemos educação emancipadora como aquela que prevê a construção de modelos transformadores da sociedade, politizando o estudante de modo a permitir a ele a apropriação da realidade, deixando o mundo das fábulas para visualizar o mundo como ele realmente é, para assim tornar-se sujeito de sua própria história, consciente e atuante. Para Paulo Freire a educação emancipadora preconiza o conhecimento da realidade a fim de conscientizar o indivíduo de suas condições de atuação sobre ela, para modificá-la. Em suas palavras “trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)” (FREIRE apud FERRARI, 2008).

<sup>3</sup> Pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=7OPkIOai2HE>

possíveis conflitos que ocorreriam entre a administração pública e os moradores agricultores, caso o processo de urbanização da área ocorresse como previsto, sem nenhum tipo de consulta aos moradores ou sequer alguma audiência pública que colocasse em discussão os envolvidos no interesse do uso do território em questão.

Esse movimento levou a uma proposta de pesquisa de Mestrado onde se pôde investigar, com o auxílio dos orientadores Professora Doutora Sandra Maria Fonseca da Costa e Professor Doutor Leonardo Freire de Mello, os possíveis conflitos que se estabeleceram nessa relação entre o Poder Público e os moradores agricultores. Data deste período meu contato com o provocador Professor Doutor Manoel Lemes da Silva Neto, à época integrante do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PLUR/UNIVAP), com quem estreitei relações, e mais tarde pleiteei orientação acadêmica para o Programa de Doutorado em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (POSURB-ARQ).

Me interessei mais pelo sujeito Professor Manoel do que pelo programa de doutoramento em si, pois entendo que o interesse corresponda a vontade de tornar “inter”, “esse” que nos toca em provocação do pensamento, e foi isso que busquei, esse inter-esse pela pesquisa do Professor Manoel e que agora culmina nesse texto, necessário à orientação de sua leitura. E, vale ressaltar que daqui em diante, o texto trata muito mais de uma perspectiva de autoconhecimento do que de uma jornada acadêmica. Verdade também que esses campos são indissociáveis, e por isso estão sendo relatados aqui, a fim de que você que lê perceba nessa indissociabilidade os rumos desta tese.

No início do processo de doutoramento tive acesso ao conceito de espaço banal descrito pelo Professor Milton Santos (1994, p. 53) como sendo o “espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações – numa palavra, o espaço geográfico”. A partir disso, passei a analisar e questionar as banalidades que cercavam o cotidiano que vivia e percebi nelas uma relação direta para essa empreitada acadêmica. Novamente, explico.

Quando do início das aulas de doutoramento, passei a questionar minha existência, sobretudo com ajuda profissional, passando a frequentar um consultório de psicanálise lacaniana, com a psicóloga Gilvânia Araújo, para a qual os princípios do

tratamento são a escuta ativa do inconsciente e sua estrutura de linguagem (metonímia e metáfora), a partir da associação livre, atos falhos e esquecimentos. Nesse tipo de análise prima-se pela não medicação do paciente, e pela não utilização de técnicas e ações de cunho comportamental que podem criar a ilusão da “cura”, enquanto representam paliativos que aliviam momentaneamente a dor da existência, sem atuar na causa do problema existencial.

Enxergamos então, a partir do desenvolvimento do tratamento, que algumas dificuldades de relacionamento familiar resultaram em carências afetivas, ansiedades e inseguranças. Esse quadro, mais latente nos últimos três anos, resultou num cenário de sofrimento mais profundo, interferindo diretamente em minha vida prática, nas ações cotidianas, em minhas escolhas e na forma como lido com as demandas que muitas vezes são criadas. Nessa esteira encontrava-se toda a latência da vida, dos arranjos e relacionamentos sociais, profissionais e evidentemente acadêmicos, este último tratado mais adiante, justificando a escolha primária do tema desta pesquisa.

Outro fator determinante para a composição desse quadro é minha atuação profissional. Lembro-me que há cerca de dois ou três anos atrás, me via convicto: comporia toda minha carreira como professor da educação básica. Contudo, hoje, não tenho essa certeza. O fato é que não me sinto mais tão interessado em passar os dias dedicado a carreira docente, pelo menos não na forma em que ela está atualmente estruturada, seja na educação básica, seja na faculdade em que leciono (e neste estudo estamos abdicando do termo “ensino superior”, uma vez que entendemos que há diferentes formas de aprendizagem, diferentes tipos de conhecimento, e não vemos nesse gradação educacional nada que a faça parecer superior a qualquer outra, seja ele formal ou não), onde a falta de oportunidade sistêmica em desenvolver discussões mais aprofundadas de temas inerentes à formação docente figuram como frustrações profissionais.

Dessa herança docente surge a temática de uma das três partes deste estudo, (ou três atos de vida, como definimos Professor Manoel e eu): analisar a potência da relação educação-arte-cidade, como associação básica para a ação em políticas públicas de caráter territorial sob perspectivas libertárias, visando denotar que o potencial pedagógico da cidade como auxiliar na formação/desenvolvimento de cidadãos ativos, fica comprometida quando ocorre o seu racionalismo, sua



apropriação instrumental. E para isso, elegemos o Programa Cidades Educadoras<sup>4</sup> que se apresenta como uma ferramenta emancipadora e de criação de autonomia das cidades e dos agentes sociais ao mesmo tempo em que substitui a estratégia libertária por instrumentos de gestão, criando simulacros de cidadania e ação social. Essa temática será apresentada no primeiro capítulo – primeiro ato de vida – deste estudo, onde analisamos uma publicação endossada pelo Programa Internacional Cidades Educadoras que se pretende cartilha de ocupação de espaços públicos, com área de intervenção no Largo da Batata, na região de Pinheiros, Zona Oeste da cidade de São Paulo. Porém, a conclusão dessa análise não apontou para uma resposta satisfatória à seguinte indagação: a temática educacional e/ou pedagógica dá conta de redarguir aos meus anseios de pesquisador?

Num esforço para responder a essa pergunta, relatei ao Professor Manoel que gostaria de rever nosso objeto de análise, de modo que este fosse mais significativo para mim, inserindo assim a ideia de explorar um tema que sempre me despertou interesse: a arte, sobretudo a música.

Atuo como músico profissional há mais de vinte anos, e essa carreira sempre ajudou a dar significado à minha existência. Quando estou para a música me sinto completo, ou menos interrompido, contudo faz pouco compreendi que a música (e as atividades artísticas que a envolvem) sempre foi o ponto nodal das minhas realizações. Ser música, canção, poesia, para mim é vida.

Foi com essa busca, da dimensão do sujeito na pesquisa, que procurei o Professor Manoel, fundamental apoio acadêmico e pessoal. Desse encontro surgiu a ideia de ir à qualificação desta pesquisa munido de uma certeza: era necessário rever o objeto de estudo e tentar relacioná-lo à temática artística musical. Algo como pesquisar as propriedades pedagógicas que a música pode imprimir nos meios urbanos. Essa experiência, da orientação conjunta na qualificação, tornou-se um divisor de águas.

Nesta etapa, pudemos contar com as contribuições da professora Doutora Cilene Gomes que se mostrou receptiva a ideia de incluir na pesquisa da tese a temática

---

<sup>4</sup> Cidades Educadoras é “uma proposta integradora da educação formal, não formal e informal que se gera no contexto da cidade e se destina a todos os que a habitam; é também reveladora de um compromisso político, público e ativo que diz respeito, não só às famílias e às escolas, mas aos municípios, às associações, às indústrias culturais, às empresas e a outras instituições e coletividades” (BELLOT, 2008, p. 19).

musical, direcionando suas contribuições para um alinhamento entre o tema educacional e a temática artística urbana, visando investigar a potência da “música de rua” como agente público de caráter pedagógico das áreas urbanas. Junto com Cilene, a Professora Doutora Maria Eliza de Castro Pita, contribuiu sinalizando que seria importante situar essa investigação num ponto específico do espaço urbano e sugeriu um mapeamento social das atividades artísticas que ocorrem aos domingos na avenida Paulista, na cidade de São Paulo, a fim de verificar a potência emancipadora e educacional da arte urbana de rua, seguindo a pista de que talvez a iniciativa pública de fechar a avenida aos domingos para permitir apresentações musicais, também figurasse como uma estratégia de substituição das ações espontâneas e libertárias, presentes no território usado, por novos instrumentos de gestão comprometidos em simular ação social e cidadania. Entendemos então que havia viabilidade para realizar essa nova etapa do estudo e saímos satisfeitos com o resultado da revisão do objeto de estudo construído durante o exame de qualificação.

Essa etapa do estudo comporia a segunda parte desta tese – segundo ato de vida – apresentando a arte de rua, com maior ênfase para a música, como manifestação da relação pedagógica da cidade com o fenômeno da prática popular, tentando demonstrar afinidade (ou não) entre educação e cidade por meio da ação popular apreendida nas atividades da principal avenida do centro financeiro da cidade de São Paulo.

Contudo, outra intempere se abateu sobre a pesquisa, e nesse caso não apenas sobre a pesquisa: a pandemia de Covid-19, que se apresentou como um terror à vida humana, sobretudo porque obrigou, além da perda de vidas, agravada pela má direção governamental no país, também a um isolamento social, contrário à natureza da cidade, espaço de permanente troca e movimento. A política do isolamento se impôs mais ainda às pessoas que apoiam sua experiência de vida e sobrevivência no encontro. A música na avenida Paulista e também em outros espaços das cidades precisou ser interrompida, inviabilizando essa parte da pesquisa, que como citado anteriormente, seria a composição de um mapeamento das atividades artísticas daquela localidade. Essa cartografia social, viva no plano das ideias, precisou ser interrompida antes mesmo de ser iniciada na prática de campo.

A partir desse cenário, recorri novamente ao Professor Manoel para discutirmos qual o rumo nossa pesquisa deveria tomar e decidimos revisitar o texto fundador da nossa base teórica: “O Retorno do Território” do Professor Milton Santos. Revimos que há elementos pedagógicos e artísticos no texto e assim reconhecemos que o fundamento dessa tese sempre esteve em compreender no território usado as bases necessárias para uma lógica pedagógica, artística e social que permitisse a seus agentes uma ação política e emancipadora, como a que indica a Professora Ana Clara Torres Ribeiro em sua obra “Teorias da Ação<sup>5</sup>” e o Professor Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia<sup>6</sup>”.

Dessa maneira, na terceira e última parte dessa tese – terceiro ato de vida– baseada nas indeterminações do período histórico atual, nós apresentamos as repercussões, decorrências e ideias centrais do texto “Retorno do Território”, do Professor Milton Santos, buscando relacioná-lo com a análise realizada sobre a pedagogia da cidade e a arte nos espaços públicos, visando apresentar o território usado como ação popular emancipadora na cidade. Aqui, entendemos território usado como “o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (SANTOS, 1999, p. 19).

Quando da confecção da terceira parte desta tese, nos atentamos em relacionar a teoria do Professor Milton Santos sobre a temática que envolve o conceito de território usado, com as ações realizadas no Largo da Batata, que se tornou o polo morfológico<sup>7</sup> desta pesquisa, o que naturalmente suscitou investigações acerca das formas de uso

---

<sup>5</sup> A Professora Ana Clara Torres Ribeiro defende que é necessário teorizar a ação popular, fazendo valorizar o sujeito como agente social. Ela diz que “a angulação que está posta, então na disciplina [das Teorias da Ação], é uma angulação que advém da valorização da cultura, da valorização da política, da valorização da problemática do sujeito, a diferença entre a problemática do sujeito e os atores sociais e políticos” (RIBEIRO, 2014, p. 40-41).

<sup>6</sup> Para Paulo Freire o papel da educação é tornar-se ferramenta promotora de libertação, permitindo aos sujeitos fortalecer e/ou criar a autonomia necessária para tornarem-se livres da opressão e ser mais. Em suas palavras “somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas como também em práticas favoráveis à vocação para o ser mais” (FREIRE, 1996, p. 89).

<sup>7</sup> De maneira resumida, o polo morfológico é o espaço de análise de um fenômeno. Diferente da área de estudo, mais preocupada com a delimitação física do fenômeno estudado, o polo morfológico prevê uma ligação necessária com os demais polos da prática metodológica em pesquisas de ciência sociais: o polo epistemológico, o polo teórico e polo técnico. Assim, o polo morfológico seria “um espaço qualquer de representação, por articular os conceitos, os elementos, as variáveis numa arquitetônica mais ou menos rigorosamente construída. Se a teoria é o lugar da formulação da problemática, o polo morfológico é seu lugar de objetivação (BRUYNE et al., 1977, p. 159).

e ocupação do Largo, nos levando a conhecer uma prática que nos pareceu próxima daquilo que entendemos como território usado: as batalhas de rima, realizadas de maneira independente por agentes sociais locais que promovem encontros culturais a fim de discutir, por meio da música de rua, suas formas de ação na cidade. Assim, o segundo ato de vida, parte dois dessa tese, foi redesenhado de modo que essa prática das batalhas de rimas também fosse investigada. O encontro em torno das batalhas, de nome “Largo da Batalha” é apresentado no lugar da análise cartográfica da avenida Paulista, conferindo a essa tese uma sobreposição analítica do polo morfológico, que é comparado e analisado junto ao conceito de território usado, na parte três desta tese.

Cabe indicar que esta tese acabou por percorrer o caminho do não-óbvio, ou melhor, deixou-se confeccionar respeitando o conceito de obra aberta desenvolvido pelo filósofo Umberto Eco, para quem

o modelo de uma obra aberta não reproduz uma suposta estrutura objetiva das obras, mas a estrutura de uma relação frutiva [...] o modelo de obra aberta assim obtido é um modelo absolutamente teórico e independente da existência factual de obras definíveis como abertas [...] o resultado não é uma revelação acerca das coisas: é uma clarificação acerca de uma situação cultural em processo na qual se desenham conexões, a serem aprofundadas, entre vários ramos do saber e as várias atividades humanas (ECO, 1976, p. 29-31).

Por isso, acreditamos que essa estrutura de produção textual permita a você que nos lê, encontrar nexos nas diferentes temáticas abordadas, de modo a compreender o papel fundamental do território usado nas lógicas emancipatórias presentes ou não na pedagogia da cidade e na arte de rua, ferramentas que quando apropriadas pelas horizontalidades, de maneira espontânea, podem ser promotoras da emancipação social, urbanidade e do exercício do direito ao entorno e da cidadania, promovendo o fortalecimento das demandas dos “de baixo”, e portanto contrarracionais.

## I. Introdução

Neste estudo buscamos analisar a potência da relação educação-arte-cidade, como associação básica para a ação política de caráter territorial sob perspectivas libertárias. Essa importante estratégia, que denota o potencial pedagógico da cidade de auxiliar na formação/desenvolvimento de cidadãos ativos, fica comprometida quando ocorre o seu racionalismo, sua apropriação instrumental. Assim, o conceito dessa estratégia é substituído pelas ferramentas de gestão, como no caso do Programa Cidades Educadoras, criando simulacros de cidadania e ação social.

No Brasil, o Programa Cidades Educadoras é uma iniciativa da Associação Cidade Escola Aprendiz<sup>8</sup>. Desenvolver ações estratégicas para o fortalecimento da agenda de educação pela cidade figura como objetivo principal do Programa, que por meio de experiências de integração entre comunidades, escolas e território, visa à constituição de cidades orientadas para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

O Programa define que a diversidade é inerente às cidades atuais e prevê que este quadro aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios dessas cidades educadoras seria o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando as contribuições das comunidades que as integram e o direito de todos aqueles que as habitam, de modo que essas populações sintam-se reconhecidas.

Assim, para nortear esse Programa, foi criada, no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras , (Barcelona, Novembro de 1990), a Carta das Cidades Educadoras<sup>9</sup>, uma espécie de compêndio normativo onde constam 19 (dezenove) itens, entre **princípios**, como o de que “todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece”;

---

<sup>8</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que há 20 anos contribui para o desenvolvimento dos sujeitos e suas comunidades por meio da promoção de experiências e políticas públicas orientadas por uma perspectiva integral da educação.

<sup>9</sup> A Carta das Cidades Educadoras (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004, p. 02) “baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001)”.

**compromissos da cidade**, dos quais se apresenta, por exemplo o de que “a cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base de um diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades”; ou mesmo relacionados ao que denominam **serviço integral das pessoas**, onde figuram orientações como o de que “a cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo”.

Outro fator observado é o compilado conceitual apresentado pelo Programa Cidades Educadoras, que diz se apoiar, no caso brasileiro, em

permanente diálogo com o trabalho de diversos autores, entre eles, Anísio Teixeira (Escolas-Parque), Mário de Andrade (Parques Infantis), Paulo Freire (Educação Cidadã), Milton Santos (Território), Moacir Gadotti (Escola Cidadã) e Ladislau Dowbor (Educação e Desenvolvimento Local), para citar alguns (CIDADES EDUCADORAS, 2018).

Os conceitos e pensadores supracitados surgem como avalistas das ações do Programa Cidades Educadoras, contudo verifica-se na carência de concretude das ações observadas, alguns questionamentos pertinentes, como: (i) quais são os mecanismos de ação que implementam esse tipo de proposta? (ii) As premissas alvitadas pela Carta das Cidades Educadoras têm sido de fato alcançadas? (iii) Em que medida esse tipo de ação, ligada ao que o Programa denomina como sendo um território educativo<sup>10</sup>, é de fato transformada em ação concreta? (iv) Se o problema estrutural das cidades brasileiras diz respeito à desigualdade e à segregação socioespacial (VILLAÇA, 2001), em que medida as ações do Programa Cidades Educadoras diminuem esse quadro?

Para verificar tais questionamentos decidimos investigar um projeto específico denominado “Ocupe Largo da Batata: como fazer ocupações regulares no espaço público”, do ano de 2015, presente na sessão “Educação e Território” do sítio eletrônico da Cidade Escola Aprendiz, o Projeto figura como uma das ações que ajuda a validar São Paulo como cidade Educadora.

---

<sup>10</sup> No sítio eletrônico do Programa das Cidades Educadoras, na seção “Cidades Educadoras no Brasil”, consta a ideia de que o debate sobre o papel do território na formação de crianças e adolescentes tem norteado a elaboração de políticas públicas que compreendem a cidade como Território Educativo, porém não consta a definição conceitual do termo.

Definido o polo morfológico, buscamos entender as dinâmicas de uso daquele território de modo a localizar possíveis respostas. Encontramos novas perguntas que direcionaram para a necessidade de investigar, naquela mesma morfologia, outro possível potencial pedagógico da cidade, baseado no uso do espaço urbano para manifestações musicais de caráter libertário comprometidos com o acesso aos espaços de acessibilidade, de gentileza e vida nas cidades. Assim, compreender se espaços educadores podem ser verificados em experiências transitórias e incertas em lugares coloquiais como o metrô, a rua, a praça, os largos, tornou-se também nosso objetivo.

O que se segue é uma organização textual que tenta refletir os passos dessa investigação acadêmica, que se inicia por uma análise educacional, buscando diferenciar os termos “educação” e “pedagogia”, para avançar nos temas da pedagogia crítica e por fim, nas teorias do Professor Paulo Freire acerca do que chamou de Pedagogia da Autonomia. Em posse dessas informações, nossa produção se direciona para uma observação mais generalista do Programa Cidades Educadoras, e adiante com mais ênfase nas orientações desse programa sobre as ditas formas regulares de ocupação do espaço público por meio da análise do projeto “Ocupe Largo da Batata”, de autoria do grupo “A Batata Precisa de Você”, chancelado pela Prefeitura de São Paulo por meio de um edital público em que o grupo supracitado foi selecionado.

Na sequência, tentamos elucidar questões afetas aos termos “educação” e “arte”, apresentando a música como forma de expressão artística apropriada pelos agentes do espaço público. Essa análise culmina numa breve explanação da cultura hip-hop<sup>11</sup> e seus pilares de sustentação, que tem na música rap<sup>12</sup> uma de suas principais facetas. O texto progride então para uma análise mais aprofundada de um dos fenômenos da música rap no Brasil: as **batalhas de rima**, uma espécie de competição onde a palavra tem papel central, e junto do ritmo musical rap, são proferidas ao seu adversário no objetivo de demonstrar a uma plateia a potência das ideias e argumentos com sentido semântico e sintático, tentando comprovar maior eficácia

---

<sup>11</sup> Segundo Moassab (2011, p. 51), o hip-hop “movimento político-cultural nascido nos bairros negros das grandes cidades estadunidenses da década de 70, num período caracterizado por lutas pelos direitos civis e políticos por parte dos negros americanos, espalhou-se pelas periferias do mundo, numa relação estreita e essencial com cada lugar no qual se desenvolveu”.

<sup>12</sup> *Rhythm and Poetry*, termo em inglês que significa ritmo e poesia, fazendo uma alusão a prática musical/rítmica de expressar poeticamente ideias ligadas à cultura hip-hop.

frente às rimas proferidas pelo oponente. É importante ressaltar que apesar de competirem, um dos princípios valorizados nas batalhas é a conservação do ambiente amistoso e de construção coletiva de conhecimentos acerca dos temas tratados nos embates. O fenômeno escolhido foi o “Largo da Batalha”, evento que ocorre no Largo da Batata, mesmo polo morfológico de nossa primeira verificação prática. Essa parte do texto nos leva a uma intercorrência teórica ligada aos conceitos de “**teoria da ação**” “**sujeito corporificado**” e “**bioética**”, estudados pela Professora Ana Clara Torres Ribeiro.

Por fim, nosso texto versa sobre o conceito de “território usado”, apresentado pelo Professor Milton Santos, sobretudo nos escritos “O Retorno do Território”, do ano de 1994, posteriormente lançado em 2005, no *Observatorio Social de América Latina* e “O Território e o Saber Local”, lançado num dos cadernos do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1999. Nossa produção se propõe a discutir o conceito a partir dos fenômenos observados anteriormente no polo morfológico, de modo a compará-los e elucidar nossa visão sobre o tema, o que nos leva adiante para as considerações finais, onde tentamos traçar um perfil de encerramento e de apontamentos que nos falam do território usado como indício da realização do período popular da história.

Para o Professor Milton Santos, o período popular da história é compreendido como momento/condições em que a realidade objetiva, imposta pelas classes dominantes e suas ferramentas de exercício de poder, são superadas pela fusão das realidades subjetivas dos lugares. Ou seja, há um fluxo unificador cultural que possibilita a revolução. Em suas palavras,

somente agora a humanidade pode identificar-se como um todo e reconhecer sua unidade, quando faz sua entrada na cena histórica como um bloco. É uma entrada revolucionária, graças à interdependência das economias, dos governos, dos lugares. O movimento do mundo revela uma só pulsação, ainda que as condições sejam diversas segundo continentes, países, lugares valorizados pela sua forma de participação na produção dessa nova história (SANTOS, 2003, p. 170).

Esperamos que agora você que nos lê esteja mais confortável frente a organização estrutural de nossa escrita, de modo que seja mais suave transitar por nossos textos e ideias para nos acompanhar nessa difícil porém necessária tarefa. Ou melhor, nessa tarefa socialmente necessária: integrar o período popular da história! Viva!



## II. Primeiro ato de vida – a educação

*A escola é o mundo  
e o mundo é uma vida.*

**Criolo, 2016.**

### 2. Educação e Pedagogia: uma diferenciação necessária

Via de regra, entende-se que educação e pedagogia são sinônimos, contudo, um olhar mais apurado encontra diferenças fundamentais ao entendimento dos termos que indicam proximidade e não similaridade.

#### 2.1 Educação como fenômeno social

Educação é um fenômeno social, diretamente relacionado aos contextos culturais, econômicos, geográficos e políticos construídos e experienciados por todas as sociedades em acordo com seus acontecimentos e paradigmas localizados no eixo espaço-temporal.

O posicionamento do fenômeno educacional no tempo e nos lugares possui papel fundamental no fazer educativo, uma vez que cada sociedade configura a educação às suas necessidades implicando em concepções educativas distintas. Contudo, há um elemento que une as diferentes concepções educativas quando promovidas junto ao acontecer social: a **construção da cidadania a partir dos ditames educativos**. Desta maneira, há forte correlação entre sociedade e educação uma vez que ambas se influenciam e se transformam mutuamente, de modo a adequar-se às necessidades criadas a partir do convívio social.

Coaduna com essa premissa a visão de Alessandro Melo quando expõe que

a educação é socialmente determinada, ou seja, que o processo educativo deve atender as demandas que não são próprias desse processo, mas que advém das necessidades da sociedade em geral, e também do contexto em que se situa essa sociedade (MELO, 2012, p.42).

Sendo a educação resultado dos processos sociais localizados histórica e geograficamente, é necessário fazer um recorte indicativo de qual educação pretendemos abordar neste texto. Falamos aqui da educação brasileira contemporânea, lastreada na legislação nacional que assegura o seu exercício. É o

que se lê no artigo 205 da Constituição Federal Brasileira vigente, onde está explícito que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, p. 134).

Necessário destacar que, antes de tudo, para a Constituição Brasileira, a educação é um direito, assim todo cidadão e cidadã deve ter assegurado seu acesso à ela. Além disso, a legislação indica que a educação é um dever social que se impõe primeiramente às famílias que devem proporcionar aos indivíduos o acesso a situações de interação e aprendizagem que colaborem para o seu desenvolvimento. Ou seja, cabe a família a função de promover educação ao longo do processo de formação do indivíduo, de modo que este último esteja preparado para o convívio em sociedade e para o exercício de sua própria cidadania.

É imprescindível lembrar que o Estado também possui responsabilidades educacionais a cumprir com os cidadãos, seja por meio da criação e manutenção de equipamentos educacionais formais, como as escolas, seja proporcionando acesso aos meios educativos não formais como museus, arquivos públicos, teatros, bibliotecas, espaços de exposição de arte, cinemas, rua, praça pública, dentre outros.

Uma legislação federal mais específica, que versa sobre o direito à educação, é a Lei Nº 9394/96 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta normativa endossa e complementa o Artigo 205 da Constituição Federal Brasileira, pois em seu Artigo 2º lê-se:

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Aqui surgem dois conceitos que figuram como princípios/valores veiculados na normativa, que devem orientar a prática educativa no Brasil: **liberdade** e **solidariedade humana**. Evidente que a definição desses conceitos é variável, uma vez que esses princípios moldam-se aos indivíduos em acordo com suas experiências localizadas no eixo espaço temporal, tratado anteriormente. Contudo, inferimos que ao citar tais princípios, o Estado preconize por proporcionar uma educação que

permita e incentive a liberdade de expressão, dentro de seus limites legais, além da cooperação social para a construção de uma coletivo social nacional mais equânime.

É imperativo dizer que apesar de coletivo, configurando-se como direito sócio-individual, a educação deve assegurar a autonomia do indivíduo, seja na construção de sua forma de aprendizagem, seja no respeito a sua individualidade nos espaços de convívio social. Por isso, é importante ter em foco que a educação deve primar pela autonomia, termo de origem grega que possui lastro nos conceitos de independência e liberdade, adquirida a partir da construção coletiva das condições de tomar decisões individualmente baseadas na própria vivência do sujeito livre que a acessa, segundo Lacoste e França (1988, p. 45) a partir da seguinte lógica: “a autonomia só se conquista por meio do conhecimento”. Nesse sentido, o indivíduo que participa de experiências cotidianas que proporcionam acesso a liberdade de aprender, que deve ser garantida pela família e/ou pelo Estado, torna-se mais hábil à construir saberes ligados a objetivos próprios, proporcionando assim emancipação, e por conseguinte a autoria de sua própria história.

Quando se trata de educação, a autonomia e emancipação social estão diretamente ligadas às condições de existência do sujeito, pois atuam no despertar da curiosidade e da formação de opinião do mesmo. O Professor Paulo Freire (1996, p. 11) confirma esse raciocínio quando expõe em sua obra *Pedagogia da Autonomia* que a educação libertadora, emancipadora está “fundada na ética, no respeito à dignidade e a própria autonomia do educando”.

Entendemos que para que essa educação libertária, que impulsiona para a autonomia e emancipação social do sujeito, seja efetiva, é necessário que o Estado constitua-se garantidor do apoio às necessidades das gentes, como ordem coletiva, porém sem desconsiderar as características e identidades de cada pessoa. Para isso, é necessário que o próprio indivíduo se aproprie de suas condições identitárias a ponto de perceber-se como ser que aprende, ou como afirma Paulo Freire (1996, p. 56), “o homem é inacabado e, possuir consciência de seu inacabamento, é importante para que ele se torne autônomo”, ou seja, é a partir da apropriação individual da consciência do inacabamento filosófico e de aprendizagem que se forma o cenário para a construção e cristalização da autonomia, condição última da liberdade, capaz

de proporcionar aos sujeitos sua impressão (no sentido mais “gutenberguiano” do termo) identitária, por meio da qual age socialmente.

## **2.2 Pedagogia: uma discussão sobre o método de aprender e ensinar**

A pedagogia, como campo moderno do conhecimento, está diretamente ligada a ideia de métodos, de didática, de ensino e aprendizagem, sejam eles formais ou não-formais. Grosso modo, a pedagogia é a ciência teórica do ensino. Libâneo (2001, p. 22) indica a pedagogia como “um campo de conhecimentos sobre problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”.

E, se histórica, a própria pedagogia responde à lógicas de organização que serão tão mais emancipadoras quanto mais atuais na sua composição teórica. Assim, há pelo menos quatro pedagogias, que chamaremos aqui de abordagens pedagógicas **tradicional, humanista, cognitivista e sociocultural**.

### 2.2.1 Abordagem pedagógica tradicional

Quando se fala da pedagogia de abordagem tradicional, algumas marcas ficam bem delimitadas, sobretudo no que tange a rigurosidade comportamental e um excessivo respeito a padronizações. Nesse arquétipo, o modelo de ensino e aprendizagem possui foco principal no sujeito que ensina, entendido como figura indispensável à transmissão de conhecimentos. Dizemos transmissão porque nessa lógica tradicional, aquele que ensina é entendido como o sujeito que detém um saber, e que colocando-se nessa posição permite ao que aprende participar do processo pedagógico como um receptor e executor das determinações a ele impostas, privando-se de emitir ideias e ideais. Assim, a interrogação ou o diálogo não figuram como pontos centrais da relação de aprendizagem, ao contrário estabelece-se uma ordem hierárquica que empurra o que aprende para a inferioridade frente a todos os agentes educacionais que o cercam na dinâmica educacional. Há aqui a criação e o reforço de uma lógica educacional pautada em níveis de poder que não podem/devem ser desrespeitadas. É a ação vertical hierarquizando a aprendizagem.

Quanto a didática e as técnicas de ensino, as atividades de aprendizagem apresentam-se escalonadas, ou seja, estão organizadas em níveis de dificuldade, indo quase sempre das mais fáceis para as mais difíceis, focando sobretudo no trabalho individual, negligenciando a cooperação e impulsionando o individualismo. Nesse sentido, essas técnicas demarcam ainda mais a relação entre quem ensina e quem aprende, ocorrendo cada vez mais de maneira verticalmente determinadas. Mizukami (1986, p. 08) explica que o ensino “nessa abordagem, será centrado no professor. Esse tipo de ensino volta-se para o que é externo ao aluno: o programa, as disciplinas, o professor. O aluno apenas executa prescrições que lhe são fixadas por autoridades exteriores”.

Como a maior preocupação desse modal de aprendizagem é a sistematização dos conhecimentos, via de regra apresentados de forma acabada, cabe ao sujeito da aprendizagem uma participação passiva, uma vez que seu papel é receber informações, ou “receber conhecimento”, como teorizou o Professor Paulo Freire, a partir do termo “educação bancária”, onde

a narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em vasilhas, em recipientes a serem enchidos pelo educador. Quanto mais vá enchendo os recipientes com seus depósitos, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente encher, tanto melhores educandos serão (FREIRE, 1997, p. 62).

Dessa maneira, fica evidente que no modelo educacional bancário, o acesso ao conhecimento é imposto pela sistematização ao mesmo tempo em que reforça a opressão, pois o próprio Professor Paulo Freire (1997, p. 63) afirma que na concepção bancária reflete-se uma “sociedade opressora, dimensão da cultura do silêncio”, próxima das “práticas educacionais” atuais da Escola Sem Partido<sup>13</sup> e cada vez mais distanciando-se da prática democrática, necessária a uma pedagogia libertária e humanista.

---

<sup>13</sup> Escola Sem Partido (2022) se auto define como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis”, solicitando a provação de leis que visem garantir liberdade de ensino e aprendizagem no país. Contudo, essa liberdade já é garantida na Constituição Federal de 1988 e reforçada na Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96) que data do ano de 1996. Dessa forma, entendemos que ao solicitar a aprovação de leis educacionais que visam “busca liberdade de ensinar e aprender”, a Escola Sem Partido figura como um grupo que ou desconhece as leis educacionais vigentes no país, ou usa o termo “liberdade” com entendimento próprio, o que pode resultar em censura e culpabilização de agentes educativos.

## 2.2.2 Abordagem pedagógica humanista

O humanismo como abordagem pedagógica têm como compromisso a rejeição a toda e qualquer forma de manipulação, visando a libertação dos sujeitos. Paulo Freire (2010, p.74) refere-se ao humanismo como uma “forma de humanização dos seres humanos, uma humanização esperançosamente crítica e de grande potência solidária”.

Quando se propõe um ensino baseado no humanismo, e portanto nas necessidades daquele que aprende, leva-se em consideração teorias relacionadas à personalidade e individualidade desse sujeito. Dá-se ênfase às suas relações interpessoais e aos resultados dessas relações. Assim, seu avanço resulta no desenvolvimento dos processos de organização pessoal, convívio social, capacidade de atuar como pessoa integrada à sociedade e emancipação. Em suma, esse modo de ensino respeita o indivíduo e suas particularidades promovendo condições para o desenvolvimento de sua autonomia.

A partir dessa premissa, da pedagogia humanista, intimamente relacionada às mais amplas perspectivas educacionais, Mizukami explica que a pedagogia

tem como finalidade primeira a criação de condições que facilitem a aprendizagem do aluno, e como objetivo básico liberar a sua capacidade de autoaprendizagem de forma que seja possível seu desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional. Seria a criação de condições nas quais os alunos pudessem tornar-se pessoas de iniciativa, de responsabilidade, de autodeterminação, de discernimento, que soubessem aplicar-se a aprender as coisas que lhes servirão para a solução de seus problemas e que tais conhecimentos os capacitassem a se adaptar com flexibilidade às novas situações, aos novos problemas, servindo de experiência, com espírito livre e criativo (MIZUKAMI, 1986, p. 45).

Nesse sentido, espera-se que a aprendizagem do indivíduo seja assegurada a partir da garantia de condições de facilitação do ensino, de modo que esse processo se perfeça na vida prática do sujeito, buscando a valorização dos conhecimentos preexistentes, destacando assim suas características pessoais e humanas. Assim, entende-se que aquele que aprende não seja interpretado como apenas um receptor de informações, como no caso da educação bancária, mas como um agente produtor de sua própria história. Esse processo deve levar em consideração a episteme do aprendente, o que direciona para a necessidade de considerar sua cognição.

### 2.2.3 Abordagem pedagógica cognitivista

A abordagem teórica cognitivista é voltada para o entendimento da mente. Logo, possui caráter psicológico, buscando identificar nesse entendimento cerebral as influências e repercussões no campo comportamental do sujeito. Assim, entendemos que essa seja mais uma teoria em que o sujeito não é percebido como figura passiva no processo de aprendizagem. Ao contrário, o conhecimento desenvolvido é armazenado e passa a ser mobilizado de maneira autônoma para resolução de problemas que possuam similaridade aos ditames da aprendizagem anterior. Ou seja: o indivíduo aprende, armazena e recupera os conhecimentos necessários na sua aprendizagem original, de modo que a sua interação com os objetos de sua relação seja desenvolvida com base nessa recuperação de conhecimentos já construídos.

Sobre esse tema, Mizukami nos auxilia quando salienta que

o termo cognitivista se refere a psicólogos que investigam os dominados processos centrais do indivíduo, dificilmente observáveis, tais como: organização do conhecimento, processamento de informações, estilos de pensamento ou estilos cognitivos, comportamentos relativos à tomada de decisões (MIZUKAMI, 1986, p. 59).

Logo, essa abordagem educacional é necessariamente e predominantemente interacionista, de modo que o sujeito e suas relações com o mundo são analisados tendo em vista que o conhecimento gerado é resultante da interação entre eles (sujeito e objeto). Isso resulta no vivenciar de fases que se inter-relacionam, uma vez que esse sujeito não é identificado como um ser acabado. Ao contrário, suas relações e os resultados delas apontam para o sentido de ser aberto, ou seja sujeito em construção.

Entendemos assim que esse processo pedagógico possua papel de grande relevância na formação dos sujeitos, uma vez que ao conviver com situações que promovam desequilíbrio, os mesmos se veem na necessidade de desenvolver operações resolutivas enquanto se desenvolvem cognitivamente. Dessa forma, os objetivos educacionais cognitivistas não podem ser construídos com base na mera transmissão de informações, modelos ou pontos de vista. O que ocorre é a aprendizagem autônoma, de modo que ao mobilizar modelos e informações, construa seu ponto de vista próprio, promovendo a liberdade de ação do sujeito.

Há de se convir que quando o ensino e a aprendizagem estão customizados às necessidades do indivíduo, não há por regra um modelo de **ensinagem**<sup>14</sup>. Isto posto, as ações desse sujeito passam a ser o centro de todo o processo de aprendizagem influenciado pelos fatores pessoais e sobretudo sociais, o que faz sublevar o trabalho coletivo como principal estratégia de aprendizagem significativa. As metodologias que promovem desestabilização do sujeito ganham papel fundamental, pois é por meio da interação que, via de regra, o aprendente busca superar suas dificuldades.

Piaget (1977, p. 37) adverte que os modais educacionais significativos necessitam proporcionar desafio e interesse àquele que aprende. Em suas palavras “o interesse é a orientação própria a todo ato de assimilação mental”. Assimilar, mentalmente, é incorporar um objeto à atividade do sujeito, e esta relação de incorporação entre o objeto e o eu não é outra que o interesse, no sentido mais direto do termo “inter-esse”.

Entendemos assim que o processo de ensino e aprendizagem cognitivista significativo siga as concepções pedagógicas piagetianas, que acolhem um processo aberto promotor de indagações e questionamentos. Nesse sentido, o aprender fica relacionado com a interação ente os objetos de análise e a mobilização dos esquemas mentais, que compreendem, dentre outras características, as lógicas de tentativa e erro, de pesquisa e investigação, de resolução de problemas, da troca entre seus pares, da socialização de saberes, do levantamento de hipóteses, da argumentação e de outras técnicas que estão para além da memorização para repetição de conceitos e definições fechadas, sem oportunidade de discussão e revisão.

Essa ensinagem é fundamental e indispensável ao entendimento de um fazer pedagógico que se preste a desenvolver características e valores democráticos tão necessários ao convívio social (base da abordagem pedagógica sociocultural) que busque no exercício da cidadania a sua forma de (r)existência.

---

<sup>14</sup> Encontrado no texto “Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula” de autoria de Léa das Graças Camargo Anastasiou e Leonir Pessate Alves, para quem o termo ensinagem compreende “toda a ação de ensinar e de aprender” (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 15).



#### 2.2.4 Abordagem pedagógica sociocultural

A abordagem pedagógica sociocultural tem por base o destaque dos aspectos sócio-político-culturais significativos para a aprendizagem, de modo que prevê no interacionismo<sup>15</sup> a base para o desenvolvimento do sujeito coletivo como criador do seu próprio conhecimento.

Mais uma vez Mizukami (1986, p. 87) nos auxilia ao esclarecer que o ser humano é o “sujeito da educação e apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação homem-mundo, sujeito-objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis”<sup>16</sup>.

Essa perspectiva defende que os seres humanos se constroem a medida em que se integram com os objetos de sua ação, assim é de sua interação com o mundo que resulta a sua própria identidade, a sua própria existência consciente de seu inacabamento. Para tal, os agentes que ensinam e aprendem relacionam-se de modo horizontal, ou seja não há uma hierarquia estabelecida. Ou, quando há, esta não inviabiliza a troca, pois mesmo ocupando diferentes posições no processo de aprendizagem, os sujeitos se constroem de maneira igualitária.

Para nós, a visão do Professor Paulo Freire sobre esse tema é bastante esclarecedora. Ele diz que

não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não seria possível fazê-lo fora do diálogo. É através desde que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com educando, que ao ser educado também educa. Ambos, assim, se tornam

---

<sup>15</sup> Conceito desenvolvido pelo psicólogo Lev Semionovitch Vygotsky que trata da compreensão do indivíduo a partir da consideração e investigação de sua interação com o espaço e a sociedade. Nas palavras de Vygotsky, o interacionismo ocorre quando “uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento (VYGOTSKY, 2007, p. 57-58).

<sup>16</sup> O termo práxis corresponde a uma hibridização ente o conceito marxista e freiriano, este último para quem os seres humanos “ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica” (FREIRE, 1997, p. 103-104).

sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, 1997, p. 95).

A partir disso, entendemos que numa pedagogia preocupada com o a educação fortalecedora da liberdade e que valoriza a libertação, a autonomia e a emancipação estejam alinhadas com o modelo pedagógico sociocultural, que também se relaciona diretamente com as abordagens humanista e cognitivista, resultando dessa união o reconhecimento dos valores individuais e coletivos dos sujeitos, o que rompe com os modais tradicionais centralizadores e burocráticos, que por sua natureza não se aproximam da lógica libertária que gera e fortalece a autonomia dos sujeitos.

Caso o que se queira seja proporcionar espaços educativos que apontem para a formação e fortalecimento da cidadania, é necessário investir numa pedagogia que visa uma educação democrática, dialética, que reintegre diferenças, que não se furte a promover educação e deseducação<sup>17</sup>, promovendo constante reflexão da ensinagem para uma sociedade mais equânime.

### 2.3 Pedagogia Social Crítica

No trato cotidiano, de evoluções técnicas latentes, e apontando para a pedagogia como um dos resultados de seu progresso técnico influenciado pelo mercado, o professor Milton Santos explica:

Num mundo cada vez mais dominado pela técnica, considerada como autônoma, e pelo mercado, considerado como irresistível, a técnica e o mercado estão se impondo como baluartes da produção e da vida, e penetrando assim, nos fundamentos do ensino (SANTOS, 1998, p. 02).

De acordo com essa premissa, quase toda ação educacional, seja de maneira consciente ou não, acaba sendo orientada pela noção mercadológica que, por sua vez, direciona o fazer pedagógico às suas necessidades.

---

<sup>17</sup> No texto intitulado “Koan”, da obra *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*, Rubem Alves (2012, p. 27) explica que a deseducação é parte da aprendizagem do indivíduo e que ao desaprender o indivíduo passa a ver e a se relacionar com o objeto de análise de maneira inédita, o que promove novas formas de aprendizagem, mais complexas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 43), espécie de orientadores da confecção dos currículos (conteúdos, métodos, estratégias e concepções pedagógicas) escolares do país, apresentam como um dos objetivos a se atingir para as disciplinas de História e Geografia, ainda no Ensino Fundamental, a necessidade de se “valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades”.

A pedagogia, como campo útil ao fortalecimento da democracia e da diminuição das desigualdades, preconiza o fazer coletivo, pois para Freire (1996, p. 29) “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”.

Ou seja, o “libertador” não pode forçar o “preso” a libertar-se, mas pode conscientizá-lo de sua alienação e desvelar assim o mundo opressor que o cerca. Caberá então ao alienado libertar-se a si, para ao tomar consciência da práxis da liberdade, tornar-se sujeito de sua própria história.

Sabe-se também que não há indivíduos sem mundo, e não há transformação sem os indivíduos, por isso é que somente quando o sujeito toma consciência do mundo, é que ele pode transformá-lo, ou como diz Sartre (1947, p. 25) “a consciência e o mundo se dão ao mesmo tempo: exterior por essência à consciência, o mundo é, por essência, relativo a ela”.

Nesse sentido, entendemos que a pedagogia social crítica emerge como possibilidade de articulação entre a ética e a justiça social, baseando-se no sentimento da esperança como possibilidade de modificação das realidades opressoras. É Como pensa McLaren, para quem

a pedagogia crítica serve, num sentido mais amplo, como uma hermenêutica política que orienta a articulação do significado vivido no interior das contingências da história, de acordo com um compromisso ético de justiça social. A pedagogia crítica tem se constituído como uma forma de navegar através das tecnologias de poder, criadas no interior dos terrenos contestados das culturas pós-modernas. A força da pedagogia crítica reside na sua capacidade para fortalecer o princípio da justiça social e para levar esse princípio ao domínio da esperança (MCLAREN, 2001, p. 97).

Assim, essa pedagogia atua em prol de um modelo de educação (não necessariamente formal) libertário, que visa auxiliar o sujeito a compreender sua situação cotidiana, e a partir dessa compreensão, avançar em seu estágio de consciência e de libertação. Sobre a educação libertária, o professor Paulo Freire diz:

A favor de quê e de quem e, portanto, contra o quê e contra quem se educa? A favor de quê e de quem e, portanto, contra o quê e contra quem se constrói o currículo? Ao contrário do que propaga o determinismo hegemônico, o conhecimento e o currículo não são neutros, nunca. Representam, sempre, uma opção política, mesmo que esta seja francamente favorável à despolitização da sua discussão. E, por isso mesmo, continuam fundamentais as compreensões dos "estágios transitivos da consciência (FREIRE, 1984, p. 44).

Assim, entende-se que, ao atuar diretamente na composição/transição dos graus de consciência dos indivíduos, a pedagogia social crítica se apresenta como possibilidade de criação de um modelo de educação coletiva, dialética, autônoma e técnica, visando contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e equânime, onde todos tenham tudo, onde a potência dos sujeitos encontre materialidade.

Seguindo essa linha de entendimento filosófico da educação e das pedagogias, desponta um dos trabalhos do Professor Paulo Freire: a obra "Pedagogia da Autonomia" que aborda a educação a partir de uma perspectiva libertária e emancipadora. Essa obra é o tema central do texto apresentado a seguir.

#### **2.4 Pedagogia da Autonomia: a visão de Paulo Freire sobre a educação emancipadora**

A ação educadora crítica é consciente. Assim, a pedagogia que visa emancipar o indivíduo também o deve ser. Mas, o que se pode considerar como pedagogia crítica? Para o Professor Paulo Freire, essa pedagogia está necessariamente ligada à reflexão **teórico prática**, em que o primeiro termo possui um caráter fundante que garante que o mesmo não vire discurso esvaziado de sentido, e por isso mesmo enfadonho, enquanto que o segundo esteja munido de saberes e ações que estão para além do ativismo.

Para isso, é fundamental compreender alguns saberes indispensáveis à teoria e prática pedagógicas libertárias, como por exemplo a ideia de que o conhecimento é construído coletivamente. Paulo Freire (1996, p. 22) salienta que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção", o que significa dizer que os indivíduos envolvidos no processo

pedagógico formativo, apesar de ocuparem papéis diferentes, devem ser considerados como duas potências de ação equivalentes.

É preciso que desde os começos do processo **[pedagógico]**, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao seu formador. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual o sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se aplicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p.23, grifo nosso).

Desta feita, entendemos que ensinar e aprender, ações sociais que aproximam pessoas, são tão complementares que um não existe sem o exercício do outro. Ainda mais, como Paulo Freire, cremos que os agentes envolvidos no processo pedagógico jamais devam ser entendidos com base numa lógica hierárquica que segrega. Ao contrário, se teoricamente ensinar e aprender não ocorrem em hiato, educador e educando só o são porque atuam em práxis dialética horizontal, equipotente, proporcional.

Para haver prática pedagógica que respeite as horizontalidades, é extremamente necessário que as partes envolvidas no processo educativo exerçam autenticidade e totalidade, de modo que as capacidades de aprender se desenvolvam em todos os campos que a aprendizagem exige.

O Professor Paulo Freire acolhe esta reflexão ao propor que

quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade (FREIRE, 1996, p. 24).

Essa totalidade exigida pelo processo pedagógico torna imprescindível a mobilização e compreensão de ações ligadas a fatores listados pelo Professor Paulo Freire, como: (i) rigorosidade metódica; (ii) pesquisa; (iii) respeito aos saberes já construídos; (iv) criticidade; (v) estética e ética; (vi) corporeificação das palavras pelo exemplo; (vii) risco, aceitação do novo e rejeição as formas de discriminação; (viii) reflexão crítica sobre a prática; e (ix) reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Esses fatores são descritos a seguir.

#### 2.4.1 Rigoriedade metódica

Para haver aprendizado significativo e socialmente necessário, é importante entendê-lo a partir do ponto de vista específico da criticidade. Um olhar superficial sobre o tema pode dar a entender que criticidade e método são conceitos díspares, uma vez que o método pode denotar rigidez, inflexibilidade. E, caso se queira compreender o método a partir de sua lógica científicizada, via de regra acaba-se por incorrer nesse erro. Ao contrário, a aplicação do método é o que garante a possibilidade de revisão das verdades científicas, desde que alinhado com práticas libertárias.

Paulo Freire explica esse raciocínio quando propõe que

ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 1996, p. 26).

Desse modo, há a exigência de educadores e educandos abertos a essa flexibilidade do método, de modo que possam reorganizá-lo frente aos resultados da aplicação de um “método inicial” que aponte as necessidades dos envolvidos no processo de aprendizagem. Em outras palavras, é necessário investir no diagnóstico das carências educacionais e mesmo metodológicas, a fim de propor um caminho de construção de conhecimento que não está engessado em si, mas que se metamorfoseia e se completa na prática e na reflexão da prática. Essa visão coaduna com as ideias veiculadas na obra “Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais”, realizado por De Bruyne et al (1977) que prevê mudança constante no método, uma vez que ao reaplicá-lo, o mesmo se redesenha, alinhando-se as novas informações adquiridas no processo.

A aprendizagem ocorre então por meio da relação entre os sujeitos da aprendizagem e as formas que o método ocupa, e para que esse cenário se desenhe, a pesquisa se torna algo indispensável, pois auxilia na composição estrutural do ciclo gnosiológico.

#### 2.4.2 Pesquisa

Pesquisar é ação educativa *sine qua non*<sup>18</sup>. Não há ensino ou aprendizagem sem a pesquisa, pois ela mesma é, em sua natureza, uma forma de aprendizado. Etimologicamente, o termo “pesquisa” deriva da palavra *perquirere*, que em latim traduz-se como “procurar com perseverança” (HOUAISS, 2009, p. 1483). Nesse sentido, – e sabendo que os sujeitos que ensinam e aprendem devem ser reconhecidos como agentes de semelhante valor/importância no processo pedagógico, conforme alertamos anteriormente – entendemos que ensinar e aprender configuram os indivíduos como genuínos pesquisadores em estado de ação permanente. Coaduna com essa afirmação a visão de Paulo Freire, para quem

não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazerem se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).

A pesquisa se corporifica no ato de aprender/ensinar, uma vez que oportuniza condições de prática dialética, relação sujeito-objeto, composição de aprendizagens complexas e sobretudo conhecer ao outro enquanto se reconhece a si. A pesquisa, como forma de aprendizagem, direciona para esse autoconhecimento e também para a consideração da indispensabilidade do outro. Pesquisar é, antes de tudo, reconhecer-se no outro, no meio, nos saberes já realizados pelas partes. É ato prévio, é constatar com base na investigação, aquilo que se é no outro. Por isso, o respeito aos saberes daquele que comigo dialoga é fundamental.

#### 2.4.3 Respeito aos saberes já construídos

Os saberes são desenvolvidos na prática comunitária, na cultura de bairro, no seio familiar, no contato com instituições de aprendizagem, no diálogo com o próximo e sua psicofera<sup>19</sup>, nas andanças pela cidade e também pela urbanidade, ou sua falta.

---

<sup>18</sup> Locução adjetiva do latim que significa “sem a qual não”. Expressa indispensabilidade e/ou qualidade de coisa imprescindível, essencial (POPPELMAN, 2015, p. 113).

<sup>19</sup> A psicofera corresponde ao reino das ideias, crenças, paixões, sentidos e ao lugar da produção de um sentido, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário (SANTOS, 1996, p. 256).

É necessário considerar essas vivências se o que se quer é realizar uma aprendizagem que entende todos os agentes envolvidos nela como portadores de saberes relevantes à construção de uma sociedade equânime. Contudo, quando os programas de aprendizagem não consideram os saberes prévios, ainda mais quando construídos à margem da urbanidade experimentada nas centralidades, o saber se torna eletivo. Eletivo às áreas em que ocorre distante das violências, da falta de recursos básicos, da boa alimentação, do passeio público com três metros de largura que é acompanhado por uma ciclovia que integra tudo, desde que esse tudo esteja circunscrito ao que é central. Daí a importância de ouvir todos os agentes do ensino-aprendizagem, afinal a pedagogia é um ato político.

Paulo Freire (1996, p. 30) indaga: “por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética da classe embutida nesse descaso? Estabelecer uma intimidade?”. E nós, nos obrigamos a responder: porque, talvez o objetivo da prática educativa, estabelecida pelos de cima, seja justamente impedir que a criticidade se desenvolva pelos de baixo. Num país de abissal desigualdade social e econômica, a manutenção do *status quo*<sup>20</sup> figura como interesse principal das elites financeiras. E, será bom reafirmar: elite financeira, ou pelo menos elite econômica, afinal entendemos por elite aquilo/aquele que há de mais avançado num determinado recorte analítico e nos recusamos a compreender como elite a classe social mais rica, que demanda privilégios conseguidos a partir da exploração dos trabalhadores, e que por isso é geradora de pobreza e miséria. Assim, esse grupo não representa para nós um sinônimo de elite nacional. Ao contrário, para nós, a elite está em nós, os de baixo.

#### 2.4.4 Criticidade

Crítico. Um termo ambíguo, ou como muitos termos da língua portuguesa, um adjetivo que pode conter inúmeros significados. Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa, por exemplo, o termo pode significar:

---

<sup>20</sup> Locução adjetiva do latim que significa “no estado das coisas”. Expressa estado ou circunstância que se mantém igual ou do modo como estava antes de um evento ou alteração (POPPELMAN, 2015, p. 116).



1. que faz análise de; analítico <estudo c. de um romance>; 2. que julga, faz a apreciação, a crítica de uma obra de arte, ciência, comportamentos, costumes, etc. <uma matéria c. sobre um musical>; 3. que avalia competentemente, distingue o verdadeiro do falso, o bom do mau, etc. <um talento c. indiscutível>; 4. que censura, desaprova, desaprova <um olhar c.>; 5. difícil, grave, perigoso <o momento mais c. da doença> <sua situação econômica era c.> (HOUAISS, 2009, p. 575).

Nesse sentido, quando abordamos a palavra crítico, no que tange a formação do cidadão, nos restringimos ao conceito descrito no item três do dicionário de significados, quando o termo aparece ligado à ideia de competência avaliativa daquele que observa e julga o valor que compõe ou orienta os objetos de análise.

Quando se refere à ação do mediador – agente diretamente ligado aos princípios educacionais e pedagógicos – na formação de cidadãos críticos e socialmente emancipados, Bassani explica que

o papel de mediador se reflete na concepção de homem que se pretende formar: um cidadão que desenvolva a autonomia e seja crítico, capaz de trabalhar em grupo, capaz de tomar decisões diante das situações do cotidiano, da sua vida familiar, da sua vida profissional ou de sua condição de cidadão, um sujeito capaz de promover transformações em sua comunidade (BASSANI et al., 2013, p. 07).

Assim, verifica-se que o indivíduo crítico, é capaz de tomar decisões consciente de suas ações, fazendo uma análise em que julga o que lhe parece ser mais razoável no plano das escolhas que implicam reverberações sociais, sobretudo em seu entorno<sup>21</sup>, sua comunidade.

Essa ação consciente, é em sua natureza curiosa, ou como traduz o Professor Paulo Freire: curiosidade crítica. Para ele, as metodologias de aprendizagem fazem superar o senso comum em que está fundeada a curiosidade ingênua, atingindo o patamar do que chama curiosidade epistemológica, esta última que visa proteger da racionalidade atual, tão intimamente relacionada com um projeto de poder que é vertical. Ele diz:

Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativa progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes ou produzidos por certo excesso de

---

<sup>21</sup> Para o Professor Milton Santos (2014, p. 64), o “entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual”, logo coletivo aos que compartilham o entorno, seu entendimento e operabilidade.

“racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologizado. E não vai nesta consideração de quem, de um lado, não diviniza a tecnologia, mas de outro a diaboliza. De quem a olha ou mesmo a espreita de forma criticamente curiosa (FREIRE, 1996, p. 32).

A superação da curiosidade ingênua, imbrincada às tecnologias e evoluindo para uma curiosidade crítica, deve ter proximidade com a ética e por conseguinte com a estética. Ambas, unidas podem fazer sublevar a curiosidade nata a uma categoria organizada do conhecimento, cara a formação de cidadãos críticos e autônomos.

#### 2.4.5 Estética e ética

“Decência e boniteza de mãos dadas”. É assim que Paulo Freire (1996, p. 32) define a relação ética-estética necessária à formação do Ser Mais<sup>22</sup>. É munido dessas duas características principais que o patrono da educação brasileira prevê que o processo de formação, de aprendizagem, de educação deva ocorrer em consonância com a formação moral. Ser ético é ponto fundamental para a pedagogia, logo formar é também ser, pois exige coerência e exemplo. Em outras palavras, é preciso agir moralmente em relação aos padrões éticos estabelecidos, reconhecidos e valorizados pelos indivíduos que estão em relação direta.

Tratando do tema, Freire aponta que

mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela (FREIRE, 1996, p. 33).

Desta maneira, entendemos que o “formar-se” seja verbo transitivo direto, pois necessita de um complemento para fazer sentido. O complemento é o outro, é a égide ética, é o movimento de construção e reconstrução contínuos, junto àquele que me completa, que me percebe, que me constrói.

Rubem Alves (2012, 45) concorda com essa premissa quando afirma que “a aprendizagem e o ensino são um empreendimento comunitário, uma expressão de solidariedade”. E isso, tudo tem a ver com o respeito às características intimamente

---

<sup>22</sup> Para Paulo Freire (1997), o “Ser Mais” corresponde a um movimento de busca de humanização e exercício de alargamento da potência humanística do ser humano, uma vez que esta seria sua vocação histórica e ontológica.

humanas. Paulo Freire (1996, p. 33) complementa: “se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral”, logo exige corporeificação das palavras pelo exemplo, pois também se aprende pela mimese.

#### 2.4.6 Corporeificação das palavras pelo exemplo

Somos seres miméticos. Desde a mais tenra idade aprendemos parte significativa daquilo que mobilizaremos em nossa vida, a partir da observação e da imitação do outro. É esse quadro de identificação que nos faz perceber humanos, próximos do que somos e distantes das outras espécies que habitam nosso entorno, nossa vivência, nossas experiências. É também a partir da “cópia” dos costumes criamos nosso lugar alinhado ao mundo em que estamos.

Tomasello aponta que esse mecanismo se apresenta ainda na primeira infância (cinco primeiros anos de vida) quando

o lactente (ou a criança na primeira infância) identifica-se com o outro, percebe-o como ator intencional e faz o mesmo em relação a si; participa, com outros, das atividades que requerem uma atenção simultânea; apreende inúmeras relações causais entre os objetos físicos e os acontecimentos do mundo; reconhece as intenções de comunicação expressas pelos gestos, pelos símbolos linguageiros e pelas construções verbais. Imitando o outro ou trocando os papéis, ele aprende a produzir os mesmos gestos, os mesmos símbolos e construções, e a formar categorias de objetos baseados na linguagem e esquemas de acontecimentos (TOMASELLHO, 2019, p. 161).

Assim, desde o simples ato de deslocar um objeto e perceber o resultado dessa ação, até as formas mais complexas de comunicação verbal e não verbal, necessitamos do outro, não só como interlocutor, mas também como aquele em que me percebo, com quem troco, me construindo e me identificando.

No plano pedagógico não é diferente. Ao contrário, o papel que o formador exerce é tamanho que muitas vezes sua ação pode ser confundida – por outrem ou por ele mesmo – com o exercício de uma relação hierárquica de poder, de “saber mais”, e em alguns casos até de exploração do outro.

De fato, entendemos que no ato pedagógico, no fazer da aprendizagem, que é dialético, as relações e interações devem ocorrer de maneira horizontalizada, ou seja entre iguais.

Paulo Freire adverte que

o professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigurosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica do “faça o que mando e não o que eu faço”. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras à que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo (FREIRE, 1996, p. 34).

Essa maneira de pensar torna impossível uma educação baseada em posturas como as do popular e autoritário “sabe com quem está falando?”, comum nas discussões em que se quer diferenciar interlocutores baseando-se na experiência, titulação, hierarquia, gênero, classe social, etnia, geografia e demais artifícios de segregação. E, esse tipo de narrativa é um convite à discriminação, intolerância, raivosidade e violência.

O que se busca numa relação de aprendizagem, ao contrário da raiva e da violência, é segurança argumentativa, discordância amigável e crítica construtiva, que promovam elaboração coletiva de saberes complexos e comunitários, livre dos preconceitos e discriminações.

#### 2.4.7 Risco, aceitação do novo e rejeição às formas de discriminação

Aceitar o novo – não confundir com o discurso neoliberal do novo<sup>23</sup>– estando disponível ao risco, é atitude própria da aprendizagem crítica. Há de se lembrar que o que se diz velho, mas que mantém sua tradição ou legitimidade no tempo e na ação, deve ser considerado novo. Assim, novo é manter-se apartado das oligarquias da discriminação. Paulo Freire (1996, p. 36) dirá que “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

É necessário descolonizar o pensamento, se achar próximo àqueles que lutam por direitos sociais básicos, pelo direito ao entorno, pelo direito à educação e à pedagogia

---

<sup>23</sup> Entendemos o novo como um discurso, não apenas como um termo. Para nós, quando esse discurso se aplica na psicofera, impulsiona para um comportamento sequioso e dependente da narrativa da novidade, de modo que impulsiona os indivíduos à produção, aquisição, consumo e descarte de bens cada vez menos duráveis, que por sua natureza acelerada, criam a demanda da necessidade do “novo”. O filósofo sul-coreano Byoung-Chul Han (2017b, p. 34) aborda essa temática ao afirmar que a “pura inquietação não gera nada de novo. Reproduz e acelera o já existente”.

libertárias. E, para isso é preciso entendimento coparticipado, desconstruído das estruturas patriarcais, da branquitude acadêmica, da epistemologia de pensamento único<sup>24</sup>, da hierarquia do saber. A filósofa brasileira Djamila Ribeiro aponta que essas características têm íntima relação com o privilégio social, que é também, e muito, étnico e eurocêntrico, pois para ela,

quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências de conhecimento. [...] O racismo se constituiu como a ciência da superioridade eurocristã branca e patriarcal (RIBEIRO, 2020, p. 24).

Logo, verifica-se que a admissão do pensar eurocêntrico possui função de perpetração de saberes brancos, patriarcais, heteronormativos, misóginos, cristãos e capitalistas, de modo que legitima, nessa chave de pensamento, uma pseudo-superioridade – ou mesmo esse discurso – de quem se acha abraçado por esses conceitos, colocando em situação de desvantagem e exploração àqueles, e principalmente àquelas, que se encontram fora desse corolário de privilégios.

Djamila Ribeiro ainda diz que é necessário pensar outros saberes:

o saber das mulheres de terreiro, das lalorixás e Babalorixás, das mulheres do movimento de luta por creche, lideranças comunitárias, irmandades negras, movimentos sociais, outra cosmogonia a partir de referências provenientes de religiões de matriz africanas, outras geografias de razão e saberes (RIBEIRO, 2020, p. 27).

É dessa forma que há necessidade de se reconhecer e permitir o exercício da valorização da episteme dos de baixo, daquelas e daqueles que lutam por ocupar espaços aos quais foram tolhidos de participar, seja por mecanismos legais e normativos, seja por mecanismos implícitos, velados, espaciais<sup>25</sup>. É necessário desnaturalizar o eurocentrismo com modelo civilizatório de educação, que ignora a

---

<sup>24</sup> Referência à obra *Cidade do Pensamento Único* (2012), de Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, em que se assume que a economia de mercado tem atuado como orientadora do único discurso de planejamento e gestão das cidades, o que interfere diretamente na autenticidade e espontaneidade da formação do território urbano.

<sup>25</sup> Para a Socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2014, p. 34-35) a intenção daqueles que projetam os espaços que serão utilizados e/ou habitados por outrem, interfere diretamente na possibilidade de agir do indivíduo que vivenciam-se nesses espaços, assim “não podemos entrar em nenhum espaço físico pensando que ele está completamente aberto aos nossos desígnios”.

racionalidade da cidade dos de baixo, ou seja da dinâmica socioespacial do território usado.

E, para isso se faz itinerário refletir criticamente sobre a prática da aprendizagem, sobre a prática da interação social, sobre a própria prática educativa. A análise crítica toma aqui o lugar de autoanálise, tão socialmente necessária quanto a prática libertária.

#### 2.4.8 Reflexão crítica sobre a prática

Como agir criticamente sem (re)pensar a própria ação? Como negligenciar a autoanálise e esperar construir pensamentos com competência coletiva? Paulo Freire (1996, p. 38) nos ensina que “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”, ou seja aprender exige comunhão entre as partes envolvidas no processo de construção do conhecimento, e isso não se faz sem reflexão crítica.

O momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996, p. 39).

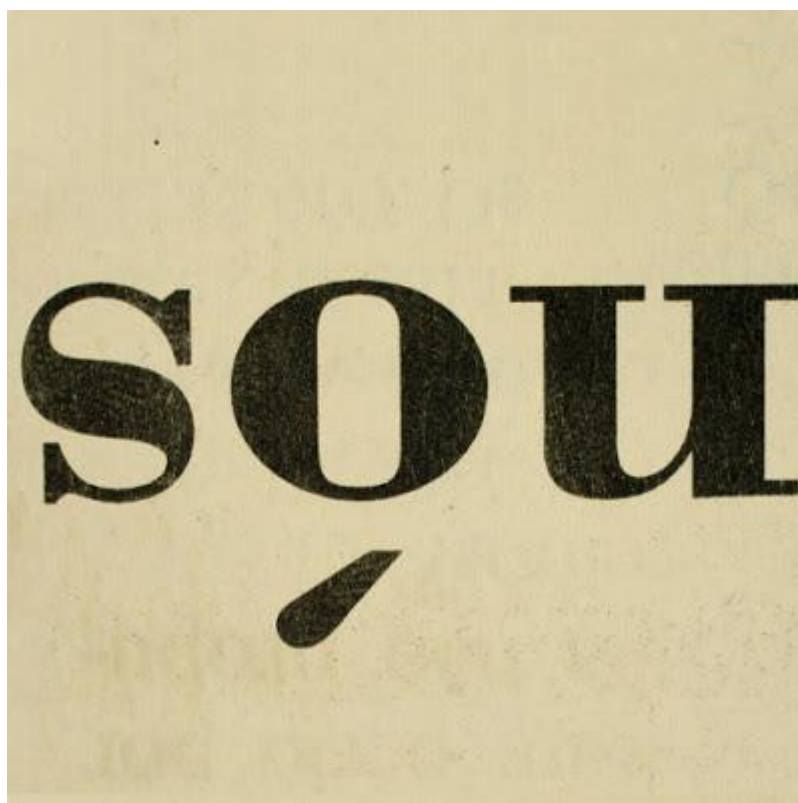
Assim, entendemos que fazer-se crítico é cultivar disponibilidade para mudar mediante o reconhecimento de quem somos e do por que somos, de modo que esse caminho nos leve a uma epistemologia da consciência, da superação da curiosidade ingênua. E, para se ter acesso a essas características que nos compõem e que nos impelem a existir, é parte do roteiro reconhecer nossa identidade cultural promovendo sua assunção.

#### 2.4.9 Reconhecimento e a assunção da identidade cultural

A identidade é aquilo que nos faz, para nós, únicos. Ela é pessoal e socialmente construída e depende de elementos ditos básicos para fazer-se e fazer-nos. Também por meio dela, somos para o outro, mas como somos também o outro, a identidade é um todo na particularidade do nós.

Como está no poema visual concreto (Figura 1) do artista plástico Rodrigo Linares, capa do disco intitulado “Sou” do cantor carioca Marcelo Camelo, aquilo que sou está contido e contém aquilo que somos, ou seja, a identidade do indivíduo é também o nós, o coletivo.

**Figura 1:** Capa do disco “Sou” de Marcelo Camelo.



**Fonte:** <https://linktr.ee/MarceloCamelo/>. Acesso em: 24 Set. 2020.

Somos resultado daquilo que nos cerca, nos influencia, nos forma, mas que também ajudamos a formar.

A imagem sintetiza a ideia de que há muito do que somos no meio em que estamos inseridos, assim como o lugar que habitamos se faz presente em nossa identidade. Somos também o outro. Somos também a geografia dos lugares.

Para Michael Pollak, sociólogo austríaco radicado na França,

na construção de identidade há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; e finalmente, há o sentido da coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (POLLAK, 1992, p. 203).

Nesse sentido, nossa construção identitária depende dessa unificação, de modo que em havendo descontinuidade dessa lógica, a própria identidade e sua integridade seria colocada em eminente risco. Aqui, a memória possui papel preponderante. Pollak (1992, p.204) reitera ao dizer que “se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos”. Assim, pode haver inclusive reverberação física fundeada no que via de regra estaria alocado na psique. É o que convencionou-se chamar de doenças psicossomáticas<sup>26</sup>.

De certa maneira, podemos afirmar então que

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

E, uma vez indissociável da identidade, a memória auxilia na composição dos sentimentos de pertencimento, de coletivismo, de entorno e por assim dizer, da prática educativa, pois é a partir dela, a memória, que os indivíduos percebem seu aprendizado, seu avanço como sujeitos e sua contribuição para o bem estar de sua comunidade. Paulo Freire irá tratar desse tema ao dizer que

uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros (FREIRE, 1996, p. 41).

---

<sup>26</sup> As doenças psicossomáticas podem ser consideradas como aquela em que estados emocionais, sobretudo de conflito traduzem-se em sintomas no corpo físico. O psicanalista egípcio radicado na França, Mahmoud Sami-Ali (1992, p.159) define essas doenças como capazes de “introduzir variáveis psicológicas num domínio que se define como orgânico, adicionando variáveis psíquicas às variáveis orgânicas”.



Assumir-se, sem o risco de excluir o outro, entendendo seu lugar como sujeito e objeto das relações em que participa, é tomar para si a consciência de sua ordem cultural, de seu fazer como ser que pertence e que é pertencido, nada mais socialmente solidário e político que isto, ou como diz Freire (1996, p. 42) “a solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância”.

É a democracia da ação política que baliza a aprendizagem crítica, a pedagogia social crítica, o direito ao entorno e uso banal do território. Assim, à luz dessa discussão, analisaremos o Programa Cidades Educadoras que visa ser ferramenta emancipadora e de criação de autonomia das cidades e dos agentes sociais, enquanto substitui a estratégia libertária por instrumentos de gestão, criando simulacros de cidadania.

## **2.5 Cidade Educadora: essência e experiências**

O Programa Cidades Educadoras atua em diversos países, sobretudo naqueles que operam a partir do recorte epistemológico eurocêntrico. No Brasil, está subordinada a Associação Cidade Escola Aprendiz, que aponta como seu principal objetivo desenvolver os sujeitos integralmente com base em ações e estratégias educativas na cidade, favorecendo a integração entre território, escolas e comunidades.

Com a previsão de que a diversidade cultural inerente às cidades deverá crescer em breve, o Programa Cidades Educadoras, ou as pessoas e órgãos que o constituem, entendem-se chamados a responder ao que designaram de desafio de promover equilíbrio e harmonia entre a identidade local e a diversidade, permitindo, em suas ações educativas, que as comunidades que integram os territórios de ação sejam estimulados a participar. O objetivo dessa consideração, segundo o Programa, seria o de proporcionar a criação do sentimento de pertencimento dessas comunidades aos processos engendrados pelas atividades realizadas em seus territórios.

Conforme dito na introdução, o Programa Cidades Educadoras, criado em Barcelona em 1990, por meio de um congresso internacional interno, tem como norteador um documento normativo de sua própria autoria chamado Carta das Cidades Educadoras,

em que são explicitados os princípios, compromissos, valores orientadores e serviços que são prestados às cidades que aderem ao Programa. Esse compilado aparece sustentado por um arcabouço teórico fundeado em pensadores como o Professores Paulo Freire e o Professor Milton Santos, de quem são emprestados (ou apropriados) os conceitos de educação cidadã e território, respectivamente. Tanto os conceitos quanto seus criadores são apresentados fiadores das ações do Programa.

Assim, decidimos investigar a concretude desses conceitos e autores nas ações do Programa Cidades Educadoras, a partir dos questionamentos descritos adiante: (i) quais são os mecanismos de ação que implementam esse tipo de proposta? (ii) As premissas alvitradas pela Carta das Cidades Educadoras têm sido de fato alcançadas? (iii) Em que medida esse tipo de ação, ligada ao que o Programa denomina como sendo um território educativo, é de fato transformada em ação concreta? (iv) Se o um dos problemas estruturais das cidades brasileiras diz respeito à desigualdade e à segregação socioespacial (Villaça, 2001), em que medida as ações do Programa Cidades Educadoras diminuem esse quadro?

Para melhor compreender esse cenário, foi observado um mapeamento das atividades (ditas experiências) realizadas pelo Programa Cidades Educadoras (Figura 2) que aponta, dentre outras informações, que as ações se concentram em cidades europeias e das Américas.

**Figura 2:** Cartografia das experiências do Programa Cidades Educadoras.



**Fonte:** <http://cidadeseducadoras.org.br/experiencias/>. Acesso em 19 Mai. 2022.

Essa visualização fez surgir outros questionamentos: (v) os contextos socioespaciais (e não só) dos países de economias ricas e pobres são bem distintos, assim a viabilidade da implantação dessas experiências de ação pode ser considerada equivalente? (vi) Por que não há ações sendo realizadas em países da África, da Europa Oriental, do Oriente Médio, ou mesmo da Ásia, uma vez que os princípios e orientações preconizados na Carta das Cidades Educadoras falam em conceitos como universalidade, coletivismo e igualdade?

As experiências observadas nesta cartografia são diversas e incluem desde a criação de praças públicas para fins de uso sociocultural (*Parque de los Piés Descalzos*, em Medellín, descrita como um espaço público para pausar, despertar sensações e trazer famílias e crianças para brincar); passando por aplicativos virtuais (Ruas Literárias do Recife, na capital pernambucana, através do qual um serviço de geolocalização aponta num mapa disponível no próprio aplicativo virtual, os pontos da cidade do Recife que foram citados em alguma obra literária brasileira); chegando até a disponibilização de cartilhas ditas de educação urbana (Guia para a Construção de Cidades Amigas da Criança, no qual consta o “passo a passo” definido pelo Programa, para se obter o reconhecimento como uma cidade amiga da criança).

Em princípio, entendemos que o Programa Cidade Educadora ameniza, torna suportável o drama urbano, que só é de fato mitigado, concretamente, pela ação política. Os conceitos analisados junto ao Programa parecem ser utilizados, declarados, mas não são devidamente apropriados no discurso e ação política.

Fala-se em direito à cidade, contudo esse é um conceito abstrato. Sobre as mudanças na paisagem e no meio ambiente, sem haver consideração pelas pessoas e suas vontades, o Professor Milton Santos (2011, p. 124) explica que a lógica dessas modificações se traduz em uma lei, Para ele, “a lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno”.

Nesse sentido, acreditamos que a estratégia pedagógica libertária, quando tem ponto de partida na cidade, como território usado, se reveste de ação política, uma vez que prima pela inclusão das contra-racionalidades em tais discussões.

Mediante o tratamento dos questionamentos suscitados ao longo desta explanação, propomos uma pesquisa de dimensões teórico-metodológicas, socioespaciais e

urbanas com base na análise do projeto “Ocupe Largo da Batata: como fazer ocupações regulares no espaço público”, chancelado pela Associação Cidade Escola Aprendiz, representante brasileira do Programa Cidades Educadoras. Esse polo morfológico (BRUYNE et. al., 1977) é apresentado adiante, a fim de suscitar discussões apoiadas nos conceitos estruturantes que se constituem nos elementos do discurso analítico desta tese.

### 2.5.1 Cidades Educadoras em São Paulo: apresentação e análise da cartilha de ocupação dos espaços públicos

Aqui buscamos verificar a potência da relação educação-agentes<sup>27</sup>-cidade, como associação básica para a ação em políticas públicas de caráter territorial sob perspectivas libertárias. Como entendemos que essa associação, quando realizada a partir das horizontalidades, denota o potencial pedagógico da cidade de auxiliar na formação/desenvolvimento de cidadãos ativos, decidimos analisar uma das ações do Programa Cidades Educadoras no Largo da Batata, nosso polo morfológico (Figura 3), localizado em Pinheiros, na zona Oeste da cidade de São Paulo.

Essa análise, que ocorreu com visitas ao Largo da Batata, registradas por meio de fotografias (Figuras 4, 5, 6 e 7), também se debruçou sobre a publicação “Ocupe Largo da Batata: como fazer ocupações regulares no espaço público<sup>28</sup>” (ANEXO 1), presente na sessão “Educação e Território<sup>29</sup>”, do sítio eletrônico da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Cidade Escola Aprendiz.

---

<sup>27</sup> Vocábulo que foi substituído no decorrer da pesquisa pelo termo “arte”, uma vez que a tese que segue os preceitos de *Obra Aberta* de Umberto Eco (1976) pôde direcionar-se para esse novo tema.

<sup>28</sup> O documento, que faz parte dos anexos desta tese, também pode ser acessado pelo endereço eletrônico sediado no site da Cidade Escola Aprendiz, na sessão “Educação e Território”, como disposto a seguir: <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/07/publicacaoFINALagosto2015.pdf>

<sup>29</sup> Não que seja uma regra, mas o conceito de território usado desenvolvido pelo Professor Milton Santos, e que é apropriado pelo Programa Cidades Educadoras, não figura na cartilha de ocupação do Largo da Batata, tampouco qualquer obra do Professor é citada, mesmo o projeto contendo forte presença no uso do território. Talvez a não consideração da contribuição de Milton Santos possua relação com os interesses previstos para a área, que a nosso ver compreende alinhamento com o projeto neoliberal e sua racionalidade.

**Figura 3:** Localização do Largo da Batata, em São Paulo.



**Fonte:** Adaptado do Google Earth pelos autores, 2022.



**Figura 4:** Placa de identificação do largo da Batata na Avenida Faria Lima.



**Fonte:** Autores, 2022.

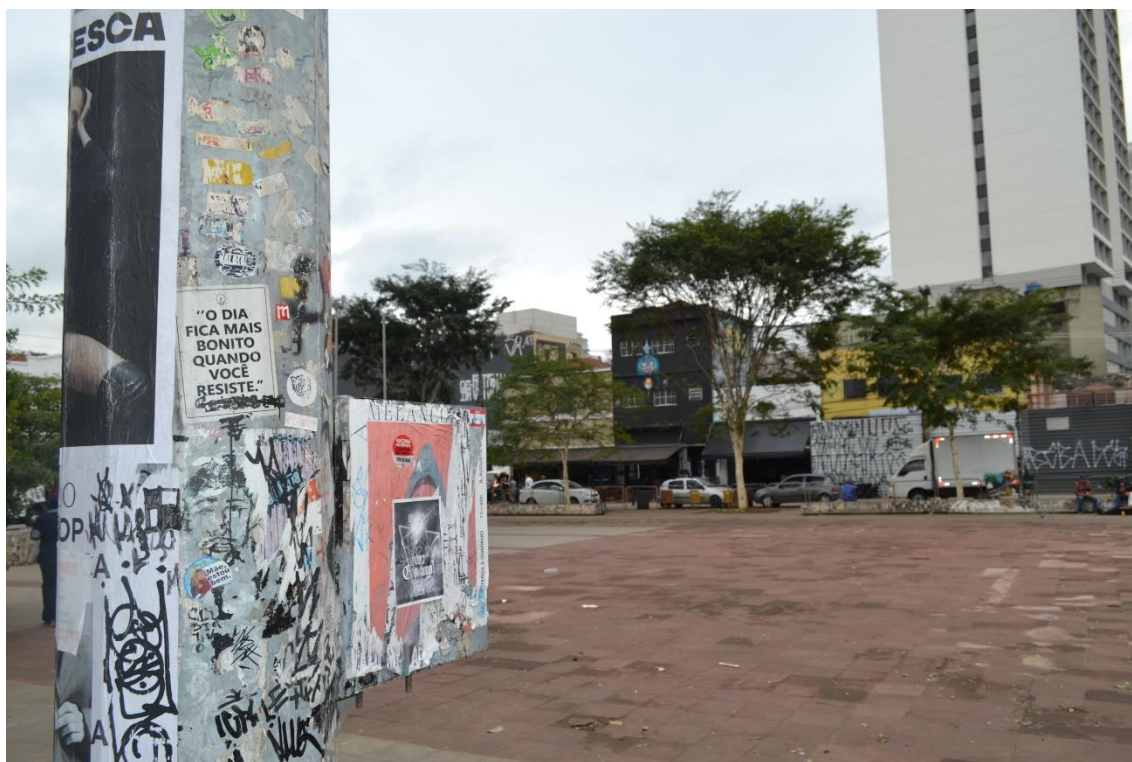
**Figura 5:** Largo da Batata – vista para a Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrate.



**Fonte:** Autores, 2022.



**Figura 6:** Largo da Batata – vista para a rua Martim Carrasco.



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 7:** Largo da Batata – acúmulo de entulho em frente à rua Martim Carrasco.



**Fonte:** Autores, 2022.

Nosso objetivo foi o de compreender se tem ocorrido o racionalismo e a apropriação instrumental do potencial pedagógico da cidade no Largo da Batata mediante a substituição das ações horizontais por ferramentas de gestão, ação que já pôde ser verificada nas análises preliminares desta tese, quando da apreciação de algumas experiências realizada junto ao Programa Cidades Educadoras, discutidas anteriormente.

A publicação, de autoria do grupo “A Batata Precisa de Você”, apresenta 66 páginas no total e foi realizada em parceria com Prefeitura da Cidade de São Paulo, a partir da Secretaria de Cultura, Secretaria de Serviços e Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, por intermédio de um edital<sup>30</sup> (ANEXO 2) público intitulado Redes e Ruas de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital, do ano de 2014.

Preliminarmente, nos chama a atenção o fato de que a publicação tenha sido patrocinada pelo poder público paulistano, via concorrência em edital. Não pelo fato do edital em si, mas por entendermos em nossa experiência teórico-acadêmica, que esse tipo de atuação do poder público pode representar uma substituição das ações horizontais por instrumentos de gestão, no caso pública.

Vale lembrar que os espaços públicos como praças, largos e parques, por exemplo convivem com pessoas em situação de rua, com comércio informal e outras atividades historicamente reprimidas por agentes da administração pública a fim de promover a dita higienização social, muitas vezes recorrendo à força policial para estabelecer o controle e ordenamento territorial artificializados.

Assim, nos perguntamos quais seriam os interesses do poder público em conceder ao coletivo “A Batata Precisa de Você” uma verba pública (R\$36 mil) para confeccionar e divulgar um manual que se pretende um organizador das ocupações dos espaços públicos? Algumas pistas puderam ser encontradas no próprio edital e no sítio eletrônico da Prefeitura de São Paulo. Outras estão nas entrelinhas, e para nós podem ter relação com um processo de gentrificação<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> O edital que consta na sessão de anexos desta tese também pode ser acessado pelo endereço eletrônico: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/edital%2001%202014-SMC%20SMDHC%20SES\\_1408555365.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/edital%2001%202014-SMC%20SMDHC%20SES_1408555365.pdf)

<sup>31</sup> De acordo com Nigro (1999, p. 52) a gentrificação é um “fenômeno que decorre de um processo de desvalorização do capital nas áreas centrais (que atinge as áreas comerciais, industriais e residenciais), criando a oportunidade de revalorização de outras áreas “não desenvolvidas” do espaço urbano, e a ocupação dessas áreas



O Edital nº 01/2014/SMC/SMDHC/SES denominado “Edital para seleção e apoio a projetos de inclusão, cidadania e cultura digital para a cidade de São Paulo – edição 2014” apresenta três objetivos que tratam diretamente dos espaços públicos e da participação social: (i) incentivar a criação, produção e difusão digital de expressões artísticas e culturais nas redes, em diálogo com o espaço público; (ii) identificar novas metodologias e processos capazes de articular cultura digital, direito à cidade e participação social; (iii) promover interfaces entre a cultura digital e iniciativas de ocupação do espaço público, através das diversas linguagens das intervenções urbanas, tendo como referência as Praças do Programa WiFi Livre SP<sup>32</sup>.

A nós, esse item do edital parece forçar um diálogo antagônico que não se representa de fato no uso do território. Assim, entendemos que (i) o espaço público precede as redes, logo não deve servir de plataforma de diálogo que permite criar expressões artísticas e culturais para dialogar com ele, ao contrário, entendemos que as manifestações culturais estão no território, e podem ter seus produtos (quando os há) e ações disseminados nas redes a fim de ampliar seu alcance.

Para o segundo item, entendemos que (ii) o direito à cidade seja muito mais um direito coletivo sobre o processo de urbanização do que, como explica David Harvey (2012, p. 28), um “direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora”. Nesse sentido, metodologias e processos de articulação de cultura digital que são realizados a partir da perspectiva de grupos de participação o social, que não levem em conta a dinâmica do uso do território, também por creditarem à virtualidade sua base de fomento, podem diminuir a possibilidade de exercício do direito à cidade. Para nós, a lógica de organização do território usado visa um acontecer democrático, onde todos têm tudo e participam e usam e produzem o espaço.

Por fim, quando trata da promoção de interfaces entre a cultura digital e iniciativas de ocupação do espaço público, usando como referência as Praças do Programa WiFi Livre SP, nos perguntamos: (iii) a mera disponibilização de sinal de Wi-Fi em praças públicas dá conta de garantir aos agentes do território usado espaços (mesmo que

---

centrais por camadas mais pobres. Posteriormente, com o processo de revitalização dessas áreas, e sua consequente valorização fundiária e imobiliária, induz-se a uma expulsão dessa população”.

<sup>32</sup> Programa WiFi Livre SP: conjunto de ações que objetivam levar Internet gratuita e de qualidade disponibilizando sinal Wi-Fi em áreas externas predeterminadas do município de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014, p. 04).

virtuais) de ação política de caráter territorial sob perspectivas libertárias? Para nós, representam mais uma instrumentalização dos movimentos sociais por meio do seu controle, de modo que os espaços públicos usados por esses movimentos não possam tornar-se livres. O edital possui quatro linhas de ação, dentre elas a de “Ocupação do Espaço Público pela Cidadania” definida como aquela que

abrange ações que criem e fortaleçam territórios virtuais, físicos, livres e interconectados e promovam processos em rede que fomentem a ressignificação dos espaços públicos, o sentimento de pertencimento à cidade, a cidadania nas ruas, os pontos de convivência e convergência da cidade, como: ocupações permanentes de praças e outros espaços públicos a partir de linguagens diversificadas; criação e desenvolvimento de mobiliário urbano, jardins, hortas comunitárias em áreas públicas; constituição de pontos de encontros e espaço de criação de grupos que realizem ações analógicas e digitais; entre outras (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014, p. 03).

Nossa análise parte do pressuposto de que os espaços públicos não necessitam de ressignificação, mas sim de reconhecimento de seu significado já estabelecido na dinâmica do uso. Assim, nos chama a atenção a ideia de que espaços em que ocorrem ação social precisem ser revistos e/ou reformulados. Entendemos que o espaço é produto das ações humanas, e sendo assim defendemos que a intenção dessa revisão se dá mais no plano do controle e segregação das pessoas e de suas ações nos espaços públicos, do que do espaço em si. Afinal, as dinâmicas já estabelecidas nos territórios podem interferir na intenção de organização espacial pretendida pelo poder público, numa perspectiva mais ligada ao desejo de controle e sobreposição de interesses individuais ou de pequenos grupos aos anseios sociais democraticamente construídos pelo território usado.

No sítio eletrônico da prefeitura de São Paulo está publicada uma matéria<sup>33</sup> que data do dia 02/06/2015 sob o título “A Batata Precisa de Você apresentará no dia 05 de junho a sua última roda de conversa”, onde se lê que graças à atuação do grupo “A Batata Precisa de Você”, que versa principalmente sobre a construção de mobiliário urbano com materiais de baixo custo (tema que será analisado adiante), houve a transformação do Largo da Batata em polo afetivo-cultural, onde seria visível a mudança da área, uma vez que a intensidade da participação popular naquele espaço público teria aumentado, sobretudo por ter sido empregada no Largo uma metodologia

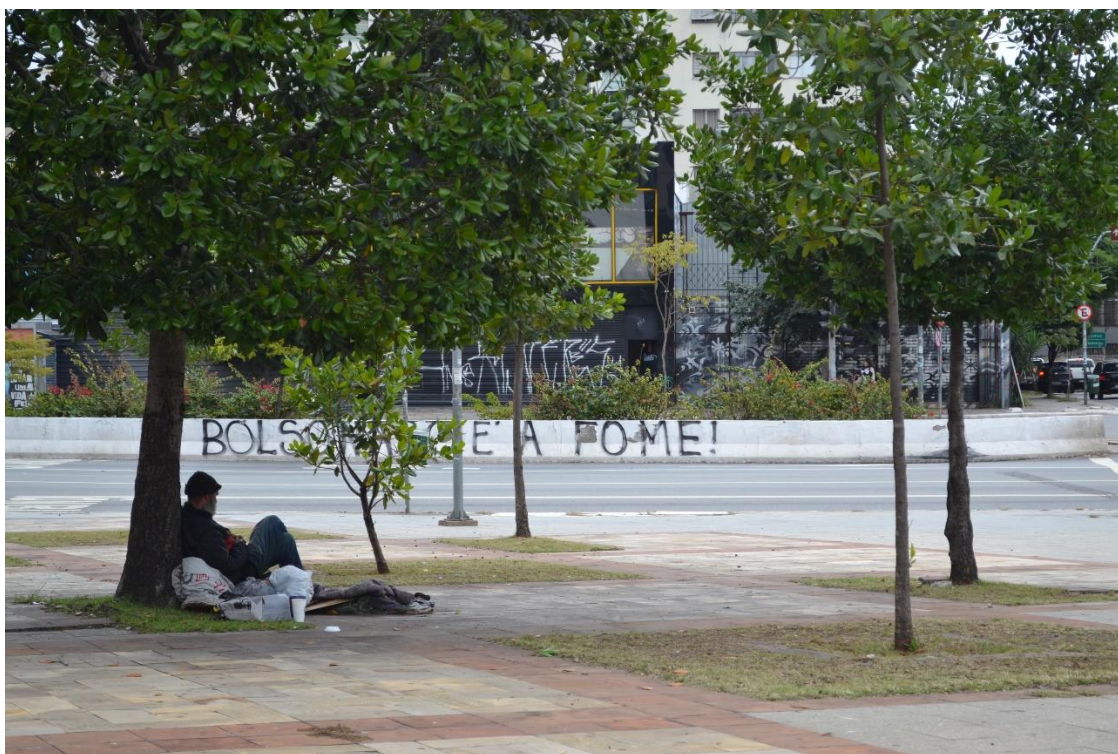
---

<sup>33</sup> A matéria veiculada no sítio eletrônico da Prefeitura de São Paulo pode ser acessada pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=196836>

dita completa onde convidados, mediadores e público interessado interagiram para tratar da inclusão de todos.

Quando de nossas visitas ao Largo da Batata, não foi possível verificar essa transformação do espaço em polo afetivo-cultural baseado na utilização de mobiliário urbano produzido pelo grupo “A Batata Precisa de Você”, ao contrário pudemos verificar que o tal mobiliário não existe mais. O que vimos foi uma rede de solidariedade e sobrevivência empregada por agentes sociais que experienciam a pobreza em seu cotidiano (Figura 8).

**Figura 8:** Bolsonaro é a fome – pessoa em situação de rua no Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022.

Na área convivem pessoas em situação de rua e verifica-se inscrições de frases de cunho político. Na imagem anterior é possível ler “Bolsonaro é a Fome”, numa clara crítica à forma de ação do Poder Executivo Federal responsável, pelo aumento dos níveis de pobreza, desemprego, miséria insegurança alimentar e fome do país, segundo dados veiculados pelo portal virtual Pública<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Notícia veiculada em 31 de janeiro de 2022 pelo portal Pública, disponível no endereço eletrônico; <https://apublica.org/2022/01/2022/>

Nos parece que o Largo da Batata responde a uma utilização mais orgânica que resulta das relações nele estabelecidas, das quais fazem parte a comercialização de produtos e serviços informais, bem como do uso do espaço público para permanência, contemplação e convívio social (Figura 9).

**Figura 9:** Equipamentos de permanência no Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022.

Voltando a apresentação da cartilha, é importante grafar que fazem parte da equipe do “A Batata Precisa de Você” as organizadoras Bruna Montuori (*designer*), Laura Sobral (arquiteta e urbanista), Lorena Vicini (estatística), Margarida Gorecki (jornalista) e Tatiana Karpischek (comunicadora), além dos colaboradores Bianca Antunes, Eduardo Zanelato, Heloísa Sobral (administradora), Katia Mine, Maurício Duarte Pereira, Raphael Franco Reni Lima, Silvia Acar e Thiago Carrapatoso. Eles afirmam que o objetivo da publicação é

o registro das ações d' A Batata Precisa de Você nesses 18 meses de atividades e também nossa vontade é que ela cumpra a função de guia de como fazer ocupações regulares no espaço público, sendo de livre acesso para consulta de qualquer indivíduo ou grupo que queira participar da transformação da sua cidade (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015, p. 03).

Outro ponto que nos chama a atenção é que o grupo, que acolhe colaboradores homens, é organizado apenas por mulheres. Essa característica nos faz inferir que

um grupo de mulheres organizando formas de ocupação dos espaços públicos possa representar também uma resistência do ativismo feminino de luta contra as estruturas patriarcais da sociedade brasileira. Entendemos que quanto maior for a participação das mulheres nos cenários de ação política, mais próxima da equidade e justiça social fica a sociedade, porém, uma ressalva é necessária. O grupo é organizado majoritariamente por mulheres brancas, de sobrenomes de origem europeia, que são no mínimo graduadas em instituições de ensino “superior”, o que demonstra que essa ação política está ainda ligada ao que Djamila Ribeiro chamou de branquitude acadêmica da epistemologia eurocêntrica. É necessário reiterar: reconhecemos a importância das mulheres no desempenho de ações como os do grupo “A Batata Precisa de Você”, mas é flagrante como esse movimento validado pela Cidades Educadoras normatiza o eurocentrismo e suas aspirações como modelo civilizatório e de educação, inclusive porque propõe um manual para ocupação dos espaços públicos fundado no eurocentrismo bibliográfico<sup>35</sup>.

Balizado por uma bibliografia composta por 38 obras divididos entre 33 autores, o manual conta com nomes como Michael de Certeau, David Harvey, Henri Lefebvre e Ana Clara Torres Ribeiro, esta última que aparece nas referências bibliográficas sem o “Torres”, mas após checagem verificamos que se trata de um dos livros organizados pela socióloga carioca. Nesse sentido, apesar de figurarem alguns autores com os quais nós temos identificação acadêmica, entendemos que a cartilha de ocupação do Largo da Batata possui um lugar de fala definido acadêmica e etnicamente. Ou seja, é traduzido no documento uma fala específica, que parece também ser direcionada à um público específico e não a todo e qualquer público.

Esse endereçamento do qual falávamos pode ser verificado poucas páginas após um levantamento histórico realizado pelo grupo a partir de uma introdução em forma de texto e imagens, com oito páginas onde figura, de maneira resumida, um histórico do uso do Largo da Batata, compreendendo o período desde 1560 até 2014, ano em que se iniciaram as ações do grupo “A Batata Precisa de Você”.

---

<sup>35</sup> É importante não confundir bibliografia europeia com eurocentrismo bibliográfico, pois a primeira trata do compilado de escritos que partem da Europa mas que não guardam, necessariamente compromisso com uma imposição das referências culturais europeias suprimindo outras epistemologias, como se faz com o eurocentrismo bibliográfico.



Na sequência, no item “Teoria e Prática: conceitos usados na ocupação” foram dedicadas quatro páginas para tratar de conceitos ditos fundamentais por seus atores, sendo (i) direito à cidade; (ii) *open design*, o que os atores traduzem como “*design*<sup>36</sup> aberto”; (iii) espaço público; (iv) gambiarra; (v) urbanismo tático; (vi) redes projetuais; (vii) *diy* / movimento *maker*, traduzido pelo grupo como “faça você mesmo”; (viii) o comum; (ix) inovação social; (x) *research by design*, entendido como “pesquisa pelo design”; e (xi) *placemaking*, traduzido como “ação no lugar”.

Aqui, vemos o que chamamos de endereçamento, a partir do qual nos parece haver um direcionamento da publicação à um grupo-alvo. Explicaremos. Dos onze itens que compõem a aba referente a teoria e prática necessárias às ocupações dos espaços públicos, figuram cinco termos em língua inglesa. Não há de nossa parte nenhum romantismo pseudo-revolucionário ao criticarmos a utilização da língua inglesa no documento em análise, tampouco traduzi-lo como ferramenta de aculturação e promoção dos valores imperialistas e do eurocentrismo anglo-saxão. Porém, entendemos que como a cartilha se destina às brasileiras e brasileiros que pretendam ocupar espaços públicos de maneira regular, deparar-se com quase metade dos temas relacionados em outro idioma, pode significar um impedidor de entendimento, além de reforçar a epistemologia europeia e demarcar socioeconomicamente o público alvo.

Um pesquisa rápida (PADILHA, 2019) apontou que para o ano de 2019, o preço médio de um curso regular de língua inglesa na capital paulista era de aproximadamente R\$392,30 valor que representa hoje 35,6% do valor do salário mínimo, estabelecido em R\$1.100,00 no primeiro semestre de 2022. É importante ressaltar também que segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgados em artigo assinado por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, do portal G1 (LIMA e GERBELLI, 2021), para o ano de 2021, cerca de 35% dos indivíduos ocupados, ou seja aqueles que possuem trabalho e renda, recebem até um salário mínimo, enquanto comprometem 55,6% dessa renda na compra de alimentos básicos. Nesse sentido, parece-nos difícil inferir que haja saúde financeira para que todos os

---

<sup>36</sup> Termo não traduzido na cartilha, denotando necessidade de conhecimento em língua inglesa para sua interpretação de um documento dito público e acessível para todos.

brasileiros possam se tornar bilíngues e assim compreenderem melhor os ditos na cartilha de ocupação dos espaços públicos.

Por isso, nos parece que além de delimitar o lugar de onde parte a fala presente no manual (público graduado, branco e que experimenta privilégios sociais e econômicos), o mesmo parece indicar também (não de maneira explícita) o público ao qual se direciona, pois apesar de defender a aplicação do manual à totalidade, nas entrelinhas dos escritos nos deparamos com uma forma sutil de segregação do público alvo. Segregação financiada com dinheiro público que deveria, pelo menos é o que se indica no edital e também na introdução da cartilha, comunicar à totalidade dos agentes sociais.

Retomando a apresentação do manual, as duas páginas seguintes explicitam de maneira resumida as ações ou projetos que os autores (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015, p. 18-19) consideram como inspiração. São eles (i) *Recetas Urbanas*, de Sevilha, na Espanha, classificado como projeto de “subversão em diferentes esferas da realidade urbana”; (ii) Imargem, entendido como “intervenção multidisciplinar, cujas ações visam ampliar os olhares e aguçar as sensibilidades de todos”, atuante no distrito do Grajaú; (iii) Movimento Boa Praça, situado na zona oeste da cidade de São Paulo e que é indicado como ação que “mobiliza pessoas, empresas, governos e instituições para ocupar e revitalizar os espaços públicos”; (iv) *Tudo Por La Praxis*, grupo paulista que foi descrito como desenvolvedor de “construções colaborativas de dispositivos e micro-arquiteturas que permitem a reconquista do espaço público”; (v) *Raumlabor*, sediado em Berlim, na Alemanha que para os autores é um criador de “projetos baseados em torno de eventos, performance e teatro, muitas vezes com a participação da comunidade que usa a arquitetura e urbanismo como ferramentas de reflexão”; (vi) o *ConstructLab*, dito europeu que trata da “construção colaborativa de trabalho em projetos efêmeros e permanentes”; (vii) *El Campo de Cebada*, também paulista, o qual os autores descrevem como união da comunidade local para “discutir os usos para um terreno em que ia ser construído um equipamento público”; e (viii) Praias do Capibaribe, um coletivo recifense que “realiza intervenções culturais, visando a transformação dos espaços da beira do Rio Capibaribe”.

Sobre os projetos apresentados como inspiração para a confecção da cartilha, é possível perceber a replicação da lógica de atuação do Programa Cidades

Educadoras, uma vez que as ações do programa ocorrem majoritariamente em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, enquanto que para o projeto de ocupação do Largo da Batata, onde foram apresentadas oito experiências, cinco delas ocorrem em continente europeu e apenas três no Brasil. Dessas três, somente uma se localiza em região próxima ao Largo da Batata, de modo que possa demonstrar alguma similaridade ou correspondência. Mesmo assim, o projeto “Boa Praça” é definido como aquele que busca ocupar e revitalizar espaços públicos mobilizando atores (pessoas, empresas, governos e instituições) que desenvolvem papéis muito distintos na sociedade, ou seja enquanto pessoas podem estar mais próximas do conceito de território usado, e portando figuram de um lado da trincheira do uso do espaço público, as empresas, governos e instituições, via de regra operam num sentido mais vertical, numa racionalidade que desconsidera as vivências do território e muitas vezes, dos ditames democráticos. Essa desigualdade de atores é abordada por Chomsky quando trata dos ataques à democracia que diminuem as oportunidades dos de baixo atuarem no mundo. Para ele,

a democracia está sendo atacada no mundo inteiro, até mesmo nos principais países industrializados; pelo menos a democracia no sentido significativo da palavra, que supõe oportunidades para as pessoas tratarem de seus próprios assuntos coletivos e individuais. Algo similar vale para os mercados. Os ataques à democracia e aos mercados estão profundamente relacionados. Suas raízes estão fincadas no poder de entidades empresariais cada vez mais interconectadas, cada vez mais dependentes de estados poderosos e menos controláveis pelo público. O imenso poder dessas entidades vem crescendo como resultado de uma política social que está globalizando o modelo estrutural do Terceiro Mundo, com setores incrivelmente ricos e privilegiados lado a lado com o aumento da parcela dos que irão labutar sob as agruras da vida e alimentar secretas aspirações de uma distribuição mais igualitária de suas bênçãos (CHOMSKY, 1999, p. 48).

Nesse sentido, entendemos que há diferenças de poder na relação entre os agentes citados na cartilha e que dessa maneira, caso a preocupação fosse promover o uso democrático dos espaços públicos, a cartilha não poderia se inspirar em projetos que percebem equivalência de ação para partes tão díspares como as pessoas e as empresas, por exemplo. Para nós, isso levanta duas hipóteses: (i) que o grupo “A Batata Precisa de Você” não reconhece que haja diferenças de poder dos atores citados pelo grupo “Boa Praça”; ou então que (ii) o grupo “A Batata Precisa de Você” reconhece essa disparidade, porém não acha importante diminuí-las, se deixando inspirar pelo grupo “Boa Praça”, endossando e reforçando as desigualdades existentes entre os agentes envolvidos.



Nas próximas nove páginas do documento, que recebem o título “A Batata precisa de você como tática urbana”, se entremeiam texto e imagens, e é feita uma discussão teórica baseada no conceito de direito à cidade, defendido por Henri Lefebvre. A escrita, por vezes mais acadêmica, e em outros momentos mais coloquial, descreve as ações do grupo no Largo da Batata, relacionando-as com conceitos como “tática urbana”, “ativação cultural” e “arquitetura temporária”. Para o grupo, o direito à cidade seria uma justificativa teórica para atuar de maneira autônoma no espaço urbano, de modo a promover sua produção apartada do Estado. Uma espécie de autoprodução do espaço público em que as ações empregadas representariam uma apropriação autêntica enquanto exercício do direito à cidade. No entanto, o próprio Lefebvre (2001, p. 80) aponta que “a sociedade 'moderna' surge como sendo pouco capaz de fornecer soluções para a problemática urbana e de agir de outra forma que não através de pequenas medidas técnicas que prolongam o estado atual das coisas”.

Desta forma, ações locais que visem tomar para si as responsabilidades do Estado estariam contribuindo para a perpetuação das desigualdades e problemas desenrolados no espaço das cidades. Parece-nos que essas ações que tentam destituir o poder público de suas atribuições tem relação com um conceito que é apresentado na cartilha como o grande mote do projeto: o urbanismo tático. A bibliografia indicada pelo grupo aponta que o urbanismo tático é

uma abordagem voluntária e gradual para instigar a mudança; um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento em escala local; um compromisso de curto prazo e expectativas realistas; uma atividade de baixo risco, possibilitando gerar recompensas elevadas; o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de competências organizacionais entre a esfera pública e privada (LYDON e GARCIA, 2011, p. 07).

O conceito nos parece apropriado da área administrativa, utilizando os princípios das organizações empenhados à esfera pública. Nesse sentido, parece-nos que premissas neoliberais são aplicadas à racionalidade de ocupação dos espaços públicos, contrariando as ações decorrentes do território usado. Entendemos que o uso de termos como “tática urbana”, que podem denotar algum tipo de subversão, ou mesmo ação comunitária e participativa de construção do espaço, não garantem às ações caráter político ou libertário. Ao contrário, essa manobra trata-se de uma redenção da cidade aos mecanismos neoliberais, como (i) a externalização e socialização dos custos da produção da cidade, enquanto privatiza os lucros e benesses alcançados; (ii) despolitização da rua graças a desestatização do espaço

público; e (iii) desregulamentação das ações de planejamento urbano com consequente substituição do plano por editais<sup>37</sup> que concedem a pequenos grupos e seus interesses, alguma ação de ocupação do espaço público, sem levar em consideração a qualidade com que esse espaço será produzido.

Dessa forma, o urbanismo tático figura como uma evolução do neoliberalismo urbano, pois converte em “comunidade” a produção do espaço antes realizada pelas empresas, o que reforça a terceirização do cuidado com o espaço público. Ou seja, enquanto o Estado deixa de investir, reduz-se. É uma descentralização que promove debilidade ao poder público e consequente potência à esfera privada transfigurada de ação comunitária.

A evolução do documento traz uma sessão de seis páginas em que são abordados os instrumentos legais para o uso do espaço público. Neste item, figuram desde trechos de compilados normativos como a Constituição Federal Brasileira de 1988, e da Lei Orgânica Municipal da cidade de São Paulo de 1990, até um pequeno manual que visa orientar as formas de comportamento que as pessoas que usam espaços públicos devem reagir em casos de abordagem policial. No manual está escrito:

Seja pacífico, dialogue, embora os ânimos possam estar exaltados, mantenha a calma. Oposição a algumas ordens policiais pode ser considerada “crime de resistência”. Responder bravo ou xingar um policial é prisão, na certa. Conversar com um policial é uma oportunidade de entender tudo isso que está escrito aqui (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015, p. 34).

Decidimos abordar esse último tópico porque entendemos que a orientação do comportamento humano, ainda mais quando explícita, é das mais miseráveis ações. A demonstração de subserviência e de obediência civil às concepções do poder público (inclusive o de polícia), retira do território usado a autonomia na lógica de organização dos espaços, o que reforça a crítica da Professora Ana Clara Torres Ribeiro quando fala em Teorias da Ação (2014) que a configuração dos espaços condiciona a ação política, impedindo sua autonomia.

Em outra obra, a Professora Ana Clara propõe uma reflexão sobre uma imagem (Figura 10) feita por ela no Anhangabaú, em São Paulo, chamando a atenção para a

---

<sup>37</sup> Editais que em nossa análise atuam como ferramenta burocrática de segregação, uma vez que impõem dificuldades de participação àqueles que não possuam conhecimentos técnicos, via de regra adquiridos a partir de vivências acadêmicas.

falta de equipamentos de permanência como uma técnica de impedir o ficar, a agregação e convívio social. Em suas palavras

não há nenhum banco onde as pessoas possam sentar, absolutamente nenhum. Ou seja, não acho que a errância é a única forma progressista de pensar; o ficar também pode ser muito progressista e revolucionário. O fato é que não se pode ficar aí, é proibido, tem que circular. A polícia diz: não pode ficar, circula, não agrega, não junta (RIBEIRO, 2012, p. 106).

Além da crítica ao mobiliário urbano, a Professora trata também das formas de repressão impostas pelos espaços públicos mediante força policial, à qual o manual de ocupação do Largo da Batata presta acato e docilidade. A partir disso, perguntamos: Por que ao invés de nos educarmos às ações de polícia, não aprendemos a questionar as ações da polícia?

**Figura 10:** Anhangabaú, por Ana Clara Torres Ribeiro.



**Fonte:** Ana Clara Torres Ribeiro, 2012.

Das páginas 36 à 39 os autores apresentam um manual de construção de mobiliário urbano temporário a partir de textos e imagens que teriam o propósito de ensinar a construir bancos (Figura 11), denominados “batatabanco” e assentos “cobertos” (Figura 12) chamados de “MASP Favelinha”.

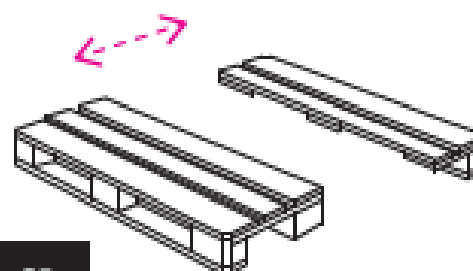
Figura 11: Batatabanco – passo a passo.

**01**  
**BATATABANCO**

**Você vai precisar de:**  
Parafusadeira  
Serra circular ou serra tico-tico  
Broca de aço rápido nº4 para furos-guia para parafuso  
Cola de madeira  
30 parafusos Phillips 4,5x7mm

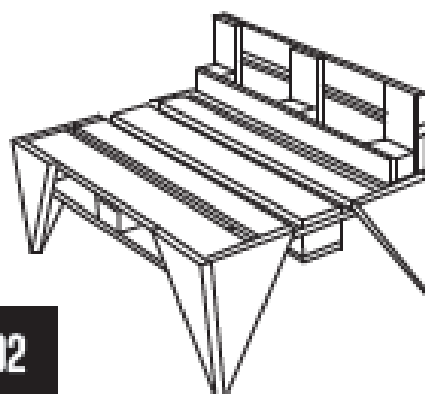
**02 PALLETS**  
1,2 x 1m

**1 TÁBUA**  
3 x 0,3m x 0,02m



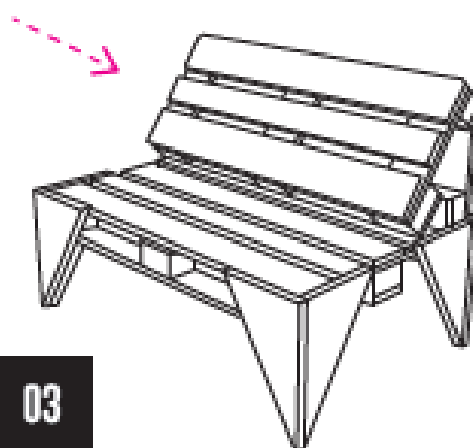
**01**

Divida um dos pallets.



**02**

Faça triângulos com a tábuas e instale como os pés do pallet inteiro. Fixe a parte menor do pallet dividido em uma das extremidades.

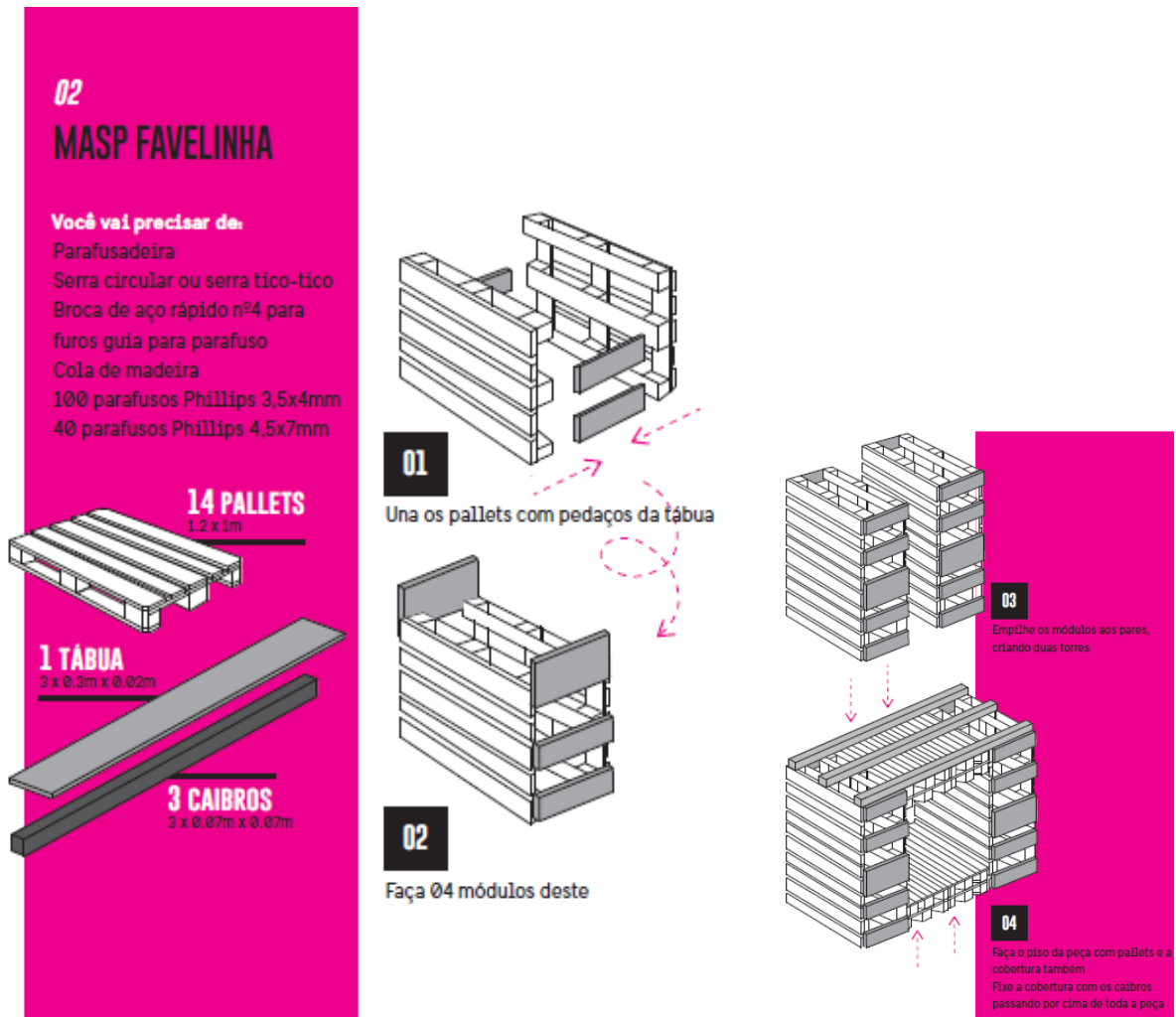


**03**

Termine o encosto fixando a outra parte do pallet dividido, em ângulo.

Fonte: A Batata precisa de você, 2015.

Figura 12: MASP Favelinha



Fonte: A Batata precisa de você, 2015.

Essa mobília, de ordem temporária deve ser construída a partir do que chamam de madeira de “baixo custo” denominados também como “*palletes*”<sup>38</sup>. No manual constam as ferramentas que devem ser utilizadas como serra circular, serra tico-tico, furadeira, broca de aço e parafusadeira, além de itens como cola de madeira, tábuas, caibros e parafusos com tamanhos e formas previamente definidos. Além disso, as imagens demonstram um “passo à passo” explicativo do modos de encaixe das peças, bem como suas possíveis formas de utilização em espaços públicos, visando construir “lugares de estar, de encontro, fazendo as cidades mais vivas, agradáveis e seguras (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015, p. 36).

<sup>38</sup> Termo em francês para designar “estrado ou plataforma, geralmente feito em madeira, plástico ou metal, usado para empilhar ou transportar materiais por meio de empilhadeiras” (STOKKI, 2022).

Sobre esse tópico, uma série de questionamentos emergiram: (i) como a construção de bancos e mobília temporária poderia representar uma ação de fortalecimento da cidadania? E mais, (ii) como essa ação se configura como educativa? (iii) O passo a passo do manual é suficiente para promover caráter pedagógico à ação? (iv) Que tipo de ação política é exercida com a confecção dos bancos? Qual a origem do capital utilizado na aquisição de material e ferramentário necessário à construção dos bancos? É difícil respondê-las todas, mas nossa análise aponta para uma apropriação privada indireta das ações de intervenção urbana baseada na externalização do custo da produção, tendo como principal meio o emprego de verba pública sem consulta da sociedade acerca da forma como essa verba deva ser empregada.

Entendemos que essa ação precária de uso do dinheiro público só não é mais precária que o próprio mobiliário urbano produzido, seja em sua qualidade funcional, seja por suas características estéticas (Figura 13).

**Figura 13:** Batatabancos e Masp Favelinha no Largo da Batata.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de São Paulo<sup>39</sup>, 2015.

---

<sup>39</sup> Imagem presente na matéria intitulada "A Batata Precisa de Você apresentará no dia 05 de junho a sua última roda de conversa", que pode ser acessada pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=196836bbbb>

Construídos sobre a pexa do “temporário” o material utilizado é frágil e o mobiliário construído pelo grupo já não está presente no Largo da Batata, tampouco foi substituído por outro, de caráter mais durável e/ou definitivo.

Entendemos que as ações do dito urbanismo tático não são transformadoras do espaço. Ao contrário, elas se apropriam do espaço utilizando-o como suporte tão temporário quanto suas produções, de modo que a presença das pessoas nas ações predeterminadas pelas propostas de encontro do grupo não só não são capazes de redimir a condição precária desse tipo de arquitetura, como configuram-se como simulacro de exercício cidadão.

Além disso, esse tipo de prática reforça a racionalidade neoliberal à serviço do capitalismo, como compreende o arquiteto Pier Vittorio Aureli, para quem

fazer mais com menos é exatamente o que o capital demanda de nós: mais produtividade com menos bem estar, mais criatividade com menos segurança social, porque criatividade se torna mais produtividade quando nossas condições “dadas” crescem de forma mais intensa e instável (AURELI, 2013, p. 29).

A nós parece que esse modal de operação no espaço urbano direciona para o que convencionou-se chamar de gentrificação. É a utilização do urbanismo tático como forma de desvalorização da área em questão, a fim de proporcionar a ocupação dos espaços por populações pobres, de modo que cria oportunidades de revisão ou “revitalização” do solo urbano, associadas ao discurso do “novo” enquanto expulsa essa população promovendo desestatização do espaço público, ou pelo menos a privatização do uso do espaço.

Adiante, a publicação exhibe um análise do processo de atuação do grupo, onde afirmam que após suas ações no largo da Batata “o que era um espaço disfuncional um grande vazio usado como espaço de passagem, agora, verdadeiramente, é um lugar de afeto, do qual as pessoas passaram, gradualmente, a encarar como público de fato, um território comum (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015, p. 40). Além disso, os autores explicitam seus desejos com as ações no Largo quando afirmam que buscam ser reconhecidos não mais como um grupo de ação, mas como o próprio espaço. Em suas palavras:

Queremos ser reconhecidos como um espaço experimental metropolitano de exercício de autonomia cidadã, com regras próprias, com legislação que legitime seu caráter de terreno de teste. Neste momento, por exemplo, buscamos um método para consolidar a Batata como laboratório

metropolitano de mobiliário urbano e, junto ao poder público, definir uma metodologia que transforme os mobiliários experimentais existentes – de caráter temporário, prototipados pelos Batateiros, testados e aprovados pela comunidade – em permanentes (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015, p. 41).

Estes trechos da cartilha nos fez refletir sobre as seguintes questões: (i) um espaço que não é vivido pela classe média branca, dita esclarecida, não pode ser considerado parte da cidade? (ii) Como se chegou a conclusão de que espaços de passagem não compreendem afetos? (iii) O Largo da Batata é vivenciado diariamente por pessoas de diferentes situações sociais, então o que dá aos proponentes da cartilha a condição de desconsiderar essas vivências? E (iv) Esse discurso da necessidade de recuperação dos espaços públicos que já estão em uso não seria um indício de propensão à gentrificação?

Foi feito também um levantamento de dados apresentando a configuração espacial do Largo da Batata para o ano de 2015, e em comparação, uma projeção daquilo que o grupo (2015, p. 44) julga ser necessário para que o Largo se transforme em “a Batata como queremos”. Há entre os cinquenta e dois itens listados pelos autores: (i) espaço permanente para fogueira; (ii) fim dos prédios; (iii) *happy hours*, termo não traduzido pelo grupo; (iv) menos classe média; e (v) mais pássaros. Esse item é seguido de um resumo em inglês denominado “*Abstract: The Potato Needs You*” onde são descritas as ações do grupo.

Aqui, novamente verificamos que a publicação fala para um público específico, dominante da língua inglesa e que aspira para a cidade anseios que contrariam sua natureza, como na delimitação de espaços para fogueiras, o que em nossa opinião é menos grave, indo até a ideia de decretar o fim dos prédios. Porém, o que destacamos é que um dos anseios do grupo é a supressão da classe média como frequentadora do espaço público, porém nos lembramos que todas as organizadoras da publicação possuem no mínimo uma graduação acadêmica, o que as classifica como a própria classe média, segundo matéria de Pedro Peduzzi, publicada na Agência Brasil sob o título “Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca”. Segundo ele,

o estudante das instituições de ensino superior brasileiras têm um perfil bastante claro: é branco, do sexo feminino, com idade entre 19 e 24 anos, estuda em instituições privadas à noite, fez o ensino médio em escola pública, mora com os pais e tem de trabalhar para ter uma renda de até dois salários mínimos (PEDUZZI, 2020).



Reforça-se aqui o discurso da epistemologia eurocêntrica sendo aplicada ao perfil dos agentes organizadores da cartilha de ocupação dos espaços públicos. Mais uma vez são as pessoas brancas e que acessam a faculdade que se propõem a organizar a ação sobre o espaço que é de todos, inclusive daqueles que não se sentem representados por indivíduos do perfil do grupo A Batata Precisa de Você. Peduzzi revela ainda que

a desigualdade social do país fica claramente retratada no estudo. A classe E corresponde a 44,9% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos. No entanto, corresponde a apenas 24,7% das pessoas da mesma faixa etária matriculada no ensino superior. Já as classes A, B e C – que segundo o levantamento correspondem respectivamente a 0,4%, 2,8% e 24% da população brasileira com essa faixa etária – ocupam 1,3% e 8,1% e 38% das matrículas, respectivamente (PEDUZZI, 2020).

Assim, evidencia-se que o idealismo proposto na cartilha prevê a organização e as formas de ocupação dos espaços públicos a partir de um “lugar de fala” bem definido: é uma minoria da população direcionando, com a chancela do poder público, a forma como todos devem usar os espaços públicos. Não há para nós, nada de democrático nesta prática.

As autoras finalizam a publicação com um compilado de textos. São eles: (i) “O Ontem no Amanhã do Largo” do arquiteto Ricardo Correa; (ii) “Cultura e Espaço Público” do também arquiteto Guilherme Wisnik; (iii) “Patrimônio Imaterial: História da Região e Gentrificação”, assinado pelo sociólogo Benjamin Seroussi; (iv) “A Cultura *Hacker* e a Gambiarra”, da jornalista Janayna de Castro; (v) “Espaço de Conforto: Arquitetura, Sustentabilidade e Design”, desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Guilherme Ortenblad; (vi) “Maneiras de Fazer a Cidade: Participação e Gestão Compartilhada” de Cecilia Lotufo, representante eleita do Conselho Participativo Municipal e do Conselho do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura de Pinheiros; e (vii) “Como se deslocar em SP? A Intermodalidade e seus Desafios”, realizado pela administradora de empresas Letícia Sabino.

O conteúdo desses artigos não se mostrou alinhada ou relevante ao que se propõe a cartilha filiada ao Programa Cidades Educadoras que é o de atuar como uma ferramenta para emancipação social e fortalecimento de autonomia popular nas cidades. Ao contrário, o que se pode notar foi a substituição da estratégia libertária pelo fortalecimento dos instrumentos de gestão, criadores de simulação da ação social e da cidadania.

Vale lembrar que alguns termos são bastante recorrentes no manual, como por exemplo as palavras “novo” e “nova”, que aparecem no documento dezesseis e trinta e uma vezes, respectivamente ou mesmo as palavras “mobiliário” e “gestão”, que estão presentes trinta e seis e treze vezes, também de maneira respectiva, o que aponta para a composição da visão de mundo que os autores impuseram ao documento, em nossa perspectiva atrelada às ferramentas neoliberais e capitalistas de apropriação dos espaços públicos para rentabilidade privada no presente e no futuro. Porém, essa narrativa não é única. Há contrapontos. Há outras maneiras de ocupar espaços públicos da cidade. É ao que nos dedicamos investigar no próximo capítulo.

### III. Segundo ato de vida – a arte

*Na pista, pela vitória, pelo triunfo,  
conquista se é pela glória, uso  
meu trunfo: a rua é nós!*

*Emicida, 2009.*

#### 3. Arte e educação: conceitos e definições

Desde tempos imemoriais a arte está presente no fazer humano. Duarte Júnior (1994, p. 136) afirma que a “arte está com o homem desde que este existe no mundo, ela foi tudo o que restou das culturas pré-históricas”. É a partir da arte que o indivíduo expressa seu entendimento sensível no embate que realiza com o mundo que o cerca. Sua interação com a paisagem e suas formas de compreensão das relações com o objeto, seja pela lógica cartesiana, onde o objeto impõem-se como sentido ao sujeito, seja para a razão kantiana, onde ocorre o reverso, ou mesmo na mais evolutiva análise marxista que trata da dialética sujeito – objeto como modo de apreensão da realidade, a arte figura como expressão da apropriação/representação de si e de todo.

Sendo assim, a arte é resultado da própria evolução humana, já que o avanço da primeira quer dizer, necessariamente a evolução da segunda. Celso Frederico (2005, p. 94) coaduna com essa visão quando expõe que “a essência da arte é resultado de um longo desenvolvimento histórico, de uma necessidade surgida na vida cotidiana e não, como queria Kant, uma das faculdades apriorísticas do espírito humano”. Ela é, antes de tudo, resultado da ação do indivíduo sobre a natureza. O artista pós-impressionista Vincent Van Gogh (2008, p. 38-39) diria que “a arte é o homem acrescentado à natureza, é o homem acrescentado à realidade, à verdade, mas com um significado, com uma concepção, com um caráter, que o artista ressalta, e aos quais dá expressão, resgata, distingue, liberta e ilumina”.

A arte é resultado, ainda que essência humana. Buoro (2000, p. 25) contribui ao afirmar que “entendendo arte como produto do embate homem/mundo, consideramos que ela é vida. Por meio dela o homem interpreta sua própria natureza, construindo formas ao mesmo tempo em que se descobre, inventa, figura e conhece.” E talvez essa seja uma definição assertiva: **a arte é vida**. Parte significativa da vida e da ação humana é proveniente da aprendizagem, à que chamamos educação, e se essa coerência é respeitada, a arte é formadora e resultado das diferentes experiências e

dos diferentes modos educativos pelos quais passam os indivíduos por toda a sua existência.

É importante lembrar que aqui entendemos educação como experiências, formais ou não, que resultam em construção de conhecimento. Libâneo esclarece este conceito quando diz que a

educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBÂNEO 2001, p. 160).

Se a educação modifica o ser humano porque atuando como prática social altera os estados culturais, é de se considerar que a cultura esteja sempre em modificação e que a partir dela e de sua metamorfose social, se construam também o ser social, o sujeito que interagindo interpretando o mundo, existe culturalmente nele.

Para o arquiteto Mário Pedrosa (2015, p. 176) “é preciso que a arte apareça para disciplinar a ciência e aplicar seu espírito de síntese à multiplicidade dos conhecimentos”. Entendemos que esse disciplinar não se configure como fôrma<sup>40</sup>, mas sim como forma, de modo que condense os olhares da multiplicidade enquanto os valoriza em suas dimensões únicas. A arte, figura então como caminho(s) para expressão da humanidade, e por conseguinte desenvolvimento do próprio humanismo, afinal como relata Fischer (1987, p. 231) “uma das grandes funções da arte numa época de imenso poder mecânico é a de mostrar que existem decisões livres, que o homem é capaz de criar situações de que precisa, as situações para as quais se inclina a sua vontade”. Ou seja, as necessidades sociais e culturais dos indivíduos buscam satisfação no exercício existencial artístico múltiplo.

Entendemos assim que as mais diversas formas de arte auxiliam na compreensão do ser humano, bem como de sua relação com o mundo. Inclusive, nós admitimos a partir

---

<sup>40</sup> Termo grafado com uso do acento circunflexo para facilitar seu entendimento a partir da fonética, de modo que a fôrma representa um engessamento, uma limitação das ações em modelos, enquanto que a forma expressa multiplicidade de caminhos para se chegar à algo. Ela é, em si a possibilidade do múltiplo, afinal reconhecemos que há muitas formas de existir, logo não reconhecemos como única, a fôrma. Essa discussão permeou vários encontros do Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais, onde a escolha pelo sinal de propriedade fonética foi cunhado.

de Hegel (2017), complementadas pelo “Manifesto das sete artes” de Ricciotto Canudo (1995) as artes consideradas as principais representantes das formas de expressão humana. São elas: música, arquitetura, escultura, pintura, dança, literatura e cinema. Frente a esse leque de atividades artísticas, e baseados na objetivação do sujeito da pesquisa, decidimos eleger uma das artes fundamentais para analisar nesta tese: a **música**, afinal nós a entendemos como uma das artes mais ordinárias e objetivas, circundante do cotidiano, do espaço comum e do acontecer humano.

### **3.1 Música: uma forma de expressão artística**

Arte milenar, a música compreende parte do cotidiano humano resultando como uma das nossas principais formas de expressão. Desde a mais tenra idade somos estimulados por meio da música, seja durante o brincar, o divertir, o dançar e até mesmo o dormir. Ela é parte indissociável das tecnologias de comunicação, como a televisão o rádio e agora, a *internet*. Está nos encontros familiares, no ambiente escolar, na rua, em nós.

Do ponto de vista físico, explica o músico e compositor José Miguel Wisnik (1989), a música é o ordenamento dos sons. Os sons, são vibrações, deslocamentos atmosféricos em formato de onda, que nosso cérebro é capaz de captar e atribuir sentido. Sons se diferenciam de ruídos porque possuem uma ordenação, estabilidade, constância e ritmo que os ruídos não possuem. Aliás, o conceito de ruído, fisicamente falando, está ligado à sua irregularidade, inconstância e instabilidade.

A música figura como uma ordenação dos sons. Wisnik (1989, p. 27) vai definir a música essencial como “a própria extração do som ordenado e periódico do meio turbulento dos ruídos”. Então se a música é a “ordenação da ordem”, fruto da diferenciação do ruído, indagamos: à cidade neoliberal falta música ou sobra ruído?

A música, como produto de ordenação dos sons atuaria diretamente na linguagem humana. Ela é em sua essência, uma forma de comunicação. Uma ponte entre os corpos. Uma representação simbólica do eu-outro. Assim, Wisnik (1989, p. 28) aponta que “a música atravessa certas redes defensivas que a consciência e a linguagem cristalizada opõem à sua ação e toca em pontos de ligação efetivos do mental e do corporal, do intelectual e do afetivo”.

Daí então que a música, sendo afetiva é produto da emoção e da forma como mobilizamos nossa emoção ao nos relacionarmos com o mundo. Sartre (2013, p. 62) dirá que a “emoção é uma transformação do mundo”. Para ele, a emoção é uma ação que responde à estímulos percebidos pelo nosso esforço cognitivo em decifrar mensagens presentes em nós e ao nosso redor. Ele diz que

quando os caminhos traçados se tornam muito difíceis, ou quando não vemos caminho algum, não podemos mais permanecer num mundo tão urgente e tão difícil. Todos os caminhos estão barrados, no entanto é preciso agir. Então tentemos mudar o mundo, isto é vive-lo como se as relações das coisas com suas potencialidades não estivessem reguladas por processos deterministas, mas pela magia (SARTRE, 2013, p. 62).

Então, a música, em muitas civilizações comparada ao divino (WISNIK, 1989), por sua característica etérea, é como a linguagem, puramente sonora, e por isso compõe o campo dos afetos.

Abordando o pensamento de Friedrich Nietzsche, Viviane Mosé (2018, p. 97) afirma que “para Nietzsche, o fluxo da vida é artístico, a vida é um fenômeno estético, ele diz; mais do que isso, ele é musical, se compõe como uma música primordial, uma melodia dos afetos”. É importante lembrar que contextualizada à obra, a visão de Mosé sobre o termo “afeto” compreende a dubiedade intrínseca ao objeto, uma vez que o mesmo pode localizar-se no campo dos prazeres ou dos desprazeres, porém o recorte de sua análise impele ao termo uma conotação prazenteira, aquela que origina a afetividade, conceito último apropriado por intelectuais da área educacional, para forjar os preceitos teóricos da Pedagogia do Afeto<sup>41</sup>.

O historiador Luiz Antonio Simas (2020, p. 32) já diria que a música de rua e seus tambores possuem caráter pedagógico. Em suas palavras “os tambores formaram mais gente do que os nossos olhares e ouvidos, acostumados apenas aos saberes normativos que se cristalizam nas pedagogias oficiais”.

Essa pedagogia não oficial da música contribui para o desenvolvimento dos indivíduos, seja no campo físico e pessoal, atuando junto a coordenação motora, a socialização e também à afetividade, seja junto ao ponto de vista intelectual, uma vez que afina aspectos cognitivos, epistemológicos e da formação da personalidade.

---

<sup>41</sup> Segundo Rossini (2001) é a área do conhecimento pedagógico que leva em conta os fatores emocionais e psicológicos quando da confecção de suas metodologias.

Nesse sentido, música é aprendizagem complexa e completa. Promove o encontro do indivíduo com os seus e com os outros. Forma enquanto existe: etérea e real.

Se observarmos normativos educacionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, veremos que a ideia de que a música é parte da cultura humana não só é admitida como sublevada à condição histórica de responsabilidade para a formação da cidadania:

a música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. Faz parte da educação desde há muito tempo, sendo que, já na Grécia antiga, era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos, ao lado da matemática e da filosofia (BRASIL, 1998, p.45).

Desta feita, é itinerário dizer que há tempos, a música é entendida como forma de arte que possui caráter fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Coadunam com essa visão Barreto e Chiarelli para quem

a musicalização pode contribuir com a aprendizagem, evoluindo o desenvolvimento social, afetivo, cognitivo, linguístico e psicomotor da criança. A música não só fornece uma experiência estética, mas também facilita o processo de aprendizagem, como instrumento para tornar a escola um lugar mais alegre e receptivo, até mesmo porque a música é um bem cultural e faz com que o aluno se torne mais crítico (BARRETO e CHIARELLI, 2011, p.01).

A criticidade, na concepção marxista do termo, ocorre também por meio das artes, afinal as manifestações artísticas figuram como ação de entendimento do ser humano, de sua realidade social, econômica, de trabalho, ou seja a arte é resultado do que é o indivíduo. Marx (2010, p. 44) dirá que “ser radical significa agarrar a questão pela raiz. Mas a raiz é, para o ser humano, o próprio ser humano”. Nós complementamos que como ser histórico-social, sujeitos constroem sua realidade, a materializam historicamente mediante sua operação com a interpretação dos signos presentes no mundo. Um desses signos, ligado diretamente à música, mas não só a ela, é o que convencionamos chamar de ritmo.

Ritmo remonta ancestralidade, é das primeiras percepções humanas, pois está entredito por metáforas e experiências ligadas a passagem do tempo. O ritmo possui substância histórica. Tecnicamente, todo o fragmento de som está subordinado a ele, que segundo Antônio Candido (2006, p. 69) figura como “uma alternância de sonoridades mais fracas e mais fortes, formando uma unidade configurada”. É este mesmo autor que trata do ritmo como ferramenta de unificação e que atribui sentido ao eixo espaço temporal. Candido afirma que

metaforicamente, podemos falar do ritmo de um quadro; mas no sentido próprio, só falamos do ritmo de um movimento. O encadeamento dos sons, a sucessão de gestos possuem ritmos. Por isso nós só podemos usar este conceito com precisão nas artes que lhe correspondem; música, poesia, dança. Isto, a despeito dos teóricos da Antiguidade já utilizarem a palavra ritmo para exprimir a simetria das artes plásticas, e a despeito do hábito ter-se enraizado definitivamente na linguagem estética (CANDIDO, 2006, p. 67).

Há ritmo na natureza, na velocidade em que o ar se desloca, nas estações do ano, nas gotas da chuva que molham o passeio público e que fazem aumentar o ritmo das passadas dos transeuntes frente às mudanças no fenômeno atmosférico também denominado de tempo. É preciso observar para compreender o papel do ritmo nas ações e eventos que nos circundam, porém nas artes, e sobretudo na música, o ritmo ganha papel de destaque. É como um unificador de perspectivas, visões de mundo, análises e experiências. E, arriscamos dizer, o ritmo seria capaz de fazer fruir a sensibilidade humana, tão coletiva quanto subjetiva. É o que Marx (1989, p. 177) defende quando aponta, falando do trabalho, que o desenvolvimento da consciência humana, ainda abstrata se dá a partir da “riqueza da subjetiva sensibilidade humana”, o que promove sentido para observação do que é belo e sublime para aquele indivíduo e a sociedade que o mesmo integra.

O próprio Marx (1989, p.178) defendia a ideia de que, “o homem rico é simultaneamente o homem necessitado de uma totalidade da manifestação humana da vida”. Desta feita, pode-se inferir que as artes são capazes de suscitar uma humanização que o trabalho moderno coíbe, daí a importância da arte para a composição e entendimento humanos.

Não só no pensar, por conseguinte, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo. Por outro lado, tomado subjetivamente: assim como primeiro a música desperta o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem nenhum sentido, não é objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas potências essenciais, portanto, só pode ser para mim da maneira como a minha potência essencial é para si como capacidade subjetiva porque o sentido de objeto para mim vai exatamente até o ponto em que vai o meu sentido, é por isso que os sentidos do homem social são sentidos outros do que os não-social (MARX, 1989, p.175).

O sujeito social é sensível àquilo que ele e seu grupo valorizam como potências subjetivas que negocia com a realidade objetiva. A arte que lhe faz sentido passa a ser seu objeto de existência, assim a música com que se identifica, ou mesmo o ritmo com que conduz sua relação com o externo, parte de sua interpretação e valorização daquilo que percebe e reconhece do mundo em si.



Daí, compreendemos que, se a arte e a música são antes de tudo fenômenos sociais, estas devem ter nos espaços públicos uma ocorrência e valorização naturais. Contudo, parece-nos que as práticas legalistas, de higienização social, de reforma cultural e de atendimento às demandas do mercado (imobiliário principalmente), atuaram na desnaturalização da rua, da praça, do largo, da várzea, do público, como espaço de manifestação cultural. Os movimentos de retomada de valorização do uso dos espaços públicos é nosso tema vindouro.

### 3.1.1 Música de rua como forma de apropriação/emancipação do espaço urbano

Na arte, ou pelo menos nas formas como estamos habituados a conviver com ela no Século XXI, via de regra há a delimitação de “espaços para”. Uma peça ou esquete de teatro, deve ocorrer num prédio homônimo. A literatura, como produto, possui nas livrarias e bibliotecas seu ponto de existência. São os museus a casa das artes plásticas como quadros e esculturas. E a música também ocorre em sítios pré-determinados, como auditórios, salas de concerto, coretos, e mais recentemente estádios de futebol, ditas arenas multiuso. Esses “espaços para” direcionam para uma erudição das artes. Espaços que segregam seja pela cobrança financeira de ingressos, seja pelo acesso ao prédio em que ocorrem, com hora e assentos demarcados. Sim, o acesso aos assentos já é previamente distribuído, sem oportunidade de troca. Como diz Deleuze,

a instituição se apresenta sempre como um sistema organizado de meios [...] nos remetem a uma atividade social constitutiva de modelos, dos quais não somos conscientes, e que não se explica pela tendência ou pela utilidade, uma vez que esta última, como utilidade humana, pelo contrário, a supõe (DELEUZE, 1991, p.135).

Assim, a institucionalização da arte não serve apenas a uma lógica de organização do espaço, mas também (e talvez, muito mais) a uma forma de controle social, de manipulação da vida, de diminuição da espontaneidade, de entrave baseado numa mecânica contrária à ação humana, que como diz Nietzsche (2012, p. 186) ataca a ideia de que “todo corpo específico aspira por tornar-se totalmente senhor do espaço e a estender sua força (sua vontade de potência), a repelir tudo o que resiste à sua expansão”.

Justifica-se que esse tipo de mecanização para acesso a arte proporciona uma organização necessária aos centros urbanos, de modo que as pessoas possam

integrar à essa lógica como peças de um maquinismo que cumprem uma função vital no girar da engrenagem da cidade que autoriza (inter)ações em espaços artísticos. Canclini, assim como nós, não entende esse mecanismo como algo benéfico à arte e à cultura, ao contrário vemos na vida urbana, em sua pujança e espontaneidade, a chave para o fazer cultural na cidade. Ele diz:

A vida urbana transgride a cada momento essa ordem. No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o estado e a luta popular para sobreviver [...] Enquanto nos museus os objetos históricos são subtraídos à história e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem (CANCLINI, 1997, p. 301).

Importante relembrar: a vida urbana (a rua, o espaço público), transgride e se refaz pelas mãos do popular; enquanto que o espaço público fechado (o museu, as vezes aberto ao público) subtrai e congela a história. Entendemos que a cidade, como coisa humana, está nos espaços delimitados à cultura também, porém está muito mais no convívio das pessoas, no vigor do acontecer humano, tão banal quanto artístico.

Nesse sentido, a música de rua figura para nós como um dos movimentos de resistência na cidade, do uso do território, pois acontecendo nos espaços do cotidiano, promove assimilação artística imediata, uma vez que não carece de conhecimento aprofundado no tema para ser interpretada, ao contrário, ativa a convivência com o ritmo, ancestral componente da vida humana.

As intervenções musicais na cidade promovem o ajuntamento de pessoas, de ideias, de solidariedades. Ferreira e Kopanakis contribuem quando afirmam que é importante

compreender o papel, a função e forma social da arte de rua em suas expressões, como o grafite e a pichação, para estudar a dinâmica das cidades e os fenômenos contemporâneos. Assim, a arte de rua, em sua comunicabilidade e na sua renovação do saber e da sensibilidade, consiste, pois, no surgimento de outro tipo de vínculo da cultura com o território, resignificando o espaço e o lugar, bem como outros códigos de identificação das experiências, de decifração de seus significados e modos de compartilhá-los. Este é um campo propício para o trabalho transdisciplinar, pois, assim como é um debate sobre as demandas sociais materiais, sobre a produção capitalista das cidades, no que concerne ao caráter econômico, social e político, é também uma questão comunicacional e cultural, que permite compreender a arte urbana como uma manifestação crítica e política de alguns grupos perante a realidade social que vivenciam (FERREIRA e KOPANAKIS, 2015, p. 82).

Assim, entendemos que a música de rua, quando espontânea, ocupa espaços públicos e impulsiona para a confecção e/ou cristalização de sentimentos topofílicos, de fortalecimento identitário, de ressignificação do território e do lugar. É assim, e por isso mesmo, potente em crítica e ação política contra-racional. Nasce dos de baixo e se espalha horizontalmente. É germe do acontecer solidário, da construção coletiva a partir da troca entre iguais. Não responde aos nexos do poder verticalizado, pois não se percebe nele, senão como um acontecer que é oprimido pelo poder das racionalidades tirânicas. O poder, na lógica do território usado é de todos e para todos. Onde todos têm tudo. Esse posicionamento contraria a imposição do desejo (da psicofera) pelo Estado, ou mesmo pelo mercado transfigurado em política pública, como esclarecem Deleuze e Guattari no trecho a seguir:

O maior poder é fazer com que os outros desejem o que o poder deseja. O desejo não ousa mais desejar, tornando desejo do desejo, desejo do déspota [...] o Estado é desejo que passa da cabeça do déspota ao coração dos súditos, e da lei intelectual a todo o sistema físico que se destaca dela ou dela se libera. Desejo do Estado, a mais fantástica máquina de repressão é ainda desejo, sujeito que deseja e objeto de desejo (DELEUZE e GUATTARI, 1976, p. 253-261).

Quando o popular se organiza organicamente, rechaça o desejo repressor do Estado, ou a lógica sedutora do mercado. É nesse ponto que o território usado aparece como produtor de suas necessidades, como quem demanda e constrói espaços que lhe sejam significativos. É a arte, a música, o espaço público a serviço do humanismo, afinal como nos lembra Lukács (1989, p. 213), “toda boa arte e toda boa literatura também é humanista”, ou seja a “verdadeira essência de sua constituição humana”.

Então, verificamos que há um fenômeno social, fundeado na experiência musical que une ritmo à palavra, que pode representar um dos indícios do acontecer do período popular da história, a voz do território usado, em ação política: **as batalhas de rima**.

### 3.1.2 Batalhas de Rima, uma atuação musical emancipadora: o caso do Largo da Batata

As Batalhas de Rimas podem ser consideradas como um fenômeno social e musical ligado ao movimento hip-hop, este último entendido pelo filósofo José Prado como

uma máquina de guerra, no sentido de Deleuze, ou seja um campo em que milhares de singularidades constroem resistências (batalhas simbólicas) aos programas dominantes enunciados pelas máquinas comunicacionais dos dispositivos midiáticos. As periferias do hip-hop não são as mesmas ditas no

singular dos textos midiáticos hegemônicos. Contra o monolinguismo, (a periferia, o pobre, o negro, o favelado) das mídias hegemônicas, os hip-hopers das periferias brasileiras têm construído outras comunicações, que se conectam com uma série de ações de movimentos sociais, desde as lutas por direito à cidade dos anos 1980, os sem teto, os grupos reunidos nos polos culturais que produzem os saraus literários, as criações em cinema e música dos jovens aprendizes das periferias e as rádios comunitárias (PRADO, 2011, p. 09).

Desta forma entendemos que o hip-hop seja em sua natureza um movimento de ação política, pois há décadas atua como contra-racionalidade hegemônica, a partir da produção de música independente (sem apelo/auxílio ao/do mercado fonográfico), de rede de apoio ligado a movimentos sociais de população segregada, na produção de eventos onde a música, a palavra, as artes visuais e a cultura figuram como ponto central do exercício da cidadania. O hip-hop atua, basicamente onde o Estado negligencia suas responsabilidades com as pessoas.

O hip-hop está na periferia econômica, nos bairros sem saneamento básico, carentes de planejamento e habitação dignos, atuando na conscientização sobre a precariedade e/ou ausência de serviços e políticas públicas. É insurgência periférica que se utiliza da comunicação e da arte para agir politicamente. O movimento hip-hop responde também a uma estrutura interna, e segundo Núbia Oliveira dos Santos (2012), está fundeada em cinco pilares identificadores: o Grafite, o MC, o DJ, o *B-Boy* e o RAP, que são rapidamente apresentados a seguir.

O Grafite (Figuras 14 e 15), arte plástica que se utiliza de desenhos característicos, expostos em locais públicos, fachadas de prédios, muros da cidade ou outros suportes físicos onde possam ser depositados a tinta *spray* ou líquida espalhada com a ajuda de pinceis, rolo de pintura, brocha e demais instrumentos. Possui mensagens visuais alinhadas aos valores da cultura hip-hop, à denúncia da precariedade da vida nas periferias socioeconômicas, ou mesmo a expressão artística subjetiva de seus membros. Muitas vezes associado à pichação – entendida como uma prática de transgredir a ordem estética das cidades por meio da confecção de escritos cifrados em estilística própria, de modo a produzir sentido à seus interlocutores – o grafite é em sua essência uma forma de expressão e também uma maneira de agir politicamente sobre o território, no sentido defendido por Hannah Arendt (2003, p. 23-24) para quem “a política surge no entre-os-homens; portanto totalmente fora dos homens” de modo que “organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas”.

**Figura 14:** Grafite em banca de jornais e revistas no Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 15:** Grafite em *container* no Largo da Batata.

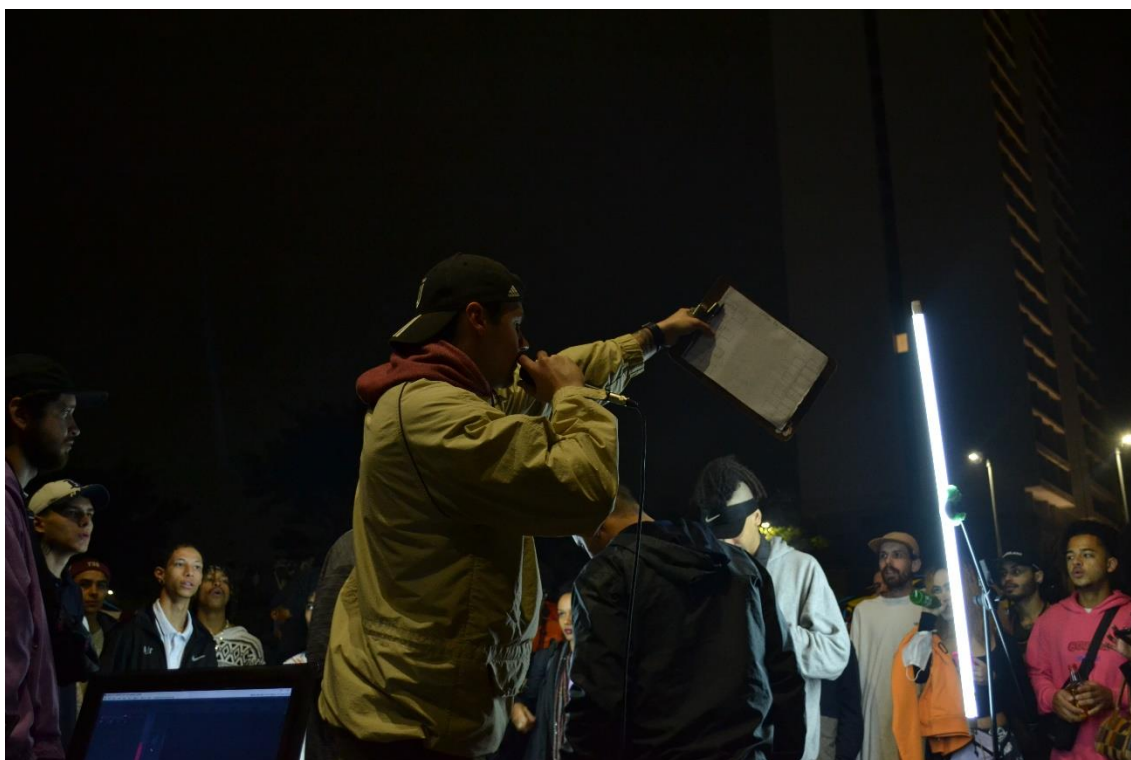


**Fonte:** Autores, 2022.



O MC, Mestre de Cerimônia (Figura 16), espécie de articulador/comunicador que expressa experiências da vivência nas periferias sociais a partir de rimas que são apresentadas ao público que o acompanha em suas apresentações. É comum que essas rimas possuam mensagens que visam alertar e orientar os presentes quanto a questões de exploração social, segregação, racismo, dentre outros temas sensíveis à vivência nas periferias socioeconômicas. Sua função é animar os encontros e eventos do hip-hop.

**Figura 16:** MC Kaixa, organizando uma batalha de rimas no Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022.

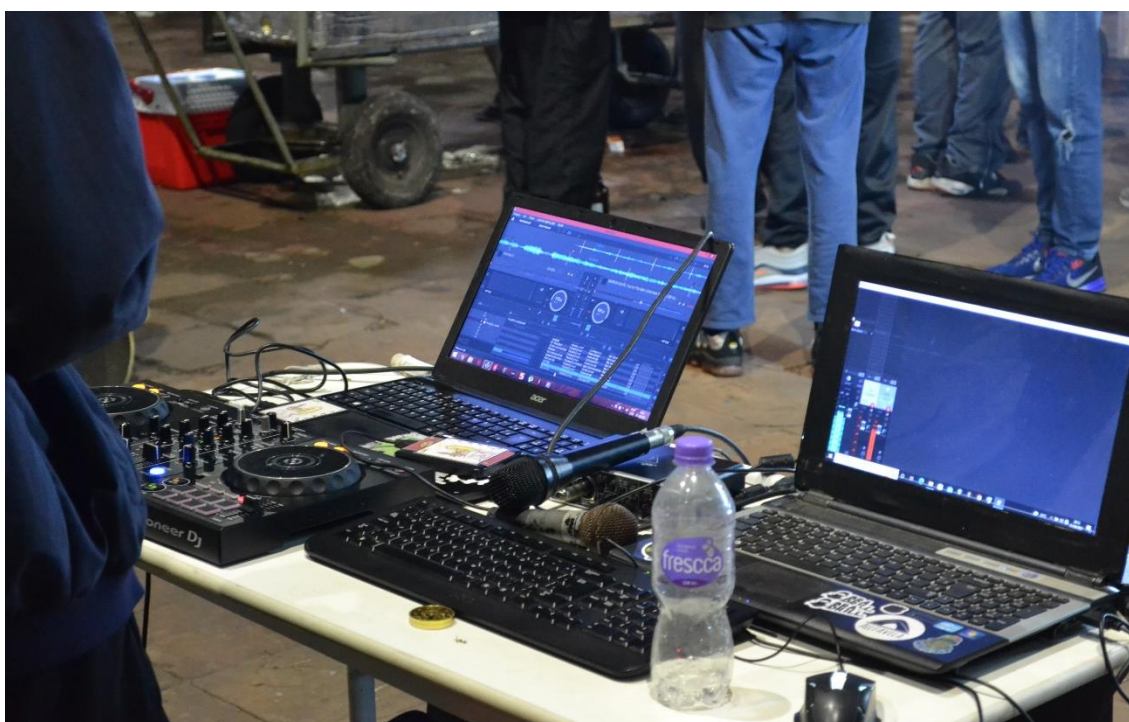
O DJ, sigla para o termo de língua inglesa *disc-jockey* (Figuras 17 e 18), que atua como operador de áudio, utilizando-se de discos de vinil ou versões digitais de músicas de variados estilos, além de computadores, mesa e caixa de som, controladores digitais (chamadas de *pickups*) para articular ritmos (conhecidos como bases) misturados (ditas colagens) à melodias e harmonias. A principal função dos DJs, além de expressarem-se por meio de suas produções, é permitir o aproveitamento de suas criações como ferramenta para a dança e o canto realizados respectivamente por outros dois pilares cultura hip-hop: o *B-Boy* e o *Rapper*.

**Figura 17:** DJs operando o som para a batalha de rimas no Largo da Batata



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 18:** Equipamento dos DJs no Largo da Batata – *Pickup* e *Notebooks*.



**Fonte:** Autores, 2022.

O *B-Boy* é o indivíduo que executa a dança característica do hip-hop, chamada de *Brake Dance*. Nessa manifestação corporal os movimentos são executados em consonância com o ritmo das bases criadas pelos Djs. É uma forma de comunicação quase sempre baseada na demonstração de força e domínio dos movimentos do corpo.

E, o *Rapper* (Figura 19), indivíduo que exercita a comunicação verbal de suas ideias junto ao ritmo proposto pelo DJ. É ele que faz o RAP, da língua inglesa *Rhythm and Poetry* (ritmo e poesia), ou seja, canta suas ideias de maneira rítmica. O RAP pode ser feito inclusive sem o acompanhamento de bases ou mesmo instrumentos musicais, uma vez que as falas são declamadas ritmicamente, o que dão ao RAP características musicais.

**Figura 19:** *Rappers* disputando em batalha de rima no Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022.



Nesse sentido, a atuação do hip-hop como fenômeno social, revela o desejo e a visão de mundo de indivíduos que utilizam-se da imagem, da palavra e do ritmo para expressar-se artisticamente. Antonio Candido nos brinda com o seguinte:

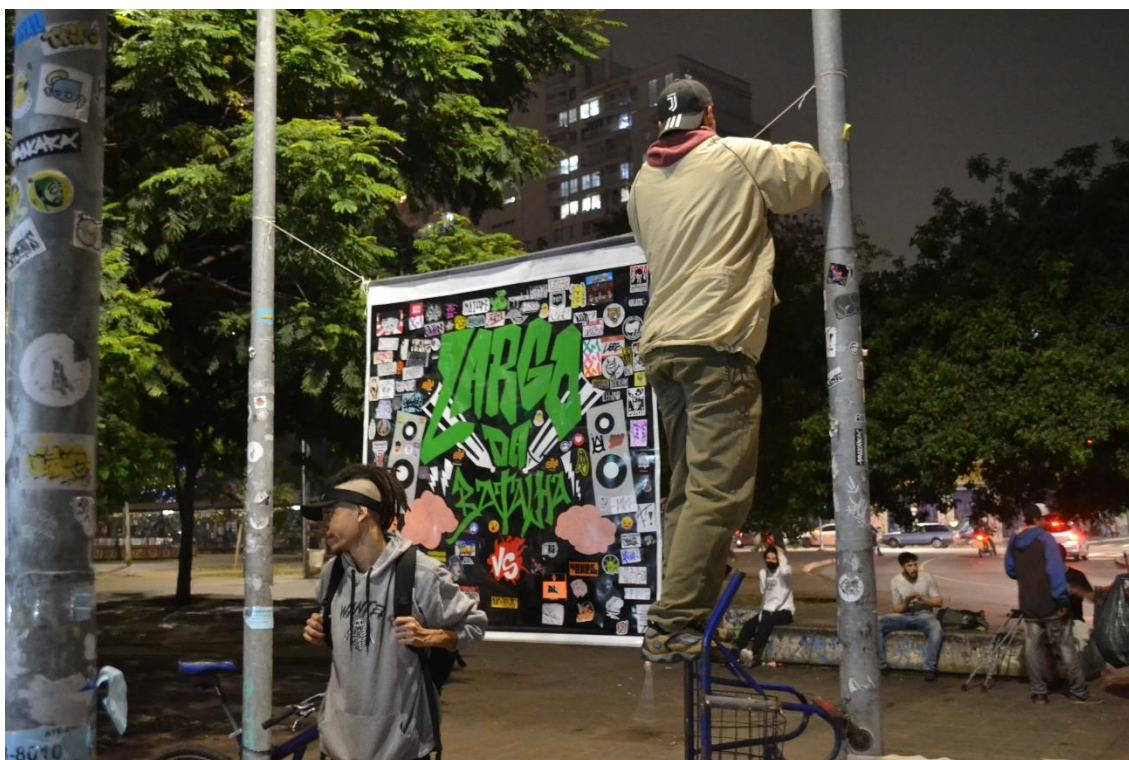
Quando o homem imprime ritmo à sua palavra, para obter efeito estético, está criando um elemento que liga esta palavra ao mundo natural e social; está criando para esta palavra uma eficácia equivalente à eficácia que o ritmo pode trazer ao gesto humano produtivo. Ritmo é, portanto, elemento essencial à expressão estética nas artes da palavra, sobretudo quando se trata de versos (CANDIDO, 2006, p.71-72).

O RAP seria então considerado por nós como o vetor rítmico e estético de imprimir no mundo, a partir da palavra, a percepção do meio social em que se interage. Em outras palavras, o hip-hop e sobretudo o RAP são formas de ação política sobre o território. É por meio deles que nós, periféricos também nos fazemos existir no mundo.

No Largo da Batata, nosso polo morfológico, ocorre desde fevereiro de 2016 um fenômeno de ocupação de espaço público baseado em uma prática do hip-hop chamada de Batalha de Rimas. Segundo Paul Edward (2009) o fenômeno das batalhas consiste basicamente em uma disputa entre dois ou mais *Rappers* que competem a partir da palavra, do improviso e da dissuasão do outro por meio de argumentos que sejam publicamente reconhecidos como mais eficazes. Para isso, uma plateia “ao vivo” é fundamental, uma vez que os competidores são avaliados por ela, e não por uma comissão de juízes nomeados antes de cada batalha. O julgamento, que ocorre por meio de manifestações motoras e sonoras decide qual dos *Rappers* sagra-se vencedor da disputa. Por um sistema de chaveamento, parecido com os moldes utilizados nos esportes de competição, os competidores, definidos por sorteio, vão se enfrentando e os vencedores avançam até disputarem a batalha final, onde o grande campeão é conhecido. Uma curiosidade, que denota o papel pedagógico e educativo das batalhas de rima é que recitar versos escritos, decorados ou pertencentes à músicas já conhecidas do público são considerados uma desonra, o que obriga os participantes a construir pensamentos no ato das batalhas, ou seja é a dialética sendo utilizada como ferramenta de aprendizagem coletiva.

Devido a sua plasticidade, as batalhas de rimas podem ocorrer em qualquer lugar em que haja interesse do convívio social, como praças, esquinas, escolas, largos, palcos de show e até mesmo em plataformas digitais. A que ocorre no Largo da Batata se chama “Largo da Batalha” (Figura 20).

**Figura 20:** Cartaz identificador do “Largo da Batalha” sendo fixado entre os postes de iluminação, no Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022.

Evento realizado desde fevereiro de 2016, o Largo da Batalha é a continuidade de um movimento denominado “Batalha do Beco”, atuante entre os anos de 2011 à 2015 no Beco do Grafite, localizado próximo ao cemitério da Cardeal Arco Verde, na Vila Madalena, há cerca de dois quilômetros de distância do Largo da Batata, no sentido sudoeste. Segundo o Portal RND (2022), influente plataforma digital de veiculação de informações sobre o hip-hop no Brasil, o movimento Largo da Batalha foi idealizado com o objetivo de propagar a cultura hip-hop para a região de Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Os encontros têm despertado o interesse do público que comparece ao Largo da Batata para interagir com os participantes. Apresentações de artistas independentes fazem parte dos encontros e o grupo já foi convidado a se apresentar na Bienal do Livre de 2018, organizar eventos junto aos SESC (Serviço Social do Comércio) de Campo Limpo, Heliópolis e Ipiranga, e em escolas da região oeste da cidade. Apesar de ocorrer de maneira mais orgânica, o Largo da Batalha possui organizadores: Kaixa (Apresentador/Fundador), Ralfs (Produtor Executivo, *Social Media* e DJ), Menegueth (Ajudante Geral), Gama 18K (*Livemaker*), Sas (Diretor Audiovisual), RD (Fotógrafo), Régis (*Filmmaker*), Wellington (*Designer Gráfico*).

Na plataforma virtual *Facebook*<sup>42</sup> (Grupo Público) do Largo da Batalha onde consta na aba “sobre” uma pequena descrição do grupo, indicações de links eletrônicos para acesso aos materiais de registro das batalhas, bem como um compilado de quatro regras de convívio na plataforma virtual, sendo (i) “Largo da Batalha não atura preconceito, tem que ter respeito”, onde os frequentadores são advertidos quanto a intolerância ao racismo, a homofobia e a xenofobia; (ii) “Tem que ter coragem, não pode jogar a toalha!”, em que se lê que os trabalhos (corres e trampos) dos artistas que utilizam a página podem ser divulgados ; (iii) “Calmô...”; onde há a advertência de que as discussões que culminem em violência serão passíveis de banimento; e (iv) “#Largou”, em que se diz: “na praça, em casa, onde for #largou”.

Nas chamou a atenção, dentre as práticas que não são toleradas no grupo do Largo da Batalha, não constar nenhuma referência às possíveis práticas de misoginia ou capacitismo, porém na mesma página, onde estão dispostas as regras de utilização daquele espaço virtual, há uma imagem de identificação (Figura 21) onde são retratados sobre um fundo azul, dois personagens humanoides (figuras humanas num corpo de batata) representando *Rappers* gênero masculino (boneco à esquerda) e feminino (boneca à direita), figurando ao lado do símbolo do Largo da Batalha. No chapéu do personagem da esquerda, que possui um bigode muito característico, lê-se o termo “Largo”, referente ao nome do grupo (Largo da Batalha). Nos tênis do mesmo personagem é possível ler a palavra “hip-hop”. Já a personagem da direita, que usa brincos, batom vermelho e um cabelo no estilo *Blackpower*, demonstrando representatividade do povo preto, há também inscrições nos tênis, onde se lê o termo “*girl power*”, numa referência direta aos movimentos feministas de fortalecimento da participação das mulheres de maneira igualitário na sociedade.

---

<sup>42</sup> Página do Facebook sediada em: [/www.facebook.com/groups/largodabatalha/about](https://www.facebook.com/groups/largodabatalha/about)

**Figura 21:** Bandeira da página virtual “Grupo do Largo da Batalha”, no Facebook®.



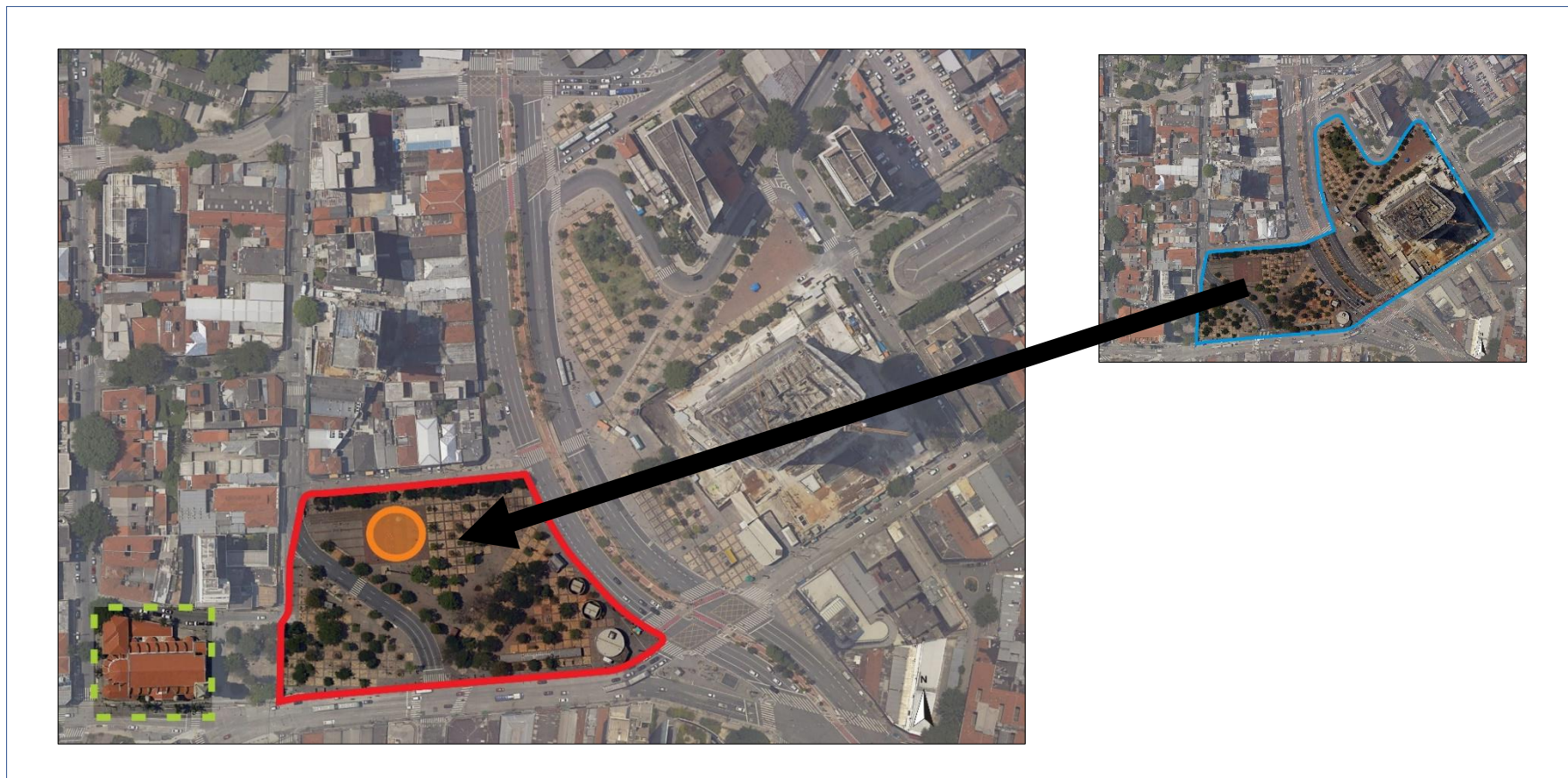
**Fonte:** [www.facebook.com/groups/largodabatalha/about](http://www.facebook.com/groups/largodabatalha/about) Acesso em 18 Abr. 2022.

Em nossas visitas ao Largo da Batalha foi possível observar a maneira como os encontros são realizados. Um desses encontros foi registrado por meio de fotografias, previamente autorizadas pelos organizadores da ação popular. A seguir, apresentaremos uma sequência de imagens e textos que pretendem explicitar o modo como o fenômeno ocorre no polo morfológico desta tese.

A manifestação cultural ocorre numa área cobrindo um perímetro (Figura 22) de cerca de 500 m<sup>2</sup>, porém antes das dezenove horas, a ocupação do local das Batalhas (Figuras 23 e 24) é modesto.



**Figura 22:** Perímetro de ocupação do Largo da Batata através do manifestação cultural “Largo da Batalha”



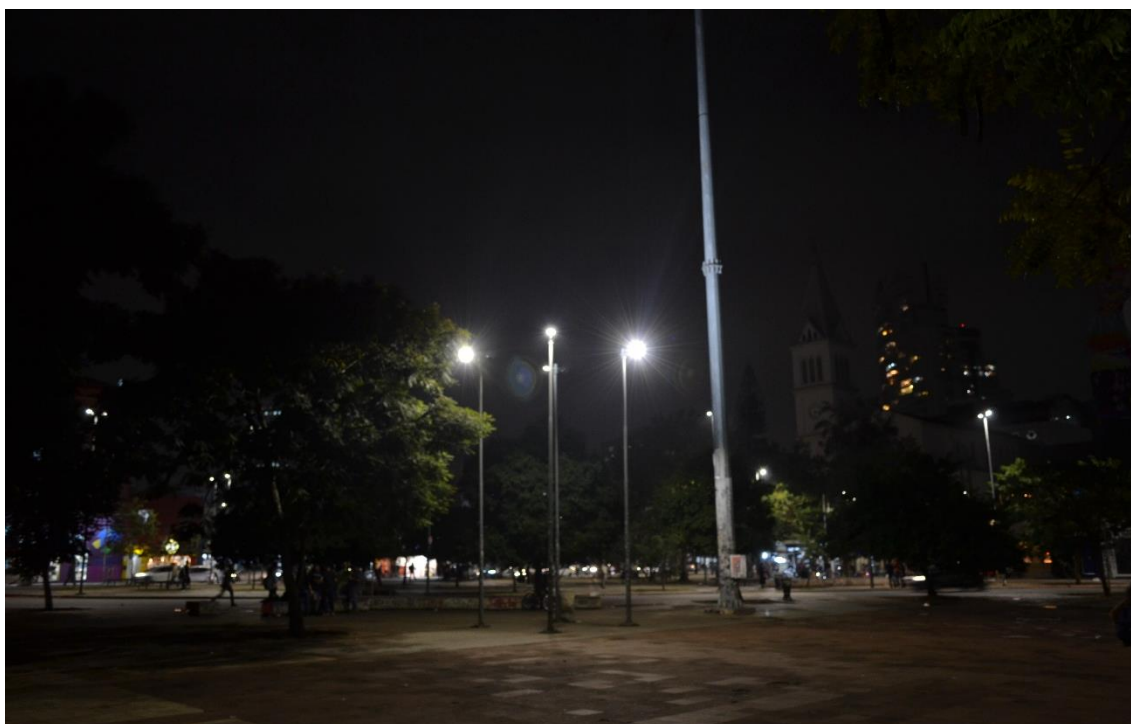
**Fonte:** Adaptado do Google Earth pelos autores, 2022.

**Figura 23:** Local da batalha de rima às 19h no Largo com poucas pessoas presentes.



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 24:** Local da batalha de rima às 19h no Largo da Batalha em vista oposta.



**Fonte:** Autores, 2022.



A partir das dezenove horas já é possível ver (Figura 25) um movimento de encontro entre os organizadores da batalha, *Rappers*, DJs e pessoas que já estão no local para prestigiar a cultura hip-hop.

**Figura 25:** Largo da Batalha, primeiros movimentos.



**Fonte:** Autores, 2022.

Nesse estágio ocorre um movimento coletivo em que participantes, organizadores e público se ajudam na viabilização do ocupação do espaço. As horizontalidades, já historicamente construídas pelo coletivo se materializam e podem ser visualizadas, de modo que chama a atenção a rapidez e eficiência com que o grupo se instala na área pública do Largo da Batata construindo uma nova lógica de organização e uso do território, diferente de como se configurava há poucos minutos atrás.

Pessoas que vão surgindo no Largo por todas as vias de acesso, desde a Avenida Faria Lima, até o Largo do Pinheiros, onde fica a Capela Nossa Senhora do Monte Serra se ajudam no transporte e posicionamento dos equipamentos que serão utilizados para as batalhas. Durante a montagem (Figura 26), vendedores ambulantes desenhavam um perímetro ao redor dos equipamentos de som (Figura 27).

**Figura 26:** Largo da Batalha, montagem de equipamentos.



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 27:** Perímetro do Largo da Batalha, organicidade de vendedores ambulantes.



**Fonte:** Autores, 2022.



A presença dos vendedores ambulantes demonstra que a ação política de ocupação cultural do espaço movimenta também uma economia local, garantindo renda para trabalhadores informais que são atraídos para o Largo da Batata nos dias em que ocorrem as batalhas de rimas. Importante ressaltar que foi possível observar que voluntariamente os trabalhadores ambulantes ofertam bebidas aos vencedores das batalhas numa espécie de contrapartida solidária, já que é por causa das disputas que o público comparece e consome os produtos comercializados por eles.

Esse evento tem correlação com que a Professora Ana Clara Torres Ribeiro chama de totalidade social. Para ela

há uma conexão, que é ontológica, entre a problemática do espaço e a atividade, a ação, a forma dinâmica do ser. Eu diria que o ser é a totalidade social. Sendo o ser a totalidade social, este ser não é algo estático, não é apenas técnica, é atividade, tem seus núcleos mais ou menos dinâmicos, seus determinantes ativos, logo o ser não é algo harmônico, mas dissonante (RIBEIRO, 2014, p. 32).

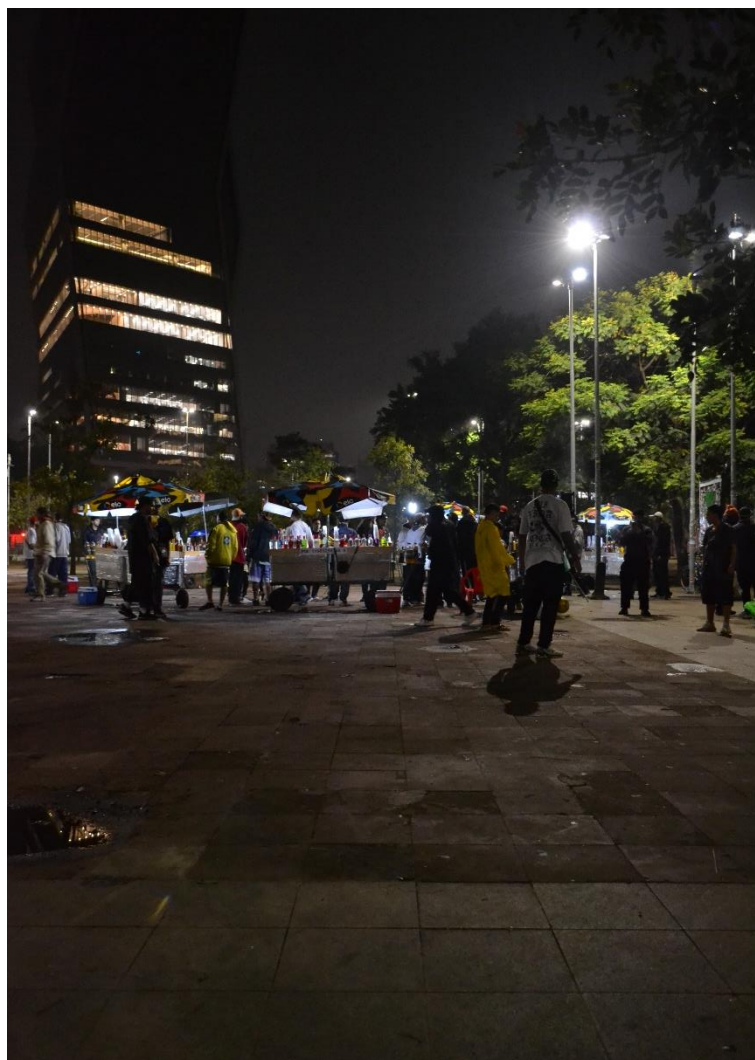
Assim, o ser (sujeito coletivo) representa a totalidade social do espaço. Ele é, em si, a sociedade unida pela diferença. Decorre desse encontro ontológico o território praticado, ou território usado, como diria o Professor Milton Santos. É no território que se dá a valorização das práticas sociais a partir da cultura e da psicosfera. É o que salienta a Professora Ana Clara ao comentar a teoria do Professor Milton Santos, com quem praticou franco diálogo proficiente sobre as questões afetas ao espaço. Ela diz que

existe uma face da problemática do espaço, da ontologia do espaço, que é citada, trabalhada teórica e conceitualmente na obra de Milton Santos, valorizando a dimensão da ação: o sistema de ação, a problemática do espaço praticado, ou melhor dizendo, o território praticado, e a valorização das práticas sociais juntamente com toda uma formação que penetra nos efeitos culturais do meio técnico-científico-informacional e, nesta angulação, teremos exatamente o conceito ou a categoria de psicosfera (RIBEIRO, 2014, p. 31-32).

Assim, compreendemos que o espaço é o que a Professora Ana Clara classifica como algo prático-inerte, consequência da totalidade. Compreende a ação (técnico) do sujeito e suas problemáticas (psicosfera).

Um pouco antes do início das batalhas algumas atividades ocorrem no Largo da Batata, desde a prática esportiva do *skate* e do futebol (Figura 28), chegando até a expressão artística exercida por meio da pichação (Figura 29).

**Figura 28:** Futebol no Largo da Batata, ocupação análoga às batalhas de rima.



**Fonte:** Autores, 2022.

Para nós, o uso do espaço público que subverte a função para a qual ele foi pensado e executado traduz uma consciência da autonomia que é por si só, crítica. Como aponta Ana Clara (2014, p. 35) “o que nós precisamos, efetivamente, é controlar por nós mesmos, e não pelos desígnios dos outros, a evolução da reflexão de uma maneira livre e criativa, mas altamente perceptiva”.

Quanto maior nossa capacidade de perceber, mais totalidade o espaço compreende e mais ação social libertária e autônoma ocorre no território. É nesses espaços, construídos pela totalidade, que se abre espaço para o **projeto**, conceito trabalhado pelo Professor Milton Santos que aponta o território usado como canal para a ação política e resistência às verticalidades hegemônicas que se perfazem na forma do território pensado como fôrma. Assim, tanto na ocupação técnica e psíquica do

território, quanto na recomposição imagética da cidade (como no caso da pichação e do grafite, por exemplo), é preciso propor!

**Figura 29:** Expressão artística, pichação na parte de traz do cartaz do Largo da Batalha.



**Fonte:** Autores, 2022.

Na parte de traz do cartaz do Largo da Batalha é possível identificar desenhos, siglas e nomes de sujeitos e grupos ligados à cultura hip-hop. É a invisibilidade social (invisibilização via poder hegemônico) tornando-se visível a partir da pichação de frases e palavras com sentido e significado próprios que dão ao seu autor/grupo um reforço identitário, sentimento de pertencimento e caráter de (r)existência. Uma forma de manifestação artística que delata injustiças sociais, ou que transgride, como diz Zezão grafiteiro/pichador entrevistado por Cassiano Elek Machado na edição número 12 da Revista Piauí<sup>43</sup> de Setembro de 2007: “não sou um cara que fala que a pichação é uma coisa e que o grafite é outra. Sempre associei as duas coisas a uma coisa só, que é a transgressão. Se não tem transgressão não é grafite”.

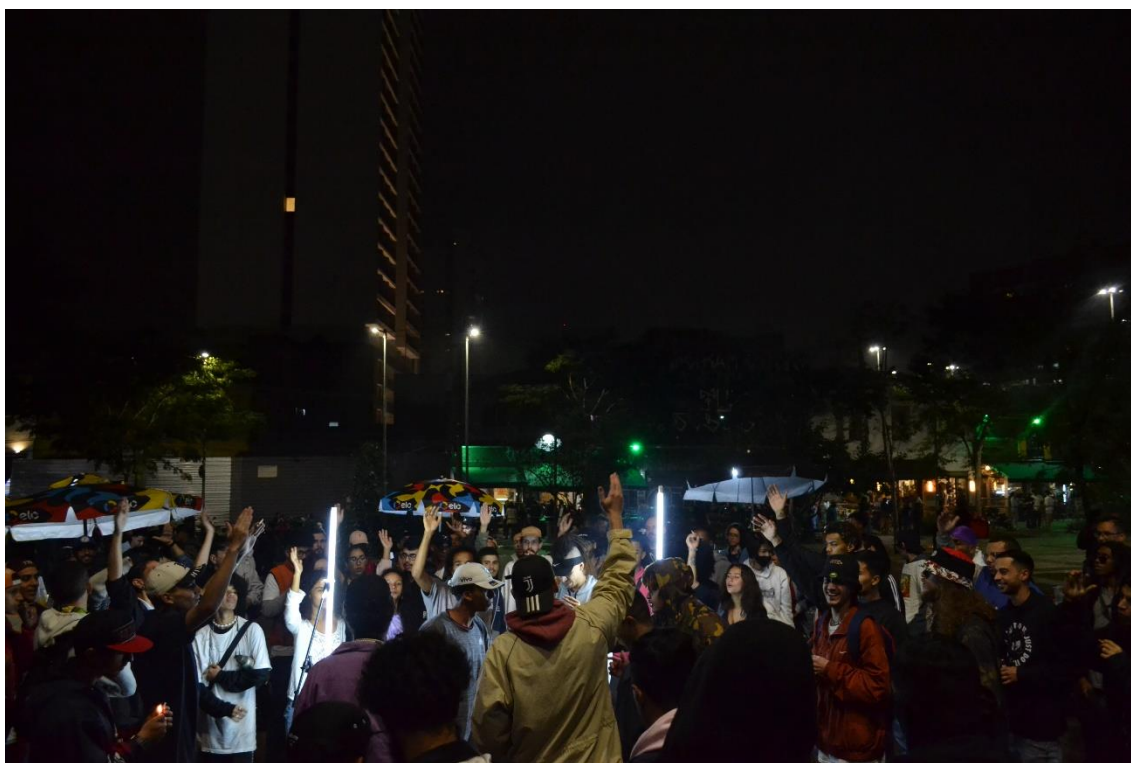
---

<sup>43</sup> ELEK, Cassiano Machado. **Zezão sai do esgoto**. Revista Piauí. Publifolha. Edição 12 de Setembro de 2007. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/zezao-sai-do-esgoto/>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

O grafite, expressão artística visual, pilar da cultura o hip-hop é ocupação imagética da cidade, do espaço público. É presença e existência em forma de signos que dão representatividade e voz às camadas sociais silenciadas pelos reflexos e convulsões da cidade neoliberal.

Em pouco tempo as batalhas são anunciadas e o público se reúne preenchendo o perímetro delimitado pelos trabalhadores ambulantes (Figura 30) que auxiliam na organização do espaço ocupado pelo movimento cultural enquanto atuam no aquecimento da economia local.

**Figura 30:** Primeiras batalhas, público presente no Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022.

Enfrentando-se lastreados por ritmos musicais nacionais e internacionais, o Largo da Batalha transforma-se em espaço de conexão entre as categorias do lugar e do global. Lugar entendido aqui sob a perspectiva de alma do território usado, como se pode perceber nas palavras da Professora Maria Adélia de Souza:

Partindo da sua interessante reflexão que neste período histórico que ele denominou de técnico, científico e informacional, mundo e lugar se constituem num par indissociável, tornando, no entanto, o lugar como a categoria real, concreta. O lugar é também, segundo inspiração sartreana, o espaço da existência e da coexistência. O lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos

do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política (SOUZA, 2005, p. 235).

Desse modo, o território usado, sinônimo de espaço banal, lança-se como possível mediação entre o mundo e a sociedade que interfere na totalidade processual da história e da vida coletiva. É, por sua natureza espaço de construção e nela, quanto maior for o controle remoto do mundo sobre o lugar, mais solitário o lugar se tornará, no entanto quanto maior a ação em rede, a denúncia da contradição, os movimentos contrarracionais, maior será a ação política. Assim, o território usado é a resistência do lugar ao mundo, do lugar às redes, do lugar à racionalidade vertical, numa postura intitulada pelo Professor Milton Santos de grito do território.

Esse grito é também uma auto valorização. Um reconhecimento de que a cultura que me compõe, e que eu também construo, suporta a minha própria valorização como sujeito, como política e como coletividade. Nas palavras da Professora Ana Clara Torres Ribeiro (2014, p. 40), alcançar essa “angulação que advém da valorização da cultura, da valorização da política, da valorização da problemática do sujeito” é o que garante essa ação.

Nessa perspectiva, os *Rappers* apresentaram ideias ligadas a contracultura e a partir de seu grito, estabelecem sublevação, contra-racionalidade, conversam lugar e mundo e competem pela atenção e aprovação de seus pares. É nas batalhas (Figuras 31, 32, 33, 34, 35 e 36) que se dá a essência do território, que ocorre o acontecer solidário do Professor Milton Santos. Em outras palavras: é nas batalhas de rima, apropriado de si, que o território fala.



**Figura 31:** Grito do território 1, recorte de batalha de rima no Largo da Batalha.



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 32:** Grito do território 2, poder da arte libertária no Largo da Batalha.



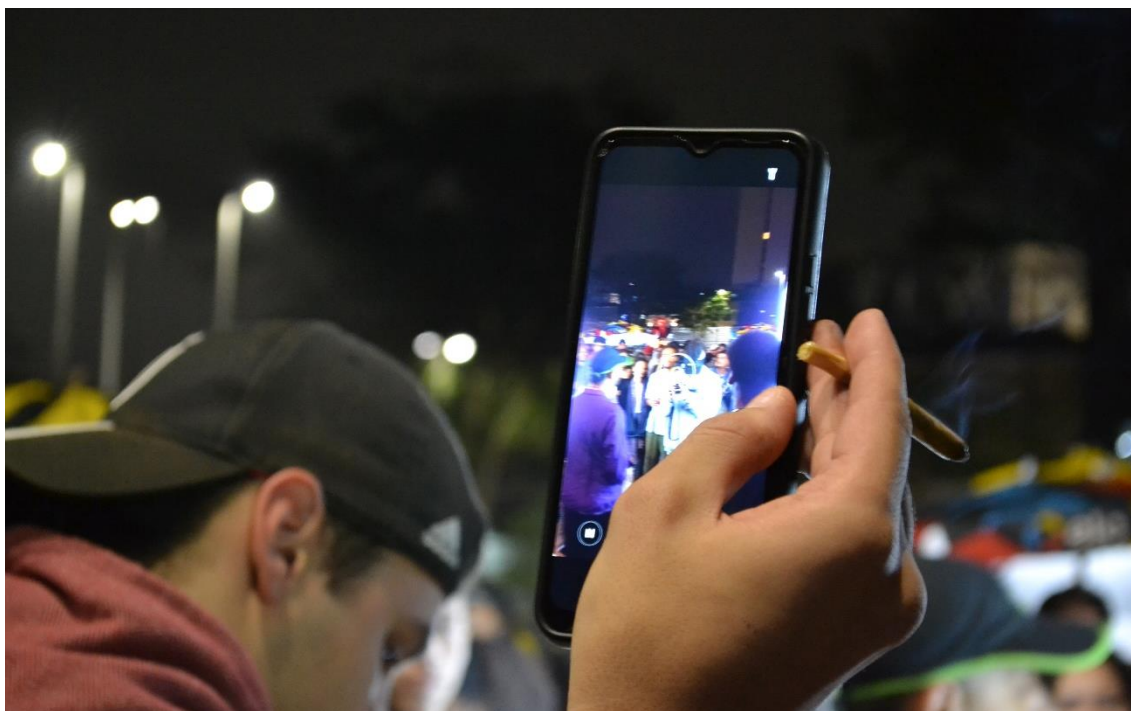
**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 33:** Grito do território 3, feminino presente no Largo da Batalha.



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 34:** Grito do território 4, registro e ampliação perceptiva no Largo da Batalha.



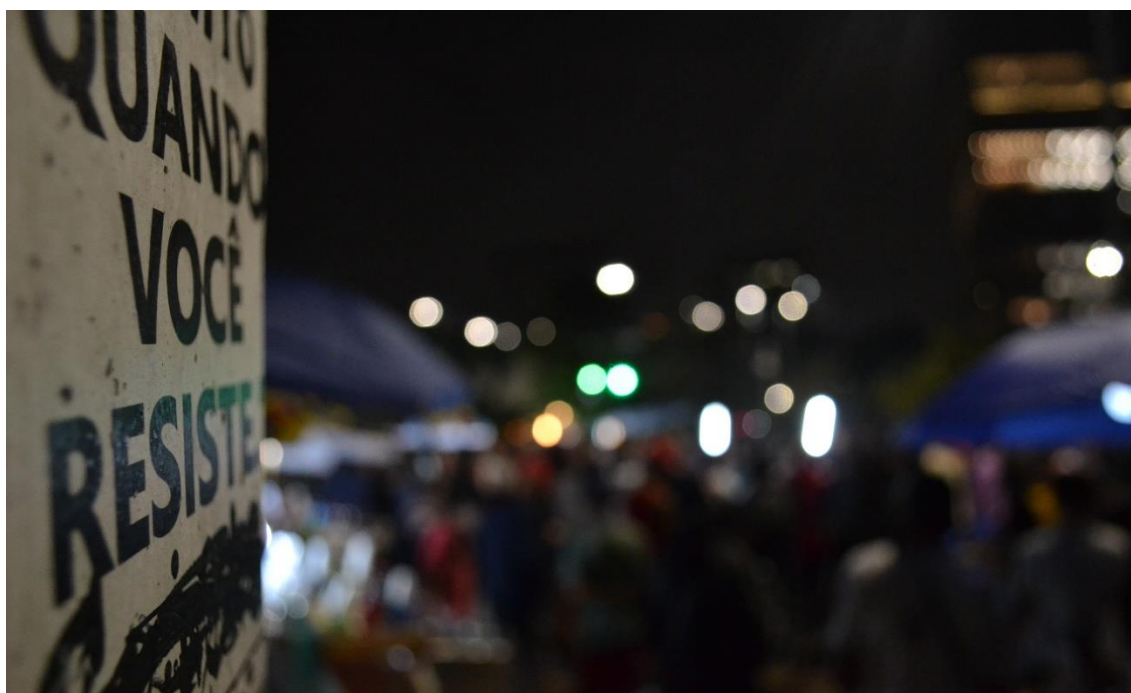
**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 35:** Coletividade de vozes periferizadas em comunhão no Largo da Batalha.



**Fonte:** Autores, 2022.

**Figura 36:** Existência imagético-prática, quando você resiste no Largo da Batalha.



**Fonte:** Autores, 2022.



É no grito do território, que compõe a música de rua, que o ato revolucionário da resistência às forças hegemônicas se dá. É na ação coletiva, na composição das horizontalidades que reside a força da esperança de Sartre (1968). É na ação realizada por meio das batalhas de rimas no Largo da Batata que se caracteriza a ação política que dá voz às periferias apropriadas da centralidade de Pinheiros. Entendemos assim que esse fenômeno corporifica o sujeito em ação política. É o corpo exercendo cidadania e ação política. É a música de rua que resulta em emancipação social, em ocupação e uso do território.

### **3.2 Sujeito corporificado e bioética: Ana Clara Torres Ribeiro e a apropriação do corpo como forma de cidadania emancipadora**

Após a recessão econômica dos anos 1970, emerge a necessidade da instauração de direitos sociais mundiais, fenômeno possível e sustentado pela facilidade de acesso às informações e às comunicações, advindas dos avanços tecnológicos. Contudo, os parâmetros dos direitos sociais mundiais têm sido escritos pela caligrafia massificadora, asséptica, plana, unificadora, transparente<sup>44</sup>, carente de subjetividade e a serviço do pensamento único, das forças hegemônicas. Essas forças produzem-se de maneira renovada e destrutiva por meio da tríade: linguagem, informação e imagem, que por sua vez suportam a tecnociência responsável pela ocidentalização radical do mundo contemporâneo, descrito nas palavras de Serge Latouche para quem

a identificação do Ocidente como o “maquinário” sócio-técnico-econômico coloca (...) um problema. Apesar de o Ocidente não ser universalizável, como “modelo de civilização”, enquanto “máquina” ele é reproduzível (LATOUCHE, 1994, p. 56).

Esse cenário reverbera na produção de espaços de cidadania e democracia desgastados, onde o indivíduo passa, ao não compreender a necessidade de luta por esses direitos (uma vez alienado pela tríade hegemônica: linguagem, informação e

---

<sup>44</sup> Para Byung-Chul Han (2017<sup>a</sup>, p. 10), “as coisas se tornam transparentes quando eliminam de si toda e qualquer negatividade, quando se tornam rasas e planas, quando se encaixam sem qualquer resistência ao curso raso do capital, da comunicação e da informação”.

imagem), a desacreditar da cidadania e da democracia, transformando-os em práticas mais burocratizadoras que libertárias.

A saída que propõe a Professora Ana Clara Torres Ribeiro está no sujeito corporificado, um sujeito de direitos (ideais) materializado e cultural. Essa concretude conquistada inscreve a bioética como ponto central da ação cidadã/democrática de fato, ou seja, na existência do corpo-sujeito (resultante da articulação entre movimentos sociais e o campo da bioética), conceito que agrega homogeneidade/igualdade e individualidade/diferença, para os quais o olhar interdisciplinar é fundamental. Assim, movimentos sociais de uso do espaço público, de maneira autêntica e espontânea, que propõe à arte papel central na significação dessa ocupação figura com uma dessas materializações social e culturalmente necessárias.

O que se percebe é que a ocidentalização das relações humanas resulta, segundo a Professora Ana Clara (2000, p. 84), na “objetivação do mundo e na rápida transformação de sujeitos em objetos e de seres humanos plenos em corpos aproximados de idealizações da máquina eficiente”. Nesse sentido, a ressubjetivação do corpo-sujeito depende do grau de resistência do mesmo à sedução exercida por meio das técnicas de manipulação da vida social/cotidiana. Haveria assim, a necessidade de renovação do humanismo vinculando bioética, movimentos sociais e democracia. É a possibilidade de resistência à secundarização do sujeito coletivo. Os direitos deixariam de ser generalistas e passariam a ser, cada vez mais (RIBEIRO, 2000, p. 84) “a expressão de identidades segmentadas”.

O que se opõe ao pensamento unificado, a lógica colonizadora Ocidental, é o corpo-espaço (o sujeito corporificado, ou a dimensão mais concreta do humanismo). Ele é a face orgânica da vida que resiste à lógica do maquinismo social colonizador. A finitude do corpo coloca a bioética à frente na resistência ao pensamento único, pois reúne o geral e o específico, o universal e o singular, compondo assim o corpo-sujeito, que por sua vez alimenta o então culturalmente enriquecido *uno* identitário, aquele que inscreve o sujeito em sua condição *si ne qua non*, de “ser o que é”.

Assim, se o corpo-máquina, monitorado pelas tecnologias e o corpo-imagem, resultado da estetização da existência, são as bases centrais da alienação contemporânea, o corpo-sujeito da bioética figura como possibilidade de afirmação

ética e política, necessárias ao fortalecimento da dimensão cidadã/democrática. E, não vemos outro “lugar” para a (r)existência da ação política do corpo-sujeito, senão no território usado.

#### IV. Terceiro ato de vida – território usado

*Liga eu, liga nós, onde preciso for  
No paraíso ou no dia do juízo.*

*Racionais MCs, 2002.*

#### 4. Território usado: um objeto de análise social

Quando entendido como objeto de análise social, o território é definido principalmente pelo seu uso e não apenas por suas configurações espaciais e burocráticas. Entendê-lo é a base necessária para os projetos, a composição da visão de mundo e a possibilidade de concepção de futuro (SANTOS, 1999).

Hoje, o território é transnacionalizado, porém parcelas dele resistem à essa massificação. O Professor Milton Santos (2005, p. 255) orienta que “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor ao mundo, uma revanche”. Assim os territórios, espaços de luta, que possuem forma – uma morfologia de sua geografia física, resultante da ação humana com o meio natural –, mas é o território usado que é objeto de ação social. Nesse sentido, o território está dividido a partir de planos de horizontalidades (da contiguidade e proximidade física – espaço banal) e verticalidades (pontos distantes ligados pelas formas e processos sociais – redes).

O território é composto de lugares comuns, pontos comuns, porém divididos entre espaço banal (todos os espaços e o espaço de todos), e em oposição, as redes (parte do espaço, o espaço de alguns). Ocorre que esses lugares possuem “os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferente, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, 2005). Um acontecer simultâneo, proveniente do avanço das técnicas e da ciência, que permite o acontecer solidário (decorrente das relações do/no território). O acontecer solidário ocorre sob três perspectivas no território: (i) acontecer homólogo; (ii) acontecer complementar, e (iii) acontecer hierárquico, definidos pelo Professor Milton Santos e que são apresentados à seguir.

O acontecer homólogo é inerente às áreas de produção (agrícola e urbana) modernizadas pela informação e pelas categorias de tempo único, unicidade técnica e racionalidade direcionada. Nele há pouca resistência às mudanças, uma vez que não compreende ocupações populacionais muito significativas do ponto de vista quantitativo.

Já o acontecer complementar, semelhante ao acontecer homólogo, ocorre entre cidade e campo e entre cidades geograficamente próximas (intercâmbio multifatorial). Ele se estabelece nas zonas periurbanas, definidas por Santandreu e Lovo (2007, p. 11) como áreas onde ocorrem “atividades vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades”.

Por fim, o acontecer hierárquico, resultante do acontecer homólogo e complementar, ocorrendo por meio de um comando, uma racionalização, uma direção organizada e organizadora do território, imprimindo sentido à ele e aos agentes que nele operam.

A união desses acontecimentos (homólogo, complementar e hierárquico) dá-se através das tecnologias de informação, de modo que desde o acontecer homólogo até o complementar, o território é marcado por regras gerais (re)formuladas localmente, a partir de informações também generalizadas. Isso faz emergir a importância das técnicas. Já para o acontecer hierárquico o cotidiano é condicionado verticalmente, comandado por informações que poucos acessam e que estabelecem níveis de poder. Nesse caso, o que emerge são as normas, a política (SANTOS, 2005).

Para Lefebvre (2001, p. 14) “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso”, assim o território torna-se passível de controle, ocorrendo de duas maneiras: (i) cidades locais controlam (por meio da técnica e da produção) sua porção de território e possíveis espaços reais; (ii) cidades locais são controladas remotamente pelas cidades mundiais (por meio da política da produção), o que acarreta na alienação dos espaços e das sociedades, via mobilidade.

Existe assim um conflito entre as orientações do espaço local/banal (vivido por todos/vizinhos) e do território global (de conteúdo ideológico distante). Contudo, tanto o espaço banal quanto as redes são comandados pelo mundo (sinônimo de mercado) das coisas, das ideias, das políticas, o que legitima e dá força ao movimento de globalização perversa, à democracia do mercado e ao neoliberalismo, que têm como ação principal diminuir contiguidades, solidariedades e territórios compartilhados (SANTOS, 2005). Estabelece-se então um cenário de conflito entre normas (local/banal x global/rede), dado fundamental da análise geográfica atual, afinal é cada vez maior o distanciamento entre a escala da técnica e a escala política. O Professor Milton Santos explica:

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas (SANTOS, 2005, p. 259).

A pressão vertical atua de maneira ambígua, uma vez que, pensada para enfraquecer as horizontalidades, promove o fortalecimento passivo<sup>45</sup> do território usado, de modo que o levante contra a rigidez das normas estabelecidas “de cima para baixo” faz ampliar as uniões horizontais, primeiramente para minimizar o poder que os atores verticais possuem sobre os sujeitos dos espaços contíguos, e em segundo plano para que se possa propor, projetar, ou seja, atuar nas perspectivas de futuro.

Para isso, é necessário resistir. Resistir à avalanche neoliberal que atua nos lugares e faz impor o mundo das redes à eles. Resistir sem buscar falsa equanimidade, mas questionando a riqueza produtora de desigualdade. Resistir como território em ação.

Coaduna com essa visão a retórica da Professora Maria Adélia de Souza, que ao dissertar sobre o período popular da história, afirma:

Esse período se caracteriza pelo processo de resistência dos lugares às perversidades impostas a ele pelo mundo. O território, portanto, pode ser formado como nos ensina o mestre, por lugares contíguos e lugares em rede. Mas, importante ressaltar que são os mesmos lugares que se constituem em contiguidades ou em redes. É portanto, dentro deles que se estabelece uma contradição vivida entre o mundo e o lugar (SOUZA, 2005, p. 254).

A constituição de contiguidades ou redes se dá nos mesmos lugares. Assim, é a capacidade/possibilidade de organização e solidariedade que dá ao território potência para resistir à perda de sentido existencial, à renúncia de sua memória/história, à abnegação do **projeto**. E, essa postura não demanda necessariamente “ação ativa”. Ao abordar o pensamento de Gramsci, a Professora Ana Clara (2015, p. 54) nos ensina que resistir pode ser um ato passivo. Ela indaga: “como você resiste se acomodando?” A resposta está em Gramsci, no conceito de guerra de posição:

A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas ilimitadas da população. Por isso, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, pois, uma forma de governo “intervencionista”, que mais abertamente

---

<sup>45</sup> Termo emprestado do conceito teórico de revolução passiva, desenvolvido por Antonio Gramsci (2007, p. 97) que afirma que “o conceito de ‘revolução passiva’ deve ser deduzido rigorosamente dos princípios fundamentais de ciência política: (1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontram lugar para um novo movimento progressista; (2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc.”.

assuma a ofensiva contra os opositores e organize, permanentemente, a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo gênero, políticos, administrativos, etc., reforçando as posições hegemônicas do grupo dominante, etc. Tudo isso indica que se entrou em uma fase culminante da situação político-histórica, posto que na política da “guerra de posição”, uma vez vencida essa, torna-se ela definitivamente decisiva (GRAMSCI, 2007, p. 124).

Desta maneira, há um desencorajamento do conflito direto com o Estado, detentor de maciça estrutura de defesa – instituições, exército, forças de polícia, associações civis. Ao contrário, a ideia é reconhecer a superioridade estatal para um conflito direto (guerra de movimento) e sublevar-se a partir de um posicionamento que permita minar as defesas do Estado (guerra de posição), e por conseguinte, das classes dominantes. Daí o caráter permanente das conquistas sociais. Antonio Gramsci (2007, p. 24) exemplifica: “a resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, o boicote é guerra de posição, as greves guerras de movimento”. Acrescentamos: as resistências do Tibet, de Martin Luther King, do empregado latino-americano da construção civil, da professora brasileira que atua na escola pública, da mulher, em todo o mundo, que enfrenta o medo cotidiano da violência sexual: tudo isso é guerra de posição.

Essa postura não é fruto apenas de uma espécie de tática de enfrentamento às classes dominantes influenciadoras das ações do Estado, mas muitas vezes desenvolve-se como única possibilidade viável frente ao cenário de opressão e controle sofridos pelos sujeitos. Ana Clara reforça esse raciocínio ao dizer que

...você tem que ocupar posições, é o máximo que se pode fazer, ocupar posições. Portanto, isso significa que é necessário entender a alteração da ação para que se compreenda o movimento de ocidentalização, de modernização, de racionalização das relações sociais, de novas formas do político, de transfiguração política, e a nova base identitária que estamos vivendo hoje (RIBEIRO, 2014, p. 54).

A partir dessa conduta, de permanência para resistência, substituímos a estratégia do movimento pela postura do posicionamento, o que pode culminar numa mudança estrutural nas forças opressoras, sem que elas percebam facilmente e se defendam, como ocorre mais comumente num embate de movimento. É o que Gramsci ensina:

...Como sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mais incoercível, as forças oficiais, que elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase (GRAMSCI, 2002, p. 56).

São essas mudanças que permitem vislumbrar o **projeto**, o **projeto** socialmente necessário. E, antes de tudo reconhecer a possibilidade do **projeto** é necessário,

afinal como nos fala Milton Santos (2003, p. 160) “o mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”, principalmente caso o que se queira seja construir uma globalização cidadã, solidária, e sobretudo, restauradora da condição de dignidade humana, da possibilidade, da autoria popular da história, do sujeito corporificado. Uma globalização que tem no território usado sua centralidade.

#### **4.1 Território usado e sua relação com a educação e a arte libertárias**

Aqui apresentamos uma discussão dos resultados de nossa investigação acerca da relação entre o potencial pedagógico e artístico da cidade e os espaços públicos e musicais no fenômeno urbano, utilizando como polo morfológico o Largo da Batata. A análise versa sobre o entendimento de fenômenos de espaços de acessibilidade, de gentileza e vida nas cidades. Além disso, nos prestamos a tentar transpor sinais escritos dos sentimentos provenientes da relação dialética entre os sujeitos da pesquisa e seu objeto de análise, já que compreendemos que ambos buscam se encontrar para exercer o grito do território.

É urgente considerar concretamente as conjunturas sociais nas políticas públicas atuais, pois como identificamos, essas políticas relegam a segundo plano as especificidades e particularidades locais, isso quando não as ignoram por completo.

Foi o que percebemos quando da análise do projeto “Ocupe Largo da Batata”, carente de potência pedagógica libertária, uma vez que reduz sua prática educativa à construção de bancos confeccionados com materiais de baixa qualidade. Esse reducionismo da condição pedagógica somente reforça nossa ideia de que projetos desse caráter têm como objetivo principal esvaziar de sentido prático educativo as ações na cidade, promovendo algo próximo do que Boétie (2006, p. 28) chamou de servidão voluntária, quando explica que “acaba por ser natural tudo que o homem obtém pela educação e pelo costume; mas da essência da sua natureza é o que lhe vem da mesma natureza pura e não alterada; assim, a primeira razão da servidão voluntária é o hábito”.

Desde as formas de compreender a cidade, como espaço público “sem vida”, percebendo-se como portadores da condição de elevar o Largo da Batata à espaço de afeto, identificamos o exercício de uma verticalidade legitimada pela racionalidade



neoliberal, e também pela lógica de transferência das responsabilidades do governo para o cidadão comum.

Antes disso, o próprio fato de se propor uma “reforma” dos costumes, por meio da recomendação de uma cartilha que alinha normas e comportamentos, já nos parece um ato de reforço do controle social nos espaços urbanos, e que tenta retirar destes espaços a sua condição de acolher espontaneidades, cara à produção de relações significativas. Um entrave apontado pela Professora Ana Clara Torres Ribeiro (2015, p. 34) quando, abordando o conceito de prático-inerte utiliza-se de uma metáfora para explicar, a partir de suas (im)possibilidades de ação num auditório onde o mobiliário está fixo no chão, diz que “há a determinação daqueles que projetaram esse espaço físico: a ação deles está aqui, guardada e interfere na minha possibilidade de agir”

Em face disso, nossos questionamentos acerca do caráter libertário desses tipos de projetos, chancelados pelo Programa Cidades Educadoras, residem na incoerência teórica apresentada pelo Programa o que se pôde verificar nos projetos analisados previamente, mas sobretudo no ação “Ocupe largo da Batata”.

Estamos convictos de que as características educativas libertárias não só não são respeitadas como são apropriadas de maneira ilegítima, para justificar as ações do Programa Cidades Educadoras e conferir a elas características, que numa leitura superficial, podem traduzir-se em ação política libertária. De fato, são movimentos de ação política, mas daquela política que visa manter o *status quo* quando não ampliar o distanciamento entre a realidade vivenciada pelas diferentes classes sociais do Brasil, o país que segundo dados do Relatório da Desigualdade Mundial, da *École d'Économie de Paris*, possui uma das piores distribuições de renda do mundo e consequente desigualdade social. O relatório aponta:

As descobertas destacam que há grande amplitude da concentração de renda no Brasil. Os 10% mais bem remunerados entre os brasileiros adultos (cerca de 14 milhões de pessoas) receberam mais da metade (55%) da toda a renda nacional em 2015, enquanto a metade mais mal remunerada da população, um grupo cinco vezes mais numeroso, ganhou entre quatro ou cinco vezes menos, com apenas 12%. Os 40% do meio da distribuição receberam pouco menos do que um terço do total, número baixo para os padrões internacionais (ALVAREDO et al, 2020, p. 213).

Essa análise aponta para a existência de “muitos países” dentro do país, pelo menos do ponto de vista socioeconômico. Há a necessidade de diminuir desigualdades, de modo que o abismo social brasileiro seja superado. Em nossa opinião, um projeto que

não reconhece (ou escolhe não reconhecer) o silêncio dos silenciados como uma oportunidade de desenvolver pedagogia crítica, não contribui para essa superação.

Dito isso, fica evidente para nós que uma das formas de embasar ações políticas libertárias é considerar o território usado como tema central do planejamento, da pedagogia e das ações sociais em espaços públicos.

Apoiados nessa quaternidade, entendemos que os espaços educadores podem ocorrer em experiências transitórias e incertas em lugares coloquiais, como é o caso do Largo da Batata – para nós espaço de convergência e ação política no território usado –, de modo que não classificamos essas experiências frente a um parâmetro customizado por uma determinada classe social ou econômica. Tampouco nos deixamos convencer de que os espaços públicos apropriados pelo mercado ou sua racionalidade imprimam uma padronização de materialidade urbana que cria apenas um tipo específico de espaço. Menos ainda achamos legítimas as intencionalidades políticas e ideológicas que desembocam na segregação socioespacial, na supervalorização do consumo (inclusive consumo do espaço) e no consequente processo de gentrificação. Para nós, ao contrário, onde há território usado, há urbanidade, há humanismo, há cidade.

Quando das experiências de observação das Batalhas de Rima no Largo da Batata, foi possível perceber, na ajuda mútua entre os participantes da ocupação do espaço público, o acontecer solidário previsto por Milton Santos (2005). No qual perspectivas individuais, junto a divisão de tarefas e ao acontecer solidário somaram forças para compor a totalidade descrita pela Professora Ana Clara Torres Ribeiro (2015).

No Largo da Batalha percebemos a potência de ação artística e pedagógica libertárias construída a partir do uso da palavra como vetor de conhecimento político, além de todo o componente não verbal que auxiliou no fenômeno educativo resultante do encontro das massas interessadas num objeto único: a banalidade da arte como componente ordinário e cotidiano da cultura das cidades. Nos lembra McLaren que

a pedagogia crítica serve, num sentido mais amplo, como uma hermenêutica política que orienta a articulação do significado vivido no interior das contingências da história, de acordo com um compromisso ético de justiça social. A pedagogia crítica tem se constituído como uma forma de navegar através das tecnologias de poder, criadas no interior dos terrenos contestados das culturas pós-modernas. A força da pedagogia crítica reside na sua capacidade para fortalecer o princípio da justiça social e para levar esse princípio ao domínio da esperança (MCLAREN, 2001, p. 97).

Assim, acreditamos que toda ação pedagógica é também e por natureza, uma ação política, esta última comprometida com os parâmetros da ética, da solidariedade, da justiça, da igualdade e da esperança. Então, quando crítica, a pedagogia atua no hábito da conservação da liberdade, afinal como nos lembra Boétie (2006. p. 28) “é natural no homem o ser livre e o querer sê-lo; mas está igualmente na sua natureza ficar com certos hábitos que a educação lhe dá”, assim se o modelo de pedagogia promover uma abordagem crítica e libertária aos sujeitos, tão mais habituados e naturalizados com a liberdade estarão.

Quando da ação de integração de vendedores ambulantes às batalhas de rimas pudemos verificar a organização do circuito inferior da economia (SANTOS, 2004), das pequenas atividades comerciais voltadas para o consumo local, aquelas que garantem a sobrevivência dos trabalhadores por meio da interação e troca com os agentes das atividades artísticas e de ocupação do espaço público. Aliás, são os vendedores ambulantes também os agentes ocupadores do espaço público.

Também verificamos na atividade esportiva um sentimento de solidariedade entre os praticantes. Havia uma espécie de integração entre as pessoas em situação de rua, presentes no Largo da Batata e os participantes do Largo da Batalha, de modo que essa integração para nós configura a convivência dos diferentes na chave dos iguais, de modo que para ambos há construção de conhecimento e autoconhecimento, ou como diz Paulo Freire (1996, p. 134), “quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo”.

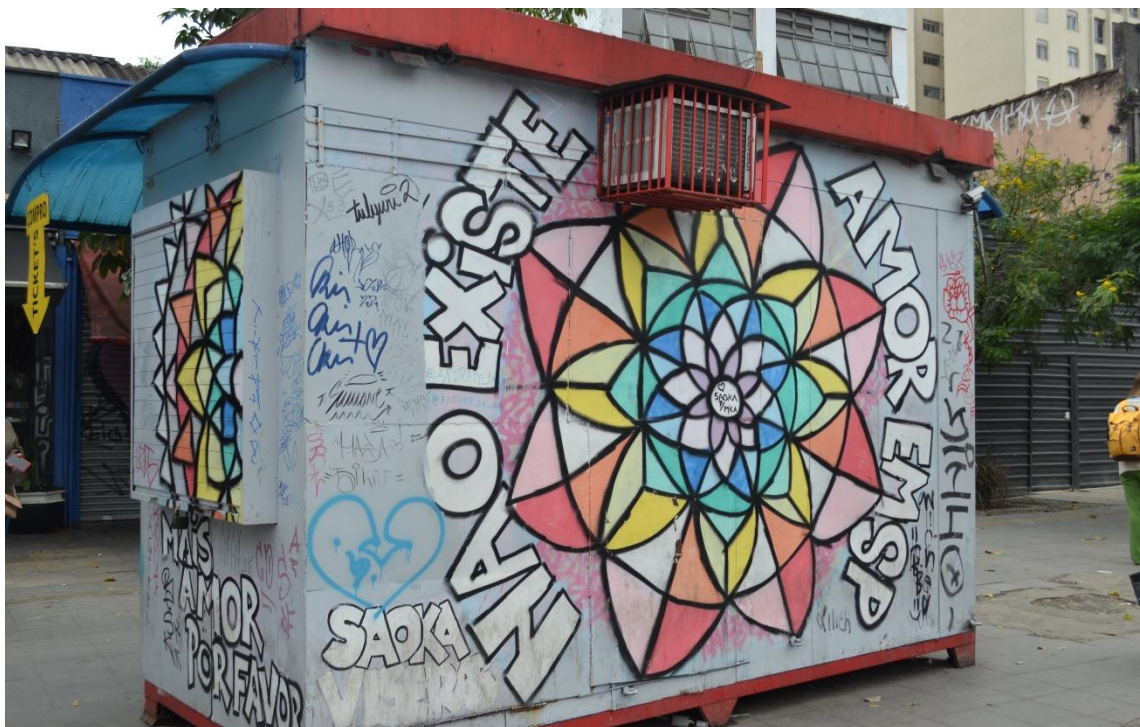
A presença das artes visuais, do grafite e da pichação no Largo da Batata demonstra para nós a possibilidade de convivência da arte de rua nos espaços públicos, de modo que faz sublevar as minorias silenciadas, a fim de assumir sua voz, seu lugar de fala (RIBEIRO, 2020), sua (r)existência e sua contribuição ética e estética (FREIRE, 1996). Fazer-se presente por meio da palavra escrita no muro, nos prédios, na fachada das lojas abandonadas (Figura 37), na lateral dos assentos públicos, é resistência visual. Uma forma de ser e estar nos espaços em que as políticas públicas são insuficientes e/ou não promovem integração das pessoas. Estar por intermédio do desenho grafitado que invade a lateral dos prédios, das bancas de jornais e revistas (Figura 38), dos postes e equipamentos de iluminação pública (Figura 39). Convites ao convívio no espaço que exala arte e resistência, pedagogia e autonomia.

**Figura 37:** Pichação na fachada de comércio no Largo da Batata.



Fonte: Autores, 2022.

**Figura 38:** Grafite em banca de jornais e revistas no Largo da Batata.



Fonte: Autores, 2022.



**Figura 39:** Pichação e lambe-lambe em dispositivos de iluminação no Largo da Batata.



Fonte: Autores, 2022.

Para as batalhas em si, o que pudemos notar foi a presença pujante da cultura popular urbana. As frases proferidas pelos MCs eram um chamamento ao levante popular e se davam em comunhão com bases musicais que encorajavam ao acontecer solidário.

Com clima de disputa, buscando argumentos cada vez mais significativos para a linguagem aceita e compreendida pelo público presente, as rimas versavam sobre temas como, (i) ação política; (ii) apropriação e fortalecimento das raízes culturais periféricas, (iii) centralidade das pautas segregadas pelo poder público/privado, (iv) táticas de enfrentamento ao sistema neoliberal, (v) mazelas da vida socialmente segregada; (vi) valorização da escola pública; (vii) combate ao preconceito racial e às formas de discriminação; (viii) combate ao machismo, misoginia e ao feminicídio; (ix) combate à homofobia (x) moda e comportamento na periferia, (xi) dramas da juventude, (xii) amor e (xiii) solidariedade.

A ação desenvolvida pelos sujeitos presentes no Largo da Batalha figura como o que se pode fazer nascer das frestas. Como apresenta Simas sobre o surdo de terceira no carnaval, é assim também a cultura das batalhas, que floresce dos “espaços entre”. Em sua alegoria Simas relata:

O mito da criação do surdo de terceira por seu Miquimba – e aqui vale mais como nas culturas orais, o sentido de que é relatado do que o vigor factual – é dos mais pertinentes para pensar as culturas de fresta; aquelas que driblam o padrão normativo e canônico e insinuem respostas inusitadas para sobreviver no meio que normalmente não as acolheria. O surdo de terceira inventa a vida no desconforto, na precariedade, no perrengue de ter que preencher o vazio com o som que chama o transe dos corpos que sambam (SIMAS, 2020, p. 27).

Esse espaço do desconforto foi o que o mercado neoliberal ainda não conseguiu tomar ou se apropriar para gerar rentabilidade privada, criando um panorama que impôs/impõe, segundo João Sette Whitaker Ferreira (2003): (i) verticalização das relações de poder; (ii) supervalorização do indivíduo, do privado e da posse; (iii) diminuição do sentido/sentimento de público; (iv) disputas, desigualdades e violências; (v) além do achatamento de valores como solidariedade e altruísmo, substituídos pelo individualismo e pela competição entre indivíduos e entre classes sociais.

Contudo, entendemos que seja justamente por conta da brutalidade com que o capital/mercado maneja/influi nas sociedades, que o reflexo dessas ações pode direcionar para as sublevações de grupos sociais minorizados, pois esse processo de tensões e forças causa fissuras que são o lócus das insurreições e da esperança, parafraseando Sartre (1961). Para nós, a fissura é que permite a passagem da luz. É a utopia da esperança como projeto, como possibilidade e como pedagogia da arte política, afinal como diz Mario Alighiero Manacorda (1997, p. 360), “nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social”, o que se apresenta como mais uma indicação de que pedagogia e também a arte figuram como áreas do conhecimento interdisciplinar promotoras da mudança.

## V. Considerações finais

Como nossas considerações finais optamos por tratar do conceito que dá título à esta tese: **o retorno para o território**. Nossa abordagem final parte da perspectiva da esperança que compõe a urgência do período popular da história.

Falando sobre o retorno do território, que visa elevar o conceito de território usado como centro da análise social, o Professor Milton Santos afirma que

seu papel ativo faz-nos pensar no início da História **[quando o território era a base e fundamento do Estado-nação ao mesmo tempo em que o moldava]**, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno (SANTOS, 2005, p. 255, grifo nosso).

O que norteia essa última abordagem é a utopia da esperança (Figura 40), como **projeto**, como **possibilidade**.

**Figura 40:** Período popular da história – acontecer solidário junto aos pombos do Largo da Batata.



**Fonte:** Autores, 2022

A esperança que há no acontecer banal, transfigurado no salto da moça que à luz do dia brinca junto aos pombos no Largo da Batata, minutos depois de ceder seu calçado à uma senhora em situação de rua, alegando que voltar pra casa descalça seria um problema menor do que estar na condição de quem vive na rua e não ter com o que



se calçar, tudo isso enquanto solicita um registro fotográfico para eternizar em forma de imagem o feito junto ao pombos.

Para Sartre (1961, p. 15), “[...] a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições” — daí a importância de se considerar a luta de classes na contemporaneidade — e mais que isso, uma “concepção de futuro”, baseada na utopia da esperança.

Essa utopia baseia-se nos indícios apontados pelo Professor Milton Santos (2014, p. 161), como: (i) mistura generalizada entre povos; (ii) vocação para uma urbanização concentrada; (iii) empobrecimento relativo e generalizado das populações; (iv) perda de qualidade de vida da classe média; (v) relativa docilidade das técnicas contemporâneas; (vi) politização generalizada pelo excesso de normas; e (vii) papel da ideologia na história atual (Figura 41); juntos possibilidade do humanismo concreto.

**Figura 41:** Período popular da história – Avenida Professor Milton Santos, na periferia da zona leste de São José dos Campos, SP.



**Fonte:** Autores, 2022.

Ideologia que permite que na história atual, mesmo com uma forte prevalência da epistemologia eurocêntrica, possamos transladar por uma avenida que leva o nome



do Professor Milton Santos, um homem preto, intelectual, nordestino e periférico. Uma **(r)existência necessária** num mundo acadêmico majoritariamente eurocêntrico.

Assim, a cidade, nessa previsão utópica, responderia, segundo o Professor Milton Santos (2015, p. 147), a uma “mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem”, onde os espaços de ocupação humana teriam ponto de partida na compaixão, no estímulo à solidariedade, na prática da vida, e na existência de todos, no exercício da totalidade. Nesse sentido,

a paisagem social resultaria do abandono e da superação do modelo atual e sua substituição por um outro, capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna, relegando a uma posição secundária necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspicuo (SANTOS, 2015, p. 148).

Nesse ponto, é fundamental repetir que se “o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte)” (SANTOS, 2015, p. 160), a clareza do **projeto** que se quer, adquirido pela consciência de si, é o que viabiliza essa cidade: a do período popular. A busca é pelo destino do planeta, do homem, das possibilidades, do projeto, do humanismo concreto, da ação política; e isso perpassa necessariamente pela luta e pela resistência.

Nesse sentido, e longe de querer fazer um apontamento ou correção ao texto do Professor Milton Santos, o que propomos é cumprir sua própria orientação de buscar renovar as leituras e entendimentos da teoria, de modo que possamos adequá-las às nossas expectativas e necessidades de mudança. Então, o que nos parece assertivo para esse momento da história é um a busca de um retorno **PARA** o território, de modo que façamos do nosso projeto um (re)conhecer dos lugares, das relações que já ocorrem horizontalmente, de suas pedagogias, de sua arte e ação concreta.

Buscamos a volta **PARA** o território, de modo que se possa encontrar nele uma geladeira cheia nas moradias dos espaços periferizados, perceber o acontecer solidário no território usado, presenciar e também promover a pedagogia libertária no convívio cotidiano, ver e ser a arte e a música na ação política, de modo que assim, finalmente todos tenham tudo.

Não queremos reverberar a discussão da pobreza, e as formas de diminuí-la ou torná-la suportável. O que nos interessa, como dissemos, é que **todos tenham tudo**. A

utopia da totalidade, que não está ligada a explicação do todo por meio da generalização, mas sim pela soma das individualidades, das análises interdisciplinares, como salienta a Professora Ana Clara Torres Ribeiro (2015, p. 47) quando afirma que “a leitura do todo é uma leitura que não pretende ser explicada por meio das leis gerais”. Não queremos a massificação. Queremos compreender a totalidade por meio das vivências horizontais que podem transformar o entorno, a vida coletiva. A Professora Ana Clara (2015, p. 36) continua a nos auxiliar nisso quando diz que “as práticas, a ação social, a dinâmica, tudo isso está escrito dentro da totalidade, esta tentativa aberta que circunscreve determinados momentos, o conhecimento possível, a ação transformadora possível também.

E para nós, o que é possível agora é o que também julgamos socialmente necessário: elevar o projeto à ação política, de modo que o espaço banal figure como elemento central do **projeto**, como principal forma de ação no mundo. Existir por meio da estrutura territorial, transpondo a investigação e confecção intelectual pela ação concreta: **a resistência é o levante que pretendemos**, em nosso caso científico, pois como salienta o Professor Milton Santos

é necessário que as Universidades atuem na produção de um saber global que não seja apenas discurso, mas que permita oferecer elementos de análise localmente reciclados. Não podemos realmente oferecer as fórmulas de entendimento do local. Oferecemos um quadro geral de reflexão, a ser refeito localmente”, auxiliando na imposição do saber local pelo sábio (SANTOS, 1999, p. 25).

E, para além da academia, entendemos que o período popular da história se faça também pelo **acontecer solidário**, pelo **fortalecimento da cultura popular**, pelo **cientificismo**, pela **luta de classes**, pela **guerra de posição**, pela **totalidade**, pela **horizontalidade**, pela **busca de sentido do período atual da história no retorno ao território**, pela **esperança viva**. Viva!

## Referências

A BATATA PRECISA DE VOCÊ. **Ocupe Largo da Batata** como fazer ocupações regulares no espaço público. Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/07/publicacaoFINALagosto2015.pdf>>. Acesso em: 12 Fev. 2022.

ADELL, Germán. **Theories and models of the peri-urbaninterface**: a changing conceptual landscape. The Development Planning Unit – University College London. Londres, 1999.

ALVAREDO, Facundo; et al. **Relatório da desigualdade mundial, 2018**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

ALVES. Rubem. **A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (Org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

ARENDDT, Hannah. **O Que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Carta das cidades educadoras**. VIII Congresso Internacional de Cidades Educadoras, Génova, 2004. Disponível em: <<http://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/cartas-cidades-educadoras-barcelona.pdf>>. Acesso em: 25 Fev. 2018.

AURELI, Pier Vittorio. **The Theology of Tabula Rasa**: Walter Benjamin and Architecture in the Age of Precarity. Log: Observations on Architecture and the Contemporary City, Anyone Corporation, New York, n. 27, winter/spring, 2013.

BARRETO, Sidirley de Jesus; CHIARELLI, Karina Meneghetti. **A Importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental**: a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. Blumenau: Acadêmica, 2004.

BASSANI, Ivanice; et al. Modelagem Matemática e possíveis aproximações com a teoria de Vygotsky. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**. Curitiba – Paraná, 18 a 21 de julho de 2013.

BELLOT, Pilar Figueras. Ciudades educadoras, una apuesta de futuro. In: **Asociación Internacional de Ciudades Educadoras**. Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras, Madrid: Santillana, 2008.

BOÉTIE, Etienne de La. **Discurso sobre a servidão moderna**. Cultura Brasileira. LCC Eletrônicas, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei 9.394/96. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 11 mai 2018.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais**: história e geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1977.

BUORO, Anamelia Bueno. **O Olhar em construção**: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CANDIDO, Antônio. **O Estudo analítico do poema**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CANUDO, Ricciotto. **Manifeste des sept arts**. Paris: Séguier, 1995.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as pessoas?** Nova Iorque: Seven Stories Press, 1999.

CIDADES EDUCADORAS. **Conceito**. Disponível em: <<http://cidadeseeducadoras.org.br/conceito/>>. Acesso em: 25 Fev. 2018.

DEL POZO, Juan Manoel. El concepto de ciudad educadora, hoy. In: **Asociación Internacional de Ciudades Educadoras**. Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras, Madrid: Santillana, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Paris: Minuit, 1986. [Foucault. Trad. Bras. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1991].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação**. Campinas: Papirus, 1994.

ECO, Umberto. **Obra aberta**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

EDWARDS, Paul. **How to rap: the art and science of the hip-hop MC**. Chicago: Chicago Reviews Press, 2009.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos?** Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

FERRARI, Márcio. **Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência**. Nova Escola, São Paulo, jul. 2008. Edição especial grandes pensadores. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>>. Acesso em: 23 de fev. 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade global**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/teses/ferreira\\_doutorado\\_mitocidglobal.pdf](http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_mitocidglobal.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2018

FERREIRA, Manuela Lowenthal. KOPANAKIS, Annie Rangel. **A Cidade e a arte: um espaço de manifestação**. Revista Tempo da Ciência. Toledo, vol. 22, n. 44, p. 79-88. Unioeste, 2005. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/12935>. Acesso em 18 Fev. 2022.

FISCHER, Ernest. **A Necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

FREDERICO, Celso. **Marx, Lukács: a arte na perspectiva ontológica**. Natal: EDUFRN, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. Educação “bancária” e educação libertária. In: **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017b.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **A Arquitetura**. Tradução, introdução e notas de Oliver Tolle. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LACOSTE, Yves; FRANÇA, Maria Cecília. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1998.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da unificação planetária**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEFEBRVE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. **Brasil tem recorde de 30 milhões de pessoas recebendo até um salário mínimo.** G1, 18, Set. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/18/brasil-tem-recorde-de-30-milhoes-de-pessoas-recebendo-ate-um-salario-minimo.ghtml>>. Acesso em 18 Dez. 2021.

LUKÁCS, György. **Sociología de la literatura.** Traduzido do original em alemão por Michael Fabern Kaiser. Barcelona: Península, 1989.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical urbanism: short-term action for long-term change.** Nova York: Island Press, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica do direito de Hegel: introdução; tradução de Lúcia Ehlers.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. Traduzido do original em alemão por Viktor von Ehrenreich. In: FERNANDES, Florestan. (Org.) **Marx e Engels: História.** São Paulo: Ática, 1989.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** Tradução de Caetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 6 ed. São Paulo: Cortez. 1997.

MCLAREN, Peter. Traumas do capital: pedagogia, política e práxis no mercado global. IN: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A Escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 2001, p. 81-98.

MELO, Alessandro de. **Fundamentos socioculturais da educação.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: E.P.U, 1986.

MOASSAB, Andréia. **Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop.** São Paulo: EDITORA PUC-SP, 2011.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche hoje.** Petrópolis: Vozes, 2018.

NEVES, Lídia. **Saiba o que é lockdown, ou: por que suspender atividades.** UFES, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.ufes.br/conteudo/saiba-o-que-e-lockdown-ou-por-que-suspender-atividades>>. Acesso em 16 Set. 2021.

NIETZSCHE, Friedrich. **Fragmentos Póstumos** - Vol. VII: 1887-1889. São Paulo: Forense Universitária; 2012.

NIGRO, Cíntia. Revitalização urbana em áreas centrais: discussões sobre o caso da cidade de São Paulo. In: **Revista Ge USP – Espaço e Tempo**, n.º 06, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 25 Fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural.** UNESCO. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em 25 Fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Declaração universal dos direitos humanos.** 1948. Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>. Acesso em 25 Fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais.** 1966. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto\\_internacional.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf)>. Acesso em 25 Fev. 2018.

PADILHA, Alice. Quanto custam as mensalidades das escolas de inglês mais conhecidas? **Revista Veja São Paulo.** Editora Abril, Edição 2662 de 20 de Novembro de 2019. Disponível em <<https://vejasp.abril.com.br/coluna/quanto-custa/mensalidades-escolas-ingles/>>. Acesso em: 18 Dez. 2021.

PEDROSA, Mário. **Arquitetura: ensaios críticos.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

PEDUZZI, Pedro. Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca. **Agência Brasil,** 2020. Disponível em:



<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>>. Acesso em: 18 Dez. 2021.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

POPPELMAN, Christina. **Dicionário de máximas e expressões em latim.** São Paulo: Editora Escala, 2015.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos 3. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRADO, José Luiz Adair. Hip-hop ou a tensão da voz buscada. In: MOASSAB, Andréia. **Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop** São Paulo: Editora PUC-SP, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano.** Buenos Aires: Clacso, 2009. (Colección Campus Virtual). Disponível em: [http://biblioteca.dacso.org.ar/dacso'formacion\\_virtual.20130717045425'14torres.pdf](http://biblioteca.dacso.org.ar/dacso'formacion_virtual.20130717045425'14torres.pdf). Acesso em: 17 Out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia.** Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 24, p. 82-86, jan/abr. 2000.

\_\_\_\_\_. **Teorias da ação social.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia da. **Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo.** Buenos Aires: CLACSO, 2004. (Colección Campus Virtual). Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930022258/16p6art3.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMI-ALI, Mahmoud. **Pensar o somático**: imaginário e patologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Mimeo, 2007. Disponível em: <[http://www.rede\\_mg.org.br/?iid=56](http://www.rede_mg.org.br/?iid=56)>. Acesso em: 16 Nov. 2021.

SANTOS, Milton. **O Espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Professor como intelectual na sociedade contemporânea**. Conferência de Abertura do IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Águas de Lindóia, 1998.

\_\_\_\_\_. O Retorno do território. In: **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Território e o saber local**: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, a. XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

SANTOS, Nubia Oliveira dos. **Hip-hop como manifestação cultural**: protagonismo juvenil em Rio Verde Goiás. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2012.

SARTRE, Jean Paul. **El Hombre e las cosas**. Buenos Aires: Losada S.A., 1947.

- \_\_\_\_\_. **Esboço para uma teoria das emoções**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SIMAS, Luiz Antonio. **O Corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- SOUZA, Maria Adélia de. Prefácio. O Retorno do território. In: **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- STOKKI. **O que é um palete e como ele auxilia no sistema de armazenagem?** Disponível em: <[https://www.stokki.com.br/2020/12/07/o-que-e-um-palete/#:~:text=O%20palete%20\(do%20ingl%C3%AAs%20pallet,materiais%20por%20meio%20de%20empilhadeiras](https://www.stokki.com.br/2020/12/07/o-que-e-um-palete/#:~:text=O%20palete%20(do%20ingl%C3%AAs%20pallet,materiais%20por%20meio%20de%20empilhadeiras)>. Acesso em: 12 Fev. 2022.
- TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- VAN GOGH, Vincent. **Cartas a Théo**. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2001.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WISNIK, José Miguel. **O Som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## ANEXO I



# OCUPE

## LARGO DA BATATA

---

*COMO FAZER OCUPAÇÕES  
REGULARES NO ESPAÇO PÚBLICO*

A BATATA  
PRECISA  
DE  
VOCÊ



# ÍNDICE

**TERRITÓRIO DA BATATA 5**

**MANIFESTO 10**

**LINHA DO TEMPO 12**

**CONCEITOS 16**

**REFERÊNCIAS 20**

**A BATATA COMO TÁTICA 22**

**INSTRUMENTOS LEGAIS 34**

**MANUAL 37**

**O PROCESSO 42**

**DADOS E PROPOSTAS 44**

**ABSTRACT 48**

**RODAS DE CONVERSA 50**

**BIBLIOGRAFIA 62**

**CRÉDITOS 64**

Realização

**A BATATA  
PRECISA  
DE  
VOCÊ**



**REDES  
ERUAS**

**CULTURA  
SERVIÇOS  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA**



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

Esse projeto foi contemplado pelo Edital Redes e Ruas de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital.

# ESTA PUBLICAÇÃO

foi viabilizada pelo Edital Redes e Ruas, uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo por meio da parceria entre as secretarias municipais de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços que tem como linhas de ação cinco temas principais: formação, produção artístico-cultural, comunicação, desenvolvimento e ocupação do espaço público pela cidadania. **A Batata Precisa de Você** foi uma das 35 iniciativas selecionadas em 2014 na categoria C, para grupos/coletivos de pessoas físicas, devendo cumprir ao menos 48 horas de atividades nas praças do Programa WiFi Livre SP em uma das macrorregiões da cidade. A distribuição dos projetos contemplados nesta categoria selecionou o mínimo de 5 projetos por macrorregião da cidade e a Batata foi a selecionada com mais pontos da Oeste.

Nos comprometemos com várias atividades pelo Edital, realizadas no primeiro semestre de 2015 e coordenadas pelo núcleo de inscrição do Edital: Conrado De Biasi, Heloísa Sobral, Laura Sobral, Reni Lima e Raphael Franco. Dentre as atividades estão a continuação da ocupação semanal da Batata, organização de rodas de conversa temáticas, oficinas de inclusão digital, realização de um vídeo do projeto, oficinas em outros territórios, hangouts com outros grupos e também a organização e produção dessa publicação. O objetivo da publicação é o registro das ações d' **A Batata Precisa de Você** nesses 18 meses de atividades e também nossa vontade é que ela cumpra a função de guia de *como fazer ocupações regulares no espaço público*, sendo de livre acesso para consulta de qualquer indivíduo ou grupo que queira participar da transformação da sua cidade.







## INTRODUÇÃO

# LARGO DA BATATA

## EVOLUÇÃO DA BATATA

A Batata como ponto de encontro, de troca, de passagem e de permanência. Desde sua primeira ocupação pelos índios guaianás, passando pela chegada dos jesuítas em 1560, até o início da sua urbanização no século XX, o Largo da Batata sempre ocupou um papel de centralidade em Pinheiros e sua trajetória serve como metonímia para o bairro como um todo.

O Largo foi um importante entreposto comercial, de extrema relevância histórica para o Brasil e, em especial, para a capital paulista. Para quem quem vinha da Sé (centro de São Paulo) o Largo era a última centralidade urbana, junto com o Largo de Pinheiros, antes de se cruzar a única ponte em direção ao interior do país, fazendo dele parada natural de tropeiros e bandeirantes que cruzavam da capital da província para as terras além do Tordesilhas. Com a chegada dos imigrantes japoneses em meados do século XX o Largo passa a ser ponto de encontro para

a venda de produtos alimentícios, ganhando, em 1920, a alcunha de Largo da Batata. Com a instalação da Cooperativa de Cotia na mesma década, as rotas de transporte público passaram a convergir para o local, criando um ritmo de trânsito e intercâmbio. Na toada do desenvolvimento, se o comércio avança, a natureza necessariamente recua: em 1927, a The São Paulo Tramway, Light and Power Company é autorizada a canalizar os terrenos na margem do rio, ganhando com isso 25 milhões de quilômetros quadrados de terreno. Assim, as várzeas, que antes eram vizinhas da Batata, foram ocupadas por residências de classe média. A ocupação traz consigo melhorias urbanas, como novo calçamento e linhas de transporte público cruzando o bairro, uma das características que permanecem até hoje.

A relação com a Avenida Faria Lima determina, em grande parte, o desenvolvimento do bairro em duas ocasiões. A primeira, na construção da

via, em 1968, que ocasiona a desapropriação de imóveis, que, por sua vez, fez sumir a região do mercado (sim, o Mercado de Pinheiros como o conhecemos atualmente é de 1971) e a construção do metrô, finalizada em 2010. Foi também no contexto da operação Faria Lima que o prefeito Paulo Maluf, em 1995, aprovou a Reconversão Urbana do Largo da Batata. Um pouco antes, em 1994, a Cooperativa Agrícola de Cotia decretou falência e deixou o local, que logo passou a ser frequentado por camelôs. Ervas milagrosas, que prometiam desde o emagrecimento imediato até o fim do mau olhado são comercializadas no Largo, tendo como pano de fundo açougues que exibiam suas carnes penduradas nas vitrines, casas de forró, lojas de artigos religiosos e casas de prostituição disfarçadas sob simpáticos codinomes que remetiam a drinques.

### UM ESPAÇO DE TENSÃO

O cenário de ocupação intensificou-se após 2007, quando o processo da Operação Urbana propôs-se a alterar as dinâmicas locais – entre elas, um grande emaranhado de pontos terminais de ônibus. Em 2013, a população recebeu de volta o Largo da Batata, mas os 29 mil metros quadrados haviam perdido o ar vibrante do passado. Tampouco contavam com o

centro cultural, a praça com cobertura vegetal e a alameda de paus-ferros prometidos no projeto urbanístico de autoria do arquiteto Tito Lívio, previstos pela Operação Urbana. Vazio, sem árvores, bancos, mesas ou qualquer mobiliário urbano que convidasse ao convívio social, o Largo ressurgiu como um espaço de tensão. À sua imensidão e aridez somou-se um contexto de dramáticas transformações no espaço físico da cidade, marcado por remoções, deslocamentos e especulação imobiliária.

### OCUPE A BATATA

A Batata ganhou destaque nas emissoras de TV brasileiras e internacionais quando, em junho de 2013, tornou-se palco para as manifestações do Movimento Passe Livre, que trouxeram à tona conflitos urbanos e a luta pelo direito à cidade e à qualidade de seus serviços. São Paulo, cidade em que o espaço público em raros casos é verdadeiramente público, mas segregado e higienizado, encarava, neste momento, uma nova forma de resistência — agora, a partir de uma ação coletiva tática construtiva. Em meio a disputas, triunfos e impasses, um pequeno grupo com cerca de 10 participantes passou a ocupar a praça em janeiro de 2014, munidos de algumas cadeiras de praia e guarda-sóis, e tornou

rotineira a sua permanência às sextas-feiras.

Foi a gênese do coletivo **A Batata Precisa de Você**, movimento de apropriação pautado pelo direito à cidade – conceito cunhado pelo filósofo e sociólogo Henri Léfèbvre – que coloca o espaço público como protagonista do cenário de encontro para a construção da vida coletiva nas cidades. A partir de improvisos e gambiarras, o espaço do Largo transformou-se. Seus bancos de paletes, feitos por membros do coletivo e participantes esporádicos, abrigam agora um espaço de diversão, cultura, descanso e, principalmente, de discussão, tornando esse espaço um verdadeiro laboratório público a céu aberto.

### **(RE)CONSTRUINDO A CIDADE**

O processo de construção das cidades e seus espaços públicos ainda é hoje pautado por projetos de larga escala, sem a participação dos cidadãos em sua implementação. Se considerarmos que o valor do território equivale ao seu valor de uso, e não apenas ao seu valor comercial, a atenção volta-se para a construção social do espaço. Neste contexto, o processo torna-se tão importante quanto o projeto. O que propomos, hoje, no Largo da Batata é que ele

seja um território piloto e sua construção, experimental, processual e participativa.

Ao longo desta publicação, desenvolvida com recursos do edital Redes e Ruas, apresentamos o trabalho d'**A Batata Precisa de Você**, explicando seus ideais, metodologia e principais referências. Permeando todos esses temas, será enfatizada a importância da interação nos espaços públicos de São Paulo. A intenção é, a partir da história do Largo e de como nos propusemos a discutir sua ocupação e seu papel no contexto urbano, fornecer sugestões e possíveis caminhos para que outras experiências de apropriação do espaço público se disseminem pela cidade.

# MANIFESTO

A BATATA PRECISA  
DE VOCÊ



ACREDITAMOS NO DIREITO À CIDADE E QUE A PERMANÊNCIA NAS RUAS TORNA A CIDADE MAIS VIVA.

DEFENDEMOS A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PELA SOCIEDADE CIVIL.

ENTENDEMOS A CIDADE COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL, E QUE, POR ISSO, TEMOS QUE PENSAR NOS USOS COTIDIANOS QUE A CONFORMAM

VISLUMBRAMOS UMA NOVA MANEIRA DE SE FAZER CIDADE, DESCONECTADA DOS INTERESSES IMOBILIÁRIOS, A PARTIR DO VALOR DE USO DOS ESPAÇOS E NÃO DE SEU VALOR DE MERCADO.

INCENTIVAMOS CIDADÃOS ATIVOS E NÃO PASSIVOS EM RELAÇÃO AO MEIO EM QUE VIVEM.


PENSAMOS QUE A QUALIDADE DE VIDA URBANA SE CONECTA À DIVERSIDADE DOS USOS E DE PESSOAS QUE HABITAM O ESPAÇO COMUM.

**VEMOS O LARGO DA BATATA  
COMO UM CENTRO CULTURAL  
PÚBLICO, AO AR LIVRE E AUTO-  
GESTIONADO POR QUEM QUER  
QUE SE SINTA MOTIVADO A SE  
ENGAJAR.**

**FOMENTAMOS, COM A BATATA  
PRECISA DE VOCÊ, EXERCÍCIO  
DO DIÁLOGO, INCENTIVANDO A  
NEGOCIAÇÃO ENTRE O DIFERENTE,  
NÃO À CISÃO.**

**ENXERGAMOS A BATATA  
PRECISA DE VOCÊ COMO UM  
LABORATÓRIO PARA A CRIAÇÃO  
DE NOVOS MÉTODOS DE GESTÃO  
COMPARTILHADA PARA OS  
ESPAÇOS PÚBLICOS.**

**TESTAMOS, COM LABORATÓRIO  
DE MOBILIÁRIO URBANO,  
POSSIBILIDADES DO USO DE  
MÓVEIS ADEQUADOS AO NOSSO  
ESPAÇO E ÀS NECESSIDADES DA  
COMUNIDADE QUE ALI OCUPA,  
INCENTIVANDO QUE OUTROS  
GRUPOS FAÇAM O MESMO.**



**SONHAMOS COM  
UMA CIDADE MAIS  
DEMOCRÁTICA,  
MAIS PARTICIPATIVA,  
COM MAIS SOMBRAS  
E ESPAÇOS DE  
ACONCHEGO, COM O  
VERDADEIRO USO DOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS**

*DO SÉCULO XX PRA CÁ*

# O LARGO DA BATATA

## NA LINHA DO TEMPO

Imagens: Acervo UH/Folha Press | Cidades para Quem | Gazeta de Pinheiros

### 1910 - 1930

Inauguração do Mercado Caipira e a Cooperativa Agrícola de Cotia tornam o local reconhecido como o “Largo da Batata”, um reconhecido centro de comércio, comandado por imigrantes japoneses, que vendiam batatas.

Na década de 1930, o Largo da Batata assume importância histórica nos meios de transporte em São Paulo, ao receber bondes elétricos, que ligavam o bairro ao centro da cidade.



### 1930 - 1950

A presença de sobrados e pequenos prédios dispostos em vilas e ruas estreitas caracterizou a região, marcada pelos seus usos diversos – habitação comércio e serviços – com, por exemplo, nas ruas Fernão Dias e Paes Leme. Muitas linhas de ônibus circulam e partem do local, tanto rumo ao centro, quanto à periferia, e a região torna-se um importante ponto de baldeação a partir dos anos 50, articulando periferias da Zona Oeste, Sudeste e Sul, entre si e ao centro da Metrópole.





## 1960 - 1990

A partir dos anos 60, a abertura da Avenida Faria Lima, - um alargamento da rua Iguatemi - desemboca no que era o antigo Mercado dos Caipiras, que teve de ser demolido e transferido para o CEASA, construído em 1965. Tal realocação ressignificou o lugar, tornando-o cada vez mais um ponto modal de transporte da população. Os alargamentos dos eixos começaram a dar lugar aos terminais de ônibus, que cresceram dos anos 60 aos 90 na região.



## 1990 - 2010

Em 1995 é lançada pela Prefeitura Municipal a Operação Urbana Faria Lima, que transformaria toda a área no entorno do Largo da Batata. A Operação visou intervenções da Av. Pedroso de Moraes até a Av. Eng. Luís Carlos Berrini. Em 2001, o Largo da Batata foi incorporado à Operação Urbana e sua reconversão foi responsável pela remoção de diversas edificações, incluindo o terminal de ônibus, transferido para a Marginal Pinheiros. As obras foram finalizadas dez anos depois e o Largo da Batata foi entregue junto com a estação de Metrô Faria Lima, vazio e sem mobiliários.



*A BATATA PRECISA DE VOCÊ*

# O LARGO DA BATATA NA LINHA DO TEMPO



**JAN/2014**

Início d'A Batata Precisa de Você

**ABR/2014**

Calendário aberto e primeira oficina da Batata fora da Batata

**JUN/2014**

Festa junina com 2.500 participantes e cobertura do BijaRi

**FEV/2014**

Primeiros bancos da Batata, feitos pelo Rai, do MBP

**MAI/2014**

Primeira oficina de mobiliário urbano temporário no Largo





**NOV/2014**

Bancos do Festival de  
Direitos Humanos da  
Praça do Patriarca

**JAN/2015**

Roda de conversa  
sobre o edital  
Redes e Ruas

**AGO/2014**

Instalação do  
Designok na Batata

**DEZ/2014**

Árvores por todo o  
Largo da Batata  
[iniciativa Sergio Reis]

**MAR/2015**

Casamento na  
Batata



**TEORIA E PRÁTICA**

# CONCEITOS USADOS NA OCUPAÇÃO

Ao longo da realização do projeto, alguns conceitos foram utilizados a fim de embasar o processo de ocupação do Largo da Batata. A seguir, apresentamos um breve glossário com termos úteis para compreender melhor a apropriação feita no espaço, seus métodos e ferramentas.

Vale dizer que esses conceitos, por partirem de uma abordagem mais prática, sofrem constantes modificações em seus sentidos, e que as definições utilizadas foram as que mais se aplicam ao nosso contexto.



## DIREITO À CIDADE

Segundo Henri Léfèbvre, consiste no “direito à vida urbana, transformada e renovada, considerando um contexto em que as classes populares possam se tornar agentes dessa modificação. Léfèbvre parte do conceito de “habitar” como ponto de partida, para que o indivíduo se relacione com a cidade em várias instâncias: transporte, lazer, serviços públicos, etc., ligando, dessa maneira, o bairro (em perspectiva micro) à cidade. Na visão do sociólogo, a cidade está em constante criação e recriação, e a população adquire um papel participativo, democratizando o processo de decisão e ação.



## OPEN DESIGN

Ferramentas e instrumentos de design e projeto (como modelos 3D, ilustrações, ícones, arquivos .cad, etc.) compartilhados via rede, com livre distribuição, reprodução e participação, instigando trabalhos colaborativos e ações DIY, dentro da comunidade Creative Commons. Open design: em português, “design aberto”.



## ESPAÇO PÚBLICO

O termo pode referir-se à esfera pública, ao domínio dos processos políticos, das relações de poder e das formas que estas assumem nas sociedades contemporâneas. Pode também assumir um significado menos abstrato, referindo-se especificamente a lugares com infraestrutura para o uso coletivo, que fazem parte do dia a dia da população: ruas, parques, praças, etc. Há, ainda, significados mais simbólicos para o termo, como o utilizado pelo arquiteto catalão José Luis Cert, que associa o espaço público a pólis grega, como “espaço físico destinado à vida social e cívica do cidadão”.



## GAMBIARRA

Ato de improvisar soluções materiais com propósitos utilitários, a partir de artefatos industrializados. Representa o conjunto de práticas do cotidiano relacionadas à improvisação de objetos industrializados, visam uma finalidade utilitária. Trata-se da subversão no emprego de produtos com uso preestabelecido de acordo com as necessidades do dia-a-dia.



## URBANISMO TÁTICO

São ações de curta duração, baixo custo e microescala, realizadas com o objetivo de melhorar uma pequena parte da cidade, qualificando, assim, o ambiente urbano. No urbanismo tático, intervenções são feitas de baixo para cima (“bottom up”, em inglês). Nelas, a população tem poder de escolha e tomada de decisão no espaço público, o que facilita a catalisação de mudanças a longo prazo, realizadas não somente por urbanistas, mas pela população local, através do engajamento social. A epígrafe do segundo livro da série Tactical Urbanism 2, diz: “a falta de recursos não é mais uma desculpa para deixar de agir”.



## REDES PROJETAIS

Interações *bottom-up* (“de baixo para cima”), *top-down* (“de cima para baixo”) e *peer-to-peer* (“entre pares”). Trata-se de conexões entre organizações colaborativas, instituições, poder público, etc., a partir de suas trocas e experiências, com o auxílio de ferramentas abertas e redes sociais.



## DIY | MOVIMENTO MAKER

Antes concentrados num só conceito – o da bricolagem – os termos se referem à construção de projetos por conta própria e com base na experimentação. No contexto do urbanismo, refere-se a um modelo de ação exercido pela sociedade civil com o objetivo de recuperar e requalificar espaços públicos no seu bairro, comunidade ou região, sem buscar um apoio profissional, apenas utilizando ferramentas, instrumentos e materiais e tendo como base a ação colaborativa. DIY: em português, “faça você mesmo”.



## O COMUM

O conceito recorrente do comum se elabora sobre a ideia de que, em nosso mundo atual, a produção da riqueza e a vida social dependem, em grande medida, da comunicação, da cooperação, dos afetos e da criatividade coletiva (Negri e Hardt). O comum compreenderia, então, os ambientes de recursos compartilhados, que são gerados pela participação de muitos e que constituem o tecido produtivo essencial da metrópole contemporânea.



## INOVAÇÃO SOCIAL

É uma nova solução para um problema social, capaz de gerar valor para a sociedade como um todo, e não apenas para alguns indivíduos. Tal solução costuma ser mais eficaz, eficiente ou sustentável que as soluções anteriores. O termo também pode se referir a grupos de pessoas que estão inventando espontaneamente novos modos de vida sustentáveis, a partir do compartilhamento de recursos em diferentes contextos.



## RESEARCH BY DESIGN

Este método pretende utilizar ferramentas simples e baratas de sistematização no processo de pesquisa, e defende o relacionamento direto entre a análise e as proposições. Ele pode ser incorporado como método de trabalho para arquitetos, com a criação de esboços espaciais feitos de determinados materiais, no campo da pesquisa acadêmica e do desenvolvimento social/urbano. Research by design: em português, “Pesquisa pelo design”.



## PLACEMAKING

Movimento que inspira pessoas a reimaginar e reinventarem o espaço público de forma coletiva, colocando como foco o interesse e os desejos da comunidade que o ocupa. Além de ser aberto a novas ideias e com uma abordagem prática a fim de melhorar um bairro, uma cidade ou uma região, o método tem um potencial transformador, pois reforça a conexão entre as pessoas e os lugares que compartilham e incentiva processos colaborativos. Muito além de só promover um melhor desenho urbano, facilita padrões criativos de uso, atentando particularmente a características físicas, culturais e identidades sociais que definem um lugar. Placemaking: em português, “ação no lugar”.

### CONCEITOS INSPIRADOS EM:

O Direito à Cidade

*O Direito à Cidade*

David Harvey, 2013

Open Design

*Open Design Now*

Van Abel, Evers, Klaassen e Troxler, 2011

Espaço Público

*Espaço Público do Urbano ao Político*

Sérgio Abrahão, 2008

Gambiarra

*Fundamentos da Gambiarra*

Rodrigo Bouffleur, 2013

Urbanismo Tático

*Tactical Urbanism 2*

Mike Lydon, 2012

Placemaking

*Project for Public Spaces*

Neal Peirce, 1975

Redes Projetuais

*Design para Inovação Social e a sustentabilidade*

Ezio Manzini, 2007

Inovação Social

*Design para Inovação Social e a sustentabilidade*

Ezio Manzini, 2007

Research by Design

*Research by Design*

Jorgen Hauberg, 2011

DIY | Movimento Makers

*Do-it-yourself Urban Design*

Gordon C. Douglas, 2014

O Comum

*Commonwealth*

Michael Hardt e Antonio Negri, 2011



## REFERÊNCIAS

# INSPIRAÇÕES PELO MUNDO



### *RECETAS URBANAS*

[www.recetasurbanas.net](http://www.recetasurbanas.net)

Em 2003, Santiago Cirugeda fundou o escritório de arquitetura Recetas Urbanas, com o objetivo de desenvolver projetos de subversão em diferentes esferas da realidade urbana. Já realizou diversos projetos de ocupação e conversão de espaços privados em espaços públicos, como o espaço La Carpa, em Sevilha.



### *IMAGEM*

[www.imagemdamargem.blogspot.com.br](http://www.imagemdamargem.blogspot.com.br)

Situado no Grajaú, o mais populoso dos 96 distritos paulistanos, o Projeto Imagem é uma intervenção multidisciplinar, cujas ações visam ampliar os olhares e aguçar as sensibilidades de todos (educadores e participantes) para o espaço urbano – espaço entendido como a paisagem povoada.



### *MOVIMENTO BOA PRAÇA*

[www.movimentoboapraça.com.br](http://www.movimentoboapraça.com.br)

O Movimento Boa Praça atua na Zona Oeste de São Paulo e mobiliza pessoas, empresas, governos e instituições para ocupar e revitalizar os espaços públicos, em especial as praças da cidade, devolvendo a elas o seu propósito inicial, de locais de convívio, lazer, debate e inclusão.



### *TODO POR LA PRAXIS*

[www.todoporlapraxis.es](http://www.todoporlapraxis.es)

O grupo de Madrid, Espanha, é formado por uma equipe multidisciplinar que desenvolve construções colaborativas de dispositivos e micro-arquiteturas que permitem a reconquista do espaço público e de uso coletivo.





## ***RAUMLABOR***

[www.raumlabor.net](http://www.raumlabor.net)

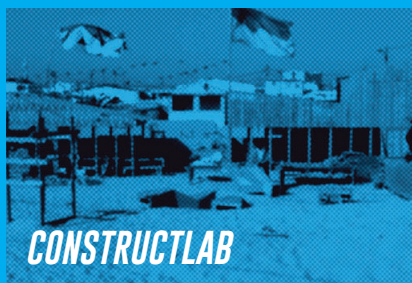
O raumlabor é um grupo de arquitetos sediados em Berlim, que desenvolve um trabalho entre os campos da arquitetura e arte pública. Raumlabor, cujo nome significa “laboratório espacial”, cria projetos baseados em torno de eventos, performance e teatro, muitas vezes com a participação da comunidade. O raumlabor usa a arquitetura e urbanismo como ferramentas de reflexão para pensarmos o mundo em que vivemos.



## ***EL CAMPO DE CEBADA***

[www.elcampodecebada.org](http://www.elcampodecebada.org)

Em 2010, a comunidade do bairro La Latina, em Madri, uniu-se para discutir os usos para um terreno em que ia ser construído um equipamento público. E o converteram em um ponto de encontro dos moradores da região. O local passou a sediar discussões sobre o uso do próprio espaço e ganhou a intervenção de artistas locais. Tudo construído de maneira participativa.



## ***CONSTRUCTLAB***

[www.constructlab.net](http://www.constructlab.net)

ConstructLab é uma prática europeia de construção colaborativa de trabalho em projetos efêmeros e permanentes. Ao contrário do processo de arquitetura convencional, em que os projetos são de um arquiteto e a construção é feita por outras pessoas, no ConstructLab os projetos concepção e construção andam juntos: o designer projeta, constrói e dá continuidade ao projeto ao longo da construção. O canteiro de obras já não é o lugar de incerteza, mas o contexto em que o projeto pode ser enriquecido pelas oportunidades inesperadas que surgem no local.



## ***PRAIAS DO CAPIBARIBE***

[www.capibaribe.info](http://www.capibaribe.info)

O coletivo do Recife realiza intervenções culturais, visando a transformação dos espaços da beira do Rio Capibaribe em lugares de convivência cidadã.

# A BATATA PRECISA DE VOCÊ COMO TÁTICA URBANA



"A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos" escreveu o sociólogo francês Henri Léfèbvre no livro *O Direito à Cidade*.

Embora a maior parte da população mundial viva geograficamente próxima nos grandes centros urbanos – os encontros com o diferente, de que fala Léfèbvre – o reconhecimento da alteridade, é cada vez mais restrito: as praças como a clareira para o respiro, a rua como o espaço da jornada para o desconhecido são substituídas por ambientes comerciais, nos quais para conviver é necessário também consumir sob suas luzes frias. E, nessa forma de organização, observamos uma cidade na qual os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos.

Em São Paulo, a construção formal do território urbano frequentemente baseia-se em megaprojetos, distantes em sua concepção do interesse coletivo. Muitas vezes, embora elaborados por escritórios de arquitetura renomados, pecam ao desconhecer as dinâmicas desses espaços públicos e as expectativas e necessidades de seus frequentadores e moradores. Assim, construídos de cima para baixo, sem familiaridade com o usuário

final, frequentemente o resultado não agrada quem mais utilizaria o local da construção ou reforma. Nesses casos, o que resta à população fazer?

A resposta pode estar na organização e articulação da sociedade civil e do interesse coletivo. Aos poucos, vemos despontar, na cidade, iniciativas que propõem transformar a dinâmica urbana e repensar a forma como construímos e utilizamos os espaços públicos.

Essas iniciativas valorizam a qualidade da ocupação dos ambientes pela presença humana e atividades temporárias, construindo uma narrativa coletiva sobre e no território e incentivando a apropriação da cidade pelo cidadão.

**A Batata Precisa de Você** acredita que, para termos uma cidade mais humana, é necessário articular as pessoas, para que elas vejam o espaço público como uma oportunidade para a intervenção e a reinvenção.

## COMO FUNCIONA

Todas as sextas-feiras, a partir das 18h, chegam ao Largo de Pinheiros pessoas carregando elementos que darão o conforto básico àquele espaço: guarda-sóis, cadeiras de praia, almofadas, cangas, redes e tendas. Se antes o grupo causava estranhamento

entre os comerciantes e transeuntes, hoje estes já sabem que aquele pessoal sentado nas cadeiras de praia na praça fazem parte da Batata, e vivem inventando novos usos para aquele vasto – e antes vazio – espaço.

A cada semana acontecem atividades diferentes: em sua existência, a Batata promoveu jogos de rua – como peladas, amarelinha, taco, frisbee e peteca – sessões de ioga e alongamento, oficinas de bombas de sementes, de crochê e de leitura, karaokê, apresentações de música, cinema, debates, etc. A agenda é aberta e tudo é organizado colaborativamente. Todas as sextas, até pelo menos meia-noite, tem “agito” no Largo da Batata.

Os encontros são, em grande parte, organizados *online*, em um grupo aberto no Facebook. Para envolver moradores e frequentadores das proximidades do Largo, a regularidade das ocupações tem se mostrado muito importante, somando cada vez mais pessoas ao movimento e não restringindo a organização ao virtual. Embora a Internet ajude muito na mobilização, o engajamento e o ativismo se dão de forma presencial, nos encontros, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos tão valorizados por Léfèbvre.

Após 18 meses de atividades, o Largo está visivelmente mais movimentado e é utilizado para atrações culturais e de lazer em outros dias da semana e horários por outros grupos de pessoas. Não é mais só na sexta-feira que a Batata está se tornando um centro cultural público, construído coletivamente e auto-organizado.

**A Batata Precisa de Você** propõe também um diálogo com o poder público, se posicionando como um movimento de cidadãos ativos, que participam da vida pública da cidade. Não há necessidade de escolher entre o formal ou o informal, já que, juntos, se potencializam. Para isso, documentamos as nossas experiências, mapeamos nossa evolução e convidamos o Poder Público a participar do processo, assim como procuramos participar do que é realizado por ele, acompanhando suas etapas, pedindo e analisando os resultados. Nos contatos até agora travados, a troca tem mostrado uma perspectiva promissora e esperamos que, no futuro, a Batata seja reconhecida como laboratório de experimentos urbanos, norteando a criação de políticas públicas e ações semelhantes em outros locais.

Para que isso seja possível, **A Batata Precisa de Você** não conta ape-

nas com pessoas animadas e ações improvisadas. O grupo segue alguns princípios básicos, frutos de pesquisa na área do urbanismo tático e de muitos testes e aprimoramentos. A seguir, iremos explorar os pilares que baseiam o trabalho do grupo.

### A BATATA COMO TÁTICA URBANA

Um dos principais conceitos por trás da Batata é o urbanismo tático, nome dado a movimentos que utilizam projetos rápidos, compactos ou temporários para demonstrar a possibilidade e o potencial de mudanças em larga escala e a longo prazo no espaço urbano.

Essas microintervensões possuem forte caráter político, uma vez que expõem carências de espaços públicos e demandas da população que vive ou passa por esses locais. As microintervensões são também propositivas, demonstrando formas de ação imediatas, com impacto direto no ambiente construído. Em todo o mundo, intervenções pontuais organizadas em espaços urbanos por práticas coletivas oferecem uma reflexão crítica sobre o papel do arquiteto ou do urbanista, pois abrem espaço para que a população construa sua cidade, sem a necessidade de projetos, plantas ou extensos estudos prévios (confira alguns

exemplos na página 18). Essas ações, de rápida articulação e execução, mudam o olhar sobre os problemas urbanos, utilizam recursos locais e favorecem o experimento. De forma simples e com pouco dinheiro, as intervenções sugerem usos alternativos, e, com frequência, inesperados, nos quais a participação do usuário funciona como um teste do potencial do espaço.

### ATIVAÇÃO CULTURAL

Para que tais táticas urbanas não sejam apenas ações isoladas de um indivíduo ou grupo, mas tornem-se um movimento autossustentável e que mobilize a população do entorno, é necessário modificar a cultura de uso do espaço.

O primeiro passo para iniciar uma intervenção urbana bem-sucedida é a realização de um diagnóstico sobre o local. Esse estudo não deve ser visto como algo apenas técnico e alheio a quem mora e circula no território, mas como um processo participativo e colaborativo, no qual é pensado o que seria interessante para o lugar, e do que as pessoas sentem falta lá.

Muitos dos pontos indicados pelos frequentadores a serem melhorados no espaço público não são infraestruturais, mas culturais. Ou seja,

depende do seu engajamento para que a realidade seja transformada. Entretanto, o cuidado e a apropriação do espaço não são adquiridos instantaneamente: a esfera pública é comumente sentida como alheia, já que realizar atividades fora de ambientes privados não é comum na cidade de São Paulo.

Por isso, é preciso insistir no fomento às atividades culturais, esportivas e de lazer regulares no espaço público. Assim, aos poucos será construída uma cultura de interação entre cidadão e cidade, com a criação de vínculos afetivos e efetivos com o território, gerando respeito e cuidado com o local.

### ARQUITETURA TEMPORÁRIA

A cultura de uso do espaço não é o único pré-requisito para uma ocupação dar certo. A existência de móveis em ambientes públicos é essencial para que um lugar torne-se confortável e acolhedor, e não apenas um local de passagem. No entanto, São Paulo, ainda aprendiz na ocupação do espaço público, é deficitária em mobiliário urbano, em qualidade e em quantidade. No Largo da Batata, isso ficou evidente após o término da tão esperada reurbanização: não havia bancos para sentar, descansar, conversar, namorar, esperar. O sol a

pino no meio da praça deserta, sem bancos, sem árvores, sem sombras.

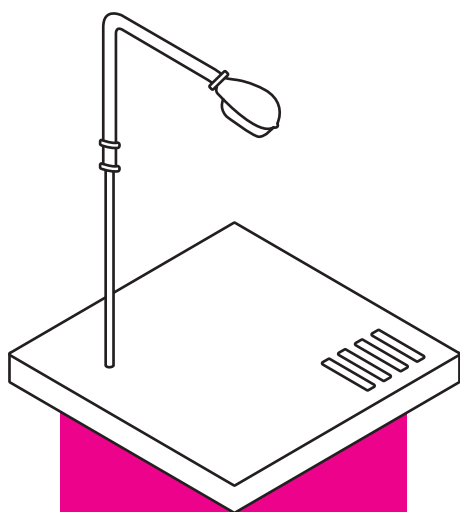
Em muitas cidades, a falta de mobiliário urbano não é aleatória, mas pensada justamente para não atrair ocupantes “indesejados”. Assim, a ausência de bancos afastaria moradores de rua, espaços sem sombras inibiriam ambulantes e assim por diante.

Seguindo essa lógica sem móveis, mantendo seu traço de inospitalidade, os locais permaneceriam vazios, limpos, assépticos, sem oferecer risco ou trabalho para quem as gerencia.

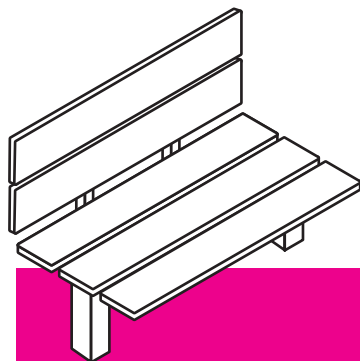
## CONVIVENDO NO ESPAÇO PÚBLICO

Ao levar para o Largo cadeiras de praia e guarda-sóis em um primeiro momento; ao fabricar bancos e mesas na sequência, a Batata coloca-se como uma alternativa ao ambiente estéril: conviver com a população de rua, com a comunidade dos imigrantes, com as senhorinhas do bairro, com o vendedor de milho, com os que saem apressados do metrô, com os estudantes, com curiosos. Todo mundo junto, todo mundo misturado.

Acreditamos que construir um espaço com mobiliário urbano de qualidade oferece estrutura para que as pessoas exerçam atividades fora



**ESPAÇO  
PÚBLICO**



**CONFORTO  
BÁSICO**



de suas casas, como ler, praticar esportes, descansar e encontrar com amigos. Assim, o emprego de bons mobiliários urbanos resulta em mais segurança, pois a partir do momento em que um uso para o espaço é criado e sua finalidade atingida, há um fluxo constante de pessoas, e as praças, ruas e arredores terão os seus “vigilantes” em forma de vivacidade no espaço público.

Passamos a entender que o espaço público deve ser zelado, simplesmente porque nos pertence, porque o ocupamos. Por isso, uma das estratégias adotadas pela **A Batata Precisa de Você** foi o emprego da arquitetura

temporária, com a criação de protótipos de mobiliários urbanos, como bancos e mesas de madeira, feitos de pallets, guarda-sóis criados com telas.

Ao prototipar mobiliário urbano, entendemos que se trata de uma produção rápida, coletiva e de baixo custo. Com isso, esboça-se uma astuta estratégia para entender quais são os usos e dinâmicas do lugar, pois a resposta da adesão vem de maneira quase imediata, deixando claro se o mobiliário atendeu aos desejos da comunidade que usa o espaço. Essa prototipagem na Batata dá-se de forma colaborativa e hori-



**CONVIVÊNCIA  
E PERMANÊNCIA**



**CIDADE  
MAIS HUMANA**



zontal, por meio de oficinas gratuitas nas quais todos são bem-vindos. Esses momentos de criação e discussão com a comunidade são importantes ferramentas para incentivar a participação e o zelo com o espaço – afinal, quando você fabrica um Batatabanco (veja o tutorial na página 37) o cuidado com o seu uso cotidiano será dobrado. E mesmo as pessoas que não atuam diretamente na construção do mobiliário podem ficar curiosas e interessadas com as novas peças criadas e, aos poucos, passam a notar que um espaço, antes vazio, possui potencial para ser ocupado e preservado.

### UM ESPAÇO PARA TRANSFORMAR

Mas como bons móveis prototipados que são, o zelo não pode ser extremo: a missão com que vieram ao mundo é para que sejam modificados, recodificados, adaptados, remixados às necessidades e demandas que se transformam constantemente. Para que os habitantes possam agir de forma mais livre, a Batata procura planejar sem excluir apropriações espontâneas, desenhar permitindo a participação, construir sem criar a condição de estanque, permitir que a cidade se transforme e que os habitantes possam adaptá-la continuamente ao mundo em que vivem, ao espaço que ocupam.

Esse tipo de arquitetura temporária serve como um teste eficaz da recepção aos móveis pelas pessoas que circulam no local. Se ninguém quer sentar em um banco, por exemplo, talvez ele não seja confortável e precise ser repensado, antes de ser construído com material de maior durabilidade. A avaliação resultante da arquitetura temporária não se limita ao mobiliário urbano. Instalações efêmeras mostram diferentes possibilidades de uso de um local. Em seus 18 meses de atuação **A Batata Precisa de Você** já produziu um bom mapeamento de uso do lugar, que pode ser empregado em etapas futuras, como a instalação de mobiliários permanentes e recepção de outros projetos temporários.

A própria elaboração desta publicação é também resultado dessa experiência de ativação de um espaço que ainda está em movimento, em processo. Aqui não há fórmulas definitivas, chavões de sucesso ou garantia de êxito. Com ela, procuramos incentivar que outras pessoas e grupos mapeiem seus bairros, abram espaço para conversas com associações de bairro, prefeituras, governos e outras instâncias da política pública, “hackeando” a nossa experiência e tornando-a própria, específica, local e rica.





# A BATATA PRECISA DE VOCÊ

COMO ORGANIZAÇÃO  
COLABORATIVA



**É SEMANAL**

**OCUPA O LARGO COM  
MOBILIÁRIO TEMPORÁRIO**

**TEM UMA AGENDA DE ATIVI-  
DADES CULTURAIS ONLINE,  
ABERTA E SEM CURADORIA,  
NO LARGODABATATA.COM.BR**

**É ORGANIZADO PRESEN-  
CIALMENTE ÀS SEXTAS E DE  
MANEIRA PERMANENTE PELO  
GRUPO ABERTO NO FACEBOOK  
ORGANIZA AS ATIVIDADES DE  
FORMA COLABORATIVA**

**FOMENTA, ARTICULA E DÁ  
SUPORTE A OUTRAS ATIVIDA-  
DES NO LARGO QUE OCORRAM  
EM OUTROS DIAS**

**BUSCA A ORGANIZAÇÃO HORI-  
ZONTAL E O DIÁLOGO COM  
TODAS AS PESSOAS, GRUPOS  
E INSTITUIÇÕES**

**PROMOVE OFICINAS DE  
CONSTRUÇÃO DE MOBILIA-  
RIO URBANO PARA O LARGO E  
ARTICULA O LUGAR COMO UM  
LABORATÓRIO**



**ALGUNS DXS BATAFEIRXS**

**RENI LIMA**

**“A GENTE CONSTRUIU UMA  
RELAÇÃO DE AMIZADE ALÉM  
DESSA CONSTRUÇÃO COLETIVA  
DO ESPAÇO PÚBLICO. HOJE  
TEMOS MUITO CARINHO PELO  
LARGO E UM PELO OUTRO”**

**KATIA MINE**

**“PRA MIM SE TORNOU  
FUNDAMENTAL ESTAR AQUI  
TODAS AS SEXTAS-FEIRAS,  
É UMA QUESTÃO POLÍTICA”**

**RACHEL SCHEIN**

**“A GENTE COMEÇOU A  
ENTENDER MELHOR O QUE  
PRECISAVA PRA QUE O LUGAR  
SE TORNASSE UM ESPAÇO DE  
PERMANÊNCIA, DE CONVIVÊNCIA”**

**“AS VOCAÇÕES E POTENCIAIS DO LUGAR SÃO DISCUTIDOS EM TODOS OS ENCONTROS. ESTANDO AQUI AS QUESTÕES FICAM MUITO EVIDENTES”**

A portrait of Laura Sobral, a woman with dark hair, smiling slightly. The image has a blue halftone dot pattern background.

**LAURA SOBRAL**

**“OS PRIMEIROS ENCONTROS FORAM MUITO ESPECIAIS, UM DOS MAIS EMBLEMÁTICOS FOI QUANDO FIZEMOS A FAIXA DE PEDESTRES PERFORMÁTICA”**

A portrait of Leo Bianchini, a man with dark hair, looking forward. The image has a magenta halftone dot pattern background.

**LEO BIANCHINI**

**“FOI ASSIM, EU ESTAVA PASSANDO PRA IR PRO METRÔ, DAÍ ME DISSERAM VEM, E EU FUI... E ASSIM FOI”**

A portrait of Juli Mastroeni, a woman with dark hair, looking forward. The image has a blue halftone dot pattern background.

**JULI MASTROENI**

**ALGUNS DXS BATAFEIRXS**





**ALGUNS DXS BATAFEIRXS**

**MARIANA MARCHESI**

**“QUANDO FINALMENTE TIRARAM OS TAPUMES, VI QUE ERA UMA PRAÇA QUE SÓ TINHA O CIMENTO, AQUILO ME DEIXOU MUITO REVOLTADA”**

**RAPHAEL FRANCO**

**“FORAM MUITAS EXPERIÊNCIAS EM 2014 E MUITAS SERVIRAM COMO UM TERMÔMETRO DO QUE FUNCIONA NESSE ESPAÇO”**

**BARAO DI SARNO**

**“DESDE O COMEÇO, A IDEIA ERA VIR TODA SEXTA, SEMPRE FOI MUITO IMPORTANTE”**

# INSTRUMENTOS LEGAIS

## NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO

***PARA TRANSFORMAR A CIDADE, É IMPORTANTE CONHECER AS DIRETRIZES DE BASE PELAS QUAIS FUNCIONA, OU SEJA, SEUS CÓDIGOS, SUAS LEIS.***

Para qualquer mudança legal, é imprescindível saber de onde partimos, e, então, reformular e construir novos resultados.

Nos últimos anos, notamos o início de uma movimentação da gestão pública para se adequar às demandas de coletivos culturais e de artistas, que, por sua vez, também se articularam melhor na formulação de suas demandas.

Assim, grande parte da legislação referente ao uso do espaço público em São Paulo contempla, em seus textos, o desejo da descentralização da iniciativa de atividades culturais exercida somente por parte do poder público, e a garantia de condições favoráveis à realização de atividades culturais em espaços públicos.

Um exemplo na cidade de São Paulo é a Lei Orgânica Municipal, de 1990. No artigo 191, o município garante a todos o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, observado o princípio da descentralização, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Quanto à prática destas atividades culturais, o artigo 114 discorre sobre os modos pelos quais pessoas ou empresas são autorizadas a utilizar determinados espaços, especificando diferentes tipos de permissões e permanências para a instalação temporária de estruturas e a utilização de determinados locais para a realização de atividades por cidadãos ou empresas.

**Em 2013, a Prefeitura de SP regulamentou a arte de rua por meio da lei municipal nº 15.776, seguida do decreto nº 55.140 de 2014, garantindo a liberação das áreas públicas para a livre manifestação dos artistas e a organização dessas atividades por meio de regras simples. É bastante útil e na internet é fácil encontrar a cartilha ilustrada *Arte na Rua – um guia ilustrado sobre a legislação da cidade de São Paulo para artistas de rua.***



**NO ENTANTO, MUITAS VEZES ESSES INSTRUMENTOS LEGAIS NÃO SÃO POSTOS EM PRÁTICA POR GESTORES PÚBLICOS, POR FISCAIS E ATÉ MESMO PELA POPULAÇÃO. POR ISSO, REPRODUZIMOS AQUI AS ORIENTAÇÕES DO “PASSOS PARA DANÇAR”, ELABORADO PELO BAIXO CENTRO E ALGO DA LEGISLAÇÃO COMPILADA NO TFG DE CAROLINA LA TERZA, PARA QUEM DESEJA REALIZAR ATIVIDADES EM ESPAÇOS PÚBLICOS. AINDA ACRESCENTAMOS ALGUMAS ORIENTAÇÕES NOSSAS, DA EXPERIÊNCIA D’A BATATA PRECISA DE VOCÊ.**

## ***NA RUA, LEMBRE-SE:***

### **CONHEÇA AS LEIS DE SUA CIDADE**

Pesquise quais são as regras para o uso do espaço público e leve consigo informações sobre essas leis.

### **TEMOS LIBERDADE PREVISTA EM CONSTITUIÇÃO**

de reunião e de associação (Constituição Federal (CF), art. 5º, XVI); de manifestação do pensamento (CF, art. 5º, IV); de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI); de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (CF, art. 5º, IX); e de locomoção no território nacional (CF, art. 5º, XV). E essa liberdade de ir e vir contempla o direito de permanecer em praças e outros locais públicos.

### **DOCUMENTE**

Qualquer ação policial que vá contra os itens da Constituição é ilegal.

### **MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS**

não são contra a lei. As autoridades pedem apenas que sejam notificadas, para evitar problemas.

## **NÃO SOMOS OBRIGADOS A PORTAR UM DOCUMENTO DE IDENTIDADE**

por nenhuma lei.

## **SEMPRE PEÇA A IDENTIFICAÇÃO DO POLICIAL QUE TE ABORDAR**

e, se ele pedir sua identidade, fique calmo. Você não precisa entregar e, se o fizer, ele não pode reter o documento. E lembre-se: ele não pode te prender por não estar identificado. Mas o policial pode pedir o nome do seu pai, sua mãe e sua data de nascimento e te encaminhar à delegacia para assinar um "termo de comparecimento".

## **O POLICIAL NÃO PODE INFRINGIR DIREITOS**

e garantias individuais, como a "liberdade de locomoção", o "direito de reunião" e o de "livre manifestação do pensamento". O fato dele abordá-lo e falar um pouco mais ríspido, em vários casos, não se enquadra como tal. Mas ele proibir qualquer atividade apenas por vontade própria pode ser contra a lei. Peça sempre (e gentilmente) que ele justifique toda e qualquer ordem.

## **E, LEMBRE-SE: DOCUMENTE!**

## **SEJA PACÍFICO, DIALOGUE**

Embora os ânimos possam estar exaltados, mantenha a calma. Oposição a algumas ordens policiais pode ser considerada "crime de resistência". Responder bravo ou xingar um policial é prisão, na certa. Conversar com um policial é uma oportunidade de entender tudo isso que está escrito aqui.

## **QUALQUER BLOQUEIO PODERÁ SER CONSIDERADO COMO INFRAÇÃO,**

pois as ruas são para o movimento, para o tráfego. Use sempre as calçadas. Se precisar de mais espaço, opte por praças e parques e evite bloquear o acesso a estabelecimentos comerciais e escolas, por exemplo.

## **ABRA A COMUNICAÇÃO**

com a associação de bairro, subprefeitura ou prefeitura. É sempre um bom caminho para a construção pacífica de um espaço público de fato ativado. No fundo, todos querem a mesma coisa: uma cidade mais justa, menos violenta e com pessoas nas ruas. A construção conjunta entre as partes é o caminho para isso.

**MANUAL**

# **ATIVACÃO E OCUPAÇÃO**

## **SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO**

***COMO FAZER OCUPAÇÕES  
REGULARES NO ESPAÇO PÚBLICO***

**OCUPAR**  
**CONSTRUIR**  
**USAR**

**01. OBSERVAR O ENTORNO**

**02. IDENTIFICAR O TERRITÓRIO  
E SUAS POTENCIALIDADES**

**03. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO**

**04. ELENCAR AS PRIORIDADES DE  
ACORDO COM A SUA VIABILIDADE**

**05. ARTICULAR INTERESSADOS  
EM PARTICIPAR E ESTIPULAR  
FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS**

**06. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO  
INTERNA E EXTERNA**

**07. A MANUTENÇÃO E O CUIDADO**

**08. O BALANÇO**

# BATATAS CONSTRUTORAS

## MOBILIÁRIO URBANO

O coletivo Batatas Construtoras formou-se a partir de experiências de prototipagem de mobiliário urbano para o Largo da Batata como parte das ações do A Batata Precisa de Você. Os objetivos são: fortalecer a relação afetiva da população com o Largo da Batata; evidenciar o potencial de um espaço hoje tão árido como local de convivência; testar possibilidades de ocupação e prototipar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do Largo como espaço público. É um exercício de democracia em escala local, um movimento de cidadania e de fomento ao direito à cidade. Uma maneira que as pessoas têm de se manifestar de maneira propositiva por melhorias imediatas.

Há atividades de construção de mobiliário temporário no próprio Largo, conduzidas pelas Batatas Construtoras, que transformam o Largo em uma marcenaria a céu aberto e constroem de maneira colaborativa. O coletivo Batatas Construtoras tam-

bém atua em outros espaços públicos urbanos, sendo ele no momento da impressão dessa publicação (julho de 2015) composto pelos batateiros André Macêdo, Barão Di Sarano, Conrado De Biasi, Laura Sobral, Leonardo Armellin, Raphael Franco e Reni Lima.

A existência de mobiliário urbano nos espaços públicos faz com que estes se tornem lugares de estar, de encontro, fazendo as cidades mais vivas, agradáveis e seguras. Um espaço ocupado se contrapõe ao espaço público cuja característica principal é ser passagem, “terra de ninguém”. O registro e a sistematização da evolução da ocupação e das batataconstruções pretende inspirar outras pessoas a ocupar com arquiteturas temporárias o espaço público das suas cidades.

01

## BATATABANCO

Você vai precisar de:

Parafusadeira

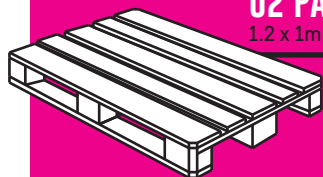
Serra circular ou serra tico-tico

Broca de aço rápido nº4 para

furos-guia para parafuso

Cola de madeira

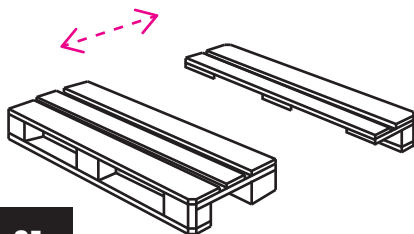
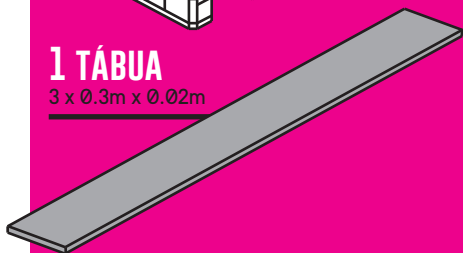
30 parafusos Phillips 4,5x7mm



02 PALLETS  
1.2 x 1m

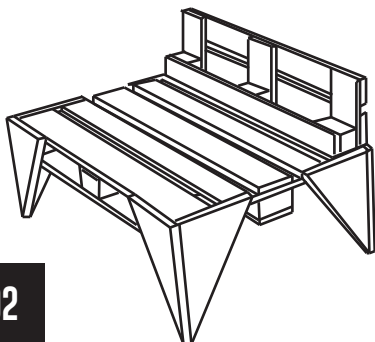
1 TÁBUA

3 x 0.3m x 0.02m



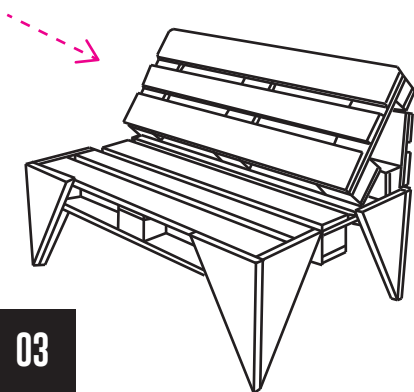
01

Divida um dos pallets.



02

Faça triângulos com a tábua e instale como os pés do pallet inteiro. Fixe a parte menor do pallet dividido em uma das extremidades.



03

Termine o encosto fixando a outra parte do pallet dividido, em ângulo.

02

## MASP FAVELINHA

Você vai precisar de:

Parafusadeira

Serra circular ou serra tico-tico

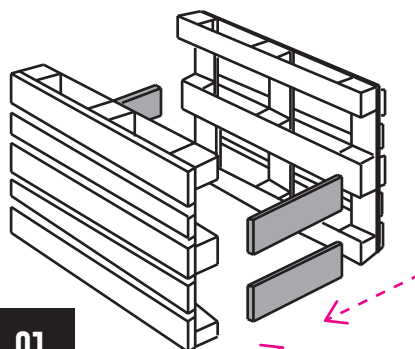
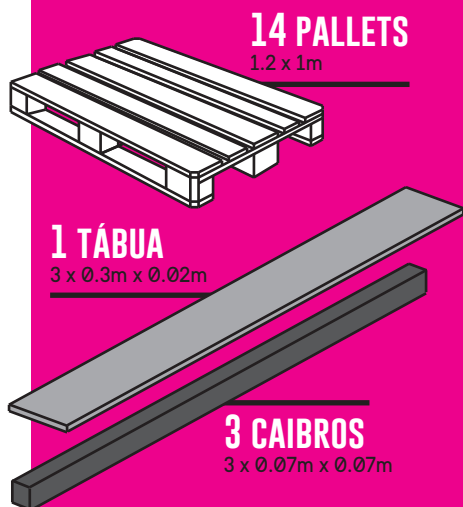
Broca de aço rápido nº4 para

furos guia para parafuso

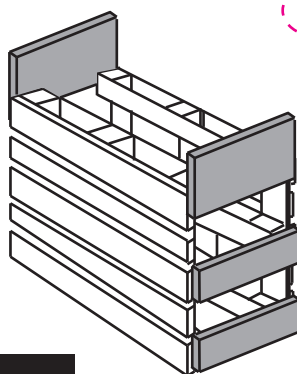
Cola de madeira

100 parafusos Phillips 3,5x4mm

40 parafusos Phillips 4,5x7mm

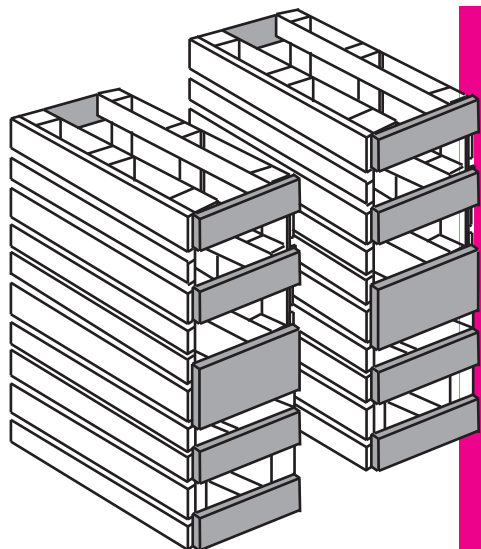


Una os pallets com pedaços da tábua



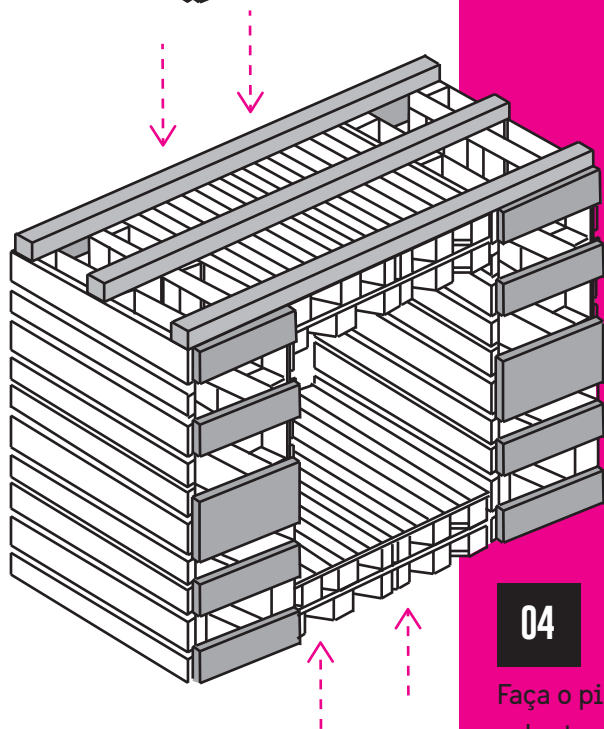
Faça 04 módulos deste





**03**

Empilhe os módulos aos pares, criando duas torres



**04**

Faça o piso da peça com pallets e a cobertura também  
Fixe a cobertura com os caibros passando por cima de toda a peça



# O PROCESSO

## ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E DIRECIONAMENTOS

### DE LÁ PARA CÁ

Em 18 meses de ocupação do Largo da Batata, foram muitas as conclusões e os aprendizados. Após mais de 74 encontros, a Batata recebeu todos os tipos de atividades: rodas de discussão; fabricação de mobiliário urbano e oficinas de artes; debates com presenças relevantes, como o Secretário Municipal de Cultura Nabil Bonduki, a urbanista Raquel Rolnik e o arquiteto e crítico Guilherme Wisnik; conversas com outros grupos que lutam pela apropriação do espaço público na cidade. E, ainda, tivemos sucesso ao sermos selecionados pelo edital Redes e Ruas. Hoje, podemos dizer que o Largo da Batata é um novo território, completamente diferente daquele que a Operação Faria Lima entregou em 2013. O que era um espaço disfuncional, um grande vazio usado como espaço de passagem, agora, verdadeiramente, é um lugar de afeto, do qual as pessoas passaram, gradualmente, a encarar como público de fato, um território comum.

Nossa experiência mostrou de forma clara que tanto o poder público quanto a sociedade civil ainda têm muito o que aprender quando o assunto é construir juntos e atuar em parceria para uma cidade melhor. A sociedade civil não vê urgência em uma gestão participativa superficial, mas sim em uma gestão interativa, verdadeiramente participativa, portadora de uma nova política.

No entanto, para que novos processos sejam testados — como é o caso da ideia de uma gestão compartilhada e interativa — e sejam investigados, é de absolutamente necessária a existência de múltiplos territórios-piloto na cidade.

**74 ENCONTROS**

**+ DE 300 ATIVIDADES**

**+ DE 13 MIL PESSOAS MOBILIZADAS**

**+ DE 25 CANTEIROS CUIDADOS**

**~ 60 NOVOS MOBILIÁRIOS URBANOS**

**1 FAIXA DE PEDESTRES FORMALIZADA**



## O QUE A BATATA AINDA QUER

Queremos que o Largo seja um espaço de uso público e de qualidade, de vitalidade e identificação cultural. Queremos ser reconhecidos como um espaço experimental metropolitano de exercício de autonomia cidadã, com regras próprias, com legislação que legitime seu caráter de terreno de teste. Neste momento, por exemplo, buscamos um método para consolidar a Batata como laboratório metropolitano de mobiliário urbano e, junto ao poder público, definir uma metodologia que transforme os mobiliários experimentais existentes – de caráter temporário, prototipados pelos Batateiros, testados e aprovados pela comunidade – em permanentes. Isso, mantendo sempre a característica da Batata de sempre gerar novo mobiliário experimental e continuar testando, prototipando e consolidando o que for testado e aprovado. A partir desse trabalho, estudos podem ser desenvolvidos para mobiliários em outro contexto, convertidos em uma aplicação de

larga escala, replicados para outros espaços da cidade. Esperamos que novas experiências possam ser realizadas com o uso de diferentes metodologias, e, transformadas em novos casos bem-sucedidos, transformem-se tornem-se em acordos alternativos entre sociedade civil e outros atores do espaço urbano, até com a possibilidade de serem adotadas como se tornarem-se novas políticas públicas.

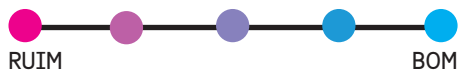
Pensar na Batata é pensar em novos métodos de produzir o urbano a partir dos espaços públicos da cidade. Ferramentas, ações e colaboração fomentam e abrem caminhos para um novo pensar urbano. Replicabilidade de táticas, conceitos e ferramentas são apenas alguns dos diversos aspectos que este lugar possui. Hoje a Batata representa união, uma alternativa à segregação no espaço disputado da metrópole contemporânea, uma nova forma de encarar a cidade e uma certeza de que, sim, é possível construir a cidade a várias mãos.

LEVANTAMENTO DE DADOS

# A BATATA COMO É

## AVALIAÇÃO DO ESPAÇO

pesquisa feita em abril de 2014



### PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO



### SEGURANÇA



### ESPAÇO AGRADÁVEL



### ESPAÇOS PARA CAMINHAR



### ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA



### TER ONDE SENTAR



### PAISAGENS



### CONVIVÊNCIA



### ATIVIDADES FÍSICAS



### ESCALA HUMANA



### APROVEITAMENTO DO CLIMA



### EXPERIÊNCIA SENSORIAL



## LOTES RESIDUAIS



## FACHADAS







**PROPOSTAS**

# A BATATA COMO QUEREMOS

## TROCO SONHO POR UM SONHO

Evento no Largo, onde, em troca de sonhos de padaria, foram recolhidos sonhos das pessoas para a Batata

- Espaço permanente para fogueira
- Mais assentos
- Pista de skate
- Mais sombra
- Centro esportivo
- Lugar para dançar
- Água fresca
- Mais cores
- Mais lazer
- Fim dos prédios
- Energia elétrica para eventos
- Volta dos camelôs
- Área de estar
- Museu
- Fim da descaracterização do Largo
- Centro Cultural para jovens
- Quadra de futebol
- Mais eventos musicais
- Roda de capoeira
- Festas populares
- Teatro
- Eventos de arte / saraus
- Ponto de encontro dos povos
- Cinema ao ar livre
- Oficinas de arte e mobiliário
- Escambo e doações de livros
- Happy hours
- Escrever um livro sobre a Batata
- Parquinho
- Rodas de leitura para crianças
- Mais verde
- Mais amor
- Horta comunitária
- Mais flores
- Árvores frutíferas da região
- Cuidar dos moradores da praça
- Mais pessoas
- Plantação de batata
- Igualmente diferentes
- Mais sonhos realizados
- Mais vida
- Mais paz
- Empatia
- Menos classe média
- Mais segurança
- Fim do bolovo e da PM
- Mais ciclistas
- Gramado
- Cultura nordestina
- Mais sonho de padaria
- Mais viola
- Mais pássaros

# ANÁLISE DE USO DO MOBILIÁRIO DO LARGO

Sondagem realizada em 01, 08 e 11/5/2015, sextas-feiras das 19 às 21h com transeuntes

## USO



## FUNÇÕES PREDILETAS



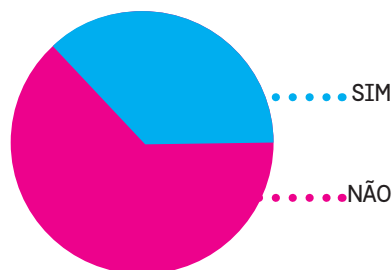
## SUGESTÕES

- Quantidade boa, falta variedade
- Cobertura para proteger da chuva, calor, pérgola ou outra sombra
- Mesa grande para estudar, escrever, desenhar, ler, trabalhar, comer
- Mais bancos com encosto
- Bancos e mesas perto do mercado
- Biblioteca

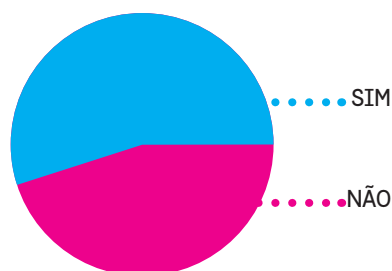
## O QUE FALTA?

- Banheiros
- Mais árvores e plantas, para sombra, beleza e conforto térmico
- Equipamentos de ginástica
- Parque infantil
- Melhorar o palco dos artistas (tamanho, cobertura, iluminação)
- Sinalização de informação para pedestres

## MORA EM PINHEIROS?



## CONHECE O MOVIMENTO?



Informações organizadas a partir de levantamentos feitos pelo A Batata Precisa de Você, atividade de maquete coletiva feito pelo Acupultura Urbana, Placegame feito pelo Conexão Cultural e também a partir dos dados gerados nos três workshops organizados pela Prefeitura de São Paulo sobre o Largo entre 2014 e 2015.

*ABSTRACT*

# THE POTATO NEEDS YOU

In a context where Brazilian people living in big cities spend less and less time in public spaces and most of the interactions happen in private or commercial areas, a group has decided to challenge this reality. In 2014 they created a cultural occupation at the unattractive Potato Square, in the district of Pinheiros, proving that the right to the city is still important in the 21st century. Here is their story.

The Potato Square was for centuries a place of coexistence of different cultures and lively commerce. Before the colonisation, the place was a settlement for the Guaianás native tribe. Later, it became a proper square, with the arriving of the Jesuits priests, in 1560. On the 20th century, Japanese immigrants transformed once more the site, creating a market of fruits and vegetables, hence the name Potato Square. In the following decades, the place became a converging spot for public transport and a meeting point for Brazilian migrants from the north. In 1995, after the city mayor Paulo Maluf approved a plan to redevelop the area, the once so lively Potato Square was transformed in a construction site. In 2013, when the renovation was finished, the new square revealed itself as an arid open space. There were no trees to protect people from the heat, no sitting areas and no grass or flowerbeds. The new space



reflected a hygienist policy in a moment where the neighbourhood of Pinheiros was going through intense real estate speculation and gentrification.

Outraged by this context, a group of ten people started going to the deserted square every Friday evening, carrying beach chairs and sunshades, with the goal to simply occupy the place and give a social and cultural purpose to it. The group, named A Batata Precisa de Você (The Potato Needs You), quickly became a collective, and since January 2014 it has been promoting a weekly occupation at the place, organising concerts, performances, open talks about urban issues, collaborative woodworking, bike repair, story-telling workshops, guerrilla gardening actions, among other activities. Though these actions, A Batata Precisa de Você created an exercise of participatory democracy at a local level, discussing metropolitan issues in order to imagine alternative ways for a better urban living.

The project's goals are to raise awareness about the right to the city through the proposal of hacking and prototyping street furniture, expanding the idea of public territory and transforming the city in a cooperative lab. Making use of concepts such as micro interventions and temporary architecture, the collective constructed wood benches, chairs,

a Ping-Pong table and even a stage for concerts, highlighting the potential of the space as a place of coexistence and testing possibilities for its permanent occupation.

In order to promote the gatherings and create a democratic debate about the next activities to be organised, the collective has a Facebook page. The online platform also encourages discussions related to urban issues, civil empowerment, sustainable space tactics, collaborative initiatives and DIY interventions as a response to socio-political issues.

More than one year after the beginning of the collective's practices, the changes in the Potato Square are visible. The square became a meeting point for people to hang out after work, and it hosts different cultural events, such as concerts, parties as well as civil demonstrations. The actions of the group caught attention of the media and the government, and the Batata Precisa de Você was invited to get involved in similar activities in other areas of São Paulo. Gradually, the group is becoming a reference for initiatives that foster social transformation and innovative ways to think urban planning under the concept of tactical urbanism. In the future, the collective aims to expand the activities' scope, funding new constructions, workshops and equipment.

*RICARDO CORRÊA*

# O ONTEM NO AMANHÃ DO LARGO

Os lugares de maior movimento nas cidades, a partir do século XX, foram formados pela dialética entre circulação e permanência — onde não se entende circulação como espaço de passagem, mas de pessoas que transitam de um ponto a outro e, por algum motivo, seja ele obrigatório ou por conveniência, ficam por alguns momentos nestes locais.

Os Largos, seja o da Batata, do Café ou qualquer outro formado ao acaso ou não, na confluência entre caminhos, em qualquer cidade de origem portuguesa, tem esse potencial: o de ser um lugar, local de circulação e permanência.

O atual Largo da Batata, historicamente, teve essas características, ao longo de sua história. Formado, inicialmente, na confluência das ruas Paes Leme, dos Pinheiros, do Comércio e Cardeal Arcoverde, no coração do bairro de Pinheiros, possui as características de passagem e parada, desde a sua formação com os tropeiros. E, próximo daí, estabeleceu-se no Largo de Pinheiros o mercado caipira — posteriormente, mercado municipal. Na década de 1930, passou a ser um terminal para bondes e, depois, com a desativação destes, um terminal de ônibus. Dessa

maneira, o seu entorno foi se consolidando para atender a esse público em circulação e tornando-se, cada vez mais, um lugar para a permanência das pessoas.

Ao longo do tempo, o Largo foi entrando em conflito com suas características de local de circulação para se tornar um não-lugar de fluxo. A ampliação da Avenida Faria Lima até sua conexão com a Pedroso de Moraes, na década de 1990, e a transferência do terminal de ônibus e a abertura da estação de metrô no local, nesta década, consolidaram a sua transformação, e artistas, como do Ateliê Carla Caffé, retrataram sua “perda de memória”.

Para o Largo da Batata voltar a ser um lugar com seu apelo histórico, deve haver uma redução de velocidade — da velocidade de todos que transitam por lá, inclusive da avenida Faria Lima, que agora o atravessa. O Largo precisa de alguma atratividade prática para a vida urbana e, para isso, novamente, tem que ser pensado como lugar de encontro, de intermodalidade entre diferentes usuários — por exemplo, o bicicletário (estive presente em sua discussão na Prefeitura, em janeiro de 2013, junto com outros coletivos, quando defini-

mos a sua instalação junto à floricultura), deve ser ampliado, favorecendo a multimodalidade entre todos os meios de transporte, para que o Largo da Batata sirva de exemplo para a cidade, integrando metrô, ônibus, bicicletas, pedestres carros, táxis. Voltando a ser um local de grande circulação e que atraia as pessoas para a sua permanência — não só a contemplação de um vazio urbano.

## E QUE VOLTEM AS FEIRAS, QUE VOLTEM AS BATATAS!

**Ricardo Corrêa** sócio-fundador e coordenador geral da TC Urbes, Ricardo é formado em Arquitetura e Urbanismo pela FAAP e mestrando em Planejamento Urbano e Regional na FAU-USP. É coautor do livro *A Bicicleta e as Cidades* e criador da bicicleta Urbana. Atua como consultor em planejamento de modos suaves de transportes para institutos nacionais e internacionais.

# CULTURA E ESPAÇO PÚBLICO

## ALTERNATIVAS PARA UMA CIDADE DE TODOS

O ativismo urbano está na ordem do dia, tanto pelas manifestações políticas e os “occupy” pelo mundo, quanto pelas ações urbanas que reivindicam o uso efetivo dos espaços públicos. Fruto do cruzamento de muitos fatores, esse ativismo decorre da combinação entre a evidente exaustão dos modelos políticos tradicionais, por um lado, e a ascensão das práticas autogestionárias através das novas redes de compartilhamento, por outro. É nesse contexto que um movimento recente contra a construção de um shopping em uma praça de Istambul ganhou repercussão mundial. É também nesse contexto que, em São Paulo, grupos ativistas da sociedade civil, organizando-se de formas colaborativas, horizontais e independentes, passaram a ocupar intensamente certas áreas da cidade, tais como o Minhocão e o seu entorno, o Parque Augusta e o Largo da Batata. Ações conhecidas como “urbanismo tático”.

O movimento “A Batata Precisa de

Você” surgiu em janeiro de 2014, como um grupo de pessoas que passaram a realizar encontros na praça às sextas-feiras no final da tarde e à noite. Ganhando uma repercussão inesperada, o grupo passou a servir também como plataforma colaborativa para a organização de eventos variados naquele mesmo espaço, organizando um calendário comum de atividades, e fornecendo apoio logístico para a realização das mesmas. São debates, apresentações musicais, cinema ao ar livre, oficinas, saraus, jogos, festas, e um laboratório de mobiliário urbano que se dedica à construção de bancos de praça. O objetivo fundamental do movimento é a transformação desse espaço estéril e de passagem em um lugar de estar, que possa durante um certo tempo agregar as pessoas. Trata-se de uma guerrilha urbana, procurando apropriar-se de um enorme descampado árido, sem bancos, sombra ou proteção contra a chuva, e com parca iluminação e árvores esqueléticas.

Ao contrário da “plaza mayor” na América hispânica, que disciplina o desenho em grelha das cidades a partir de um espaço público nítido, os “largos” lusitanos, no caso brasileiro, são em geral espaços sobran-tes e irregulares, resultados, muitas vezes, da expansão de pátios e terreiros de igrejas. No caso de São Paulo, alguns desses largos se tornaram importantes centros regionais da metrópole, tais como os Largos 13 (Santo Amaro), da Concórdia (Brás) e da Batata (Pinheiros), marcados por uma relação simbiótica entre transporte público, comércio informal, alta aglomeração humana e urbanidade caótica. Espaços vitais, porém muito precários.

Principal obra pública da Operação Urbana Faria Lima, iniciada por Maluf nos anos 1990, o novo Largo da Batata surge com a chegada do metrô e o deslocamento do terminal de ônibus para a Marginal Pinheiros, acompanhando uma nova vocação corporativa para a área. Erradicando o antigo comércio local, a obra criou um espaço desertificado, tido formalmente como espaço público, mas feito sob medida para que nada mais aconteça efetivamente ali. O Largo virou Esplanada.

Lembrando que a região abrigou des-

de longa data mercados populares (o mercado caipira, depois o Mercado de Pinheiros), e tem seu nome ligado à cooperativa de agricultores japoneses que ali estabeleceram seu importante entreposto de comércio de batatas, vejo um paralelo entre o nosso Largo e o Les Halles parisiense, principal mercado popular da capital francesa até a sua destruição em 1971 para a construção de um enorme shopping, que é considerado um dos maiores fracassos urbanos da segunda metade do século XX. Não por acaso, foi recentemente demolido e encontra-se em processo de revisão e transformação. Voltando ao nosso caso, podemos indagar quanto tempo ainda teremos que ficar com essa novíssima batata quente na mão. Mas tomando o exemplo do grupo que atualmente está incentivando o uso daquele lugar, entendemos que, em tais condições adversas, “a Batata” precisa mesmo é de nós. Isto é, são as pessoas organizadas pelo idealismo cívico que poderão, em alguma medida, reinventar em novas bases, pelo uso, aquele lugar como espaço público.

**Guilherme Wisnik** arquiteto e crítico, professor da FAUUSP, foi o curador da 10ª edição da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Este texto foi publicado no dia 12 de abril de 2015 no caderno “Ilustríssima”, da Folha de S. Paulo e cedido para esta publicação.

*RODA DE CONVERSA - BENJAMIN SEROUSSI*

# PATRIMÔNIO IMATERIAL, HISTÓRIA DA REGIÃO E GENTRIFICAÇÃO

O patrimônio material e o patrimônio imaterial me parecem inseparáveis. Da mesma forma, os usos da cidade e a urbanização da cidade são inseparáveis. Quem age num, portanto, age também no outro: ativando o que ali está abafado ou abafando o que ali tenta se manifestar. No caso do Largo da Batata, acredito que é muito interessante desenterrar as camadas de sua complexa e conflituosa história, e isso tem que ser feito com as forças vivas que continuam resistindo e que podem ser potencializadas.

Quem resiste não derruba, mas segue lutando. E é nessa luta constante que existe a possibilidade de frear, desconstruir e desmontar constantemente as forças mais reacionárias em jogo na cidade que hoje levam, por exemplo, à gentrificação. Ao mesmo tempo, a resistência pode constantemente propor, construir e remontar outros modos de viver: uma cidade diversa, social e culturalmente, um lugar de morar, de lazer, de brincar, não apenas de consumo e negócios.

Uma forma de potencializar as forças que continuam resistindo no Largo é abrir este espaço para a conversa e para o conflito – ao invés de apaziguar. Essa conversa pode ser afinada tanto na própria praça – com associações do bairro, instituições do entorno (SESC, Praça Victor Civita, Instituto Tomie Ohtake), em escolas ou ainda na escala da cidade, em parceria com lutas de outras praças e parques (Organismo Parque Augusta, Parque da Fonte ou Hub Livre).

O que A Batata Precisa de Você vem fazendo, por meio de eventos festivos e de sutis intervenções urbanas, me parece fundamental para abrir esse espaço da conversa e de conflito. Estou ansioso para ver como isso vai crescer, pois é incomodando a cidade que a cidade vai entender porque ela também precisa da Batata!

**Benjamin Seroussi** mestre em sociologia da arte e em gestão cultural, foi curador associado da 31ª Bienal de São Paulo; é um dos diretores da Casa do Povo e trabalha atualmente na concepção e no desenvolvimento do projeto “Vila Itooró, canteiro aberto”.





# A CULTURA HACKER E A GAMBIARRA

A filosofia da gambiarra é muita similar a da cultura hacker. As duas têm o mesmo princípio: faça você mesmo! Pra permanecer e criar novas possibilidades de uso nos espaços públicos das cidades (uma verdadeira odisséia contra a cultura do não lugar), só na gambiarra mesmo.

Quer reunir uma galera para conversar sobre o próprio uso da praça, ali mesmo, e pro clima ficar mais agradável quer ligar uma caixa de som. Mas não tem tomada! Aí você pede energia emprestada pro bar. O cara do bar topa. Você descola uma extensão que vem do bar até a praça. Rola o som e a roda de conversa. Mas não tem onde sentar. Pega umas caixas de pallets, faz um esquema, dá uma colorida com tinta e constrói uns bancos. Coloca na praça. Tudo na gambiarra, ou seja, sem megaprojetos “oficiais”, no colaborativo e no criativo. Mas como juntou essa galera? Chamo essa mistura de hacker + espaço público + gambiarra + colaborativo de remixologia!

Talvez, pela nomenclatura levamos a coisa do hacker mais pro lado da tecnologia da informação e de sistemas complexos. A base para a construção de um software livre é o processo colaborativo, isto é, o código é livre exatamente para que quem quiser poder adaptá-lo e modificá-lo sem pedir autorização. Essa liberdade fomenta a livre cooperação de vários hackers para construir melhoras em comum no *software*. Remixando essa prática para um ambiente presencial, como uma praça pública, identificamos que a praça é um laboratório de experimentações em cooperação e convivência.

Fazer na “gambiarra” nunca é excelente, seria muito melhor ter energia disponível para eventos públicos na praça né? Eum bebedouro? Nosso sonhado BBB público (banco, banheiro e bebedouro). Mas é na ação gambiarrística que se impulsiona a comunidade e o poder público a conquistar essas demandas comuns. A praça é um *software* livre. A internet

é uma praça pública, e por enquanto, ainda é o maior espaço público do mundo. Em um grupo online, combina-se ações e encontra-se parcerias para realizações de projetos comuns numa praça pública. Metáforas da construção de um *software* livre.

**Jonaya de Castro** experimentalista, jornalista e produtora cultural. Inventou o labExperimental.org com uns amigos para hackear escolas, espaços públicos e modelos ultrapassados de pensamento.

# ESPAÇO DE CONFORTO

## ARQUITETURA, SUSTENTABILIDADE E DESIGN

“Não cruzarás o mesmo rio duas vezes, porque outras são as águas que correm nele.”

**Heráclito de Éfeso** (aprox. 535 a.C. – 475 a.C.)

Artigas dizia que o arquiteto deve projetar casas como cidades e cidades como casas. Essa afirmação levanta o tema da fronteira urbana entre o público e o privado a partir da interação entre o objeto arquitetônico e o vazio [1]. A recente intensificação das manifestações de ocupação do espaço público levanta uma nova perspectiva a essa assertiva: as cidades como casas pressupõem o aconchego e a apropriação dos espaços livres.

A cidade precisa de conforto: bancos, brinquedos e espaços generosos para as pessoas. O mobiliário urbano deve naturalmente incorporar um desenho que garanta permanência e convívio, deve estimular novos usos e interações, e deve ser convidativo. Dessa necessidade urge uma atenção especial ao desenho do vazio em detrimento do objeto arquitetônico. Mas quais formas e estratégias esses

espaços vazios devem assumir?

Segundo Solà-Morales [2] existem dois sentidos para o espaço vago:

**1)** vazio, livre, improdutivo; e **2)** obsoleto ou impreciso, indefinido, vago e sem limites. O segundo sentido permite a criação de novas situações urbanas, que, alheias ao circuito produtivo, fazem aflorar a liberdade, criatividade e a diferença.

A implantação do Plano de Revitalização do Largo da Batata gerou grande frustração diante da expectativa da população após seus 11 anos de obra. O projeto finalizado resultou num espaço obsoleto que, no entanto, motivou ricas manifestações de transformação urbana. Essas intervenções, com novas estratégias temporais, distinguem-se de modelos anteriores por serem transitórias, temporárias e flexíveis, nos seguintes sentidos:

**Transitórias**, porque as experiências de produção e implantação do mobiliário no Largo da Batata reforçam a cida-

de como laboratório urbano. Esse campo de teste e experimentação produz mobiliários a partir de pallets, pinus e objetos de caçamba. Sua fragilidade material demanda atenção e cuidado, mas, ao mesmo tempo, estimula o desprendimento de manutenção da sua forma original. A produção e a manutenção do mobiliário são participativas, feitas por coletivos e pela população, criando experiências de liberdade, engajamento, pertencimento, afeto e apropriação no espaço público.

**Temporárias**, porque as experiências-piloto garantem testar e simular novos usos e ocupações através de ações imateriais ou do uso de materiais do cotidiano. Um bom exemplo pode ser visto aos domingos, dias em que o Minhocão é fechado para o tráfego de veículos. A ocupação informal se dá com cadeiras de praia, guarda-sóis e diversos mobiliários pessoais e domésticos: o público se apropria do espaço de maneira temporária e pode ampliar seus usos, atrair novas intervenções, ou simplesmente ressignificar o local.

**Flexíveis**, porque as intervenções até podem ter sua materialidade peregrina e durável, porém assumem formas não enrijecidas. São itinerantes, móveis, desmontáveis, transportáveis ou mutáveis, e assim assumem diver-

sas configurações. A exemplo disso, os parklets, que são construídos com materiais perenes, de grande durabilidade, e por isso têm a possibilidade de permanecer por longo tempo em um local, porém são construídos de forma que possam ser modificados, transportados e reciclados.

A temporalidade das intervenções está ligada ao desejo de reinvenção e dinamização dos nossos espaços urbanos. Afinal, a cidade deve propiciar o encontro, a troca e a coexistência.

**“Ter uma vida significa recriá-la sem parar. [...] Em vez de ficar passivo diante de um mundo que não o satisfaz, ele vai criar outro, onde poderá ser livre. Para poder criar a sua vida, precisa criar esse mundo. E essa criação, como a outra, é parte de uma mesma sucessão ininterrupta de recriações.” [3]**

[1] PERINI, P.G.A.; LEÃO JR, R.M.S. Entre a síntese e a complexidade, um debate sobre a crise do objeto arquitetônico. In: KNEIB et al. Projeto e cidade: ensaios acadêmicos. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2013.

[2] SOLÀ-MORALES, I. Territorios. Barcelona Gustavo Gili, 2002.

[3] NIEUWENHUYNS, C. “New Babylon”. In: CARERI, F. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: G.Gili, 2013.

**Guilherme Ortenblad** arquiteto e urbanista, sócio fundador do Zoom Urbanismo, Arquitetura e Design com foco em diversas escalas de projeto. Um dos realizadores dos parklets pilotos em SP, que colaboraram para sua regulamentação como política pública. Como integrante do DesignOk, implementou o Jardim Pop no Largo.



# MANEIRAS DE FAZER CIDADE

## PARTICIPAÇÃO E GESTÃO COMPARTILHADA

A cidade de São Paulo é composta por uma infinidade de identidades, que se manifesta através de uma diversidade de modos de fazer, sua pluralidade é a base de sua existência. A coletividade se dá na integração destas manifestações individuais e que se realizam principalmente nos locais públicos.

A gestão pública deve zelar pelo espaço urbano e seu patrimônio e aproximar as políticas existentes das demandas locais reconhecidas. Os Conselhos, que são espaços abertos e pensados para a aproximação do cidadão com a gestão pública, são pouco valorizados pelos gestores e muitas vezes utilizados apenas para validar questões já consolidadas. São políticas públicas elaboradas de cima para baixo, que acabam distanciando a cidade do desejo do cidadão.

Na perspectiva de criar um espaço de exercício coletivo local e um modelo de gestão compartilhada, auxiliando na administração do nos-

so patrimônio e ganhando força para nos posicionarmos dentro das esferas de decisão, nós, moradores da região, resolvemos revitalizar uma casa pública que encontramos abandonada: a “casinha” da Praça Waldir Azevedo.

Em bom estado estrutural, mas com muita sujeira, infiltrações e vidros quebrados, ela estava prestes a ser demolida. Quando encaminhamos essa questão aos gestores públicos, buscando mecanismos para a consolidação de uma reforma na casa, a sugestão que tivemos foi a de entrarmos com uma solicitação através de um CNPJ.

Entendemos que a ação vinculada a uma pessoa jurídica dá caráter privado a uma ação eminentemente pública e que desimplica a subprefeitura do seu papel de administradora do espaço público. Nesse sentido, criamos uma Lei 289/2013 que dispõe sobre gestão participativa de praças e que acabou de ser sancionada.



As subprefeituras foram criadas para a administração aproximar-se das questões locais. Hoje, carregam pouco do projeto original e estão esvaziadas, sem estrutura e com poucos funcionários. Por isso, acabam omitindo suas responsabilidades.

Para se gerir de maneira compartilhada, é necessário fortalecer os mecanismos de gestão participativa possibilitando a clareza no que se refere às responsabilidades e objetivos. O investimento em um Estado forte e a manutenção do público sob domínio público é a base desta nova forma de fazer. Sem os quais, o ativismo político se torna ainda mais necessário.

Mesmo sem a participação do poder público, a casa que ocupamos não é mais a mesma que encontramos — ela tem vida! As pessoas se relacionam e se transformam mutuamente através da interação das suas histórias particulares. Sabemos que estamos executando ações que extrapolam nossa responsabilidade. Por outro lado, entendemos que, ao participarmos cada vez mais das esferas de decisão e trazermos à tona os exemplos bem-sucedidos destas coletividades, maior será a possibilidade de caminhar em direção à cidade que sonhamos.

**Cecilia Lotufo** fundadora do Movimento Boa Praça e representante eleita do Conselho Participativo Municipal e do Conselho do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura de Pinheiros.

# COMO SE DESLOCAR EM SP?

## A INTERMODALIDADE E SEUS DESAFIOS

Da mesma forma que a gente cresceu aprendendo a pensar que quando falamos das características de uma montanha estamos falando de geografia – e que quando falamos de uma guerra que aconteceu em cima desta montanha estamos falando de história e, ainda, que quando falamos sobre uma árvore que está nessa montanha estamos falando de biologia – costumamos classificar o ato de ir de casa para o trabalho, o deslocamento, como um tema de transporte. Quando, na realidade, ir de casa para o trabalho (ou de onde for para aonde for na esfera da cidade) é um tema de saúde, de impacto no mundo, uso do tempo, experiência, curiosidade, conhecimento, distâncias (não só físicas), convivência com os outros, alcance, acessos, contato com a natureza, olhar da cidade, descobertas, segurança, trocas e etc.

Nos (mal) acostumamos a ter que fechar uma gaveta (na nossa mente) para abrir outra dependendo do que estamos falando/fazendo, e a colo-

car cada coisa nova da nossa vida dentro de uma única gaveta específica, tentando assim organizar o nosso entendimento do mundo. Talvez, o primeiro passo para compreender e praticar a intermodalidade e desfrutar da complexidade positiva da experiência de sair de um ponto e chegar a outro passando por infinitos pontos no trajeto (porque FELIZMENTE não nos teletransportamos) seja abrir mão de uma vez desta “cômoda cerebral” que nos limita e conectar todos os pontos.

Afinal, se deslocar, também conhecido como o famosíssimo “ir e vir”, é tão vital quanto se alimentar. Porém, enquanto o ato de comer (ou de não comer) está muito além da temática da sobrevivência, permeando temas como celebração, lazer, cultura, conhecimento, experiência, consciência, saúde, (jejum) transcendência e até mesmo protesto (greves de fome), o deslocamento continua sendo apenas um tema meio, que a centralidade é um transporte que

garanta chegar a algum lugar. O dia que formos capaz de comemorar um aniversário no ir, e estar se exercitando no vir, será o dia em que teremos condições de entender que o deslocamento é feito pelas pessoas e que os transportes são ferramentas (muito importantes) de suporte ao deslocamento. O dia em que pudermos escolher as nossas formas de ir e vir – ou seja se vamos começar andando, pegar um trem na sequência e depois uma carona, ou se vamos começar pedalando e depois pegar um ônibus e andar um pouco, ou ainda pegar um táxi e depois um teleférico, entre outras infinitas combinações – da mesma forma que escolhemos onde, o que e por qual razão saímos para comer, vamos naturalmente nos desenvolver e nos deslocar de forma intermodal. Mas a realidade é que neste dia não estaremos pensando nisso, e sim no exercício, nos encontros e nos prédios interessantes no meio do caminho.

**Leticia Sabino** formada em Administração de Empresas e pós-graduada em Economia Criativa e Cidades Criativas, é idealizadora e fundadora do SampaPé! e da Cidade Humana. Secretária executiva da Comissão Técnica de Mobilidade a Pé e Acessibilidade da ANTP e cofundadora da Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo.

# BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

## TEÓRICAS E PRÁTICAS

ABRAHÃO, Sérgio Luiz. **Espaço público: do urbano ao político**. 2011.

AN ARCHITEKTUR. **On the Commons: A Public Interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides**. Disponível em: < <http://www.e-flux.com/journal/on-the-commons-a-public-interview-with-massimo-de-angelis-and-stavros-stavrides/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BOUFLEUR, Rodrigo Naumann. **Fundamentos da Gambiarra: A improvisação utilitária contemporânea e seu contexto socioeconômico**. Tese de doutorado (USP). 2013. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02072013-134355/pt-br.php>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CAMPBELL, Brígida; **TERÇA-NADA! Marcelo. Manifesto: por uma cidade lúdica e coletiva, por uma arte pública, crítica e poética**. Disponível em: <<http://poro.redezero.org/publicacoes/manifesto/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CAMPOS, Alexandre; TEIXEIRA, Carlos M.; MARQUEZ, Renata e CANÇADO, Wellington (org). **Espaços Colaterais**. 2008.

CATALYSTS. Urban. **Urban Pioneers - Temporary Use and Urban Development in Berlin**. 2007.

CERTEAU, Michel de. **The Practice of Everyday Life**. 1984.

CIRUGEDA, Santiago. **Estrategias de ocupación subversiva**. 1999.

DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. 1967.

GADANHO, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. 2014.

GEHL, Jan. **Cities for People**. 2009.

GORDON, Douglas. **Do-It-Yourself Urban Design :‘Improving’ the City through Unauthorized, Creative Contributions**. Disponível: <[http://home.uchicago.edu/~gdouglas/GCCDouglas\\_DIYUrbanDesign-ASA2011.pdf](http://home.uchicago.edu/~gdouglas/GCCDouglas_DIYUrbanDesign-ASA2011.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

GROSSMAN, Vanessa. **Arquitetura e urbanismo Revisitados Pela Internacional Situacionista**. 2006.

HARVEY, David. **“O direito à cidade”**. In: Revista Piauí. Jul. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

HARVEY, David. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**, 2012.

HARVEY, David. **Cities for All: proposals and experiences towards the right to the city**. 2010.

HAUBERG, Jørgen. **Research by design: a research strategy**. Disponível em: <<http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/2043/2043.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

- HO, Cathy Lang. **Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good**. Disponível em: <<http://www.spontaneousinterventions.org/reading>>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- LEFREVE, Henri. **O Direito à Cidade**, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. 1991.
- LYDON, Mike. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**, 2015.
- LYDON, Mike. **Tactical Urbanism 2. Short-term Action for Long-term Change**. Disponível em: <[http://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical\\_urbanism\\_vol\\_2\\_final?e=4528751/2585800](http://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final?e=4528751/2585800)>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- MANZINI, Ezio. **Design para inovação Social e a sustentabilidade**. 2007.
- MASCARENHAS, Luísa Prado. **Reconversão urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros**. Universidade de São Paulo (mestrado), 2014.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Commonwealth**. 2009.
- PRICE, Cedric. **Cedric Price: Works II, Architectural Association**, 1984.
- REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO. **O que é espaço público?**. Jul. 2013. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>> . Acesso em: 16 jul. 2015.
- ROSA, Marcos L. (org.) **Micro planning. Urban creative practices**. 2011.
- ROSA, Marcos L. / Weiland, Ute, **Handmade Urbansim**. 2013.
- SANSÃO, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea**. 2013.
- SENNET, Richard. **Together: The Rituals, Pleasures, and Politics of Cooperation**. 2012.
- SIMMEL, George. **The Metropolis and Mental Life**. 1976.
- RIBEIRO, Ana Clara; SILVA, Maria Lais Pereira da; VAZ, Lilian Fessler (Org.). **Leituras da cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012**. Disponível em: <[http://issuu.com/letracapital/docs/leituras\\_da\\_cidade](http://issuu.com/letracapital/docs/leituras_da_cidade)>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- WEB URBANISM. **Hack Your City: 12 Creative DIY Urbanism Interventions**. Disponível em: <<http://weburbanist.com/2014/03/12/city-hacktivism-12-fun-diy-urbanism-interventions/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **What is Placemaking?**. Disponível em: <[http://www.pps.org/reference/what\\_is\\_placemaking/](http://www.pps.org/reference/what_is_placemaking/)>. Acesso em: 16 jul. 2015
- PHILLS JR., James; Kriss Deiglmeier, & Dale T. Miller. **Rediscovering Social Innovation**. Disponível em: <[http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering\\_social\\_innovation/](http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation/)> . Acesso em: 16 jul. 2015.
- TEMEL, Robert; HAYDN, Florian. **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces**. 2006.
- TROXLER, Peter; VAN ABEL, Bas; EVERS, Lucas; KLAASSEN, Roel. **Open Design Now**. Disponível em: <[http://issuu.com/bis\\_publishers/docs/open\\_design\\_now](http://issuu.com/bis_publishers/docs/open_design_now)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

# CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

## ORGANIZAÇÃO

Bruna Montuori  
Laura Sobral  
Lorena Vicini  
Margarida Gorecki  
Tatiana Karpischek

## COLABORAÇÃO

Bianca Antunes  
Eduardo Zanelato  
Heloísa Sobral  
Katia Mine  
Mauricio Duarte Pereira  
Raphael Franco  
Reni Lima  
Sílvia Acar  
Thiago Carrapatoso

## REVISÃO

português Marcos Mauro Rodrigues  
inglês Juliana Mastroeni

## FOTOS

Feitas por vários Batateiros retiradas do [facebook.com/abatataprecisadevoce](https://facebook.com/abatataprecisadevoce) com especial agradecimento à Rachel Schein.

# PARTICIPE!

## PÁGINA NO FACEBOOK

[FACEBOOK.COM/  
ABATATAPRECISADEVOCE](https://facebook.com/abatataprecisadevoce)

## GRUPO ABERTO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA

[FACEBOOK.COM/  
GROUPS/LARGODABATATA/](https://facebook.com/groups/largodabatata/)

## SITE E CALENDÁRIO

[WWW.LARGODABATATA.COM.BR](http://www.largodabatata.com.br)





Atribuição-NãoComercial-  
CompartilhaIgual

CC BY-NC-SA

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Realização

**A BATATA  
PRECISA  
DE  
VOCÊ**



**CULTURA  
SERVIÇOS  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA**



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

Esse projeto foi contemplado pelo Edital Redes e Ruas de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital.



**LARGO  
DA  
BATATA**

## ANEXO II



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Edital nº 01/2014/SMC/SMDHC/SES

## EDITAL PARA SELEÇÃO E APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO, CIDADANIA E CULTURA DIGITAL PARA A CIDADE DE SÃO PAULO EDIÇÃO 2014

A Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e da Secretaria Municipal de Serviços, com base na Portaria Intersecretarial nº 01/2014/SMC/SMDHC/SES torna público que, no período de 20 de agosto a 19 de setembro de 2014 receberá inscrições de propostas dos interessados em participar do processo para seleção e apoio a projetos de inclusão, cidadania e cultura digital, observando-se, no que couber, as regras do Decreto Municipal nº 51.300/2010<sup>1</sup> e da Lei Federal nº 8666/1993, bem como deste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por finalidade selecionar **até 62** (sessenta e dois) projetos de **inclusão, cidadania e cultura digital** a serem desenvolvidos na cidade de São Paulo.

1.1.1. O Edital apoiará ações já existentes ou novas propostas, tendo em vista o aprimoramento de processos criativos, estéticos, de promoção da cidadania, da inclusão e da cultura digital, por meio da ocupação de espaços públicos e do uso de tecnologia digital e da internet.

1.1.2. Os projetos deverão compreender, dentre o conjunto de atividades, ações a serem desenvolvidas em Telecentros, Praças do Programa WiFi Livre SP e/ou em parceria com os Pontos de Cultura da cidade de São Paulo.

1.2. São objetivos do presente Edital:

1.2.1. Fortalecer ações de cultura digital a partir da indução de processos estético-criativos, econômicos e de promoção da cidadania;

1.2.2. Mapear as iniciativas da sociedade civil voltadas à cultura digital na cidade de São Paulo;

1.2.3. Incentivar a criação, produção e difusão digital de expressões artísticas e culturais nas redes, em diálogo com o espaço público;

1.2.4. Promover ações de formação em cultura digital junto à Rede Municipal de Pontos de Cultura e Telecentros;

1.2.5. Estimular a realização de eventos ou ações culturais nos espaços dos Telecentros, que ocorram periodicamente e possam ser potencializados pelo uso do computador e da internet;

---

<sup>1</sup> [http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/pesqnumero.asp?t=D&n=51300&a=&s=&var=0](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/pesqnumero.asp?t=D&n=51300&a=&s=&var=0)

- 1.2.6. Apoiar iniciativas relacionadas à economia solidária, ao desenvolvimento socioambiental, à sustentabilidade, aos direitos humanos e à promoção da cidadania, por meio dos Telecentros, Praças do Programa WiFi Livre SP e Pontos de Cultura;
- 1.2.7. Promover e divulgar os Telecentros nas comunidades locais para intensificação do uso livre dos computadores para acesso à Internet;
- 1.2.8. Promover ações avançadas de tecnologia da informação, tais como desenvolvimento de softwares livres, cultura hacker e uso cidadão da criptografia;
- 1.2.9. Apoiar e fortalecer ações que promovam a transparência, o uso de dados abertos e a participação social;
- 1.2.10. Incentivar a articulação de redes e fóruns coletivos que utilizem a Internet como forma de organização e de comunicação;
- 1.2.11. Promover interfaces entre a cultura digital e iniciativas de ocupação do espaço público, através das diversas linguagens das intervenções urbanas, tendo como referência as Praças do Programa WiFi Livre SP;
- 1.2.12. Fortalecer iniciativas da sociedade civil que dialogam com a agenda de direitos humanos e de promoção da cidadania nas ruas e nas redes;
- 1.2.13. Identificar novas metodologias e processos capazes de articular cultura digital, direito à cidade e participação social.

## 2. DO VALOR DO EDITAL

- 2.1. O total de recursos destinados para este Edital é de **R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais)**.
  - 2.1.1. No exercício de 2014 serão destinados até R\$ 3.343.000,00 (três milhões trezentos e quarenta e três mil reais) que correspondem a 85% dos recursos destinados às categorias A e B e a 100% dos recursos destinados à Categoria C. No exercício de 2015 serão destinados até R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais) correspondentes a 15% dos recursos destinados aos projetos das Categorias A e B.

## 3. DAS CATEGORIAS DE APOIO FINANCEIRO

- 3.1. Os projetos receberão apoio de acordo com as seguintes categorias:
  - 3.1.1. **Categoria A** - Até 07 (sete) projetos, no valor máximo de R\$ 140 mil (cento e quarenta mil reais), para pessoa jurídica sem fins lucrativos;
  - 3.1.2. **Categoria B** - Até 20 (vinte) projetos, no valor máximo de até R\$ 70 mil (setenta mil reais), para pessoa jurídica sem fins lucrativos;
  - 3.1.3. **Categoria C** – Até 35 (trinta e cinco) projetos, no valor máximo de até R\$ 36 mil (trinta e seis mil reais), para grupos/ coletivos de pessoas físicas.

## 4. DAS LINHAS DE AÇÃO

- 4.1. O Edital contemplará as seguintes **linhas de ação**:
  - 4.1.1. **Formação** – abrange ações que promovam cursos, oficinas, debates, palestras, rodas de conversa, fóruns, seminários, trocas de experiência, capacitações e outros

produtos e processos formativos nas áreas de inclusão, cidadania e cultura digital, como: utilização, criação e edição de imagens, vídeos e áudios; ações de ensino de uso e desenvolvimento de software livre; auto formação via Ensino à Distância (EaD); uso da internet como ferramenta de aprendizagem; criação e compartilhamento de tutoriais e *podcast*; transmissão das ações de formação por meio digital, incluindo *streaming* e videoconferências; dentre outras.

**4.1.2. Produção Artístico/Cultural** – abrange produção, compartilhamento e difusão em Arte e Cultura Digital que compreenda formatos híbridos (análogo-digital) e promova interações e inovações artísticas, tecnológicas e estéticas, como: criação de obras de arte e intervenções artísticas multimídia; bricolagem eletrônica, metareciclagem e afins; instalações interativas, vídeoarte, vídeo poema, poesia sonora; projeções públicas; remixagem, animação, *game art*, impressão, modelagem, música e fotografia; residências artísticas e intercâmbio cultural e estético em rede; interfaces da cultura digital com as manifestações culturais populares; dentre outros.

**4.1.3. Comunicação** – abrange a criação coletiva de conteúdos em formato híbrido e de conteúdos digitais em mídias livres na perspectiva da cultura de rede, como: aprimoramento e desenvolvimento de sites, blogs, videoblogs; ações de democratização da comunicação; produção de comunicação colaborativa e do jornalismo comunitário; Web TV, web rádio, rádio poste, TV muro; criações audiovisuais, projeções, animações, fanzines, lambe-lambe; publicações e projeções em formato eletrônico, impresso e com uso de mídias móveis e mídias sociais; entre outros.

**4.1.4. Desenvolvimento** – abrange a criação e compartilhamento de aplicativos, plataformas, ferramentas e redes digitais, privilegiando o fomento da cultura livre, da cultura hacker, do uso cidadão da criptografia, da transparência, do uso de dados abertos e da participação social, priorizando o desenvolvimento em software livre, com adoção de hardware livre, servidor livre e licenças flexíveis.

**4.1.5. Ocupação do Espaço Público pela Cidadania** – abrange ações que criem e fortaleçam territórios virtuais, físicos, livres e interconectados e promovam processos em rede que fomentem a ressignificação dos espaços públicos, o sentimento de pertencimento à cidade, a cidadania nas ruas, os pontos de convivência e convergência da cidade, como: ocupações permanentes de praças e outros espaços públicos a partir de linguagens diversificadas; criação e desenvolvimento de mobiliário urbano, jardins, hortas comunitárias em áreas públicas; constituição de pontos de encontros e espaço de criação de grupos que realizem ações analógicas e digitais; entre outras.

**4.2.** Todos os projetos apresentados deverão contemplar, no mínimo, uma das linhas de ação acima descritas, podendo contemplar duas ou mais linhas.

## 5. DEFINIÇÕES

**5.1.** Para efeitos deste Edital, entende-se por:

**5.1.1. Telecentro:** centros de democratização de acesso à rede mundial de computadores, objetivando prestar apoio, informação e capacitação aos usuários das comunidades locais, em especial às menos favorecidas, com ações que promovam habilidades e



competências no uso da tecnologia digital, bem como permitam o ingresso na sociedade da informação, essencial para o pleno desenvolvimento da cidadania;

**5.1.2. Programa WiFi Livre SP:** conjunto de ações que objetivam levar Internet gratuita e de qualidade disponibilizando sinal Wi-fi em áreas externas predeterminadas do município de São Paulo;

**5.1.3. Pontos de Cultura:** organizações que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, agregam agentes culturais e compõem uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. O conjunto destas organizações compõe atualmente a Rede Municipal de Pontos de Cultura da cidade de São Paulo.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1.** Poderão se inscrever, neste Edital, pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

**6.2.** Um mesmo proponente, pessoa física ou jurídica, não poderá inscrever mais de um projeto neste Edital, com exceção de cooperativas e associações com sede no Município de São Paulo que congreguem e representem juridicamente grupos de cooperados ou associados sem personalidade jurídica própria, sendo permitido inscrever um projeto em nome de cada um destes grupos.

**6.3.** Não há limitação quanto à participação de integrantes dos projetos em mais de uma ficha técnica.

**6.4.** Não poderão se inscrever nem concorrer ao presente Edital órgãos ou projetos da Administração Pública direta ou indireta, municipal, estadual ou federal.

**6.5.** Não será formalizado o ajuste:

I. com quem estiver em mora, inclusive com relação à prestação de contas, inadimplente em outro convênio ou que não esteja em situação de regularidade para com o Município de São Paulo ou com entidade da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta;

II. com quem estiver inscrito no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL;

III. com entidade que tenha como dirigente:

- a) membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo;
- b) cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes de membros do Executivo ou Legislativo do Município de São Paulo;
- c) servidor público vinculado ou lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Serviços, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes.

IV - com entidade cujos diretores incidam nas hipóteses de inelegibilidade, conforme emenda nº 35 à Lei Orgânica do Município de São Paulo;

V - com proponente cujo projeto tenha qualquer vínculo profissional ou empresarial com membros da Comissão Julgadora ou cujos dirigentes sejam parentes consanguíneos, colaterais ou por afinidade, até o 2º grau, de membros da Comissão Julgadora.

- 6.6.** As vedações contidas no item anterior aplicam-se também aos integrantes do projeto, com exceção dos itens *III-a* e *III-b*.
- 6.7.** Os integrantes do projeto não poderão ser servidores públicos do Município de São Paulo.

## **7. DAS INSCRIÇÕES**

**7.1.** As inscrições deverão ser feitas no período de 20 de agosto a 19 de setembro de 2014.

**7.2.** As inscrições deverão ser realizadas em duas etapas:

**7.2.1** Etapa I: Cadastramento na Plataforma SP Cultura ([www.spcultura.prefeitura.sp.gov.br](http://www.spcultura.prefeitura.sp.gov.br))

**7.2.1.1** O Responsável pelo Projeto deverá acessar a plataforma SP Cultura através do endereço [www.spcultura.prefeitura.sp.gov.br](http://www.spcultura.prefeitura.sp.gov.br) e cadastrar-se, criando Usuário e Senha, através do ícone “Entrar”.

**7.2.1.2** O Usuário deverá preencher obrigatoriamente ao menos os seguintes dados cadastrais referentes ao responsável pelo projeto (no caso de Proponente Pessoa Física) ou à organização (no caso de Proponente Pessoa Jurídica): Nome; CPF/CNPJ; Idade/Tempo; Gênero; Email; Telefones; Endereço.

**7.2.1.3** Após salvar as informações, o Usuário deverá imprimir a página com os dados cadastrais completos para entrega presencial.

**7.2.1.4** No caso de Proponente Pessoa Física, o responsável pelo projeto poderá adicionar também o respectivo grupo/coletivo como agente cultural.

**7.2.2** Etapa II: Entrega do projeto e da documentação no Núcleo de Fomentos Culturais da Secretaria Municipal de Cultura, situado à Avenida São João, 473, 9º andar, nesta Capital, das 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

**7.2.2.1** O Proponente deverá entregar presencialmente:

I – Cópia impressa da página de cadastro do agente cultural na plataforma SP Cultura;

II – Requerimento de inscrição assinado pelo responsável da pessoa jurídica e pelo responsável do projeto no caso de Proponente Pessoa Jurídica ou assinado pelo responsável do projeto no caso de Proponente Pessoa Física, conforme modelo do ANEXO I do presente Edital.

III - Uma cópia impressa do projeto, acompanhado da documentação descrita no item 8 deste edital;

IV – Duas cópias do projeto em suporte de CD ou DVD, em formato PDF, para análise dos membros da Comissão Julgadora;

V – Histórico de atuação da organização ou do coletivo/grupo por meio de portfólio, em duas vias em suporte de CD ou DVD, em formato PDF;

VI - Currículo ou Portfólio dos componentes da ficha técnica confirmados até a data de inscrição do projeto, em duas vias em suporte de CD ou DVD, em formato PDF;

VII - De acordo com a necessidade e interesse, os inscritos poderão encaminhar materiais que possam colaborar para a apresentação do projeto, como gravações em DVD contendo trabalhos recentemente desenvolvidos ou que se relacionem com a proposta inscrita, imagens, textos, dentre outras referências, em duas vias em suporte de CD ou DVD, em formato PDF;

**7.2.2.2** Em caso de problemas técnicos para conferência das vias apresentadas em suporte de CD ou DVD, se o caso, o proponente será notificado através de correspondência eletrônica para apresentar as demais vias em formato impresso, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

**7.2.2.3** Não será aceita a inscrição de interessado que apresente CD ou DVD em branco, sem arquivo do projeto. Nestes casos, o proponente terá sua inscrição indeferida, não configurando a hipótese de falha técnica prevista no item anterior.

## **8 DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO**

**8.1** A documentação necessária para inscrição deverá ser entregue presencialmente na Etapa II das inscrições.

**8.2** Documentação necessária para Proponente Pessoa Jurídica sem fins lucrativos:

- I - Requerimento assinado pelo responsável da pessoa jurídica e pelo responsável do projeto, conforme modelo do ANEXO I do presente Edital.
- II - Declaração do proponente jurídico de que conhece e aceita incondicionalmente as regras do Edital para Seleção e Apoio a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital na Cidade de São Paulo, e se responsabiliza por todas as informações contidas no projeto e pelo cumprimento do respectivo plano de trabalho (ANEXO II);
- III - Declaração do proponente jurídico de que não tem como dirigente membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo; cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes de membros do Executivo ou Legislativo do Município de São Paulo; nem servidor público vinculado ou lotado na Secretaria Municipal de Cultura, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e na Secretaria Municipal de Serviços bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes (ANEXO III);
- IV - Declaração do proponente jurídico, firmada por todos os membros da diretoria, de que não incidem nas hipóteses de inelegibilidade, conforme estabelecido na Emenda nº 35 à Lei Orgânica do Município de São Paulo (ANEXO IV);
- V- Declaração de todos os integrantes do projeto de que conhecem e aceitam incondicionalmente as regras do Edital, de que se responsabilizam por todas as informações contidas no projeto e pelo cumprimento do respectivo plano de trabalho, de que não são funcionários públicos do Município de São Paulo, nem cônjuge, companheiro ou parentes até o 2º grau de servidores públicos vinculados ou lotados na Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Serviços, bem como de que não incidem nas hipóteses de inelegibilidade (ANEXO V);

**8.2.1-** Além da documentação disposta no item 8.2, o Proponente Pessoa Jurídica sem fins lucrativos deverá apresentar:

I- Comprovação da sede da organização no município de São Paulo, por meio de correspondência atual e oficial em nome da organização ou de dirigente conforme a última ata válida de eleição de diretoria;

**8.2.2-** No momento da inscrição, o proponente pessoa jurídica deverá apresentar, junto com a documentação disposta no item 8.2 e subitens, a comprovação de que é cadastrado no Cadastro Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor-CENTS, nos termos do Decreto Municipal nº 52830/2011, ou o protocolo de que apresentou a documentação necessária para o cadastro na Secretaria Municipal de Cultura, conforme listagem definida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, disponível no link: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/CENTS.Web/instrucoes/documentacaoETS.aspx>

### **8.3- Documentação necessária para Proponente Pessoa Física:**

I - Requerimento assinado pelo proponente, conforme modelo do ANEXO I do presente Edital.

II- Declaração do proponente pessoa física de que conhece e aceita incondicionalmente as regras do Edital para Seleção e Apoio a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital na Cidade de São Paulo, de que se responsabiliza por todas as informações contidas no projeto e pelo cumprimento do respectivo plano de trabalho, de que não é funcionário público do Município de São Paulo nem cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau de servidor público vinculado ou lotado na Secretaria Municipal de Cultura, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e na Secretaria Municipal de Serviços, bem como de que não incide nas hipóteses de inelegibilidade (ANEXO VI);

III- Declaração de todos os integrantes do projeto de que conhecem e aceitam incondicionalmente as regras do Edital, de que se responsabilizam por todas as informações contidas no projeto e pelo cumprimento do respectivo plano de trabalho, de que não são funcionários públicos do Município de São Paulo, nem cônjuge, companheiro ou parentes até o 2º grau de servidores públicos vinculados ou lotados na Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Serviços, bem como de que não incidem nas hipóteses de inelegibilidade (ANEXO V).

**8.3.1-** Além da documentação disposta no item 8.3, o Proponente Pessoa Física deverá apresentar:

I- Comprovante atual de residência no município de São Paulo, por meio de correspondência atual e oficial;

**8.4-** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não permitam sua perfeita compreensão.

## **9 DOS PROJETOS**

**9.1.** O proponente deverá, no ato da inscrição, optar por uma das categorias de apoio financeiro abaixo:

**9.1.1. CATEGORIA A** – serão selecionados até 07 (sete) projetos, com orçamento máximo de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). Os projetos apresentados nesta categoria deverão:

- I. contemplar 04 (quatro) macrorregiões da cidade de São Paulo (ANEXO VII);
- II. desenvolver, ao menos, 120 (cento e vinte) horas de atividades/ações em Telecentros da cidade de São Paulo, contemplando, no mínimo, 10 (dez) Telecentros das 04 (quatro) macrorregiões indicadas;
- III. desenvolver, ao menos, 72 (setenta e duas) horas de atividades/ações nas Praças do Programa WiFi Livre SP e/ou Pontos de Cultura das 04 (quatro) macrorregiões indicadas;

**9.1.2. CATEGORIA B** – serão selecionados até 20 (vinte) projetos, com orçamento máximo de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Os projetos apresentados nesta categoria deverão:

- I. contemplar 02 (duas) macrorregiões da cidade de São Paulo (ANEXO VII);
- II. desenvolver, ao menos, 60 (sessenta) horas de atividades/ações em Telecentros da cidade de São Paulo, contemplando, no mínimo, 05 (cinco) Telecentros das 02 (duas) macrorregiões indicadas;
- III. desenvolver, ao menos, 36 (trinta e seis) horas de atividades/ações nas Praças do Programa WiFi Livre SP e/ou Pontos de Cultura, das 02 (duas) macrorregiões indicadas;

**9.1.2.1.** Após a seleção, o grupo intersecretarial criado através da Portaria 01/2014/SMC/SMDHC/SES poderá propor readequações nos locais de execução dos projetos das Categorias A e B, de modo a garantir uma distribuição equânime entre as sete macrorregiões da cidade. As possíveis alterações deverão ser negociadas junto ao proponente e, sempre que possível, realizadas em comum acordo com o mesmo, que deverá se manifestar quanto a readequação no momento de seu aceite de realização do projeto, nos termos do item 11.10. A não concordância implica em desistência de participação.

**9.1.3. CATEGORIA C** – serão selecionados 35 (trinta e cinco) projetos, com orçamento máximo de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Os projetos apresentados nesta categoria deverão:

- I. apresentar ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de atividades/ações em Praças do Programa WiFi Livre SP;
- II. ser desenvolvidos apenas em uma das macrorregiões da cidade de São Paulo, a ser indicada na proposta (ANEXO VII).

**9.1.3.1.** No ato da inscrição os projetos da Categoria C deverão indicar a macrorregião de realização, na qual irão concorrer.

**9.1.3.2.** A distribuição dos projetos contemplados na Categoria C deverá garantir 05 (cinco) projetos por macrorregião da cidade. Em não havendo 05 (cinco) projetos aprovados em qualquer das macrorregiões da cidade, as vagas serão redistribuídas segundo a pontuação dos projetos, conforme a lista de suplência.

**9.2.** A realização do número mínimo de horas nos espaços indicados no objeto do edital não exclui a realização de outras atividades em espaços diversificados definidos pelo proponente;

- 9.3.** As horas de atividades obrigatórias em Telecentros e/ou Praças do Programa WiFi Livre SP deverão estar integradas com a proposta geral do projeto.
- 9.4.** Os valores serão liberados em 01 (uma) ou 02 (duas) parcelas, de acordo com a categoria em que inscrito o projeto, conforme segue:
- I. Para projetos das Categorias A e B, os valores serão liberados em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira, correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor total, na assinatura do ajuste e a segunda, correspondente a 15% (quinze por cento) do valor total, após a realização a contento do projeto;
  - II. Para projetos inscritos na Categoria C, os valores serão liberados em parcela única, após a assinatura do ajuste.
- 9.5.** Os projetos deverão ter duração de, no mínimo, 06 (seis) meses e, no máximo, 12 (doze) meses, com início em janeiro de 2015.
- 9.6.** Para a participação na seleção o proponente deverá apresentar projeto com as informações abaixo descritas, conforme roteiro de orientação (Anexo VIII):
- I. Objetivos a serem alcançados;
  - II. Plano de trabalho, com a descrição detalhada do conjunto de ações a serem realizadas e sua duração, de acordo com o desenvolvimento das atividades previstas;
  - III. Ficha técnica do projeto, relacionando os nomes e funções dos componentes do projeto;
  - IV. Orçamento detalhado do projeto, respeitado o limite financeiro de acordo com a Categoria escolhida, prevendo todos os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento do projeto, tais como:
    - a) Recursos humanos (profissionais envolvidos);
    - b) Materiais de consumo;
    - c) Aquisição de equipamentos – até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do projeto;
    - d) Locação de equipamentos – até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do projeto;
    - e) Locação de imóvel;
    - f) Manutenção de equipamentos;
    - g) Material gráfico e publicações;
    - h) Divulgação;
    - i) Fotos, gravações e outros suportes de divulgação, pesquisa e documentação;
    - j) Gastos com transporte terrestre e/ou aéreo (deslocamento de pessoas para desenvolver as ações previstas no plano de trabalho).
- 9.7.** O orçamento dos projetos poderá contemplar despesas administrativas diversas, ficando vedada, no entanto, a previsão de despesas a título de taxas de administração, gerência ou similar.
- 9.8.** O recolhimento dos valores relativos às contribuições previdenciárias e demais encargos, tributos e/ou taxas de qualquer natureza porventura incidentes, de acordo com a natureza da despesa, é de exclusiva responsabilidade do proponente.



- 9.9.** Proponentes que descumprirem as condições de participação neste edital, inclusive quanto às informações necessárias aos projetos dispostas no **item 9.6** e aqueles cujos orçamentos ultrapassem os valores máximos permitidos para a categoria, terão suas inscrições indeferidas.
- 9.10.** Do despacho que indeferir a inscrição caberá recurso ao Secretário Municipal de Cultura, no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar de sua publicação no Diário Oficial da Cidade.
- 9.11.** As condições de inscrição e habilitação no edital deverão ser mantidas pelos proponentes e integrantes do projeto durante toda a execução do mesmo.
- 9.12.** A inscrição implica no reconhecimento, pelo proponente e demais integrantes do projeto, de que conhecem e aceitam todos os termos e obrigações constantes deste Edital e da legislação aplicável.

## **10. DA COMISSÃO JULGADORA**

- 10.1.** A Comissão Julgadora será composta por 12 (doze) membros, sendo 06 (seis) membros da sociedade civil e 02 (dois) membros da Secretaria Municipal de Cultura, 02 (dois) membros da Secretaria Municipal de Serviços e 02 (dois) membros da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
- 10.2.** Os componentes da Comissão Julgadora serão indicados pelo Grupo Intersecretarial criado através da Portaria 01/2014/SMC/SMDHC/SES, que indicará também seu presidente;
- 10.3.** A Secretaria Municipal de Cultura publicará no Diário Oficial da Cidade e divulgará por outros meios a composição da Comissão Julgadora.
- 10.4.** Poderão participar da Comissão Julgadora pessoas da sociedade civil com experiência nas áreas de inclusão, cidadania e cultura digital e funcionários da Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Serviços e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
- 10.5.** Nenhum membro da Comissão Julgadora poderá participar de projetos concorrentes ou ter quaisquer vínculos profissionais ou empresariais com as propostas apresentadas ou de parentesco com os proponentes.
- 10.5.1** Se algum membro da Comissão Julgadora incorrer na hipótese tratada neste item, deverá imediatamente declarar a situação e abster-se de qualquer análise ou manifestação de vontade em relação ao projeto nesta situação, sob pena de desqualificação do projeto e exclusão do membro da Comissão.
- 10.6** A Comissão Julgadora fará sua primeira reunião em data, horário e local definidos pelo Grupo Intersecretarial criado através da Portaria 01/2014/SMC/SMDHC/SES, que também providenciará espaço e apoio para os trabalhos, incluindo assessoria técnica especializada.
- 10.7** Os membros da sociedade civil na Comissão de Avaliação serão remunerados de acordo com os preços praticados pela Secretaria Municipal de Cultura em editais congêneres.

## 11 DO PROCESSO DE SELEÇÃO

- 11.1. A Comissão Julgadora avaliará os projetos considerando a coerência das propostas com o objeto e os objetivos do presente Edital, segundo os seguintes critérios e respectivas pontuações:

<b>Critério de avaliação</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
Coerência e clareza	10 pontos
Consistência e viabilidade da proposta	10 pontos
Adequação do orçamento ao Plano de Trabalho	10 pontos
Criatividade, inovação e singularidade da proposta	10 pontos
Relevância e impactos sócio-culturais no projeto no contexto de sua realização	10 pontos
Articulação territorial e conexão com outros equipamentos e atores da comunidade local, que ampliem e aprofundem a relação de colaboração e troca a partir das ações do projeto.	10 pontos
Histórico de atuação do coletivo/organização nas áreas de inclusão, cidadania e cultura digital.	10 pontos
Experiência do proponente e equipe executora do projeto e sua relação com a proposta apresentada.	10 pontos
Proposta que, em seu mérito, contemplem questões de gênero, étnico raciais, infância e adolescência, juventude, pessoas com deficiência, LGBT, migrantes, idosos e trabalho decente.	10 pontos
Potencial do projeto em contribuir para o aprimoramento estético-criativo, econômico ou de ampliação da cidadania das iniciativas em andamento.	10 pontos
<b>TOTAL</b>	<b>100pontos</b>

- 11.2. Cada projeto será avaliado por pelo menos dois membros da Comissão Julgadora e receberá uma nota individualizada. A nota final de cada projeto corresponderá à média aritmética entre as duas notas recebidas.
- 11.3. No caso de haver diferença na nota dos avaliadores em valor igual ou superior a 20 (vinte) pontos, o mesmo projeto será reavaliado com a presença de um terceiro membro indicado pela Comissão para chegar-se à nota final.
- 11.4. Os projetos receberão, com base nos critérios acima, uma nota correspondente à somatória máxima de **100 (cem) pontos**.
- 11.5. Serão classificados em ordem decrescente os projetos que obtiverem nota igual ou superior a **50 (cinquenta) pontos**.
- 11.6. Em caso de haver empate entre as notas, a Comissão Julgadora decidirá pelo desempate considerando pela ordem os seguintes critérios: 1) Articulação territorial; 2) Histórico de atuação do coletivo/organização nas áreas de inclusão, cidadania e cultura digital; 3) Potencial do projeto em contribuir para o aprimoramento estético-criativo, econômico ou de ampliação da cidadania das iniciativas em andamento.
- 11.7. A Comissão Julgadora é soberana e autônoma, não cabendo recursos quanto ao mérito de suas decisões.

- 11.8.** A Comissão poderá não utilizar todo o orçamento disponível para o presente Edital, se julgar que os projetos apresentados não têm méritos ou não atendem aos objetivos do mesmo.
- 11.9.** A Comissão deverá lavrar ata de suas reuniões e motivar suas decisões.
- 11.10.** A Comissão dará ciência à Secretaria de Cultura acerca do resultado da seleção, cabendo a esta providenciar a publicação do mesmo no Diário Oficial da Cidade. Os proponentes cujos projetos forem selecionados deverão apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir da publicação, manifestação de aceite quanto a sua participação no Programa.
- 11.11.** Após a manifestação de aceite, os selecionados terão o prazo de até 05 (cinco) dias corridos para apresentar:
- 11.11.1.** No caso de Proponente Pessoa Jurídica:
- I. Cópia do CNPJ, Cadastro de Contribuinte Mobiliário-CCM, Estatuto Social e Ata atualizados, CPF e RG do(s) representante(s) legal(ais) da pessoa jurídica proponente;
  - II. Certidão de Tributos Mobiliários da Prefeitura Municipal de São Paulo;
  - III. CND - Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS;
  - IV. Certificado de Regularidade do FGTS.
  - V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do TST;
  - VI. Comprovante de que a entidade não está inscrita no CADIN municipal.
  - VII. Cópia do RG ou RNE e CPF dos componentes da ficha técnica.
- 11.11.2.** No caso de Proponente Pessoa Física:
- I. Comprovante de inscrição regular no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF
  - II. Na hipótese do proponente ser inscrito como prestador de serviço no Município de São Paulo, deverá apresentar Cadastro de Contribuinte Mobiliário e Certidão de Tributos Mobiliários;
  - III. Na hipótese do proponente não ser cadastrado como prestador de serviço no Município de São Paulo, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que não é inscrito e de que nada deve à Fazenda Municipal.
  - IV. Comprovante de que não está inscrito no CADIN municipal;
- 11.12.** Todas as certidões deverão estar dentro de seu prazo de validade e deverão ser apresentadas tanto para formalização do ajuste quanto para liberação das parcelas do aporte financeiro. Se não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 6 (seis) meses a partir da data de emissão.
- 11.13.** A ausência de manifestação pelo aceite e/ou a não entrega da documentação mencionada no item 11.10 será considerada como desistência de participação no Programa.
- 11.14.** Em caso de desistência, o proponente do projeto imediatamente subsequente na lista de classificação será notificado para apresentar o aceite e a documentação necessária, no mesmo prazo estabelecido nos itens 11.10 e 11.11.
- 11.15.** O Secretário Municipal de Cultura homologará e publicará, no Diário Oficial da Cidade, o resultado final da seleção de projetos realizada pela Comissão Julgadora e as alterações previstas nos itens anteriores.

**11.16.** Após divulgação e homologação do resultado final, a Comissão Julgadora, em parceria com membros das Secretarias envolvidas, realizará uma devolutiva aberta ao público para explicitar seu método de trabalho e seleção dos projetos, em data e local a ser oportunamente divulgado pela Secretaria Municipal de Cultura através de publicação no Diário Oficial da Cidade e outros meios disponíveis.

## **12. DO AJUSTE A SER FORMALIZADO**

**12.1** Após a publicação da homologação prevista no item 11.15, a Secretaria Municipal de Cultura convocará os selecionados a assinar o respectivo ajuste, conforme minuta integrante deste edital (ANEXO X).

**12.2** Ainda que inscritos e selecionados, não serão formalizados ajustes relativos a projetos cujos proponentes não atendam aos requisitos exigidos pela legislação aplicável, incluindo o Decreto nº 52.830, de 2011, que reorganiza o Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

**12.3** Deverão assinar o termo de ajuste os responsáveis legais da pessoa jurídica proponente e o responsável pelo projeto ou, no caso de pessoa física, a própria pessoa.

**12.4** Cada projeto selecionado terá um processo independente de formalização do ajuste, de forma que o impedimento de um não prejudicará os demais.

**12.5** O objeto e o prazo de cada termo de ajuste obedecerão ao plano de trabalho correspondente.

**12.6** A vigência do prazo previsto de execução do projeto terá início a partir da assinatura do ajuste.

**12.7** Em caso de necessidade de prorrogação de prazo de finalização do projeto, faz-se necessária prévia solicitação, devidamente justificada, à Secretaria Municipal de Cultura, para análise do pedido e decisão a respeito por parte da autoridade competente.

**12.8** O proponente selecionado deverá abrir conta bancária no Banco do Brasil exclusiva para movimentação dos aportes recebidos da Prefeitura do Município de São Paulo, informando-a e autorizando desde já e a qualquer tempo o acesso à movimentação financeira.

**12.9** Os recursos financeiros transferidos, enquanto não utilizados, serão, sempre que possível aplicados no mercado financeiro, em operações lastreadas em títulos públicos federais, estaduais ou municipais, através do Sistema Eletrônico de Liquidação e Custódia – SELIC e/ou Caderneta de Poupança.

**12.10** Os recursos provenientes de aplicações financeiras poderão ser utilizados no desenvolvimento do projeto, desde que o proponente indique a despesa e justifique a necessidade, o que deverá ser realizado através de relatório correspondente.

**12.11** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras, deverão ser devolvidos e depositados no Fundo Especial de

Promoção de Atividades Culturais – FEPAC, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data correspondente.

- 12.12** O proponente se responsabilizará pela divulgação de todas as atividades desenvolvidas durante o projeto, cabendo a ele os custos decorrentes. Deverá ainda fazer constar, em todo o material de divulgação referente ao projeto aprovado, o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Serviços e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, acompanhados dos respectivos logotipos, seguindo o padrão de comunicação visual das Secretarias de acordo com as orientações do Núcleo de Fomentos Culturais, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total aprovado para o projeto.
- 12.13** As responsabilidades civis, penais, comerciais e outras de qualquer natureza, contemporâneas ou posteriores à formalização do ajuste, cabem exclusivamente ao proponente.
- 12.14** A Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Serviços não se responsabilizarão solidaria ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos ou compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, assumidos pelo proponente para fins de cumprimento do ajuste com a Prefeitura do Município de São Paulo.
- 12.15** No termo de ajuste, será obrigatória a estipulação do destino a ser dado, quando da extinção do ajuste, aos bens, equipamentos ou materiais permanentes eventualmente adquiridos com os recursos transferidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo para a execução do projeto.

### **13 DO ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 13.1** A Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Serviços constituirão Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento que realizará o acompanhamento e avaliação sistemáticos dos projetos selecionados, especialmente quanto aos resultados previstos e efetivamente alcançados, custos estimados e reais, e a repercussão das ações propostas.
- 13.2** O Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento será composto por 6 (seis) técnicos, 2 (dois) técnicos de cada uma das Secretarias Municipais envolvidas.
- 13.3** Os proponentes dos projetos selecionados deverão prestar contas parciais das atividades desenvolvidas assim que decorrer metade do tempo de execução do projeto, devendo ser realizadas necessariamente através de relatório de atividades acompanhado, quando houver, de material de divulgação e de imprensa e da planilha analítica de despesas (ANEXO IX) com a indicação de todas as despesas realizadas e de seus respectivos recibos, notas fiscais e extratos bancários. O relatório e o demonstrativo de despesas deverão ser rubricados e ao final assinados pelo proponente do projeto.
- 13.4** No caso de projetos de categorias que envolvam mais de uma parcela a receber, a liberação da parcela seguinte está condicionada à análise e aprovação destes documentos por parte do Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento.
- 13.5** A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da segunda parcela (para as CATEGORIAS A e B) ou da

finalização do projeto (para a CATEGORIA C) e deverá ser realizada necessariamente através de relatório de atividades acompanhado, quando houver, de material de divulgação e de imprensa e da planilha analítica de despesas (ANEXO IX) com a indicação de todas as despesas realizadas e de seus respectivos recibos, notas fiscais e extratos bancários. O relatório e o demonstrativo de despesas deverão ser rubricados e ao final assinados pelo proponente do projeto.

- 13.6** Os comprovantes dos gastos referentes a todas as despesas do projeto, indicadas na planilha analítica de despesas mencionada no item anterior, deverão ficar sob custódia e responsabilidade do proponente, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- 13.7** O Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento poderá solicitar, a qualquer tempo, os comprovantes mencionados no **item 13.3 e 13.5**, para conferência e oportuna aprovação da prestação de contas.
- 13.8** A prestação de contas deverá indicar os recursos recebidos da Prefeitura do Município de São Paulo e os rendimentos provenientes de aplicações financeiras, bem como informar a existência de recursos recebidos de outros patrocinadores ou apoiadores do projeto, quando houver.
- 13.9** A prestação de contas será analisada pelo setor técnico correspondente e submetida à aprovação da autoridade competente.
- 13.10** As alterações que se refiram ao objeto, orçamento, atividades a serem realizadas e pessoas envolvidas na ficha técnica deverão ser devidamente justificadas e imediatamente informadas ao Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento. Tais modificações não poderão contrariar as disposições deste edital. O referido grupo deverá manifestar-se, concluindo que a alteração proposta não descaracteriza a natureza e a qualidade do projeto na forma que selecionado. Caso haja manifestação contrária à alteração, será concedido prazo ao proponente para que retorne o projeto às suas características originais, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 13.11** Não serão admitidas, na prestação de contas, despesas relacionadas ao projeto que tenham sido realizadas antes da assinatura do ajuste.
- 13.12** Será permitida a realização e liquidação de despesas após a realização do projeto até a data prevista para a apresentação da prestação de contas, ou seja, até 60 (sessenta) dias após o final do projeto.
- 13.13** É necessária a conclusão do projeto e apresentação da prestação de contas, sem pendências, para que o proponente possa receber recursos de outras edições do Edital.

## **14 DAS PENALIDADES**

- 14.1** O proponente que, durante a execução do ajuste, alterar as características do projeto selecionado em desacordo com o estabelecido no **item 13.10**, estará sujeito ao imediato bloqueio da liberação da próxima parcela, se o caso, e, se o projeto não for reconduzido às características com as quais foi apresentado, dentro do prazo estabelecido, à rescisão do ajuste, com a conseqüente devolução dos valores recebidos, corrigidos monetariamente a contar da data do recebimento.
- 14.2** O não cumprimento do projeto tornará inadimplente o proponente. Uma vez assim declarado, não poderá efetuar qualquer contrato ou receber qualquer apoio dos órgãos municipais por um período de 2 (dois) anos.

- 14.3** O proponente inadimplente será obrigado a devolver o total das importâncias recebidas do Programa, acrescido da respectiva atualização monetária desde a data do recebimento, e estará sujeito à aplicação de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do ajuste.
- 14.4** A não aprovação da prestação de contas do projeto na forma estabelecida na **cláusula 13 (treze)** sujeitará o proponente a devolver o total das importâncias recebidas, acrescidas da respectiva atualização monetária, em até 30 (trinta) dias da publicação do despacho que as rejeitou.
- 14.5** A não devolução da importância no prazo e forma assinalados caracterizará a inadimplência do proponente, de seus responsáveis legais e do responsável pelo projeto, se o caso.
- 14.6** Em casos excepcionais, quando for possível detectar o cumprimento parcial do projeto, poderá ser declarada a inadimplência parcial, sujeitando-se o responsável a devolver proporcionalmente as importâncias recebidas, acrescidas da respectiva atualização monetária desde a data do recebimento.
- 14.7** Se o objeto do ajuste for a realização de projeto ou produto cultural que, quando não cumprido na sua totalidade, desatenda o interesse público, o descumprimento será considerado total e deverão ser devolvidos todos os recursos recebidos, na forma estabelecida no **item 14.4**.
- 14.8** Caso tenham sido cumpridas as obrigações previstas relativas ao objeto do edital, porém ocorra glosa de despesas realizadas por não estarem previstas no orçamento, por serem maiores que o valor aprovado, por desatenderem normas estabelecidas para a prestação de contas ou porque o documento apresentado não obedece às normas gerais de contabilidade, o proponente será notificado para recolher ao FEPAC os valores correspondentes, devidamente corrigidos desde a data do recebimento, em até 30 (trinta) dias.
- 14.9** O proponente que tiver um integrante do projeto pertencente ao quadro de servidores públicos municipais terá o seu projeto desclassificado e o integrante estará sujeito às sanções previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal.
- 14.10** O proponente que descumprir as demais obrigações que lhe são cometidas pelo edital, legislação aplicável ou ajuste estará sujeito à:
- a) Advertência, limitada a 3 (três);
  - b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste, de acordo com a gravidade da falta;
  - c) Rescisão do ajuste, com a conseqüente devolução dos valores recebidos, corrigidos monetariamente a contar da data do recebimento, além da multa prevista no **item 14.3**;
  - d) Ser declarado inidôneo para licitar, formalizar ajustes ou receber qualquer apoio da Administração Pública, pelo prazo de 2 (dois) anos e enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade, que só será concedida se o proponente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;
  - e) Ser inscrito no CADIN municipal, observadas as disposições do Decreto Municipal nº47096/2006.



- 14.11** Aplicam-se a este capítulo, no que couber, as disposições do Decreto Municipal nº 44279/2003 e alterações, em especial de seus artigos 54 a 57, e da Lei Federal nº 8.666/1993, em especial de seu artigo 87.
- 14.12** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando oportunas, sem prejuízo de outros consectários legais e regulamentares cabíveis, incluindo a inscrição de débitos na dívida ativa e cobrança judicial dos valores.
- 14.13** A responsabilidade administrativa é independente da civil ou penal, de modo que quando houver indício de ilícito, as instâncias e órgãos competentes serão devidamente comunicados.

## **15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 15.1** Todos os produtos e conteúdos publicáveis produzidos com recursos deste edital deverão adotar licenças abertas no formato Creative Commons, General Public License ou equivalente, que permitam seu uso não comercial e modificação posterior de conteúdo sem necessidade de prévia autorização, desde que concedidos os devidos créditos ao autor do produto/conteúdo original.
- 15.1.1** A permissão de livre uso não comercial aqui tratada não impede o autor do produto/conteúdo original de utilizá-lo para fins comerciais, a seu critério.
- 15.2** Fica proibida a aplicação de recursos deste edital em projetos de autopromoção, de cunho partidário, religioso ou que atentem contra direitos humanos, além de projetos originários dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.
- 15.3** Os projetos não selecionados ficarão à disposição dos proponentes pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da divulgação e homologação do resultado final no Diário Oficial da Cidade. Após essa data, poderão ser encaminhados para reciclagem ou arquivados para fins documentais, a critério da Secretaria Municipal de Cultura.
- 15.4** A Lei Federal nº 8666/1993 se aplicará ao presente subsidiariamente, no que couber.
- 15.5** Cópia deste edital e seus anexos poderá ser adquirida no Núcleo de Fomentos Culturais da Secretaria Municipal de Cultura, sito à Av. São João, 473, 9º andar, no horário das 10h às 12h e das 14h às 17h, até o último dia útil que anteceder a data de encerramento das inscrições, mediante pagamento do respectivo preço público relativo à cópia reprográfica, ou poderá ser obtido via internet, gratuitamente, no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura>.
- 15.6** Eventuais informações técnicas relativas ao presente edital deverão ser formuladas por escrito ao Núcleo de Fomentos Culturais, no endereço constante no item **7.2.2**, até 3 (três) dias úteis antes da data de encerramento das inscrições.

São Paulo, 19 de Agosto de 2014.

---

João Luiz Silva Ferreira  
Secretário Municipal de Cultura

## Anexos deste Edital

Anexo I- Ficha de Inscrição

Anexo II- Declaração do proponente pessoa jurídica referente ao item 8.2, II

Anexo III- Declaração do proponente pessoa jurídica referente ao item 8.2, III

Anexo IV- Declaração do proponente pessoa jurídica referente ao item 8.2, IV

Anexo V- Declaração de todos os integrantes do projeto, referente ao item 8.2, V, e 8.3, III

Anexo VI- Declaração do proponente pessoa física referente ao item 8.3, II

Anexo VII- Lista das macrorregiões

Anexo VIII- Roteiro de orientação para elaboração dos projetos, referente ao item 9.6

Anexo IX- Modelo de planilha de prestação de contas

Anexo X- Minuta do ajuste a ser formalizado

## ANEXO I

## REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

Exmo. Sr. Secretário

Referência: "Edital para Seleção a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital para a Cidade de São Paulo"

Proponente:  Pessoa Física  Pessoa Jurídica

Categoria:  Categoria A (R\$ 140.00,00 - Cento e quarenta mil reais)  
 Categoria B (R\$ 70.000,00 - Setenta mil reais)  
 Categoria C (36.000,00 - Trinta e seis mil reais)

Nome Projeto: \_\_\_\_\_

Com Material Complementar ao Projeto Escrito ( ) Sim ( ) Não ( ) DVD ( ) CD

Proponente do Projeto - Pessoa Jurídica ou Pessoa Física:

Nome \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_ CCM nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

RG N.º \_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_

Nome do Coletivo (Para Categoria C): \_\_\_\_\_

Nome do Responsável pelo Projeto: \_\_\_\_\_

RG n.º \_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

**Macrorregiões (categorias A e B) ou Macrorregião (categoria C) de desenvolvimento das atividades propostas:**

( ) Centro ( ) Sul 1 ( ) Sul 2 ( ) Leste 1 ( ) Leste 2 ( ) Oeste ( ) Norte

Requerem a inscrição do referido projeto, de acordo com a exigência do "Edital para Seleção a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital para a Cidade de São Paulo"

Enviamos, em anexo, 2 (duas) cópias do "Projeto" e documentação exigida neste Edital.

Atenciosamente,

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do proponente\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Responsável do Projeto (representante da pessoa jurídica ou pessoa física)

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DO PROPONENTE PESSOA JURÍDICA (referente ao item 8.2, II)**

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_(nome Pessoa Jurídica proponente do projeto), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_  
(endereço completo, cep, telefone), aqui representado pelo (a) Sr (a). \_\_\_\_\_(representante legal) portador da Cédula de Identidade RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA(M) que conhece(m) e aceita(m), incondicionalmente, as regras do Edital para Seleção a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital para a Cidade de São Paulo, bem como responsabiliza(m)-se por todas as informações contidas no projeto e pelo cumprimento do respectivo plano de trabalho apresentado por \_\_\_\_\_ (nome do Responsável).

\_\_\_\_\_  
assinatura do(s) representante(s) legal(is)

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DO PROPONENTE PESSOA JURÍDICA (referente ao item 8.2, III)**

*Nome do representante da pessoa jurídica.....*, inscrito(a) no CPF sob o nº ....., infra-assinado(a), representante legal da *nome da pessoa jurídica*, CNPJ nº ....., sediada na Rua ....., DECLARA, sob as penas da lei, que referida entidade não tem como dirigente:

- a) membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo;
- b) cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes de membros do Executivo ou Legislativo do Município de São Paulo; nem
- c) servidor público vinculado ou lotado na Secretaria Municipal de Cultura, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes, nem parente consanguíneo ou afim até o 2º grau de servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Cultura e nem de membro da Comissão Julgadora.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Nome da Organização:

Nome do representante:

RG nº:

CPF nº:

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DO PROPONENTE PESSOA JURÍDICA (referente ao item 8.2, IV)

a que se refere o artigo 3º do Decreto Municipal nº 53177/2012, conforme disposição de seu artigo 7º.

#### 1. Identificação do interessado:

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Entidade: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

#### 2. Declaração:

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes no artigo 1º do Decreto nº 53.177, de 04 de junho de 2012, que estabelece condições impeditivas de celebração ou prorrogação de convênios, termos de parceria, contratos de gestão ou instrumentos congêneres nas hipóteses de inelegibilidade, conforme estabelecido na Emenda nº 35 à Lei Orgânica do Município de São Paulo, e que:

- (  ) NÃO INCORRO em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.
- (  ) TENHO DÚVIDAS se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) \_\_\_\_\_ do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de inelegibilidade.

DECLARO ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (falsidade ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do interessado

RG:

CPF:

**ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE TODOS OS INTEGRANTES DO PROJETO (referente aos itens 8.2, V, e 8.3, III)

Nós abaixo identificados, integrantes do projeto \_\_\_\_\_, DECLARAMOS, sob as penas da lei, que conhecemos e aceitamos incondicionalmente as regras do Edital para Seleção a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital para a Cidade de São Paulo e que nos responsabilizamos por todas as informações contidas no projeto apresentado e pelo cumprimento do respectivo plano de trabalho.

DECLARAMOS ainda que não somos funcionários públicos municipais e nem cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau de servidores públicos vinculados ou lotados na Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Serviços, bem como de que não incidimos nas hipóteses de inelegibilidade, conforme dispostas no artigo 1º do Decreto Municipal nº 53177/2012.

São Paulo, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2014

_____	_____	_____
(nome civil)	(n.º do RG)	(assinatura)
_____	_____	_____
(nome civil)	(n.º do RG)	(assinatura)
_____	_____	_____
(nome civil)	(n.º do RG)	(assinatura)
_____	_____	_____
(nome civil)	(n.º do RG)	(assinatura)
_____	_____	_____
(nome civil)	(n.º do RG)	(assinatura)
_____	_____	_____



**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DO PROPONENTE PESSOA FÍSICA (referente ao item 8.3, II)**

Eu \_\_\_\_\_, portador(a) do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que conheço e aceito incondicionalmente os termos do Edital para Seleção a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital para a Cidade de São Paulo, responsabilizando-me por todas as informações contidas no projeto e pelo cumprimento do respectivo plano de trabalho.

Declaro ainda que não sou funcionário(a) público(a) municipal nem cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau de servidor público vinculado ou lotado na Secretaria Municipal de Cultura, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e na Secretaria Municipal de Serviços, bem como de que não incido nas hipóteses de inelegibilidade, conforme definidas no artigo 1º do Decreto Municipal nº 53177/2012.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Assinatura

## ANEXO VII

## LISTA DAS MACRORREGIÕES

MACRORREGIÃO	SUBPREFEITURAS
Centro	Sé
Leste 1	Penha, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista e Itaquera
Leste 2	Mooca, Aricanduva, Vila Prudente, São Mateus, Cidade Tiradentes, Sapopemba e Guaianases
Norte	Perus, Pirituba, Freguesia do Ó, Casa Verde, Santana, Jaçanã e Vila Maria
Oeste	Lapa, Butantã e Pinheiros
Sul 1	Campo Limpo, M'Boi Mirim, Santo Amaro e Vila Mariana
Sul 2	Ipiranga, Jabaquara, Cidade Ademar, Capela do Socorro e Parelheiros

## LISTA DE TELECENTROS POR MACRORREGIÃO

SUBPREFEITURA	TELECENTRO	MANTENEDORA	ENDEREÇO
<b>CENTRO</b>			
SÉ	BIBLIOTECA MONTEIRO LOBATO		RUA GENERAL JARDIM, 485
SÉ	UNIBES	UNIÃO BRASILEIRO - ISRAELITA DO BEM ESTAR SOCIAL - UNIBES	RUA CRISTINA TOMÁS Nº 160, BOM RETIRO, CEP 01129-020, SÃO PAULO-SP
<b>LESTE 1</b>			
ERMELINO MATARAZZO	ACDEM	ASSOCIAÇÃO DA CASA DOS DEFICIENTES DE ERMELINO MATARAZZO	RUA. ABEL TAVARES Nº 1564, CHACARÁ DOM PAULO EVARISTO ARNS, CEP 03810-110, SÃO PAULO - SP
ERMELINO MATARAZZO	ACDEM - SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ASSOCIAÇÃO DA CASA DOS DEFICIENTES DE ERMELINO MATARAZZO	RUA. MIGUEL RACHID Nº 596, ERMELINO MATARAZZO, CEO 03808-130, SÃO PAULO - SP
ERMELINO MATARAZZO	ACESSA JARDIM VERÔNIA	SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM VERÔNIA E ADJACÊNCIAS (SAJVA)	RUA.CAIÇARA DO RIO DO VENTO Nº 1,032, VILA CISPER, CEP. 03817-000, SÃO PAULO - SP
ERMELINO MATARAZZO	BIBLIOTECA RUBENS BORBA DE MORAES		RUA SAMPEI SATO, 440
ERMELINO MATARAZZO	INSTITUTO FUTURO	INSTITUTO FUTURO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL, CULTURAL E AMBIENTAL.	RUA DOS BOLIVIANOS Nº 354, VILA RIO BRANCO, CEP 03873-100, SÃO PAULO – SP
ITAIM PAULISTA	CDC PARQUE VEREDAS - SAMPAV III	SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE VEREDAS - SAMPAV	RUA MAGNÓLIA AZUL Nº 94, ITAIM PAULISTA, CEP 08141-640, SÃO PAULO – SP

ITAIM PAULISTA	CEU PARQUE VEREDAS		RUA DANIEL MULLER X RUA BÉTULA NEGRA
ITAIM PAULISTA	CEU VILA CURUÇA		AVENIDA MARECHAL TITO, 3452
ITAIM PAULISTA	ENCOSTA NORTE I E II	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL ENCOSTA NORTE I E II	RUA DOZE, S/Nº QUADRA 18, ITAIM PAULISTA, CEP 08210-040- SÃO PAULO-SP
ITAIM PAULISTA	ITAJUIBE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO CONJUNTO RESIDENCIAL ITAJUIBE	RUA ELBA Nº 982, VILA MOINHO VELHO, CEP 04285-001, SÃO PAULO - SP
ITAIM PAULISTA	SAMPAV	SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE VEREDAS - SAMPAV	RUA FERREIRA DE LEMOS Nº 55, ITAIM PAULISTA, CEP 08142-060, SÃO PAULO – SP
ITAQUERA	ARMANDO E MARIA ANTONACHI	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROJETO POVO DA PERIFERIA	RUA FRANCISCO JORGE DA SILVA Nº 777, CIDADE LIDER, CEP 08280-430, SÃO PAULO - SP
ITAQUERA	BIBLIOTECA SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA		RUA: AMÉRICO SALVADOR NOVELLI, S/N
ITAQUERA	CEU ARICANDUVA		AVENIDA ARICANDUVA, QUADRA 280 X AV. GUALTAR
ITAQUERA	CEU AZUL DA COR DO MAR		AVENIDA ERNESTO SOUZA CRUZ, 2171
ITAQUERA	CLUBE DE MÃES RAIOS DE LUAR II	CLUBE DE MÃES RAIOS DE LUAR	RUA ALFREDO RICCI Nº 178, CONJ. HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO, CEP 08253-010, SÃO PAULO - SP
ITAQUERA	DOM BOSCO	OBRA SOCIAL DOM BOSCO	RUA DO CONTORNO S/N , ITAQUERA, CEP: 08220-370, SÃO PAULO - SP
ITAQUERA	DOM BOSCO II	OBRA SOCIAL DOM BOSCO	RUA ÁLVARO DE MENDONÇA Nº. 456, ITAQUERA, CEP: 08220-370, SÃO PAULO - SP
ITAQUERA	FLOR DO ORIENTE II	CLUBE DE MÃES FLOR DO ORIENTE	AV. ITAQUERA Nº 2.198, ITAQUERA, CEP 08295-000, SÃO PAULO - SP
ITAQUERA	JOSÉ BONIFACIO	CLUBE DE MÃES FLOR DO ORIENTE	RUA. BERNADINO PRUDENTE Nº 42, ITAQUERA, CEP 08255-020, SÃO PAULO -SP
ITAQUERA	RAIOS DE LUAR I	CLUBE DE MÃES RAIOS DE LUAR	AVENIDA PROFESSOR JOÃO BATISTA CONTI Nº 1.201, ITAQUERA, CEP 08420-720, SÃO PAULO - SP
ITAQUERA	SANTA ZITA	ASSOCIAÇÃO SANTA ZITA	RUA BRUNO ZABALA Nº 106, CONJUNTO JOSÉ BONIFÁCIO, CEP 08250-590, SÃO PAULO - SP
PENHA	CEU QUINTA DO SOL		RUA LUIZ IMPARATO, 564
PENHA	CEU TIQUATIRA		AVENIDA CONDESSA ELISABETH DE ROBIANO, S/N
<b>LESTE 2</b>			
ARICANDUVA/VILA FORMOSA	BIBLIOTECA LENYRA FRACCAROLI		PRAÇA HAROLDO DALTRO, 451

ARICANDUVA/VILA FORMOSA	BIBLIOTECA PAULO SETUBAL		AVENIDA RENATA, 163
ARICANDUVA/VILA FORMOSA	CEU FORMOSA		RUA MANOEL FERREIRA PIRES, 560
ARICANDUVA/VILA FORMOSA	INSTITUTO PRA VIVER MELHOR	INSTITUTO PRA VIVER MELHOR	PRAÇA LIBÉRIA Nº 52, VILA FORMOSA, CEP 03364-070, SÃO PAULO - SP
CIDADE TIRADENTES	CASTRO ALVES	CENTRO COMUNITÁRIO BENEFICIENTE CONJUNTO HABITACIONAL CASTRO ALVES E ADJACENTES	RUA. SARA KUBITSCHECK Nº 221, CONJUNTO HABITACIONAL CASTRO ALVES - BARRO BRANCO I, CEP 08474-000, CIDADE TIRADENTES - SÃO PAULO
CIDADE TIRADENTES	CEU ÁGUA AZUL		AVENIDA DOS METALÚRGICOS, 1.262
CIDADE TIRADENTES	CEU INÁCIO MONTEIRO		RUA BARÃO BARROSO DO AMAZONAS X R. BARÃO JOAQUIM DO AMPARO
CIDADE TIRADENTES	CIDADE TIRADENTES - SOASE	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE CULTURAL E SOCIAL DA CIDADE TIRADENTES - SOASE	RUA LUIZ BORDEZI Nº 93, LOJA 04, CIDADE TIRADENTES, CEP 08471-790, SÃO PAULO - SP
CIDADE TIRADENTES	FÓRUM DOS MUTIRÕES	FÓRUM DOS MUTIRÕES DE SÃO PAULO	RUA INÁCIO MONTEIRO Nº 2.113, CIDADE TIRADENTES, CEP 08490-000, SÃO PAULO - SP
GUAIANASES	AQUARELA - GUAIANAZES	INSTITUIÇÃO AQUARELA	RUA MÁRMORE Nº 18, PARQUE CENTRAL, CEP 08420-470, SÃO PAULO - SP
GUAIANASES	AQUARELA - PARQUE CENTRAL	INSTITUIÇÃO AQUARELA	RUA MÁRMORE Nº 18, PARQUE CENTRAL, CEP 08420-470, SÃO PAULO - SP
GUAIANASES	BIBLIOTECA CORA CORALINA		RUA OTELO AUGUSTO RIBEIRO, 113
GUAIANASES	BIBLIOTECA JAMIL ALMANSUR HADDAD		RUA ANDES, 419
GUAIANASES	CEU JAMBEIRO		AVENIDA JOSÉ PINHEIRO BORGES (RADIAL LESTE), 60
GUAIANASES	CEU LAJEADO		RUA MANOEL DA MOTA COUTINHO, 293
GUAIANASES	KOLPING	COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO DE GUAIANASES	RUA ANTONIO TADEU Nº. 59, GUAIANASES, CEP: 08450-160, SÃO PAULO - SP
GUAIANASES	LAR DITOSO	ASSISTÊNCIA SOCIAL LAR DITOSO	RUA. GIOVANI GUADRI, Nº 60, ITAQUERA, CEP.08255-500, SÃO PAULO-SP
MOOCA	BIBLIOTECA AFFONSO TAUNAY		RUA TAQUARI, 549
MOOCA	BIBLIOTECA PAULO SÉRGIO DUARTE MILLIET		PRAÇA ITUZAINGÓ, S/N
MOOCA	BIBLIOTECA PROF. ARNALDO MAGALHÃES GIÁCOMO		RUA RESTINGA, 136

SÃO MATEUS	CEU ALTO ALEGRE		AVENIDA BENTO GUEIFI COM AVENDIA RAGUEB CHOIFI
SÃO MATEUS	CEU SÃO MATEUS		RUA CURUMATIM, 201
SÃO MATEUS	CEU SÃO RAFAEL		RUA CINIRA POLÔNIO, 100
SÃO MATEUS	IN THE NAME OF JESUS	IN THE NAME OF JESUS MINISTRIES	RUA CÔNEGO ANTONIO DIAS PEQUENO Nº 185, JARDIM TIETE, CEP 03945-050, SÃO PAULO - SP
SÃO MATEUS	JARDIM NOVA VITÓRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NOVA VITÓRIA	RUA ANECY ROCHA Nº 1077, JARDIM NOVA VITÓRIA, CEP: 08372-209, SÃO PAULO - SP
SÃO MATEUS	PRA VIVER MELHOR I	INSTITUTO PRA VIVER MELHOR	RUA DAS ROSAS Nº 111, PARQUE DAS FLORES, CEP: 08391-220, SÃO PAULO - SP
SÃO MATEUS	RECICLAR	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOÇÃO SOCIAL AOS CARROCEIROS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS SÃO MATEUS E ADJACÊNCIAS	RUA. ALDEIA DE SANTO INÁCIO, Nº 823, SÇAO RAFAEL, CEP 08320-560, SÃO PAULO-SP
SÃO MIGUEL PAULISTA	CEU PARQUE SÃO CARLOS		RUA CLAREAR X AV. EL REY X AV. CÉSAR ROMARO
SÃO MIGUEL PAULISTA	CEU TRÊS PONTES		RUA CAPACHÓS, 400
SÃO MIGUEL PAULISTA	CONJUNTO GARAGEM	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONJUNTO GARAGEM FORÇA E RAÇA	RUA ARRAIAL SANTA BÁRBARA Nº 971, JARDIM PEDRO JOSÉ NUNES, CEP: 08061-360, SÃO PAULO
SÃO MIGUEL PAULISTA	CREN VILA JACUÍ	SALUS ASSOCIAÇÃO PARA A SAÚDE - NÚCLEO SALUS PAULISTA	RUA. DAS AZALÉIAS Nº 244, SAÚDE, CEP. 04049-010, SÃO PAULO-SP
SÃO MIGUEL PAULISTA	DOM ANGÉLICO - MST	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES DO MOVIMENTO SEM TERRA DE ERMELINO MATARAZZO	RUA MARIA DE NAZARÉ Nº. 718, VILA SANTA INÊS, CEP: 03812-080, SÃO PAULO - SP
SÃO MIGUEL PAULISTA	JARDIM LAPENNA	SOCIEDADE AMIGOS JARDIM LAPENNA	RUA SERRA DE JURUOCA Nº 336, JARDIM LAPENNA, CEP: 08071-190, SÃO PAULO - SP
SÃO MIGUEL PAULISTA	PROCEDU - NOVO PANTANAL	PROJETO CULTURAL EDUCACIONAL NOVO PANTANAL	RUA CINCO DE NOVEMBRO Nº 173, UNIÃO VILA NOVA, CEP 08070-000, SÃO PAULO - SP
SÃO MIGUEL PAULISTA	TIDE SETÚBAL	CLUBE DA COMUNIDADE TIDE SETÚBAL	RUA MARIO DALLARI Nº 170, JARDIM SÃO VICENTE, CEP 08021-580, SÃO PAULO - SP
SÃO MIGUEL PAULISTA	VIVENDO E APRENDENDO	ASSOCIAÇÃO VIVENDO E APRENDENDO DA CIDADE DE SÃO PAULO	RUA. IMBURANA Nº 149, VILA PROGRESSO, CEP 08250-400, SÃO PAULO - SP

VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA	26 DE JULHO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL 26 DE JULHO	RUA JORGE BESJESY Nº 07, JARDIM WALQUIRIA, CEP 03977-015, SÃO PAULO-SP
VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA	BIBLIOTECA GILBERTO FREYRE		RUA JOSÉ JOAQUIM, 290
VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA	BIBLIOTECA RICARDO RAMOS		PRAÇA CENTENÁRIO DE VILA PRUDENTE, 25
VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA	CASA DO PÃO	ASSOCIAÇÃO PROJETO CASA DO PÃO	RUA JOSÉ LOURENÇO FIGUEREDO Nº 79, VILA TOLSTOI, CEP 03269-070, SÃO PAULO - SP
VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA	CEU ROSA DA CHINA		RUA CLARA PETRELA X RUA ROSA DA CHINA
VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA	CEU SAPOPEMBA		RUA MANUEL QUIRINO DE MATOS, S/Nº
VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA	DIABÉTICOS	ASSOCIAÇÃO DE DIABÉTICOS DA ZONA LESTE	RUA SARGENTO LUIS RODRIGUES FILHO Nº 100, MASCARENHAS DE MORAES, CEP 03977-100, SÃO PAULO - SP
<b>NORTE</b>			
CASA VERDE/CACHOEIRINHA	ANJOS DA PAZ	ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PAZ DA VILA SANTISTA	RUA QUARTIM BARBOSA Nº 40, CASA VERDE, CEP 02563-040, SÃO PAULO - SP
CASA VERDE/CACHOEIRINHA	BIBLIOTECA MENOTTI DEL PICCHIA		RUA SÃO ROMUALDO, 382
CASA VERDE/CACHOEIRINHA	JOSÉ ALLAMANO - CCNSA	CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA	RUA CONDESSA AMÁLIA MATARAZZO Nº 13, JARDIM PERI VELHO, CEP 02652-000, SÃO PAULO - SP
FREGUESIA DO Ó	BIBLIOTECA AFONSO SCHMIDT		AVENIDA ELÍSIO TEIXEIRA LEITE, 1470
FREGUESIA DO Ó	BIBLIOTECA THALES CASTANHO DE ANDRADE		RUA DR. ARTUR FAJARDO, 447
FREGUESIA DO Ó	CEU JARDIM PAULISTANO		RUA APARECIDA DO TABOADO, S/N
FREGUESIA DO Ó	CEU PAZ		RUA DANIEL CERRI, 1.549
JAÇANÃ/TREMEMBÉ	BIBLIOTECA JOSE MAURO DE VASCONCELOS		PÇA COM. EDUARDO DE OLIVEIRA, 100
JAÇANÃ/TREMEMBÉ	CEU JAÇANÃ		AVENIDA ANTONIO CÉSAR NETO, S/N
JAÇANÃ/TREMEMBÉ	JARDIM FILHOS DA TERRA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM FILHOS DA TERRA	RUA FILHOS DA TERRA Nº 634, JARDIM FILHOS DA TERRA, CEP 02325-001, SÃO PAULO - SP
JAÇANÃ/TREMEMBÉ	SAVIC	SOCIEDADE AMIGOS DE VILA CONSTANÇA - SAVIC	AV. JARDIM JAPÃO Nº 1587,, VILA CONSTANÇA, CEP 02221-001, SÃO PAULO-SP
MANDAQUI	BIBLIOTECA PEDRO NAVA		RUA HELENA DO SACRAMENTO, 1000
PERUS	BIBLIOTECA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA		RUA ANTÔNIO MAIA, 651

PERUS	CEU PARQUE ANHANGUERA		RUA PEDRO JOSÉ DE LIMA, 1.020
PERUS	CEU PERUS		RUA BERNARDO JOSÉ DE LORENA X PRAÇA INÁCIO DIAS
PERUS	LÍRIOS DO VALE	INSTITUTO LÍRIOS DO VALE	RUA FELIPE CARDOSO DE CAMPOS, 728, PERUS, CEP: 05207-090, SÃO PAULO - SP
PIRITUBA/JARAGUÁ	ALEGRIA DE VIVER	INSTITUTO ALEGRIA DE VIVER	RUA FRAGATA DA CONSTITUIÇÃO Nº 199, PARADA DE TAIPAS, CEP 02986-080, SÃO PAULO - SP
PIRITUBA/JARAGUÁ	BIBLIOTECA ÉRICO VERÍSSIMO		RUA DIÓGENES DOURADO, 101
PIRITUBA/JARAGUÁ	BRASILÂNDIA B3	ASSOCIAÇÃO CENTRAL E COMUNITÁRIA DO CONJUNTO HABITACIONAL BRASILÂNDIA B3	RUA VALE DO SOL, 59 B, COHAB BRASILÂNDIA, CEP: 02820-070, SÃO PAULO - SP
PIRITUBA/JARAGUÁ	CEU PÊRA MARMELO		RUA PÊRA MARMELO X RUA LIBERO TEIXEIRA BRAGA
PIRITUBA/JARAGUÁ	CEU VILA ATLÂNTICA		RUA CORONEL JOSÉ VENÂNCIO DIAS, 840
PIRITUBA/JARAGUÁ	PROPAV	INSTITUTO PROPAV	RUA. FRIEDRICH VON VOIT Nº 1.800, KOTE 09, ESPAÇO COMUNITARIO CDHU VOITH, JARAGUÁ, CEP 02995-000, SÃO PAULO - SP
SANTANA/TUCURUVI	BIBLIOTECA NUTO SANT'ANNA		PRAÇA TENÓRIO AGUIAR, 32
VILA MARIA/VILA GUILHERME	BIBLIOTECA ALVARES DE AZEVEDO		PÇA. JOAQUIM JOSÉ DA NOVA, S/N
VILA MARIA/VILA GUILHERME	VILA MEDEIROS	ASSOCIAÇÃO REIVINDICATIVA E ASSISTENCIAL DE VILA MEDEIROS	RUA ATALIBA VIEIRA Nº 1.034, VILA MEDEIROS, CEP 02216-000, SÃO PAULO - SP
<b>OESTE</b>			
BUTANTÃ	CEU BUTANTÃ		AVENIDA HEITOR ANTONIO EIRAS GARCIA, 1700
BUTANTÃ	CEU UIRAPURU		RUA FREI CLAUDE D'ALBERVILLE, S/Nº
LAPA	BIBLIOTECA MÁRIO SCHENBERG		RUA CATÃO, 611
LAPA	CEU JAGUARÉ		AVENIDA JAGUARÉ COM RUA KENQUITE SHIMAMOTO
<b>SUL 1</b>			
CAMPO LIMPO	ACESSA TURMA DA TOUCA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA - TURMA DA TOUCA (ACRS)	RUA MARCO CANAVESES Nº 1000, PIRAJUSSARA, CEP 05791-19, SÃO PAULO - SP
CAMPO LIMPO	ACESSA VILA PREL	ASSOCIAÇÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DE VILA PRÉL	RUA THEREZA MAIA PINTO Nº 266, VILA PREL, CEP 05780-390, SÃO PAULO - SP
CAMPO LIMPO	AEB	ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE	RUA LUIZ DE OLIVEIRA Nº 140, CAPÃO REDONDO, CEP 05586-120, SÃO PAULO - SP



CAMPO LIMPO	BIBLIOTECA HELENA SILVEIRA		RUA DR. JOÃO BATISTA REIMÃO, 146
CAMPO LIMPO	CEU CAMPO LIMPO		AVENIDA CARLOS LACERDA, 678
CAMPO LIMPO	CEU CANTOS DO AMANHECER		AVENIDA CANTOS DO AMANHECER, S/Nº
CAMPO LIMPO	CEU CAPÃO REDONDO		RUA DANIEL GRAN, S/N
CAMPO LIMPO	CEU FEITIÇO DA VILA		RUA FEITIÇO DA VILA, 399
CAMPO LIMPO	CEU PARAISÓPOLIS		RUA ITAPAIÚNA COM RUA DOUTOR JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA E SILVA, S/N
CAMPO LIMPO	ESTRELA NOVA	ELENITA DA SILVA OLIVEIRA	RUA. JOÃO BERNARDO VIEIRA, Nº 267, JARDIM PARIS, CEP 05794-310, SÃO PAULO - SP
CAMPO LIMPO	JARDIM COMERCIAL	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM COMERCIAL E AJACÊNCIAS	RUA FALKENBERG Nº 157/175, JARDIM COMERCIAL, CEP 05885-240, SÃO PAULO-SP
CAMPO LIMPO	JARDIM NOVO ORIENTE	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM NOVO ORIENTE E ADJACÊNCIAS	RUA VICENZO DANTI Nº 40, PARQUE REGINA, CEP 05772-080, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	ACESSA CIO DA TERRA	INSTITUTO CIO DA TERRA	RUA WILLIAM CREMER, 2 - JD. ÂNGELA, CEP: 04935-120, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	ACESSA CRIANÇA FELIZ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA CRIANÇA FELIZ	RUA. PROFESSOR RUBENS OSCAR GUELLI Nº 30, JARDIM SÃO LUIS, CEP 04918-280 - SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	BATUQUEDUM	INSTITUIÇÃO MARIA JOSÉ EDUCAR	RUA HENRI LAUBE Nº 58, JARDIM PARANAPANEMA, CEP 05875-290, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	BOM JESUS	SOCIAL BOM JESUS	TRAVESSA MAESTRO MASSAINO S/Nº (ALTURA DO Nº 3600 DA ESTRADA M'BOI MIRIM), JARDIM ÂNGELA, CEP 14973-170, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	CÁRITAS I - SÃO LUIS	CÁRITAS DIOCESANA DE CAMPO LIMPO - CDCL	AVENIDA ANTONIO DA MATA JUNIOR Nº 80, CEP 05812-030, JARDIM SÃO LUIZ, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	CÁRITAS II - SUB-CÚRIA M'BOI MIRIM	CÁRITAS DIOCESANA DE CAMPO LIMPO	RUA AUDÁLIO GONÇALVES DOS SANTOS Nº 268, JARDIM THOMAS, CEP 05833-040, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	CÁRITAS IV - SANTA MARIA GORETTI	CÁRITAS DIOCESANA DE CAMPO LIMPO - CDCL	RUA HOLDA BOTTO MALANCONI Nº 339, JARDIM DUPRAT, CEP 05853-310, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	CEU CASA BLANCA		RUA JOÃO DAMASCENO, 85
M'BOI MIRIM	CEU GUARAPIRANGA		ESTRADA DA BARONESA, 1120
M'BOI MIRIM	CEU VILA DO SOL		AVENIDA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, 369
M'BOI MIRIM	INSTITUTO CIO DA TERRA	INSTITUTO CIO DA TERRA	RUA NOVA HENRIQUE DE MEISEN S/Nº, JARDIM TUPY, CEP 04939-140, SÃO PAULO - SP

M'BOI MIRIM	JARDIM COIMBRA	SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM COIMBRA, PARQUE AMÉLIA E JARDIM SÃO CARLOS	RUA REINALDO PEREIRA Nº 01, JARDIM COIMBRA, CEP: 04932-340, SÃO PAULO – SP
M'BOI MIRIM	PARQUE FIGUEIRA GRANDE	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE FIGUEIRA GRANDE	RUA JOÃO FALCÃO Nº 713, PARQUE DA FIGUEIRA GRANDE ALTA, CEP 04915-060, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	PINDERÊ	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS VOLUNTÁRIOS DO PROJETO PINDERÊ	RUA PROFESSOR ANTONIO DE FRANCO Nº 22, JARDIM SÃO LUÍS, CEP 05844-200, SÃO PAULO - SP
M'BOI MIRIM	SÃO JOAQUIM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA CRIANÇA FELIZ - SÃO JOAQUIM	RUA BACABINHA Nº 280, JARDIM SÃO JOAQUIM, CEP 04917-030
SANTO AMARO	BIBLIOTECA PREFEITO PRESTES MAIA		AV. JOÃO DIAS, 822
VILA MARIANA	APAE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXPECIONAIS DE SÃO PAULO - APAE	RUA. LOEFGREEN Nº 2109, VILA CLEMENTINO, CEP 04040-033, SÃO PAULO-SP
VILA MARIANA	BEZERRA DE MENEZES	NÚCLEO ASSISTENCIAL BEZERRA DE MENEZES	AV. PREFEITO FÁBIO PRADO, Nº 15, VILA MARIANA, CEP 04116-000, SÃO PAULO - SP
VILA MARIANA	CANTINHO FELIZ	AÇÃO COMUNITÁRIA CANTINHO FELIZ	RUA. GUARAU Nº 120, SALA 15, MIRANDÓPOLIS, CEP 04052-000, SÃO PAULO - SP
VILA MARIANA	EFORT	INSTITUTO EFORT DE AÇÃO SOCIAL, CULTURAL, EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM ENERGIA, INFORMÁTICA, MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E TELECOMUNICAÇÃO	RUA DR. FABRÍCIO VAMPRE Nº 67, VILA MARIANA, CEP 04014-020, SÃO PAULO - SP
<b>SUL 2</b>			
CAPELA DO SOCORRO	BIBLIOTECA MALBA TAHAN		RUA BRÁS PIRES MEIRA, 100
CAPELA DO SOCORRO	CDC MAC	CLUBE DESPORTIVO COMUNITÁRIO MOCIDADE ATIVA CRISTÃ	RUA SANTO ANTONIO DO CANTARO Nº 100, CAPELA DO SOCORRO, CEP 04829-090, SÃO PAULO - SP
CAPELA DO SOCORRO	CEU CIDADE DUTRA		AVENIDA INTERLAGOS, 7350
CAPELA DO SOCORRO	CEU NAVEGANTES		RUA MARIA MOASSABI BARBOCUR, S/Nº
CAPELA DO SOCORRO	CEU TRÊS LAGOS		ESTRADA DO BARRO BRANCO, S/N
CAPELA DO SOCORRO	CEU VILA RUBI		RUA DOMINGOS TARROSO, 101
CAPELA DO SOCORRO	CLUBE ESCOLA LOURENÇO CABREIRA	ASSOCIAÇÃO ACEZOS	AV. LOURENÇO CABREIRA Nº 504, JARDIM ANA LÚCIA, CEP 04812-010, SÃO PAULO - SP

CAPELA DO SOCORRO	CPS BORORÉ	CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL BORORÉ	AV. GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA Nº 93, JD. LUCÉLIA, CEP 04852-228, SÃO PAULO - SP
CAPELA DO SOCORRO	JARDIM AUTÓDROMO	CENTRO COMUNITÁRIO JARDIM AUTÓDROMO	RUA NOSSA SENHORA APARECIDA Nº 03 X RUA VIELA FLORINDA, INTERLAGOS, CEP 04777-001, SÃO PAULO - SP
CAPELA DO SOCORRO	JARDIM PROGRESSO	ASSOCIAÇÃO DO JARDIM PROGRESSO E ADJACÊNCIAS	RUA CHARLES AVISON Nº 03, GRAJAÚ, CEP 04848-110, SÃO PAULO - SP
CAPELA DO SOCORRO	SOBEI	SOBEI-SOCIEDADE BENEFICIENTE EQUILÍBRIO DE INTERLAGOS	AV. RUBENS MONTONARO BORBA, Nº 477, CIDADE DUTRA, CEP.04811-120, SÃO PAULO-SP
CIDADE ADEMAR	CEU ALVARENGA		ESTRADA DO ALVARENGA COM RUA ALBINO BENTO
IPIRANGA	ACESSA UNAS LAGOA	UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE MORADORES DE HELIÓPOLIS E SÃO JOÃO CLÍMACO - UNAS	RUA FLOR DO PINHAL Nº 02, HELIÓPOLIS, CEP 04230-000, SÃO PAULO - SP
IPIRANGA	ÁGUA FUNDA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA ÁGUA FUNDA	RUA JACAPÉ Nº 98, ÁGUA FUNDA, CEP 04315-050, SÃO PAULO - SP
IPIRANGA	BIBLIOTECA AMADEU AMARAL		RUA JOSÉ CLOVIS DE CASTRO, S/N
IPIRANGA	BIBLIOTECA CASTRO ALVES		RUA ABRAHÃO MUSSA, S/N
IPIRANGA	CEU MENINOS		RUA BARBINOS, 111
IPIRANGA	CEU PARQUE BRISTOL		RUA PROFESSOR ARTUR PRIMAVESI COM A RUA ROUDÃO EUFRÁSIO LEAL
IPIRANGA	IPP	INSTITUTO PROFISSIONALIZANTE PAULISTA	RUA BRENO FERRAZ DO AMARAL Nº 328, VILA FERMIANO, CEP 04124-020, SÃO PAULO - SP
IPIRANGA	NÚCLEO HELIÓPOLIS	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES DA FAVELA DE HELIÓPOLIS	RUA CORONEL SILVA CASTRO Nº 58, VILA HELIÓPOLIS, CEP 04231-010, SÃO PAULO - SP
IPIRANGA	UNAS	UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE MORADORES DE HELIÓPOLIS E SÃO JOÃO CLÍMACO - UNAS	RUA DA MINA Nº 38, HELIÓPOLIS, CEP 04235-310, SÃO PAULO - SP
IPIRANGA	VILA CARIOCA	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA UNIDOS DE VILA CARIOCA - SP	AV. CARIOCA Nº 85, IPIRANGA, CEP 04225-000, SÃO PAULO-SP

JABAQUARA	CEU CAMINHO DO MAR		AVENIDA ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA, 5241
JABAQUARA	CONQUISTANDO UM ESPAÇO	ASSOCIAÇÃO CONQUISTANDO UM ESPAÇO	RUA FRANKLIN MAGALHÃES Nº 73, VILA SANTA CATARINA, CEP 04374-000, SÃO PAULO - SP
JABAQUARA	VILA CAMPESTRE	ASSOCIAÇÃO AMIGOS VILA CAMPESTRE	RUA PRINCIPE DAS ASTURIAS Nº 50, VILA CAMPESTRE, CEP 04331-100, SÃO PAULO - SP
PARELHEIROS	CEU PARELHEIROS		RUA JOSÉ PEDRO DE BORBA, 20
PARELHEIROS	PROBRASIL	ASSOCIAÇÃO PROBRASIL	RUA J. ANTONIO D'AVILA Nº 428, JD. DOS ALAMOS, CEP 04883-100, SÃO PAULO - SP
PARELHEIROS	YLÊ DO HOOZOANE	SOCIEDADE BENEFICENTE CENTRO DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA ASÉ YLE DO HOOZOANE	RUA CONDE DE FONTALVA Nº 80/100, JARDIM SANTA FÉ, CEP 04890-310, SÃO PAULO - SP

### LISTA DE PRAÇAS DO PROGRAMA WIFI LIVRE SP POR MACRORREGIÃO

SUBPREFEITURA	PRAÇA WIFI LIVRE SP	ENDEREÇO
<b>CENTRO</b>		
SÉ	CENTRO CULTURAL VERGUEIRO	RUA VERGUEIRO, 1000
SÉ	LARGO DO AROUCHE	LARGO DO AROUCHE, 394
SÉ	LARGO DO CAMBUCI	RUA DA INDEPENDÊNCIA, 94
SÉ	LARGO DO PAISSANDÚ	LARGO DO PAISSANDU, 40
SÉ	LARGO SANTA CECILIA	LARGO SANTA CECÍLIA, 52
SÉ	LARGO SÃO BENTO	RUA LÍBERO BADARÓ, 641
SÉ	MASP	R. PEIXOTO GOMIDE, 949
SÉ	MERCADO MUNICIPAL	RUA DA CANTAREIRA, 206
SÉ	PARQUE DA ACLIMAÇÃO	R. MUNIZ DE SOUSA, 1119
SÉ	PARQUE DA LUZ	PRAÇA DA LUZ, S/N
SÉ	PARQUE DOM PEDRO II	RUA JORGE AZEM, 21
SÉ	PÁTIO DO COLÉGIO	PRAÇA PATEO DO COLLEGIO, 2
SÉ	PRAÇA DA BANDEIRA	PASSARELA DOS PIQUES / PRAÇA DA BANDEIRA
SÉ	PRAÇA DA LIBERDADE	PRAÇA DA LIBERDADE
SÉ	PRAÇA DA REPÚBLICA	AVENIDA DO IPIRANGA, 503
SÉ	PRAÇA DA SÉ	PRAÇA DA SÉ
SÉ	PRAÇA DO PATRIARCA	PRAÇA DO PATRIARCA
SÉ	PRAÇA DOM JOSÉ GASPAR	RUA DOUTOR BRÁULIO GOMES, 49
SÉ	PRAÇA DON ORIONE	VIADUTO ARMANDO PUGLISI
SÉ	PRAÇA MARECHAL DEODORO	AVENIDA GENERAL OLÍMPIO DA SILVEIRA, 309
SÉ	PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO	RUA CORONEL XAVIER DE TOLEDO, 254
SÉ	PRAÇA ROOSEVELT	RUA MARTINHO PRADO, 485
SÉ	PRAÇA ROTARY	RUA MAJOR SERTÓRIO, 561
<b>LESTE 1</b>		
ERMELINO MATARAZZO	PRAÇA GIOVANI FANI	PRAÇA GIOVANNI FIANI, VILA PONTE RASA, SÃO PAULO - SP,

		BRASIL
ERMELINO MATARAZZO	PRAÇA PEDRO LUIZ MATAVELLI (ANTIGA 1º DE MAIO)	PRAÇA PEDRO LUIZ MATAVELLI - ERMELINO MATARAZZO, SÃO PAULO - SP, 03806-080, BRASIL
ITAIM PAULISTA	PARQUE CHICO MENDES	PARQUE CHICO MENDES - RUA CEMBIRA, VILA CURUÇÁ, SÃO PAULO, BRASIL
ITAIM PAULISTA	PARQUE SANTA AMÉLIA	RUA RIO CONTAGEM, 72
ITAIM PAULISTA	PRAÇA JAGUAMITANGA	RUA GUAXIMA, 163, VILA CURUÇÁ, SÃO PAULO, BRASIL
ITAQUERA	PARQUE RAUL SEIXAS	RUA MURMÚRIOS DA TARDE, 190, SÃO PAULO, BRASIL
ITAQUERA	PRAÇA AUGUSTO DOMINGUES ALVES MAIA	RUA ARCÁDIA PAULISTANA, 375, SÃO PAULO, BRASIL
ITAQUERA	PRAÇA BRASIL (PRAÇA MÃE MENININHA DO GANTOIS)	RUA CECÍLIA PORTO, 9, SÃO PAULO, BRASIL
ITAQUERA	PRAÇA NA RUA GREGÓRIO RAMALHO	RUA GREGÓRIO RAMALHO, 239, SÃO PAULO, BRASIL
ITAQUERA	PRAÇA PROFESSORAS (NA AV. DAS ALAMANDAS)	AVENIDA DAS ALAMANDAS, 12, SÃO PAULO, BRASIL
PENHA	LARGO DO ROSÁRIO	LARGO DO ROSÁRIO, 15, SÃO PAULO, BRASIL
PENHA	PARQUE LINEAR TIQUATIRA	AVENIDA GOVERNADOR CARVALHO PINTO, 1759, SÃO PAULO, BRASIL
PENHA	PRAÇA DA CONQUISTA (PRAÇA VEREADOR JOÃO APARECIDO DE PAULA)	RUA DONA MATILDE, 479, VILA MATILDE, SÃO PAULO, BRASIL
PENHA	PRAÇA DILVA GOMES MARTINS (COHAB 1)	RUA PADRE MANUEL BARRETO, 68, COHAB PADRE MANOEL DA NÓBREGA, SÃO PAULO - SP, BRASIL
<b>LESTE 2</b>		
ARICANDUVA/FORMOSA/CARRÃO	PRAÇA SAMPAIO VIDAL	AVENIDA DOUTOR EDUARDO COTCHING, 2294
ARICANDUVA/FORMOSA/CARRÃO	PRAÇA SÃO JOÃO VICENZOTTO	AVENIDA RIO DAS PEDRAS, 1078
ARICANDUVA/FORMOSA/CARRÃO	PRAÇA VICENTE FALCETTA	PRAÇA VICENTE FALCETTA
CIDADE TIRADENTES	PRAÇA DO 65 / POMBAS URBANAS	AVENIDA DOS METALÚRGICOS, 2249
CIDADE TIRADENTES	PRAÇA DO TERMINAL METALÚRGICOS	AVENIDA DOS METALÚRGICOS, SN, CIDADE TIRADENTES, SÃO PAULO, BRASIL
GUAIANASES	PRAÇA CECÍLIA MARQUES DE ARAÚJO	RUA GONÇALVES DE OLIVEIRA, 13
GUAIANASES	PRAÇA JESUS TEIXEIRA DA COSTA (RUA CARANAÍBA)	RUA CARANAÍBA, 148 - GUAIANASES, SÃO PAULO - SP, BRASIL (PS: A PRAÇA NA VERDADE SÃO VÁRIOS ESPAÇOS PÚBLICOS ENTRE ESSAS RUAS)
MOOCA	LARGO DA CONCÓRDIA	LARGO DA CONCÓRDIA, 91
MOOCA	PRAÇA CIRO PONTES / AO LADO DO SENAI	RUA BRESSER, 2800
MOOCA	PRAÇA GENERAL HUMBERTO DE SOUSA MELLO	RUA MARCOS ARRUDA, 782
MOOCA	PRAÇA KANTUTA	RUA CARNOT, 841
MOOCA	PRAÇA SÃO LUIS DO CURU	RUA CAPITÃO LORENA, 84
MOOCA	PRAÇA SILVIO ROMERO	PRAÇA SILVIO ROMERO, 29
SÃO MATEUS	PRAÇA FELISBERTO FERNANDES DA SILVA / LARGO SÃO MATEUS	RUA MANUEL ANDRÉ, 88, SÃO PAULO, BRASIL

SÃO MATEUS	PRAÇA OSLEI FRANCISCO BORGES	RUA TAURO, 58 - RECANTO VERDE DO SOL, SÃO PAULO - SP, 08381-770, BRASIL
SÃO MATEUS	PRAÇA OSVALDO LUÍS DA SILVEIRA	RUA PONTE DO GUARÉ, 88, SÃO PAULO, BRASIL
SÃO MIGUEL	PRAÇA CRAVEIRO DO CAMPO	RUA KUMAKI AOKI, 1074, JARDIM HELENA, SÃO PAULO, BRASIL
SÃO MIGUEL	PRAÇA FORTUNATO DA SILVEIRA / UNICSUL	RUA VILMA, 222 - VILA JACUI
SÃO MIGUEL	PRAÇA PADRE ALEIXO (DO FORRÓ)	PRAÇA PADRE ALEIXO MONTEIRO MAFRA, SÃO MIGUEL PAULISTA, SÃO PAULO, BRASIL
SAPOPEMBA	PRAÇA TORQUATO PLAZA	PRAÇA TORQUATO PLAZA, JARDIM GRIMALDI, SÃO PAULO
VILA PRUDENTE	PARQUE ECOLÓGICO DA VILA PRUDENTE	PARQUE ECOLÓGICO VILA PRUDENTE, SÃO PAULO, SP, BRASIL
VILA PRUDENTE	PRAÇA PADRE DAMIÃO	PRAÇA PADRE DAMIÃO - VILA PRUDENTE, SÃO PAULO - SP, 03126-050
<b>NORTE</b>		
CASA VERDE/CACHOEIRINHA	LARGO DO JAPONES	LARGO DO JAPONÊS, SÃO PAULO, BRASIL
CASA VERDE/CACHOEIRINHA	PRAÇA DAS MONÇÕES/ TERMINAL CASA VERDE	RUA BAHIA FORMOSA, 90, SÃO PAULO
CASA VERDE/CACHOEIRINHA	PRAÇA MARCO ANTONIO PRIMON MAESTRE	PRAÇA MARCO ANTÔNIO PRIMON MAESTRE - LIMÃO, SÃO PAULO - SP, 02710-030, BRASIL
FREGUESIA/BRASILÂNDIA	LARGO DA MATRIZ	LARGO DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO Ó, FREGUESIA DO Ó, SÃO PAULO, BRASIL
FREGUESIA/BRASILÂNDIA	PRAÇA NA RUA DAS IMBIRAIARAS	RUA DAS IMBIRAIARAS, 400
JAÇANÃ/TREMembÉ	PRAÇA DOUTOR JOÃO BATISTA VASQUES	RUA BENJAMIN PEREIRA, 762, JAÇANÃ, SÃO PAULO, BRASIL
JAÇANÃ/TREMembÉ	PRAÇA MARIQUINHA SCIASCIA	PRAÇA DONA MARIQUINHA SCIASCIA, TREMEMBÉ, SÃO PAULO, BRASIL
PERUS	PRAÇA DA CULTURA	RUA ALBERTO GENTILI, 431, SÃO PAULO, BRASIL
PERUS	PRAÇA VIGÁRIO JOÃO G. DE LIMA (PRAÇA DO SAMBA)	PRAÇA VIGÁRIO JOÃO GONÇALVES DE LIMA, SÃO PAULO, BRASIL
PIRITUBA	PRAÇA 14º PARADA / RUA CALDAS NOVAS / RUA DOZE	RUA CALDAS NOVAS, 93, SÃO PAULO, BRASIL
PIRITUBA	PRAÇA FUHAD H. SMAIRE	ESTRADA DE TAIPAS, 4173, SÃO PAULO, BRASIL
PIRITUBA	PRAÇA JOÃO BOLDO	RUA COMENDADOR FEIZ ZARZUR, 146, SÃO PAULO, BRASIL
SANTANA/TUCURUVI	PARQUE DOMINGOS LUÍS	PARQUE DOMINGOS LUIS, SÃO PAULO, SP, BRASIL
SANTANA/TUCURUVI	PRAÇA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	PRAÇA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, VILA DOM PEDRO II, SÃO PAULO - SP, BRASIL
SANTANA/TUCURUVI	PRAÇA VEREADOR ANTONIO SAMPAIO / AV ULTRAMARINO	AVENIDA ULTRAMARINO, 262, SÃO PAULO, BRASIL
VILA MARIA/VILA GUILHERME	PRAÇA LOURENÇO DE BELLIS	AV. JOÃO SIMÃO DE CASTRO, 252 - VILA MEDEIROS SÃO PAULO, 02141-000
VILA MARIA/VILA GUILHERME	PRAÇA NOVO MUNDO	PRAÇA NOVO MUNDO - PARQUE NOVO MUNDO, SÃO PAULO - SP, BRASIL

VILA MARIA/VILA GUILHERME	PRAÇA OSCAR DA SILVA	PRAÇA OSCAR DA SILVA - VILA GUILHERME, SÃO PAULO - SP, 02067-070, BRASIL
<b>OESTE</b>		
BUTANTÃ	PARQUE ALFREDO VOLPI	AV. ENG. OSCAR AMERICANO, 480 - MORUMBI, SÃO PAULO, 05673-050
BUTANTÃ	PARQUE RAPOSO TAVARES	PARQUE RAPOSO TAVARES - SÃO PAULO - SP, BRASIL
BUTANTÃ	PRAÇA ELIS REGINA	PRAÇA ELIS REGINA
BUTANTÃ	PRAÇA ENG. NORIWUKI YAMAMOTO	PRAÇA ENG. NORIWUKI YAMAMOTO - JARDIM COLOMBO, SÃO PAULO, BRASIL
BUTANTÃ	PRAÇA WILSON MOREIRA DA COSTA	R. MILTON SOARES, 66 - RIO PEQUENO SÃO PAULO, 05382-010
LAPA	PARQUE ORLANDO VILLAS BÔAS	AV. EMBAIXADOR MACEDO SOARES, 6715
LAPA	PRAÇA CONDE FRANCISCO MATARAZZO	PRAÇA CONDE FRANCISCO MATARAZZO JUNIOR, ÁGUA BRANCA, SÃO PAULO - SP, BRASIL
LAPA	PRAÇA CORNÉLIA	R. CRASSO, 289 - LAPA SÃO PAULO, 05043-010
LAPA	PRAÇA GEN. PORTO CARREIRO	PRAÇA GENERAL PORTO CARREIRO - JAGUARE, SÃO PAULO - SP, 05331-040, BRASIL
LAPA	PRAÇA GENERAL GUIMARÃES	PRAÇA GENERAL GUIMARÃES, SÃO PAULO - SP, BRASIL
LAPA	PRAÇA ZILDA NATEL	AV. DR. ARNALDO, 1250 - PERDIZES SÃO PAULO, 01255-000
PINHEIROS	LARGO DA BATATA	AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 860, SÃO PAULO, BRASIL
PINHEIROS	PRAÇA ARLINDO ROSSI	R. ARAÇÁIBA, 38 - BROOKLIN, ITAIM BIBI SÃO PAULO, 04568-030
PINHEIROS	PRAÇA BENEDITO CALIXTO	R. TEODORO SAMPAIO, 1118 - JARDIM PAULISTA SÃO PAULO, 05406-050
PINHEIROS	PRAÇA DO PÔR-DO-SOL	AV. DIÓGENES RIBEIRO DE LIMA, 110 - ALTO DE PINHEIROS SÃO PAULO, 05458-000
<b>SUL 1</b>		
CAMPO LIMPO	CAMPO DO PALMEIRINHA - PARAISÓPOLIS	R. MELCHIOR GIOLA, 157 - PARAISÓPOLIS, VILA ANDRADE SÃO PAULO, 05664-000
CAMPO LIMPO	PARQUE SANTO DIAS	PARQUE SANTO DIAS, CONJUNTO HABITACIONAL INSTITUTO ADVENTIS, SÃO PAULO, BRASIL
CAMPO LIMPO	PRAÇA JOÃO TADEU PRIOLLI (PRAÇA DO CAMPO LIMPO)	R. PAUL GAUGUIN, 21 - CAMPO LIMPO SÃO PAULO, 05789-090
CAMPO LIMPO	PRAÇA LUISA P DOS SANTOS (PRAÇA ARARIBA)	PRAÇA LUÍSA PÊRA DOS SANTOS - PARQUE ARARIBA, SÃO PAULO, BRASIL
M'BOI MIRIM	POLO CULTURAL DO JARDIM ÂNGELA	PRAÇA MANOEL LOPES - JARDIM SÔNIA REGINA SÃO PAULO - SP, 04905-010
M'BOI MIRIM	PRAÇA DO FEIRÃO SÃO LUIS - INICIO DA RUA ARRAIAL DOS COUROS	R. ARRAIAL DOS COUROS, 14 - JARDIM SÃO LUÍS SÃO PAULO, 05843-140
M'BOI MIRIM	PRAÇA DO LARGO DE PIRAPORINHA	ESTRADA DO M'BOI MIRIM, 1.000



SANTO AMARO	CDC CAMPO BELO	RUA SAPOTI, 20
SANTO AMARO	PRAÇA FLORIANO PEIXOTO	PRAÇA FLORIANO PEIXOTO, SANTO AMARO, SÃO PAULO - SP, 04751-030
SANTO AMARO	PRAÇA TUNEY ARANTES	PRAÇA TUNEY ARANTES, JARDIM ANHANGUERA, SÃO PAULO - SP
VILA MARIANA	LARGO DE MOEMA	PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA - INDIANÓPOLIS
VILA MARIANA	LARGO DONA ANA ROSA	RUA VERGUEIRO, 2.100, SÃO PAULO, 04106-090
VILA MARIANA	PRAÇA SANTA RITA DE CÁSSIA	PRAÇA SANTA RITA DE CÁSSIA, MIRANDÓPOLIS, SÃO PAULO, BRASIL
<b>SUL 2</b>		
CAPELA DO SOCORRO	CALÇADÃO CULTURAL DO GRAJAÚ	RUA PROFESSOR OSCAR BARRETO FILHO, 252, PARQUE AMÉRICA, SP, BRASIL
CAPELA DO SOCORRO	PRAÇA ESCOLAR	PRAÇA ESCOLAR, CIDADE DUTRA, SÃO PAULO - SP, BRASIL
CAPELA DO SOCORRO	PRAÇA JOÃO BEIÇOLA	AV. LOURENÇO CABREIRA, 154 - CIDADE DUTRA SÃO PAULO, 04812-010
CAPELA DO SOCORRO	PRAIA DO SOL	AV. ATLÂNTICA 3456
CIDADE ADEMAR	PRAÇA ALEXANDRE FRANCISCO REBOUÇAS	PRAÇA ALEXANDRE FRANCISCO REBOUÇAS, JARDIM PEDREIRA, SÃO PAULO, BRASIL
CIDADE ADEMAR	PRAÇA BACHAREL FERNANDO BRAGA PEREIRA DA ROCHA	PRAÇA BACHAREL FERNANDO BRAGA PEREIRA DA ROCHA, 04417-090 - JARDIM MIRIAM, SÃO PAULO
IPIRANGA	CENTRO DE CONVIVÊNCIA EDUCATIVO E CULTURAL DE HELIÓPOLIS	ESTRADA DAS LÁGRIMAS, 2385 - SÃO JOÃO CLÍMACO, CEP: 04232-000 SÃO PAULO/SP
IPIRANGA	LARGO SANTA ANGELA	R. SEBASTIANO MAZZONI, 193 - VILA BRASILINA, CURSINO SÃO PAULO, 04171-000
IPIRANGA	PARQUE DA INDEPENDÊNCIA	AV. NAZARETH, S/Nº - IPIRANGA
IPIRANGA	PRAÇA DIRCEU DE CASTRO FONTOURA	RUA AMADEU GIUSTI, 203-251 - SACOMÃ, SÃO PAULO - SP, 04182-080
JABAQUARA	PARQUE DO NABUCO	RUA JUAN DE LA CRUZ, 2510, SÃO PAULO, BRASIL
JABAQUARA	PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA	PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA
PARELHEIROS	ALDEIA TENONDE-PORÃ	ESTRADA JOÃO LANG, S/Nº
PARELHEIROS	PRAÇA JOÃO ADÃO E PRAÇA JACÓ REIMBERG FILHO	ESTRADA ENG. MARSILAC, S/N, PARELHEIROS SÃO PAULO, 04893-040
PARELHEIROS	PRAÇA JÚLIO CÉSAR DE CAMPOS	ESTR. ENG. MARCILAC, 13 - PARELHEIROS SÃO PAULO, 04893-000

**ANEXO VIII****ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS****I. Nome do Projeto****II. Resumo da proposta**

*(apresente de forma clara e sucinta o que deseja realizar no projeto)*

**III. Descrição**

*(indique o que é, quando, onde e por quem será executado o projeto, bem como seu histórico, se houver. Justifique também a escolha do(s) local (is) de desenvolvimento das ações).*

**IV. Objetivos**

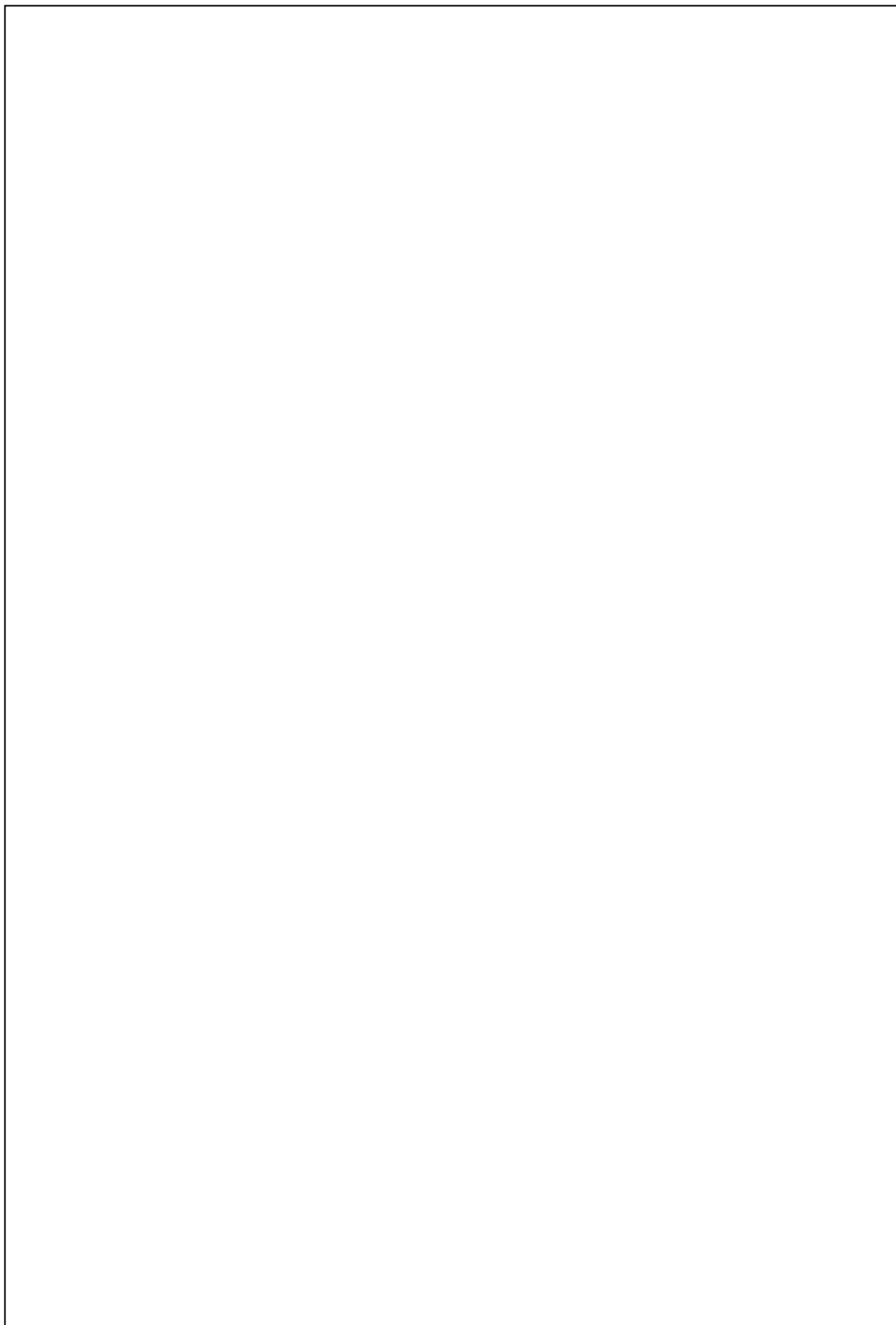
*(informe os resultados que o projeto pretende atingir, bem como os produtos finais a serem elaborados, se houver)*

**V. Plano de trabalho**

(insira a descrição detalhada do conjunto de ações a serem realizadas, sua duração, seus locais de realização e públicos envolvidos)

<b>Período de realização</b>	<b>Ações previstas</b>	<b>Local(is) de realização</b>	<b>Público(s) envolvido(s)</b>
<i>Mês 1</i>			
<i>Mês 2</i>			
<i>Mês 3</i>			
<i>Mês 4</i>			
<i>Mês 5</i>			
<i>Mês 6</i>			
<i>Mês 7 (se houver)</i>			
<i>Mês 8 (se houver)</i>			
<i>Mês 9 (se houver)</i>			
<i>Mês 10 (se houver)</i>			
<i>Mês 11 (se houver)</i>			
<i>Mês 12 (se houver)</i>			



***VIII. Outras informações relevantes para compreensão da proposta do projeto***



## ANEXO X

MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO Nº \_\_\_\_/2014  
 PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

**TERMO DE CONVÊNIO FORMALIZADO  
 ENTRE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO  
 DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE  
 CULTURA, E \_\_\_\_\_, COM  
 FUNDAMENTO NO EDITAL PARA  
 SELEÇÃO A PROJETOS DE  
 INCLUSÃO, CIDADANIA E CULTURA  
 DIGITAL PARA A CIDADE DE SÃO  
 PAULO**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**, neste ato representada pela Diretora do Núcleo de Fomentos Culturais/Linguagens, \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**, e \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede nesta Capital, na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(qualificação)\_\_\_\_, doravante denominada **CONVENIADA**, conforme despacho de fls.\_\_\_\_\_, nos termos do Edital nº 01/2014/SMC-SMDHC-SES, tendo em vista a homologação do resultado publicada no D.O.C. em \_\_/\_\_/2014, têm entre si justo e acordado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1 Estabelecer a colaboração dos partícipes, mediante comunhão de esforços e recursos, para a execução do projeto de cultura digital denominado “\_\_\_\_\_”, selecionado nos termos do Edital nº \_\_/2014/SMC-SMDHC-SES - Seleção a Projetos de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital para a Cidade de São Paulo.
- 1.2 A **CONVENIADA** obriga-se a executar o projeto acima citado de acordo com o especificado às fls. \_\_\_\_ do processo supracitado.
  - 1.2.1 O projeto é parte integrante deste termo independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PERÍODO**

- 2.1 O período de realização do projeto será de \_\_\_\_\_ meses, contados a partir da data de assinatura do termo de convênio.
- 2.2 Em caso de necessidade de prorrogação do prazo de finalização do projeto, faz-se necessária prévia solicitação, devidamente justificada, ao Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento, que analisará o pedido e encaminhará sua manifestação à chefia de gabinete da Secretaria Municipal de Cultura, que decidirá a respeito, ouvida a área técnica responsável pelo acompanhamento do projeto
- 2.3 O período de vigência do copatrocínio será o período de realização do projeto, mas apenas após final aprovação da prestação de contas estará a **CONVENIADA** desobrigada das cláusulas do presente termo e de seu respectivo edital.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA**

3.1 Conceder aporte financeiro no valor de R\$ \_\_\_\_\_ a ser liberado de acordo com a Categoria na qual inscrito o projeto, a saber

3.1.1 CATEGORIAS A e B – Aporte liberado em 02 (duas) parcelas:

1ª PARCELA: R\$ \_\_\_\_\_, liberáveis a partir da assinatura do Termo de Convênio, correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento aprovado pela Comissão Julgadora;

2ª PARCELA: R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a 15% (quinze por cento) do orçamento aprovado pela Comissão Julgadora, liberáveis após o cumprimento a contento do projeto;

3.1.2 CATEGORIA C – Aporte liberado em parcela única, a partir da assinatura do Termo de Convênio.

3.2 Acompanhar a realização do projeto a partir da documentação apresentada pela CONVENIADA e através de outros meios disponíveis, tomando as medidas necessárias e cabíveis nas hipóteses de descumprimento.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

4.1 Efetivar, durante a vigência do presente termo, todas as ações propostas em seu projeto.

4.2 Apresentar prestação de contas parcial das atividades desenvolvidas, assim que decorrer metade do tempo de execução do projeto. No caso de projetos de categorias que envolvam mais de uma parcela a receber, a liberação da parcela seguinte está condicionada à análise e aprovação destes documentos por parte da Equipe Técnica Intersecretarial de Acompanhamento.

4.3 Comprovar a realização das atividades através de relatórios, acompanhados de documentos e material comprobatório, bem como apresentar prestação de contas final à Secretaria Municipal de Cultura no prazo de até 60 (sessenta) dias da finalização do projeto, comprovando a utilização dos recursos, conforme o orçamento aprovado.

4.3.1. As alterações que se refiram ao objeto, orçamento, atividades a serem realizadas e pessoas envolvidas na ficha técnica deverão ser devidamente justificadas e imediatamente informadas ao Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento. Tais modificações não poderão contrariar as disposições deste edital. O referido grupo deverá manifestar-se, concluindo que a alteração proposta não descaracteriza a natureza e a qualidade do projeto na forma que selecionado. Caso haja manifestação contrária à alteração, será concedido prazo para que retorne o projeto às suas características originais, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

4.4 Abrir conta bancária própria, exclusiva e específica, no Banco do Brasil, para movimentação dos aportes recebidos, informando e autorizando a SECRETARIA, a qualquer tempo, o acesso à movimentação financeira.

- 4.4.1 Os recursos financeiros transferidos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente e sempre que possível aplicados no mercado financeiro, em operações lastreadas em títulos públicos federais, estaduais ou municipais, através do Sistema Eletrônico de Liquidação e Custódia – SELIC e/ou Caderneta de Poupança.
- 4.4.2. Os recursos provenientes de aplicações financeiras poderão ser utilizados no desenvolvimento do projeto, desde que o grupo indique a despesa e justifique a necessidade, o que deverá ser realizado através do relatório correspondente, nos termos do item 4.3.
- 4.4.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras, deverão ser devolvidos e depositados no Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais – FEPAC, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data correspondente.
- 4.4.4 Em caso de haver problemas com a documentação exigida pela Prefeitura ou pela rede bancária, a CONVENIADA deverá diligenciar aos órgãos competentes para a regularização.
- 4.5 Fazer constar em todo o material de divulgação referente ao projeto aprovado, o apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, na forma definida pela SECRETARIA.
- 4.6 Comunicar quaisquer alterações nos seus dados cadastrais durante o prazo de vigência e até a análise final do cumprimento das obrigações e da prestação de contas, sendo que apenas após final aprovação desta estará a CONVENIADA quite com os termos do presente ajuste e de seu respectivo edital.
- 4.7 A utilização dos recursos financeiros do ajuste em cumprimento ao plano de trabalho deverá observar o princípio da moralidade, bem como deverá a CONVENIADA observar, por ocasião de eventual contratação de terceiros, a regularidade jurídica e fiscal destes, assumindo inteira responsabilidade por estas contratações e pelos eventuais encargos de qualquer natureza delas derivados.
- 4.8 A CONVENIADA deverá, durante o desenvolvimento de seu projeto, observar a aplicação de todas as normas técnicas e de segurança pertinentes ao desenvolvimento da atividade, responsabilizando-se por seu adequado cumprimento junto aos órgãos técnicos competentes.
- 4.9 A CONVENIADA responderá por eventuais danos causados a terceiros e à SECRETARIA na execução do objeto do presente termo, inclusive por eventuais danos ao patrimônio público ou privado. Não haverá responsabilidade solidária entre os partícipes.
- 4.10 A CONVENIADA é responsável por todos os tributos e encargos, de qualquer natureza, decorrentes de ajustes formalizados com terceiros por ocasião da execução do objeto do presente Termo, inclusive referentes a direitos autorais e perante órgãos de arrecadação e de classe, não cabendo à SECRETARIA qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária neste sentido.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 5.1 A CONVENIADA deverá apresentar ao Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento as prestações de contas parcial e final, comprovando a utilização dos recursos conforme o orçamento aprovado, inclusive dos rendimentos obtidos pela aplicação financeira.
- 5.1.1 A prestação de contas parcial deverá ser apresentada quando o projeto tiver metade do tempo de sua execução.
- 5.1.2 A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da segunda parcela (para as CATEGORIAS A e B) ou da finalização do projeto (para a CATEGORIA C).
- 5.2 A prestação de contas deverá ser realizada necessariamente através das planilhas analíticas previstas no **ANEXO IX** do Edital, as quais deverão ser entregues devidamente preenchidas com a indicação de todas as despesas realizadas e seus respectivos recibos e notas fiscais, com todas as páginas rubricadas e ao final assinada pelo proponente (representante legal da pessoa jurídica) e pelo responsável pelo projeto, acompanhadas dos extratos bancários de movimentação da conta corrente específica do projeto.
- 5.3 Os comprovantes dos gastos referentes a todas as despesas do projeto indicadas na planilha mencionada no item anterior deverão ficar sob custódia e responsabilidade do proponente pelo prazo de cinco anos.
- 5.4 A Secretaria Municipal de Cultura poderá solicitar, a qualquer tempo durante o período previsto no item 5.4, os comprovantes mencionados no item anterior, bem como extratos bancários da conta corrente específica do ajuste e demais documentos que entender necessário e correlatos para aprovação das contas.
- 5.5 Não serão admitidas na prestação de contas despesas que tenham sido realizadas antes da celebração do ajuste, a não ser em caráter excepcional e somente aquelas realizadas a partir da data de aprovação final do projeto.
- 5.6 Será permitida a realização e liquidação de despesas após a realização do objeto do ajuste até a data prevista para a apresentação da prestação de contas.
- 5.7 A prestação de contas deverá indicar os recursos recebidos da Prefeitura do Município de São Paulo e os rendimentos provenientes de aplicações financeiras, bem como informar a existência de recursos recebidos de outros apoiadores, quando houver.
- 5.8 A prestação de contas será analisada pelo Grupo Técnico Intersecretarial de Acompanhamento e submetida à aprovação da Chefia de Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura.
- 5.9 A análise da prestação de contas levará em consideração os seguintes aspectos:
- 5.9.1 Correta realização do projeto, atividades, ações, eventos e entrega dos produtos culturais previstos.
- 5.9.2 Correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o orçamento aprovado.

- 5.10 A não aprovação da prestação de contas do projeto na forma estabelecida no Edital e neste Termo sujeitará o proponente a devolver o total das importâncias recebidas, acrescidas da respectiva atualização monetária, em até 30 (trinta) dias da publicação do despacho que as rejeitou.
- 5.11 Caso tenham sido cumpridas as obrigações previstas relativas ao objeto do convênio ou instrumento congênera, porém ocorra glosa de despesas realizadas por não estarem previstas no orçamento, por serem maiores que o valor aprovado, por desatenderem normas estabelecidas para a prestação de contas ou porque o documento oportunamente apresentado não obedece as normas gerais de contabilidade, a CONVENIADA deverá ser notificada para recolher ao FEPAC os valores correspondentes, devidamente corrigidos desde a data do recebimento, em até 30 (trinta) dias.
- 5.12 A não devolução de qualquer importância no prazo e forma assinalados sujeitará o responsável à oportuna inscrição no CADIN municipal e à inscrição do débito na dívida ativa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis e consectários legais aplicáveis, incluindo a cobrança judicial dos valores.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

- 6.1. A CONVENIADA que durante a execução do ajuste alterar as características do projeto em desacordo com o item 4.3.1 do presente estará sujeita ao bloqueio da liberação das parcelas previstas, se o caso, e, se o projeto não for reconduzido às características com as quais foi apresentado e aprovado dentro do prazo estabelecido, o ajuste poderá ser rescindido, com a conseqüente necessidade de devolução dos valores recebidos, corrigidos monetariamente a contar da data do recebimento.
- 6.2 O não cumprimento do projeto tornará inadimplente a CONVENIADA e, quando o caso, seus responsáveis legais e/ou os responsáveis pelo projeto que, uma vez assim declarados, não poderão efetuar qualquer ajuste ou receber qualquer apoio dos órgãos municipais por um período de 2 (dois) anos.
- 6.2.1. O proponente inadimplente será obrigado a devolver o total das importâncias recebidas, acrescida da respectiva atualização monetária, e estará sujeito à aplicação de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do ajuste.
- 6.3. A CONVENIADA que descumprir as demais obrigações que lhe são cometidas pelo termo de copatrocínio estará sujeita à:
- a) Advertência, limitada a 3 (três);
  - b) Multa de até 10% sobre o valor do ajuste, de acordo com a gravidade da falta;
  - c) rescisão do ajuste, com a conseqüente devolução dos valores recebidos, corrigidos monetariamente a contar da data do recebimento, além da multa prevista no item 6.2.1, se o caso;
  - d) ser declarada inidônea para licitar, formalizar ajustes ou receber qualquer apoio da Administração Pública, pelo prazo 2 (dois) anos e enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade, que só será concedida se a CONVENIADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;
- e) ser inscrita no CADIN municipal, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 47096/2006.

- 6.3.1 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando oportunas, sem prejuízo de outros consectários legais e regulamentares cabíveis, incluindo a inscrição de débitos na dívida ativa e cobrança judicial dos valores.
- 6.4 Em casos excepcionais, quando for possível detectar o cumprimento parcial do objeto do copatrocínio, poderá ser declarada a inadimplência parcial, sujeitando-se a CONVENIADA a devolver proporcionalmente as importâncias recebidas, acrescidas da respectiva atualização monetária desde a data do recebimento.
- 6.5 Se o objeto do ajuste for a realização de projeto ou produto cultural que, quando não cumprido na sua totalidade, desatenda o interesse público, o descumprimento será considerado total e deverão ser devolvidos todos os recursos recebidos, na forma estabelecida no item 6.2.
- 6.6. A CONVENIADA que tiver como integrante servidor público municipal atuante no projeto terá o mesmo desclassificado e o integrante estará sujeito às sanções previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal.
- 6.7. Aplicam-se a este capítulo, no que couber, as disposições do Decreto Municipal nº 44279/2003, em especial de seus artigos 54 a 57, e da Lei Municipal nº 14141/2006.
- 6.8. A responsabilidade administrativa é independente da civil ou penal, de modo que quando houver indício de ilícito, as instâncias e órgãos competentes serão devidamente comunicados.

#### **CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO ACESSO A INFORMAÇÃO**

- 7.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 53623/2012, que regulamenta os efeitos da Lei Federal nº 12527/2012 (Lei de acesso à informação) no âmbito municipal, em especial de seus artigos 68 e 69, deverá a CONVENIADA, em seu sítio na internet e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede, dar publicidade às seguintes informações:
- 7.1.1 – cópia do estatuto social atualizado da entidade;
- 7.1.2 – relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;
- 7.1.3 – cópia integral dos convênios, contratos, termos de parceria, acordos, ajustes e instrumentos congêneres celebrados com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como dos respectivos aditivos, quando houver.
- 7.2 A divulgação no sítio da internet poderá ser dispensada, por decisão da SECRETARIA, mediante requerimento da CONVENIADA, quando esta não dispuser dos meios de realizar a divulgação.
- 7.3 As informações referidas nesta clausula deverão ser publicadas a partir da celebração do ajuste, ser atualizadas periodicamente e deverão ficar expostas até 180 (cento e oitenta) dias após apresentação da prestação de contas final.

7.4 As informações a que diz respeito esta cláusula referem-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo da prestação de contas a que esteja sujeita a entidade que recebeu os recursos.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1 Os bens, equipamentos ou materiais permanentes que forem adquiridos com os recursos transferidos pela SECRETARIA para a execução do projeto serão de propriedade da CONVENIADA, devendo ter destinação semelhante para a qual foram adquiridos (realização de projeto de natureza semelhante) e, em caso de dissolução da entidade, deverão ser destinados a outra organização congênere, sem fins lucrativos.

8.2 As responsabilidades civis, penais, comerciais e outras advindas de utilização de direitos autorais morais ou patrimoniais anteriores, contemporâneas ou posteriores à formalização do ajuste, cabem exclusivamente à CONVENIADA.

8.3 A SECRETARIA não se responsabilizará em hipótese alguma pelos atos, contratos ou compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra assumidos pela CONVENIADA para fins do cumprimento do ajuste.

8.4 Os encargos financeiros com o presente correrão por conta da dotação \_\_\_\_\_ e estão suportados pela Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, devendo a contabilidade processar os complementos à medida que houver disponibilidade, devendo ainda ser onerados oportunamente os recursos relativos às despesas do próximo exercício, quando houver.

8.5 Fica eleito o foro desta Capital, através de uma de suas varas da Fazenda Pública, para dirimir todo e qualquer procedimento oriundo deste ajuste que não puder ser resolvido pelas partes, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, para constar, lavrou-se o presente Termo em três vias de igual teor, o qual lido e achado conforme vai assinado pelas partes, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Diretora Núcleo de Fomentos Culturais  
Secretaria Municipal de Cultura

\_\_\_\_\_  
(proponente)

\_\_\_\_\_  
(responsável pelo projeto)

**T E S T E M U N H A S:**

\_\_\_\_\_  
R.G. nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
R.G. nº \_\_\_\_\_